

HISTÓRIA E
CULTURA

SHERLOCK HOLMES NO BRA SIL

ELYSIO DE CARVALHO
E A CONSTRUÇÃO DA
POLÍCIA CIENTÍFICA

RIO DE JANEIRO
1907-1915

MARÍLIA RODRIGUES
DE OLIVEIRA

INTER
SEÇÕES

EDITORA
PUC
RIO



Reitor

Prof. Pe. Josafá Carlos de Siqueira SJ

Vice-Reitor

Prof. Pe. Anderson Antonio Pedroso SJ

Vice-Reitor para Assuntos Acadêmicos

Prof. José Ricardo Bergmann

Vice-Reitor para Assuntos Administrativos

Prof. Ricardo Tanscheit

Vice-Reitor para Assuntos Comunitários

Prof. Augusto Luiz Duarte Lopes Sampaio

Vice-Reitor para Assuntos de Desenvolvimento

Prof. Sergio Bruni

Decanos

Prof. Júlio Cesar Valladão Diniz (CTCH)

Prof. Luiz Roberto A. Cunha (CCS)

Prof. Sidnei Paciornik (CTC)

Prof. Hilton Augusto Koch (CCBS)

HISTÓRIA E
CULTURA

SHERLOCK HOLMES NO BRA SIL

ELYSIO DE CARVALHO
E A CONSTRUÇÃO DA
POLÍCIA CIENTÍFICA

RIO DE JANEIRO
1907-1915

MARÍLIA RODRIGUES
DE OLIVEIRA

INTER
SEÇÕES

EDITORA
PUC
RIO

Série História e Cultura

Programa de Pós-Graduação em História Social e Cultura da PUC-Rio

©**Editora PUC-Rio**

Rua Marquês de S. Vicente, 225 – Casa da Editora PUC-Rio

Gávea – Rio de Janeiro – RJ – CEP 22451-900

T 55 21 3527-1760/1838

edpucio@puc-rio.br

www.editora.puc-rio.br

Conselho Gestor da Editora PUC-Rio

Augusto Sampaio, Danilo Marcondes, Felipe Gomberg, Hilton Augusto Koch,

José Ricardo Bergmann, Júlio Cesar Valladão Diniz, Sidnei Paciornik,

Luiz Roberto Cunha e Sergio Bruni.

Coordenador e editor

Felipe Gomberg

Editora Assistente

Lívia Salles

Produtora editorial

Tatiana Helich Lopes

Revisão de originais: C&C Criações e Textos Ltda.

Revisão de prova paginada: Cristina da Costa Pereira

Projeto gráfico de capa e miolo: F/damatta Design

Diagramação de miolo: SBNigri Artes e Textos Ltda.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Oliveira, Marília Rodrigues de

Sherlock Holmes no Brasil: Elysio de Carvalho e a construção da polícia científica: Rio de Janeiro 1907-1915 / Marília Rodrigues de Oliveira. – Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, c2021.

346 p.; 23 cm. – (Série História e cultura)

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-88831-35-9

1. Carvalho, Elysio de, 1880-1925. 2. Escritores brasileiros - Biografia. 3. Literatura. 4. Polícia. 5. Crime e criminosos. 6. Rio de Janeiro (RJ) - História - 1907-1915. I. Título. II. Série.

CDD: 928.69

Elaborado por Sabrina Dias do Couto – CRB-7/6138

Divisão de Bibliotecas e Documentação – PUC-Rio

Aos meus pais, Carlos Magno e Marlene.

Agradecimentos

A escrita deste livro constituiu-se como um exercício de olhar: de si, do passado, mas sobretudo, dos outros. De todos aqueles que contribuíram ao longo da minha formação acadêmica e possibilitaram a publicação deste trabalho. Agradeço primeiramente aos meus pais, por todo apoio e amor oferecidos ao longo da minha vida. Sem a compreensão e o incentivo deles, este estudo não poderia ter sido realizado.

Ao meu orientador, Diego Antonio Galeano, pelos ensinamentos nestes quatro anos de orientação. Sempre incentivando e questionando, suas críticas e leituras foram fundamentais para a elaboração deste estudo.

Ao professor Marcos Luiz Bretas, por ter sido a primeira pessoa a me incentivar a ingressar no campo de História do Crime, da Polícia e da Justiça Criminal. A experiência como bolsista de Iniciação Científica abriu portas não somente para leituras e objetos de pesquisa, mas constituiu-se como um dos primeiros espaços profícuos para minha formação como pesquisadora.

Ao professor Leonardo Affonso de Miranda, pela experiência de orientação no mestrado, que também considerei como fundamen-

tal na minha trajetória intelectual. Junto à professora Lila Caimari e ao professor Gonçalo Gonçalves, suas contribuições ao longo destes quatro anos, sobretudo nas bancas de qualificação e defesa, foram fundamentais para a publicação deste trabalho.

Aos amigos que muitas vezes tornaram esses anos de estudo em momentos leves e de alegria. Agradeço aos colegas da linha de pesquisa “Experiência e Conexões Culturais” do Programa de Pós-Graduação de História da PUC-Rio. Em especial, Vitor Souza, Pedro Marques e Elaina Reioli que compartilharam leituras e momentos de inquietação deste trabalho. Agradeço também a Martín Albornoz e Luciano Guimarães pelas trocas de materiais e conversas sobre a pesquisa. Por fim, agradeço à grande amiga que fiz durante a pós-graduação, Juliana Lessa, que também como professora e pesquisadora, foi um grande ponto de apoio na minha caminhada.

Aos meus sobrinhos Tomás e Maitê que sempre encheram a casa de alegria com suas brincadeiras nos momentos em que a escrita parecia interminável. Agradeço a minha irmã Marina pela nova família que nos deu e por todo apoio nos momentos de indefinição deste trabalho.

Aos meus alunos que diariamente renovam minha paixão por História. Aos professores e companheiros da E. M. Alexina Lowndes, que compartilharam os três últimos anos de realização deste estudo. Os diálogos dentro e fora de sala de aula foram fonte de apoio e inspiração, demonstrando como a experiência como docente, ao invés de simplificar, é capaz de aprofundar nossos olhares históricos.

Aos funcionários da Biblioteca Nacional, da Academia Brasileira de Letras, do Arquivo Nacional e do Museu Casa de Penedo. Em meio aos labirintos que as documentações históricas puderam me levar ao longo desta pesquisa, os trabalhos dos arquivistas e bibliotecários de conservação da Memória e do Patrimônio Histórico devem ser aqui destacados. Agradeço também aos funcionários da Pontifícia

Universidade Católica do Rio de Janeiro pelo carinho e paciência ao longo da realização de toda minha pós-graduação nesta instituição.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001. Desta forma, também gostaria de agradecer a todas as políticas públicas educacionais que me ampararam até o presente momento e que foram fundamentais para a construção da minha trajetória como pesquisadora. Primeiramente, ao Programa de Iniciação Científica Júnior coordenado pelo Colégio de Aplicação da UFRJ, através do qual, como aluna de ensino médio, pude entrar em contato pela primeira vez com o universo das pesquisas históricas. Agradeço especialmente à professora Maria Celeste Baitelli Zenha, *in memoriam*, que me recebeu, ainda adolescente, em seu grupo de pesquisa e me apresentou às documentações da Biblioteca Nacional e ao próprio ofício de pesquisadora. Ao Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde cursei minha graduação e licenciatura em História e obtive a bolsa de Iniciação Científica fornecida pelo CNPQ. Enfim, pelas bolsas de mestrado e doutorado, concedidas respectivamente pelo CNPQ e pela Capes, durante a realização da minha pós-graduação, no Programa de História Social da Cultura da PUC-Rio.

Por fim, gostaria de agradecer ao Departamento de História pelo lançamento do edital “História e Cultura”, garantindo, em tempos como os nossos, a oportunidade, o reconhecimento e o espaço de publicização de nossas produções acadêmicas. E ao Programa de História Social da Cultura da PUC-Rio, em que realizei minha pós-graduação e cujas discussões e debates também me constituíram como pesquisadora.

Lista de figuras

Figura 1. Elysio de Carvalho em reunião com políticos e intelectuais em 8/9/1906	51
Figura 2. Reprodução de um exemplar de prova de identidade emitido pelo Gabinete de Identificação. Rio de Janeiro, 4 ago. 1908	152
Figura 3. Fotografia de notas falsificadas	180
Figura 4. Fotografia da sala de aula e do museu criminal da Escola de Polícia	216
Figura 5. Charge sobre a Escola de Polícia	233
Figura 6. Modelo de uma ficha datiloscópica	251
Figura 7. Fotografia de um caso de polidactilia	251
Figura 8. Fotografia de frente e perfil de um criminoso	255
Figura 9. Fotografia de cenas de crime	257
Figura 10. Fotografias das instalações do Gabinete de Identificação	259
Figura 11. Fotografias do Gabinete de Identificação de Eugênio Rocca	264
Figura 12. Fotografias do Gabinete de Identificação de Dr. Antônio	267
Figura 13. Ilustrações dos <i>modi operandi</i> dos ladrões do Rio de Janeiro	272

Figura 14. Desenhos das tatuagens dos prisioneiros brasileiros	274
Figura 15. Desenho da tatuagem do criminoso Carleto	275
Figura 16. Fotografia das ruas do Rio de Janeiro onde se localizavam os cocainômanos.	282

Sumário

Introdução	15
A polícia científica em rede internacional	21
Elysio de Carvalho entre a literatura e a polícia	28
Fontes documentais.....	36
 Capítulo 1: “O Dr. Antônio das Letras”	 43
De rebelde a arrivista.....	45
Um caso de plágio	54
Do decadentismo ao anarquismo	63
Da cultura libertária à polícia.....	77
 Capítulo 2: Escritores e Policiais no Gabinete de Identificação	 87
Os primeiros passos no Gabinete	89
A Polícia carioca e a criminalidade contemporânea.....	100
De funcionário a diretor do Gabinete de Identificação	127
 Capítulo 3: A polícia científica entre as fronteiras	 135
O <i>Boletim Policial</i> e o Gabinete de Identificação	139
Tecnologias de identificação	146
Cenas de crime	165
As falsificações e práticas escritas criminosas	177
O Primeiro Convênio Policial Brasileiro.....	186

Capítulo 4: A Escola de Polícia do Rio de Janeiro.....	199
A Escola de Polícia e os “sherlocks” brasileiros.....	201
Entre bacharéis e criminalistas.....	222
 Capítulo 5: “A arte policial”	243
História natural dos malfeitores.....	246
Os inquéritos sociais	278
Policiais que escrevem, criminosos que leem	297
 Considerações finais.....	315
 Referências bibliográficas	321
 Sobre a autora	345

Introdução

Em fevereiro de 1914, o jornal *O Imparcial* iniciou a publicação de uma coluna criminalística sob o título “Como se descobrem os crimes”. Os artigos dedicados aos avanços da polícia científica foram assinados com o pseudônimo Dr. Dupont e chamavam a atenção dos leitores contemporâneos pelo caráter polimorfo dos textos. Contando com títulos como “Bertillon é mais forte que Sherlock Holmes” e “Arsène Lupin, *cambrioleur gentleman* é mito”,¹ os artigos mesclavam e comparavam autores de referência do campo da polícia científica com personagens de romances judiciários. A singularidade desta coluna jornalística atrelava-se à própria identidade do nome do autor oculto por trás do pseudônimo. As crônicas de Dr. Dupont foram reproduzidas sete anos depois no livro *Sherlock Holmes no Brasil*, revelando o nome do então diretor do Gabinete de Identificação da Polícia do Rio de Janeiro, Elysio de Carvalho (1914), como autor dos artigos publicados na folha *O Imparcial*.

1. Dr. DUPONT. Um célebre investigador: Bertillon é mais forte que Sherlock Holmes. *O Imparcial*. Rio de Janeiro: 3 abr. 1914, p. 2.; CARVALHO, Elysio de. Arsène Lupin “*cambrioleur gentleman*” é mito. *O Imparcial*, Rio de Janeiro: 18 de jan. 1914, p. 6.

Nascido em Penedo em 29 de janeiro de 1880, Elysio residiu até 1893 em sua cidade natal, ingressando nesse ano no Seminário de Olinda, onde permaneceu durante três anos até abandonar a carreira eclesiástica. Sua saída definitiva do estado de Alagoas ocorreu em 1898, quando embarcou em um vapor para o Rio de Janeiro com o objetivo – não realizado – de formar-se em Medicina (Sant’Ana, 1982, p. 22-23). Em 1914, quando publicava esta série de artigos, Elysio de Carvalho já ocupava a cadeira de diretor do Gabinete de Identificação e Estatística. Em uma conferência no salão de honra do Palácio da Polícia, o diretor não se furtou a expressar sua preocupação com as novas formas de criminalidade que se proliferavam nos espaços das metrópoles do início do século XX:

Antes, o bandido assaltava nas estradas, matando a vítima e roubando-a. Agora o malfeitor enriquece mediante transações astuciosas, feitas na Bolsa, fundando sociedades financeiras que dissimulam nos estatutos colossais *escroqueries*, assinando cheques falsos, falsificando moeda (...). Onde a criminalidade se revela mais astuciosa é na sua subtração fraudulenta do dinheiro público, a qual, modernamente, se chama delito financeiro. Tendo por uma gênese mais ampla do que o oceano Atlântico e alimentado pela febre do ouro, tão próprio do nosso século, o crime bancário é, por excelência, o produto mais perfeito da astúcia e da fraude. (Carvalho, 1914, p. 24-25)

A febre especulativa que marcou a capital federal no final do século XIX e no início do século XX trazia consigo não somente novos impulsos econômicos, mas também engenhosas práticas delitivas de estelionato e falsificação. Com o fim do regime de escravidão e o ingresso em massa de imigrantes no território brasileiro, a política emissionista do Encilhamento permitiu uma maior produção de papel-moeda através de bancos privados e uma expansão da concessão

de crédito para incentivar as transações econômicas no Brasil (Fausto, 1984, p. 252). Os intensos movimentos financeiros e a ambição que ficou conhecida como a “febre do ouro” – uma busca desenfreada por dinheiro – compunham um novo cenário urbano da capital federal, que se constituía por excelência como um espaço de renovadas interações monetárias e possibilidades de lucro.² Neste contexto, as quadrilhas de falsificação de dinheiro, assim como golpes que fraudavam distintos papéis fiduciários (cédulas, apólices, cheques) – tornavam-se objeto de preocupação de distintas autoridades policiais, como o diretor do Gabinete de Identificação, Elysio de Carvalho.

A ideia de que os golpes de falsificação tinham uma “gênese mais ampla do que o Oceano Atlântico” indicava como tais práticas delitivas emergiam em distintos locais dos países da Europa e da América do Sul, atravessando as fronteiras e permitindo a circulação de inúmeros estelionatários entre as nações destes continentes. Não por acaso, as forças policiais dos países do espaço atlântico dedicavam-se aos estudos das formas de criminalidade moderna e buscavam estabelecer formas de cooperação entre si, com o objetivo de localizar e punir os desviantes da lei. Segundo Elysio de Carvalho, “todos esses *scrocs* e *mâitres-chanteurs*, cavalheiros de indústria eméritos profissionais, ostentando nomes ilustres e soberbos brasões, tão falsos quanto as suas pessoas, todos eles vêm de além-mar, (...) *pour faire l'Amérique*”.³ O uso da expressão “fazer a América” dava um sentido ao caráter “atlântico” das formas de criminalidade que passavam a ser objeto de atenção na pena de Elysio de Carvalho: era uma referência direta ao Atlântico das migrações maciças de europeus para as Américas, que chegavam a estas costas com esperanças de melhores condições de vida (Fausto, 2000).

2. Sobre a febre do ouro e o desenvolvimento de intrincados golpes criminosos no Brasil e na Argentina, ver: Galeano, 2012a.

3. CARVALHO, Elysio de. Delinquência dos estrangeiros. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano VII, nº 7, jul. 1913, p. 221.

A associação entre o fenômeno da imigração e a emergência de novas formas de delinquência era um tópico da bibliografia criminológica que informaria os escritos policiais do literato alagoano a partir da sua entrada na polícia carioca em 1907. O caráter transnacional que ganhava o fenômeno da criminalidade moderna resultou em esforços para a construção de espaços de intercâmbio e circulação de saberes ligados ao campo da polícia científica. A tradução de textos, a visita de criminalistas estrangeiros, a participação em congressos internacionais e as trocas de correspondência evidenciavam como o fenômeno da criminalidade moderna tornava-se um problema de escala global, pertencente a uma agenda política que pensava o internacionalismo como uma resposta possível para o controle das práticas criminais (Knepper, 2010, p. 5).

No entanto, a formação de um campo internacional de polícia científica implicava o reconhecimento de assimetrias e singularidades dos contextos locais a que pertenciam as instituições de polícia. Não por acaso, nos próprios escritos de Elysio de Carvalho, podemos perceber como as teorias criminalísticas europeias eram reinterpretadas e ressignificadas por meio de uma leitura vernácula do fenômeno da criminalidade nas metrópoles brasileiras. A partir da ideia defendida na obra do criminalista suíço Rudolph Archibald Reiss,⁴ Elysio de Carvalho procurava demonstrar como as práticas criminais de uma sociedade estariam atreladas ao grau de civilização atingido por esta: “À medida que o país progride em cultura e civilização, a criminalidade requinta-se adquirindo modos fraudulentos e aspectos astuciosos”, “substituindo as formas primitivamente rudes, musculares, impulsivas da violência”.⁵

4. Discípulo de Alphonse Bertillon, Rudolph Archibald Reiss (1875-1929) foi diretor do Laboratório de Polícia Técnica e titular da cátedra de Polícia Científica da Universidade de Lausanne, Suíça, destacando-se como um dos grandes expoentes para a consolidação do campo internacional da polícia científica no início do século XX. Ver: Quinche, 2011.

5. CARVALHO, Elysio de. A fisionomia da criminalidade carioca. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano VII, nº 5, maio 1913, p. 107.

No entanto, as estatísticas produzidas pela própria seção policial que o escritor dirigia demonstravam que os maiores índices de crimes cometidos eram contra a segurança de pessoa e vida, por mais que existissem elegantes ladrões e estelionatários, na capital federal, como Afonso Coelho e Dr. Antônio (casos que serão analisados no primeiro capítulo). Com base nas estatísticas obtidas entre os anos de 1907 e 1912, em um total de 14.848 crimes, 9.544 foram contra a pessoa, enquanto apenas 2.669 foram contra a propriedade (Carvalho, 1913, p. 109). Tal contradição, longe de indicar o fracasso de um processo de importação de ideias europeias para a América Latina, mostrava complexas formas de leitura e reinterpretação dos saberes de polícia científica que circulavam pelo mundo. A entrada de literatos na Polícia carioca em começos do século XX, fenômeno dentro do qual se insere a trajetória de Elysio de Carvalho, revelava a emergência de um campo de polícia científica no qual a leitura e a tradução de obras internacionais de criminalística eram tarefas fundamentais.

Anarquista, decadentista, naturista e diretor do Gabinete de Identificação e Estatística. A trajetória multifacetada do escritor Elysio de Carvalho indica nos a formação de um novo espaço de policiais escritores que por meio de produções discursivas constituíam suas práticas institucionais, favorecendo a circulação e a apropriação de uma gama de saberes de polícia científica. Será justamente pelo novo caráter científico que se revestia um setor do trabalho policial – com a criação de repartições como o Serviço Médico Legal e o Gabinete de Identificação e Estatística – que escritores como Elysio de Carvalho, Félix Pacheco e Afrânio Peixoto ocuparam cargos diretivos na Polícia carioca (Bretas, 1997, p. 44). Os esforços de modernização das forças policiais – iniciados nas últimas décadas do século XIX e consagrado com a reforma policial de 1907 – permitiram o ingresso de jornalistas e literatos que defendiam a formação de uma polícia científica no Brasil. Não por acaso, em crítica à atuação “empírica, reacionária e agressiva” (Carvalho,

1910, p. 34) dos policiais de rua que Elysio defendia que “a polícia do Rio de Janeiro precisava ser organizada tecnicamente, profissionalmente, cientificamente, para melhor desempenhar sua missão civilizadora” (Carvalho, 1910, p. 4). A oposição entre uma velha “polícia empírica” – construída a partir da experiência de rua dos vigilantes – e uma “polícia científica” – que devia imperar como método de ensino e instrução dos novos agentes – era a ideia norteadora da obra policial de Elysio de Carvalho, informada pela leitura dos tratados de criminalística, como do suíço Rudolph Archibald Reiss, do francês Edmond Locard e do italiano Salvatore Ottolenghi, entre outros.

O projeto de construção de uma polícia moderna a partir dos saberes científicos ocorria, em última instância, em meio às disputas locais que perpassavam a instituição policial no Brasil. A presença de grupos que defendiam a importância dos saberes “empíricos” para a ação cotidiana dos funcionários demonstrava como os esforços de Elysio de Carvalho para a construção deste campo não ocorriam sem disputas entre as autoridades, especialmente pela oposição dos delegados de polícia. Dois anos após a saída como diretor do Gabinete, o chefe Aurelino Leal expôs na Conferência Judiciária-Policial (1917) como os saberes policiais deveriam ser “práticos” e que o “bom policial é aquele que conhece o meio que exercita a sua função: a cidade, os seus vícios, as suas desordens” (Leal, 1912, p. 73). A crítica do chefe de Polícia residiu ainda na “nomeação de uma pessoa a quem faleça algum conhecimento prático da especialidade para um cargo diretivo” (Leal, 1912, p. 75). A clara alusão aos funcionários de polícia que careciam de experiência policial de rua, como Elysio de Carvalho, evidenciava como as dinâmicas transnacionais de construção do campo da polícia científica respondiam também às disputas entre os grupos diante do processo de modernização das instituições de Polícia no Brasil.

Desta forma, através deste jogo de escala que perpassava a trajetória de Elysio de Carvalho, este livro tem como objetivo analisar

a atuação do diretor do Gabinete de Identificação e Estatística para a construção de um campo de polícia científica no Brasil. Por meio da análise de publicações direcionadas aos funcionários de polícia, da participação em congressos criminalísticos internacionais e das comunicações com autores estrangeiros, pretendo investigar como o escritor alagoano favoreceu a circulação e intercâmbio de uma gama eclética de saberes de polícia científica entre os polos sul-americanos e europeus, durante as primeiras décadas do século XX. A aproximação da Polícia carioca com instituições estrangeiras ia muito além de um simples processo de transposição de saberes europeus para os polos sul-americanos. A própria natureza das traduções, as reflexões sobre a aplicação dos métodos científicos e o trabalho de difusão nos jornais nos indicam intrincados processos de leitura, apropriação e ressignificação de conhecimentos, assim como trocas de informações entre as Polícias estrangeiras. Longe de compreender estas dinâmicas transnacionais como um processo de mão única e homogêneo, procurarei analisar como a construção de um campo de polícia científica também respondia a assimetrias e disputas locais que perpassavam os esforços policiais de controle da criminalidade moderna no Brasil.

A polícia científica em rede internacional

No final do século XIX e início do século XX, a cidade do Rio de Janeiro assistiu ao surgimento de funcionários de polícia que buscavam justamente se familiarizar com os debates e saberes científicos que se diziam capazes de controlar o problema da criminalidade. O interesse por este espectro de ideias devia-se a uma série de transformações na então capital federal. De 274.972 habitantes em 1872, a cidade passou a 811.443 no ano de 1903, graças à migração de expressivos grupos de escravos libertos, provenientes da zona rural e da intensificação da imigração estrangeira (Esteves, 1989, p. 28). Frente

a tais modificações, médicos e cientistas se incumbiam da missão de higienizar e disciplinar cidadãos cariocas, com o intuito de conduzir a nação a uma nova fase de progresso e desenvolvimento. Sob signos de modernização e civilização, os discursos médico-higienistas inseriam-se em um vasto campo de ação social: desde projetos de reformas urbanas até a administração de questões epidêmicas e controle de práticas sexuais e criminais. A ampliação da ação dos saberes científicos almejava adequar determinados segmentos sociais à nova face urbana moderna, trazendo consigo a promessa de controle e neutralização do perigo urbano.⁶

As aproximações entre as elites cariocas e os saberes internacionais de polícia científica ocorriam em meio a diversos grupos que compunham os altos cargos diretivos das instituições policiais do Brasil. De um lado, os bacharéis em Direito que ocupavam postos policiais como ponte para uma carreira no poder judiciário. Isso aconteceu, por exemplo, com Edgar Costa, que conseguiu uma cadeira como ministro do Supremo Tribunal Federal depois de ser diretor do Gabinete de Identificação, desde a saída de Félix Pacheco em 1907 até a ascensão de Elysio de Carvalho em 1911.⁷ De outro, jornalistas e literatos, tais como os próprios Elysio de Carvalho e Félix Pacheco, ingressavam na polícia durante os esforços de modernização desta instituição, no intuito de dar início às suas carreiras políticas e diplomáticas. De fato, ainda que o escritor alagoano fracassasse nessa tentativa, a trajetória de Félix Pacheco após a saída da direção do Gabinete de Identificação (Deputado Federal de 1909 a 1920 e Ministro

6. Sem ambição de esgotar as obras presentes neste campo de pesquisa, algumas podem ser citadas enquanto fundamentais para construção deste objeto de pesquisa. Ver: Engel, 1988; Machado, Loureiro, Luz e Muricy, 1978; Edler, 2010; Costa, 1979.

7. Bretas sinaliza como o chefe de polícia era escolhido pelo Presidente da República dentre advogados com mais de dez anos de prática ou com notório saber policial (Bretas, 1997, p. 31-51).

de Relações Exteriores de 1923 a 1924)⁸ indicava que tal percurso era factível. Se as teorias criminológicas tiveram ampla repercussão entre os juristas brasileiros durante o final do século XIX e início do século XX, os conhecimentos de polícia científica também foram apreendidos de forma autodidata por outros profissionais do período (Alvarez, 2003, p. 25-30). Neste sentido, na obra *A ordem na cidade*, Marcos Bretas (1997, p. 67) observou como as seções do Serviço Médico Legal e o Gabinete de Identificação e Estatística “atraíam considerável atração das elites, misturando trabalho policial com ciência como se tornara moda ao final do século XIX”. Em diálogo com esta janela historiográfica aberta pelo estudo de Marcos Bretas foi que se construiu este livro. O ingresso de escritores em cargos diretivos da Polícia nos permite analisar a construção de um campo de saberes de polícia científica no Brasil, cujas bases obedeciam a uma série de dinâmicas transnacionais que se apresentavam como soluções ao problema da criminalidade moderna.

O início de sua carreira policial como responsável da Seção de Informações do Gabinete de Identificação permitiu que o escritor alagoano entrasse em contato com um universo de leituras crimina-lísticas e casos criminais que resultaram em uma primeira obra escrita sobre o fenômeno da delinquência no Rio de Janeiro. Publicado em 1910 pela Imprensa Nacional, o livro *A polícia carioca e a criminalidade contemporânea* fazia uma clara defesa da consolidação de uma polícia científica na capital federal. Ao longo desta primeira obra de temática policial, Elysio de Carvalho (1910, p. 8) reivindicava a realização de uma reforma do Código Criminal à luz dos estudos das “noções científicas da criminologia” e da “antropologia criminal”. Dedicado ao ministro da Justiça dr. Esmeraldino Bandeira, tal livro buscava dialogar com o projeto de reforma do Código Criminal brasileiro que estava sendo organizado por uma comissão de jurisconsul-

8. PACHECO, Félix. *O Imparcial*. Rio de Janeiro: 7 dez. 1925, p. 3.

tos e ocorria no mesmo ano de sua publicação.⁹ A reforma do Código Criminal feita por bacharéis de Direito recebeu críticas de Elysio de Carvalho (1911, p. 431), que considerava que tais “atribuições e deveres cabiam à polícia judiciária”.¹⁰

A partir de 1911, o escritor alagoano ganhou maior visibilidade no universo criminalístico, publicando em um espaço de três anos 30 artigos de sua autoria na revista *Boletim Policial*, além de reportagens policiais em jornais e revistas, como *O Imparcial*, *Careta* e *A Ilustração Brasileira*. Tal fenômeno não ocorreria por acaso: em 1911, Elysio de Carvalho tornara-se diretor do Gabinete de Identificação do Rio de Janeiro e editor do periódico oficial desta seção policial. A entrada do escritor neste cargo aconteceu durante o mandato presidencial de Hermes da Fonseca e ganhara repercussão nos periódicos da grande imprensa brasileira. Para o jornal *Correio da Manhã*, a escolha do literato para o cargo de diretor do Gabinete de Identificação se deu graças à sua proximidade política com o presidente.¹¹ De fato, durante o ano de 1910, Elysio de Carvalho participara de vários eventos da campanha política hermista contra o seu adversário de candidatura, Rui Barbosa.¹² E, meses após a vitória deste candidato, o funcionário

9. No jornal *O Paiz*, foi encontrada uma notícia que falava sobre uma sessão realizada no Ministério da Justiça sob a presidência de Esmeraldino Barros com o intuito de reformar os Códigos de Processo Civil e Criminal brasileiro. Ver: Codificação das Leis Processuais, *O Paiz*, 18 jan. 1910, p. 2.

10. CARVALHO, Elysio de. A identificação como fundamento da vida jurídica. *Boletim Policial*, nº 15-17, ano V, jul.-set. 1911, p. 431.

11. Polícia do Sr. Távora. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 14 jun. 1911, p. 1.

12. No ano de 1910 é possível encontrar inúmeras referências que indicariam uma proximidade entre Elysio de Carvalho e Hermes da Fonseca. Além de sua presença em inúmeros eventos sociais promovidos pelo candidato, o escritor aparecia recorrentemente em recepções de partidas e chegadas do presidente. Ver, por exemplo: *Gazeta de Notícias*, 6 fev. 1910, p. 2. Dr. Rui Barbosa: manifestações de Belo Horizonte. *O Paiz*. Rio de Janeiro: 22 fev. 1910, p. 2. A Situação: o movimento civilista. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro: 26 fev. 1910, p. 2.

foi promovido ao cargo de diretor na repartição em que trabalhava desde 1907.

A promoção ao posto de diretor desta seção policial permitiu que Elysio de Carvalho trabalhasse em um projeto para transformar o Gabinete de Identificação e Estatística em um espaço de produção de saberes criminalísticos e um centro capaz de mediar diálogos entre especialistas nacionais e internacionais do campo da polícia científica. Não por acaso, o seu desejo de criar uma Escola de Polícia – que, como veremos no quarto capítulo, estava presente desde seus primeiros escritos – finalmente se concretizaria em 1912. Através da crítica a uma atuação empírica, reacionária e agressiva dos policiais de rua, Elysio de Carvalho defendia a necessidade de instruir e formar os agentes subalternos com novos conteúdos de polícia científica. Seguindo o modelo construído por Salvatore Ottolenghi na Polícia de Roma, o programa de estudo incluía um curso de “política criminal”, com discussões de criminologia, Direito Penal brasileiro e legislação penitenciária; e outro de “polícia científica”, marcada por um conjunto eclético de saberes e técnicas capazes de esclarecer crimes e identificar criminosos (Samet, 2008, p. 326-336).¹³

O impulso de modernização do Gabinete de Identificação do Rio de Janeiro ocorria em meio a uma crescente inquietação pelo suposto aumento da criminalidade na capital federal (Kalifa, 1995, p. 235). Desproporcionais ou não, os temores frente aos perigos urbanos estampavam manchetes de jornais, romances policiais, folhetins, artigos médicos e os debates entre os especialistas. Segundo Elysio de Carvalho, o criminoso moderno era temido menos pelo uso da força e muito mais pelas astúcia, inteligência e sofisticação. Esses desviantes apareciam recorrentemente nos escritos de Elysio, comparados com personagens de romances policiais, tais como o ladrão-cavaleiro Ar-

13. Sobre Ottolenghi e a escola de polícia científica de Roma ver: Di Giorgio e Labanca, 2018.

sène Lupin, das ficções de Maurice Leblanc, que inúmeras vezes escapavam da ação policial por suas sagacidade e inteligência.¹⁴

Os criminosos modernos que se destacavam pela graça e pelo cavalheirismo também apareciam como objetos de preocupação na obra de outro criminalista: o diretor do Laboratório de Polícia Técnica de Lyon, Edmond Locard.¹⁵ A estratégia de utilizar personagens das novelas detetivescas e todo o mistério que envolvia suas histórias tinha como intuito atrair um público mais amplo para leituras ligadas à temática da criminalidade, mostrando os desafios e os problemas que os peritos forenses conseguiam solucionar. Inspirado nesta perspectiva, Elysio de Carvalho publicou na revista da qual era diretor, *Boletim Policial*, fragmentos das “Aventuras de Sherlock Holmes” e uma tradução do ensaio do criminalista italiano Alfredo Niceforo, intitulado *O romance policial e a investigação policial*. Tais publicações demonstravam um esforço de vulgarização dos saberes técnicos ligados ao campo da polícia científica e da medicina legal. Em meio a personagens ficcionais e crimes considerados sensacionais, Elysio de Carvalho procurava difundir aos leitores a necessidade de organização de uma Polícia orientada por saberes científicos. O jogo de referência aos detetives dos romances policiais vinha justamente afirmar o lugar e os avanços daqueles que dos espaços dos laboratórios conseguiam efetivamente solucionar os mistérios que envolviam as reais práticas criminais.

Se, por um lado, Edmond Locard e Elysio de Carvalho reconheciam a necessidade de difusão destes saberes frente a um público

14. CARVALHO, Elysio de. Arsène Lupin “cambrioleur gentleman” é mito. *O Imparcial*. Rio de Janeiro, 18 jan. 1914, p. 6.

15. Discípulo de Alexandre Lacassagne, Edmond Locard foi um criminalista francês, responsável pela organização do Laboratório de Polícia Científica na cidade de Lyon, na França. Dentre seus trabalhos, o autor também se dedicou às formas de delinquência gráfica, assim como Elysio de Carvalho. Sobre a trajetória de Edmond Locard, ver: Artières, 2013, p. 111-127.

afeito às ficções detetivescas, a aproximação destes intelectuais residia principalmente na preocupação frente a um processo de internacionalização dos crimes que exigia a construção de uma rede de cooperação entre os agentes europeus e sul-americanos. No final do século XIX, com o advento dos novos meios de transporte e comunicação, cresceram as inquietações frente às novas formas de criminalidade que transpassavam as fronteiras nacionais. O esforço para a criação de formas de cooperação internacional entre as Polícias resultou em um pequeno estudo escrito por Locard sobre a Escola de Polícia do Rio de Janeiro, criada por Elysio de Carvalho e que será analisado no quarto capítulo deste livro.

Um problema comum para esses criminalistas era conseguir recuperar possíveis elementos que reconstruíssem a ação destes criminosos, sendo capaz de ligar suas identidades à prática e à cena do crime. Para tal, tornava-se necessário formar policiais capazes de ler e interpretar esses indícios. Em contraste com a figura do agente de rua, que agia através da força e da coação, procuravam-se preparar os policiais para serem capazes de “saber encontrar um traço, um vestígio que orientasse a justiça no seu modo de agir” (Reiss, 1914a, p. 5). Logo, o intercâmbio de saberes e a visita de especialistas às escolas de polícia também se constituíam em formas de construção das instituições locais através da consolidação de redes de cooperação internacional. Neste sentido, a visita ao Brasil do criminalista suíço Rudolph Archibald Reiss, em 1913, é um momento fundamental na conformação dessas redes transnacionais de polícia científica, que tiveram Elysio de Carvalho como protagonista, tal como será analisado nos terceiro e quarto capítulos desta obra.

O resumo das conferências de Reiss, publicado pela editora do *Boletim Policial*, demonstrava como Elysio de Carvalho enquanto diretor do Gabinete de Identificação promovia esforços de tradução, circulação e ressignificação de saberes criminalísticos produzidos pe-

los laboratórios de polícia científica do mundo. Além das conferências de Reiss, o escritor criou e dirigiu uma coleção chamada *Biblioteca do Boletim Policial*, que chegou a publicar 35 obras escritas por especialistas brasileiros e internacionais. Desta forma, na sua atuação como diretor do Gabinete de Identificação e Estatística, Elysio de Carvalho buscou se posicionar na Polícia carioca através da construção de um diálogo internacional com criminalistas europeus e sul-americanos.

Elysio de Carvalho entre a literatura e a polícia

Literato, anarquista e diretor do Gabinete de Identificação, apesar de sua trajetória multifacetada, Elysio de Carvalho foi objeto de análise de poucos estudos acadêmicos. Um dos primeiros trabalhos dedicados ao autor foi desenvolvido pelo arquivista e historiador alagoano Moacir Medeiros de Sant'Anna (1982, p. 92), em uma tentativa de recuperar sua atuação como escritor anarquista. Embora não realize uma análise de suas obras, o estudo biográfico que o considera como “o primeiro historiador anarquista do Brasil” narra desde seu encontro com tais teorias sociais até as formas e os veículos de publicações políticas protagonizados pelo literato. De acordo com o seu trabalho, os escritos anarquistas de Elysio de Carvalho se aproximariam de uma vertente considerada como “anarquismo individualista”, por defender a destruição do Estado como único caminho possível para que os homens pudessem satisfazer plenamente seus desejos individuais. Tal tendência tinha justamente o intuito de libertar o indivíduo, uma vez que este é “ingovernável”, sua “única realidade, seu fim e seu todo” (Carvalho, 1903, p. 82).

Se o estudo de Moacir Sant'Anna oferece uma série de referências sobre a trajetória plural do escritor alagoano, mapeando os órgãos de publicação em que atuou em diferentes momentos de sua vida, por outro lado, não consegue estabelecer um nexo entre estas diferen-

tes interfaces que atravessaram a sua trajetória. Publicado na década de 1980, nos últimos anos do regime ditatorial brasileiro, a obra de Sant'Anna inseria-se em uma série de trabalhos que buscavam resgatar os protagonistas e a história do movimento operário. Partindo desta perspectiva historiográfica, as atuações como anarquista e como funcionário de polícia do Rio de Janeiro são vistas como fases desconexas, não sendo possível compreender os percalços que marcaram o seu ingresso na Polícia do Rio de Janeiro.

De uma perspectiva distinta, durante a década de 1990, diferentes estudos procuraram pensar a figura de Elysio de Carvalho, buscando reconstruir nexos entre sua atuação como anarquista e como funcionário de polícia. Em artigo escrito na *Revista de Informação Legislativa*, Rossini Corrêa indicou como a entrada na Polícia do Rio de Janeiro seria um retorno à formação de bacharel em Direito não concluída pelo escritor. Para Corrêa (1998, p. 296), “o direito foi o Deus a que [Elysio de Carvalho] procurou, feita a travessia da anarquia para a polícia, servir”.¹⁶ Contudo, a análise do autor ignora trajetórias similares e contemporâneas ao escritor alagoano que, em vez de perseguir uma formação inconclusa em Direito, disputava com os grupos de bacharéis as prerrogativas de autoridade no campo policial. Além disso, não foram encontrados documentos que comprovassem que Elysio de Carvalho haveria, de fato, se matriculado na Faculdade de Direito de Recife, o que torna tal hipótese pouco fundamentada.

Por sua vez, em prefácio redigido na coletânea de *Ensaios* de Elysio de Carvalho, Cassiano Nunes (1997, p. 200) apontou o aristocracismo como o cerne da obra deste intelectual, cuja “concepção elitista parecia colidir com suas ideias socialistas”. Tal obra, apesar de nos

16. CORRÊA, Rossini. Da anarquia para a polícia (Elysio de Carvalho, lacuna na história do Direito Nacional). *Revista de Informação Legislativa*, ano 35, nº 137, jan.-mar. 1998, p. 296.

apontar um nexo interessante na trajetória de Elysio de Carvalho, não consegue localizar em que escopo intelectual se inseriam os escritos anarquistas de Elysio de Carvalho, não se aprofundando em sua atuação como funcionário de polícia.

Neste sentido, o crítico Arnoni Prado (2010, p. 22), ao se dedicar à análise das trajetórias de algumas minorias ilustradas da década de 1920, localiza o escritor Elysio de Carvalho dentro de um campo intelectual marcado por aspirações conservadoras e elitistas que posteriormente formulariam um arcabouço intelectual integralista, presente na crise oligárquica brasileira da década de 1930. Em sua obra, *O itinerário de uma falsa vanguarda: os dissidentes, a Semana de 22 e o integralismo*, Prado (2010, p. 38) afirmou que Elysio de Carvalho assumia “um papel fundamental de divulgador e ideólogo”, um “porta-voz intelectual da cultura dependente”. De forma distinta de Sant’Anna, para Prado (2010, p. 49), o engajamento político anarquista possuiria como pressuposto central a interpretação da modernidade. Em crítica à geração precedente que confinaria o artista a uma torre de marfim, Elysio de Carvalho partiria de uma noção na qual a literatura seria um conhecimento revelado capaz de pensar tanto os homens, a natureza, como a própria existência do Estado. Desta forma, o escritor alagoano extrapolava os limites de sua escrita literária, dedicando-se a temáticas que envolveriam a “questão social”, levando a cabo um projeto elaborado por uma minoria conservadora, desejosa de instruir e iluminar os membros das classes mais pobres. Lançando mão dos estudos anarquistas elaborados por Carone (1984) para Arnoni Prado, as teorias anarquistas desenvolvidas por Elysio tinham como objetivo difundir o cientificismo, procurando combater o catolicismo e a mistificação capitalista. Contudo, tal análise peca ao se debruçar isoladamente sobre os textos do escritor alagoano, desconsiderando tanto o contexto como as lógicas de produção e as interlocuções com escritores e com a imprensa carioca do início do século XX.

Recentemente, a figura de Elysio de Carvalho foi objeto de uma dissertação de Clarice Caldine Lemos (2010), voltada exclusivamente para a obra do escritor alagoano. De forma diferente de Moacir Sant’Anna, a autora não realiza um estudo biográfico, mas uma análise de quatro obras dedicadas à problemática da nação e do nacionalismo. Segundo Lemos, as obras de Elysio evidenciavam diferentes correntes estéticas, movimentos artísticos e políticos que estavam em movimento na Primeira República. Ao dedicar-se aos textos produzidos na última fase de sua vida, Lemos localiza o aristocratismo e o elitismo como eixos de interesse que explicariam os diferentes percursos do intelectual. Com o intuito de recuperar as redes de sociabilidade em que se inseria o escritor, a autora explora os diálogos que Elysio travava com referências internacionais em sua obra, principalmente em suas atuações em conferências, defendendo uma maior integração e um retorno às raízes do mundo ibérico. Este estudo não tangencia a problemática construída neste livro, por reconstruir uma face do escritor Elysio de Carvalho posterior a sua atuação como diretor do Gabinete de Identificação e Estatística da Polícia do Rio de Janeiro.

Alguns recentes trabalhos, como de Vanda Maria Sousa Rocha (2011), Valéria Cristina Barros (2005) e Marcus Rogério Salgado (2006) procuraram se dedicar aos escritos decadentistas de Elysio de Carvalho, localizando-o neste campo intelectual da chamada *Belle Époque* carioca. Segundo Salgado (2006, p. 134-140), através de experimentos narrativos, marcados por um “texto-frame” e “uma escrita sibarítica deslizando em linha serpentina”, o escritor alagoano elaborava “perfis mundanos” e “croquis urbanos em que se revelavam a vida boêmia do Rio durante a *Belle Époque*”. No entanto, a hipótese apresentada pelo autor de que Elysio de Carvalho teria ingressado como funcionário do Gabinete de Identificação por um profundo interesse pela “bizarria” (Salgado, 2006, p. 142) ignora o contexto em que o autor se inseria e as suas interlocuções com outros escritores do perí-

odo. A relação entre a sua produção escrita e seu trabalho cotidiano no Gabinete de Identificação e Estatística da Polícia carioca merece ser explorada.

A participação de literatos nas elites policiais foi sinalizada pela primeira vez por Marcos Bretas (1997, p. 44) em seu estudo sobre o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro da Primeira República. Utilizando como *corpus* documental os livros de registro de ocorrências de distritos policiais, Bretas analisou as disputas pela construção cotidiana de autoridade policial na capital federal, caminho que foi seguido por outros estudos de caso focados em São Paulo (Carvalho, 2001; Rosemberg, 2010), Rio Grande do Sul (Al-Alam, 2013; Mauch, 2011), Minas Gerais (Velasco, 2007, p. 237-265) e Ceará (Fonteles Neto, 2005), entre outros. Estes trabalhos buscam compreender as tensões e aproximações nas práticas cotidianas da Polícia, sua interação com as elites e com os trabalhadores. No entanto, por estarem justamente focados no exercício cotidiano da autoridade dos policiais subalternos, tais estudos não exploraram tanto as trajetórias de figuras diretivas da Polícia e a sua relação com os grupos políticos da época.

Desta forma, tais trabalhos emergiam como crítica a um campo de estudo mais próximo da historiografia marxista, que buscava pensar as formas de dominação cotidiana das instituições de Polícia e as experiências históricas nas quais a Polícia aparecia como um instrumento de repressão das lutas dos trabalhadores. Em trabalhos como o de Holloway (1997) e Mattos (2004), os órgãos policiais eram vistos como agentes produtores da modernidade pela força, como um braço armado e executor das ordens do Estado burguês republicano. A ênfase na análise dos usos da força pública para a imposição da ordem republicana pela Polícia – assim como das lutas e derrotas populares – não abria espaço para pensar a Polícia como uma instituição heterogênea, muito menos a trajetória policial de figuras como a de Elysio de Carvalho.

Mais tarde, os esforços em compreender quem eram os sujeitos que formavam as forças policiais resultaram em estudos, publicados na primeira década do século XXI, que demonstraram a diversidade daqueles que compunham as instituições policiais, e sobretudo, as diferentes funções que desempenhavam dependendo do contexto em que atuavam. Neste sentido, trabalhos como os de Henrique Samet, (2008) para o Rio de Janeiro, e Marcelo Quintanilha Martins (2011), para o caso de São Paulo, centraram-se no estudo de seções especializadas da Polícia, como um contraponto às pesquisas dedicadas às atuações dos policiais de rua. Através de uma análise sobre polícias, chefias e as autoridades policiais, Samet analisou as características de suas gestões e suas relações com as elites governamentais. A figura de Elysio de Carvalho neste estudo é abordada como pertencente a um grupo de “reformadores” ligados a uma “vertente externa” “que passavam em virtude de nomeações pelo aparato policial, nele não se fixando” (Samet, 2008, p. 313). Assim como o estudo de Bretas, a tese de doutorado de Samet também foi cara à construção deste objeto de estudo, por sinalizar como bacharéis, cientistas e literatos ingressavam na vida pública através de cargos policiais.

A heterogeneidade das organizações policiais brasileiras também apareceu em pesquisas que buscaram pensar as instituições de Polícia a partir de suas práticas culturais, cujas dinâmicas atravessavam espaços geográficos múltiplos. Através de uma perspectiva transnacional, estudos como o de Diego Galeano (2012a) dedicaram-se a reconstruir conexões e intercâmbios travados entre Buenos Aires e Rio de Janeiro, demonstrando a importância destas trocas para a construção das instituições policiais locais. Por meio das análises das atas de congressos sul-americanos, das trocas de correspondências entre os gabinetes de polícia e as bibliotecas que compunham as forças policiais, o historiador demonstrou como os saberes da polícia científica não obedeciam a um processo de transmissão de um centro intelectual europeu a uma

periferia latino-americana. Ao reconstruir a dinâmica de cooperação entre as Polícias portenha e carioca, a figura de Elysio de Carvalho ganhou destaque neste estudo, indicando seu papel como articulador no processo de construção de um campo de polícia científica na América do Sul. Tal trabalho, fundamental para a elaboração deste objeto de pesquisa, aponta a figura do escritor alagoano como um articulador entre as Polícias sul-americanas e europeias, responsável pela circulação de saberes de polícia científica na capital federal brasileira.

Também a partir de uma perspectiva transnacional, o estudo de Martins indicou a presença de Elysio de Carvalho em uma série de dinâmicas policiais que extrapolavam as fronteiras do Brasil. Ao buscar examinar a modernização da polícia paulista como parte das transformações sofridas pela cidade no início do século XX, Martins (2011, p. 182) procurou lançar luz sobre as conexões e interações que perpassaram o complexo processo de sedimentação de uma cultura policial paulista. No estudo deste autor, Elysio aparece como um difusor do sistema de Vucetich para a Polícia de São Paulo através do Primeiro Convênio Policial Brasileiro. A atuação transnacional do intelectual também foi sinalizada por Martins, tanto através de intercâmbios com os países sul-americanos quanto ao receber a visita do criminalista suíço Reiss no Rio de Janeiro.

Ao se dedicar a estudar a Escola de Polícia criada por Elysio de Carvalho, André Patrasso (2015) buscou analisar o surgimento da instituição ideada pelo diretor do Gabinete de Identificação em diálogo com outras experiências análogas no mundo. Para o autor, o escritor alagoano teria um papel fundamental no processo de inserção da Polícia carioca em um campo de saberes e práticas criminalísticos internacionais. No entanto, ao se dedicar ao processo de difusão de teorias criminológicas na Polícia carioca, o autor caracteriza-o como um fluxo de ideias europeias para interlocutores brasileiros, cujos esforços locais resumiam-se à adaptação a uma realidade nacional repu-

blicana. Se, por um lado, o trabalho de Patrasso nos permite mapear os saberes de polícia científica ministrados na Escola de Polícia, esta dissertação distancia-se da proposta desta pesquisa por conceber o campo de polícia científica internacional como uma difusão de ideias produzidas nos centros intelectuais europeus para serem assimilados e adaptados por uma periferia latino-americana. Os intercâmbios travados através das publicações de revistas policiais e as participações em congressos criminalísticos internacionais foram vestígios analisados ao longo deste trabalho que indicavam como o Gabinete de Identificação inseria-se em uma intensa rede de saberes de polícia científica cujos polos de produção de saber não se restringiam aos laboratórios criminais europeus.

Se, em tais estudos sobre história da Polícia e das práticas criminais, a figura de Elysio aparece transversalmente, a trajetória individual de criminalistas e especialistas da Polícia vêm, recentemente, sendo articulada a uma perspectiva translocal. No que tange ao campo de história da Polícia, a virada global tem influenciado diversas análises, como os recentes trabalhos de Mercedes García Ferrari (2015) e Nicolas Quinche (2011), que procuraram pensar o percurso individual de criminalistas que favoreceram a ampla circulação de conhecimentos, como também a consolidação de laboratórios centrais para o campo de polícia científica. Dedicando-se a Juan Vucetich, Ferrari traçou sua trajetória desde os seus primeiros passos na abertura de um Gabinete de Identificação em La Plata, até o processo de consolidação da datiloscopia enquanto sistema de identificação internacional. Longe de uma análise biográfica linear, seu estudo mostra as disputas e tensões entre os criminalistas que protagonizavam o cenário do final do século XIX e início do século XX, assim como os intercâmbios travados em congressos científicos entre as Polícias de Buenos Aires, Rio de Janeiro, Montevideu e Santiago de Chile. Por sua vez, o estudo de Nicolas Quinche dedicou-se a reconstruir a

trajetória de Rudolph Archibald Reiss no processo de consolidação do Instituto de Polícia Científica de Lausanne. O extenso trabalho de Quinche demonstra como a atuação e a produção intelectual de Reiss foram essenciais para a consolidação de um campo de saber disciplinar e transnacional, que passará a ser chamado de “polícia científica” ou “criminalística”. Tais obras, assim como as de Michele Di Giorgio (2010) para o caso de Salvatore Ottolenghi, Pierre Piazza (2011) para o caso de Alphonse Bertillon e Gonçalo Rocha Gonçalves (2017, p. 35-55) no estudo do policial português Cristóvão Morais Sarmiento, contribuíram em duplo sentido para a realização desta obra: por se tratar tanto de estudos de trajetórias individuais na consolidação de campos de saberes policiais, quanto por reconstruírem a rede global de especialistas na qual Elysio de Carvalho buscava se inserir.

Neste sentido, a trajetória e a obra de Elysio de Carvalho serão analisadas como fruto de uma atuação em uma rede de inter-relações no campo internacional da polícia científica, atravessado por trocas e circulações de conhecimentos, técnicas e impressos. Viagens de especialistas, o intercâmbio de materiais e a participação em congresso demonstram a circulação e a apropriação de ideias e técnicas, em uma rede com diversos polos de produção de conhecimentos, tais como Paris, Lyon, Lausanne, Buenos Aires e Rio de Janeiro.

Fontes documentais

A respeito do *corpus* documental desta pesquisa, dediquei-me a analisar as obras do escritor Elysio de Carvalho, assim como as brochuras e os artigos publicados durante o período que ele era membro e diretor do Gabinete de Identificação e Estatística. Foram localizados 31 títulos de obras do escritor, sendo 19 livros e 12 brochuras publicadas pela *Biblioteca do Boletim Policial*, coleção dirigida pelo próprio Elysio de Carvalho. Neste ponto, procurarei analisar tanto os esforços

de tradução, apropriação, ressignificação e publicização de saberes de polícia científica, como seu papel de editor e articulador para a construção de uma cultura escrita policial.

Também serão analisados seus artigos no periódico mensal *Boletim Policial* entre os anos de 1907 e 1915. Foram incluídas, no *corpus* documental, uma série de crônicas presentes na imprensa carioca: no jornal *O Paiz* (um conjunto de seis textos sobre os avanços da polícia científica escritos em 1910), na folha diária *O Imparcial* (uma extensa série de artigos publicados entre os anos de 1913 e 1915), na revista mensal *Ilustração Brasileira*, entre os anos de 1910 e 1913; e, por fim, na revista *Careta*, de março a novembro de 1910.¹⁷ O marco temporal se estende desde a entrada de Elysio de Carvalho na Polícia carioca em 1907 até a sua saída em 1915.

Junto aos textos de Elysio de Carvalho, procurarei analisar os relatórios dos chefes de polícia durante o período da atuação do escritor alagoano na Polícia, além dos próprios relatórios elaborados como diretor do Gabinete de Identificação e Estatística. Ao comparar as práticas discursivas que buscavam fundar um campo de polícia científica na cidade do Rio de Janeiro com os relatórios e estatísticas produzidos pela repartição policial, procurarei analisar as disputas e os percalços institucionais, as contradições e as tensões entre as circulações transnacionais e os espaços locais de policiamento.

A publicação do *Boletim Policial* permite-nos ainda analisar as correspondências trocadas entre Elysio de Carvalho e os criminalistas estrangeiros, possibilitando reconstruir os intercâmbios travados entre os polos de polícia científica do Rio de Janeiro com as Polícias sul-americanas e europeias. As seções “Documentos e Informações” e “Notícias Diversas” desse periódico foram estudadas com o intuito

17. Uma compilação dos artigos publicados por Elysio de Carvalho nos periódicos da imprensa – assinados pelo autor, ou mesmo publicados através de um pseudônimo – se encontra no livro *Escritos policiais* (2017), organizado por Diego Galeano e Marília Rodrigues de Oliveira.

de mapear as visitas de criminalistas, a participação do Gabinete de Identificação em congressos e os esforços de aplicação dos saberes de polícia científica no interior do Gabinete de Identificação. Por fim, a revista dos *Archives d'Anthropologie Criminelle* que incluem crônicas sobre a Polícia do Rio de Janeiro – contando com citações de obras de Elysio de Carvalho, um artigo de sua autoria e um artigo de Edmond Locard sobre a Escola de Polícia carioca –, também será objeto de estudo deste trabalho, como forma de analisar a circulação e a apropriação dos saberes de polícia científica.

Junto a estas obras, analisarei o *Manuel de Police Scientifique* (1911), de Reiss, procurando compreender a interlocução dos escritos do criminalista suíço com os de Elysio de Carvalho. Serão analisados também os artigos desenvolvidos pelo autor suíço, presentes na antologia de textos fundadores da polícia científica organizada pelo historiador Nicolas Quinche. No entanto, para além de uma análise da influência de Reiss na obra do escritor alagoano, procurarei também analisar as trocas de saberes e formas de cooperação desenvolvidas pelos autores, tendo em vista a visita de Reiss à cidade do Rio de Janeiro. As brochuras desenvolvidas pelo diretor do Gabinete de Identificação de Polícia sobre a visita e as traduções das conferências do criminalista suíço serão analisadas a partir deste olhar.

O *corpus* documental também incluiu o catálogo de livros da biblioteca pessoal de Elysio de Carvalho, organizado pelo bibliógrafo Tancredo Barros Paiva. Após a morte do escritor alagoano, sua biblioteca foi desmembrada restando apenas o catálogo, localizado no Instituto Ibero-americano de Berlim. A análise sobre esta documentação teve como objetivo reconstruir como a formação de uma biblioteca particular era um instrumento de inserção de Elysio de Carvalho no campo literário da capital federal. Por sua vez, a Fundação Casa de Penedo também consta com um arquivo com textos e objetos pessoais do escritor, incluindo correspondências trocadas com outros inte-

lectuais.¹⁸ O olhar sobre esta documentação tem como objetivo não somente reconstruir o perfil de Elysio, mas também investigar sua relação com outras personalidades contemporâneas.

No que tange a um esforço de reconstrução do percurso de Elysio de Carvalho – desde sua atuação como escritor, anarquista até a sua inserção no Gabinete de Identificação e Estatística –, dediquei-me a analisar as notícias sobre o autor que foram publicadas nos jornais impressos e nas revistas de Alagoas, Rio de Janeiro e Buenos Aires, entre os anos de 1899-1915. Através do estudo desta documentação, procurei reconstruir as redes de sociabilidade em que se inseria o literato e os esforços de construção de sua figura enquanto um intelectual na Primeira República

Por fim, dediquei-me a investigar a documentação referente aos intercâmbios de informações travados entre as chefaturas policiais, o Gabinete de Identificação do Rio de Janeiro e a Escola de Polícia criada por Elysio de Carvalho, no Fundo de Documentos de Polícia do Arquivo Nacional. Tal documentação será aqui analisada para recuperar as transformações no Gabinete de Identificação e na Escola de Polícia, como uma forma de contraponto aos artigos científicos publicados sobre o tema, evidenciando os percalços da aplicação dos saberes de polícia científica.

Tomando distância do escopo temporal deste estudo, o primeiro capítulo busca reconstruir a trajetória de Elysio de Carvalho desde o momento em que saíra de sua cidade natal até o período em que se tornara um funcionário da polícia. Por meio da análise dos seus primeiros esforços de publicação e articulação com os grupos intelectuais, procuro analisar como Elysio de Carvalho forjou a figura de um literato rebelde, que permeava espectros e dinâmicas sociais marcantes na Primeira República. Esse itinerário inicial é fundamental para compreender a sua posterior inserção na Polícia da capital federal.

18. Pasta PN/CARVALHO, Elysio de. 700/EC P.29 (B), Fundação Casa de Penedo.

O segundo capítulo analisa os esforços de construção de espaços de escrita policial dentro do Gabinete de Identificação e Estatística. Por meio do estudo de suas primeiras publicações voltadas para a temática da criminalística, junto a sua atuação como diretor de Gabinete, procurei investigar como Elysio de Carvalho traduziu, editou e escreveu textos sobre o universo urbano, os vícios e a criminalidade moderna. A trajetória do escritor como funcionário de uma seção policial entre os anos de 1907 a 1911, assim como a história institucional do próprio Gabinete de Identificação, também serão objetos de estudo deste capítulo com o intuito de pensar os conflitos, as alianças e rupturas que atravessaram a promoção do funcionário da Seção de Informação para o cargo de diretor responsável por toda a repartição.

O terceiro capítulo explora os esforços empreendidos por Elysio de Carvalho como diretor do Gabinete de Identificação e Estatística para a construção de um campo de polícia científica na cidade do Rio de Janeiro. Para tal, analiso dois projetos liderados por ele: a edição da revista do *Boletim Policial* e a realização do Primeiro Convênio Policial Brasileiro. A partir de tais empreendimentos, investigo como os esforços de construção de um campo da polícia científica do Rio de Janeiro ocorriam em meio a articulações políticas e disputas entre instituições locais, regionais e internacionais.

No quarto capítulo, estudo os esforços de criação da Escola de Polícia do Rio de Janeiro, através da qual Elysio de Carvalho buscava institucionalizar os estudos criminalísticos na Polícia do Rio de Janeiro. Os programas de curso, materiais pedagógicos e relatórios feitos sobre a Escola permitem investigar o conjunto de conhecimentos mobilizados para a formação dos agentes de polícia, assim como os intercâmbios de saberes criminalísticos entre diversas instituições. Para além das formas de cooperação internacionais, este capítulo pretende investigar as tensões e disputas entre autoridades locais que perpassaram a fundação da Escola de Polícia até o seu encerramento no ano de 1915.

Por fim, o quinto capítulo deita o olhar nas crônicas policiais de Elysio de Carvalho, publicadas nos periódicos *Careta*, *Ilustração Brasileira* e *O Imparcial*. A imprensa comercial também apareceu como um espaço no qual o diretor do Gabinete de Identificação divulgava fora da Polícia saberes sobre os criminosos e a criminalidade cariocas, assim como divulgava também os avanços científicos no campo da criminalística entre o grande público. Este esforço de vulgarização dos saberes de polícia científica para um público leitor mais amplo dialogava com a própria popularidade dos romances policiais e detetivescos na capital federal.

Desta forma, por meio do percurso destes cinco capítulos, este livro procura analisar como o Gabinete de Identificação e Estatística do Rio de Janeiro constitui-se como um espaço institucional, a partir do qual Elysio de Carvalho procurava construir um campo de saberes de polícia científica, em diálogo com as elites estatais, o público leitor carioca e o campo internacional da criminalística. A ambição de ingressar em uma carreira diplomática permitiu uma maior aproximação do funcionário de polícia com outros polos de polícia científica do mundo. Ao assumir atribuições de tradutor e intérprete no espaço policial, Elysio de Carvalho favoreceu a circulação, a ressignificação e a publicização de diversos saberes de polícia científica. No entanto, os esforços de inserção do Gabinete de Identificação em uma rede de instituições internacionais esbarravam em assimetrias e disputas locais. A construção de um campo de saberes criminalísticos atendia aos esforços de controle do fenômeno da criminalidade moderna no Rio de Janeiro, cujo contexto socio-histórico divergia das realidades vividas pelos funcionários de polícia europeus. Além disso, as articulações com criminalistas internacionais eram instrumentos de disputas entre as repartições locais que competiam pela prerrogativa de conduzir o processo de modernização das forças policiais do Rio de Janeiro. Desta forma, o percurso como escritor, anarquista e policial, longe

de ser considerado como abrangendo fases antagônicas, nos permitiu analisar uma diversidade de atuações protagonizadas por escritores inseridos nas instituições de Polícia no início do século XX.

“O Dr. Antônio das Letras”

O que se diz de si é sempre poesia.

(Renan, 1883)

No ano de 1905, o escritor Elysio de Carvalho publicou uma pequena brochura intitulada *História dum cérebro*, um trabalho autobiográfico no qual o autor dedicava-se a reconstruir sua própria trajetória intelectual. Publicado pela Tipografia Besnard Frères, o livro era resultado de uma série de entrevistas feitas por seu amigo literato, João do Rio, com alguns dos escritores que mais se destacavam no cenário intelectual brasileiro, como Olavo Bilac e Coelho Netto. A série, inicialmente publicada no jornal *Gazetas de Notícias*, foi transformada nessa pequena obra, cujo exemplar se encontra no acervo da Academia Brasileira de Letras, constando com uma dedicatória ao escritor Machado de Assis. No ano de 1905, Machado já era um literato consagrado e longe estava de possuir um vínculo próximo com o jovem alagoano, recém-chegado à cidade. No entanto, a dedicatória escrita para o “mestre admirável de nós todos” (Carvalho, 1905, p. 2) demonstrava não apenas admiração, mas um esforço de aproximação e inserção de Elysio de Carvalho nos círculos literários consagrados do Rio de Janeiro.

Inúmeras foram as estratégias do jovem escritor de participação nos meios intelectuais que atravessavam a capital federal da primeira década do século XX. Naturista, decadentista e anarquista, Elysio de Carvalho circulou em movimentos políticos e artísticos diversos até tornar-se um membro da Polícia do Rio de Janeiro no ano de 1907. Tal multiplicidade de atuação gerou uma produção de distintas imagens acerca do escritor nos recentes estudos acadêmicos. Ora descrito, por seu biógrafo Moacir Medeiros Sant’Ana (1982, p. 92), como “o primeiro historiador anarquista do Brasil”, Elysio de Carvalho também foi considerado como o “responsável” pela “circulação do idioleto decadista na literatura brasileira”, segundo a visão de Marcus Rogério Salgado (2006, p. 92); além de figurar como “déspota esclarecido de uma contravanguarda” literária, nas palavras de Antônio Arnoni Prado (2010, p. 38). As diversas representações construídas em torno da figura deste escritor demonstram a dificuldade em recuperar uma suposta unidade que definiria a sua trajetória. Os estudos de biografias e autobiografias têm demonstrado como os esforços de reconstrução da vida de um indivíduo podem muito facilmente recair em um equívoco analítico, ao conceberem uma noção de trajetória como um deslocamento linear e unidirecional, um conjunto coerente e orientado que possuiria uma origem – no sentido de partida, mas também de causa primeira – e um término, que seria seu destino (Bourdieu, 1996, p. 184). Em vez de procurar identificar um traço imanente à trajetória desta personagem, dado de coerência final, capaz de equacionar as diferentes faces assumidas pelo escritor, podemos pensar como tais incongruências sugerem espectros e dinâmicas sociais marcantes do contexto-sócio histórico da Primeira República que foram vivenciados, recriados e interpretados por Elysio de Carvalho.

Neste sentido, este capítulo tem como objetivo reconstruir a trajetória de Elysio de Carvalho desde o momento em que saíra da cidade de Penedo, Alagoas, até o período em que se tornara um fun-

cionário da polícia. A publicação de artigos, a fundação de revistas, assim como a comunicação epistolar serão analisadas como vestígios das dinâmicas sociais que atravessavam e compunham os espaços literários cariocas nessa época. Se, por um lado, a figura de Elysio de Carvalho foi objeto de trabalhos que buscavam observar a questão do nacionalismo nos “movimentos artísticos” (Lemos, 2010, p. 11) do Rio de Janeiro, ou mesmo “os diálogos entre o Nordeste e os centros metropolitanos modernistas” (Souza, 2013, p. 17), neste capítulo procurarei analisar o mosaico de ideias que compunham o lugar deste escritor que demonstrava também as inúmeras estratégias de construção, para si e para o mundo, da figura de um intelectual na Primeira República.

De rebelde a arrivista

Em 24 de junho de 1889, a revista semanal *Rua do Ouvidor* publicou em sua primeira página o perfil biográfico de Elysio de Carvalho. Descrito como um homem de “rara inteligência” e de “alma jovem e sentimentalista”, o escritor tinha apenas dezenove anos no momento dessa publicação e era colocado como uma promessa literária, cuja carreira bem principiada seria construída com “brilhantismo”.¹ A publicação do perfil biográfico, que contava com um retrato do literato, ocorria em um momento oportuno de sua carreira. Recém-chegado à cidade do Rio de Janeiro, Elysio de Carvalho, que nascera em Penedo, no estado de Alagoas, tinha o anseio de inserir-se no campo literário carioca. E, neste sentido, a homenagem publicada na revista *Rua do Ouvidor* vinha projetar sua figura entre os leitores e escritores da capital federal brasileira.

Para aqueles que vinham de regiões interioranas, construir uma trajetória artística exigia muitas vezes a saída de suas cidades natais.

1. *Rua do Ouvidor*, Rio de Janeiro: 24 jun. 1889, ano II, nº 59, p. 1-2.

No final do século XIX, o estado de Alagoas sofria com condições socioeconômicas precárias que inibiam a construção de um bom sistema educacional local. Com uma economia baseada na exportação de cana-de-açúcar e do algodão, a sociedade rural e escravista alagoana longe estava da vida cultural intensa no Rio de Janeiro (Souza, 2013, p. 54). De acordo com Cavalcante, ainda na década de 1920, 80% da população deste estado era composta de analfabetos de o que tornava difícil a contratação de professores para o ensino das primeiras letras. Aqueles, que ocupavam este cargo eram, em sua maioria, indicados por ligação política e precisavam apenas dominar os saberes de leitura e das operações iniciais de matemática (Cavalcanti, 2005). Neste sentido, os membros que pertenciam às famílias abastadas e procuravam uma formação acadêmica de excelência muitas vezes recorriam ao estado de Pernambuco, limítrofe a Alagoas, para a realização dos estudos primários e mesmo os de grau superior. Desde o final do século XIX, Pernambuco constituía-se como um centro da vida urbana e intelectual do Nordeste, cujas estruturas e dinâmicas sociais atraíam os membros dos grupos abastados da região. Foi o que ocorreu com o jovem Elysio de Carvalho, quando em 1893 foi enviado por sua família ao Seminário Episcopal de Olinda, para a realização de seus estudos, onde permaneceu durante apenas três anos (Sant'Ana, 1982, p. 21).

A desistência do seminário de Olinda e da carreira eclesiástica fez com que Elysio de Carvalho voltasse a Alagoas para iniciar seus exames gerais e preparatórios no Liceu de Maceió. O abandono dos estudos é um episódio que não consta no artigo biográfico publicado pela revista *Rua do Ouvidor* (1899). O ato de escrever sobre a vida dos outros integra um conjunto de modalidades que tem como efeito a produção de uma figura singular e individual (Gomes, 2004, p. 10). No que tange ao artigo publicado, é visível o esforço de construção de uma imagem de Elysio de Carvalho como uma promessa literária

“que haveria de causar verdadeiro sucesso”.² Junto a elogios como estes, o periódico literário procurava reconstruir uma gênese da participação do jovem alagoano no universo da imprensa. Desde a colaboração em jornais como *União*, em Penedo, *Quinze de Novembro*, em Maceió, o artigo narrava a fundação de periódicos no Rio de Janeiro, como *A Tarde*, *A Meridional*, e por fim, o jornal recém-criado pelo autor, *Brasil Moderno*.

A iniciativa de fundar diferentes periódicos inseria-se em um esforço de forjar redes de sociabilidade que tinham as revistas como espaço por excelência para o desenvolvimento de projetos literários, artísticos e políticos. Segundo Sirinelli (1996, p. 249), “as revistas conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão – pelas amizades que as subtendem, as fidelidades que arrebanham (...) – e de exclusão – pelas posições tomadas, os debates suscitados e as cisões advindas”. Inserido nesta lógica, em 1900, o escritor alagoano lançou-se como um membro do movimento literário naturista, escrevendo um manifesto no qual justificava a falta de produções literárias relevantes no cenário brasileiro do início do século XX, como fruto da ausência de “espírito da época”, de onde proviria o fluxo natural das “coragens heroicas” (Prado, 2010, p. 36).

Movimento francês fundado em 1895 por Saint-Georges de Bouhélier e Maurice Le Blond, o naturismo nasceu como crítica ao simbolismo, defendendo a literatura como expressão de um empenho intelectual coletivo e democrático, uma síntese entre o social e o estético.³ Inspirado nas leituras dos escritos de Bouhélier, e do manifesto naturista publicado no jornal *Figaro*, Elysio de Carvalho atacava o “culto do irreal”, os artifícios dos jogos de frase, cujo trabalho estilístico estéril impediria uma “expressão pura” dos fatos. Para além disso,

2. *Rua do Ouvidor*, Rio de Janeiro: 24 jun. 1889, ano II, nº 59, p. 1.

3. Sobre o movimento literário naturista ver: Prado, 2010, p. 38; López, 2017, p. 113-234.

o manifesto assinalava a necessidade de uma renascença espiritual do país que garantisse a transição do velho para o novo século, no qual a arte faria “uma revolução de ordem moral”, recuperando o homem frente ao progresso de uma nova época (Prado, 2010, p. 36-37). O manifesto naturista foi enviado para algumas gazetas jornalísticas, como o *Jornal do Brasil*⁴ e junto com a fundação da *Revista Naturista* compunha esforços de Elysio de Carvalho em se tornar um propagador das ideias deste movimento literário no Brasil. Não por acaso, o manifesto foi impresso como folheto e ganhou o nome de *Delenga Carthago*. De origem latina, tal expressão é atribuída a Catão, o Antigo, que depois da Segunda Guerra Púnica manifestava como uma ideia fixa a necessidade de destruir Cartago. Tal ideia, que se tornou uma expressão na pena de Elysio de Carvalho, visava a expressar o teor combativo de seu manifesto e a necessidade eminente de destruição das práticas literárias vigentes no cenário artístico brasileiro. O caráter bélico que ganhava o título dessa obra estava atrelado à própria imagem que Elysio de Carvalho procurava projetar entre os grupos de literatos da capital federal. Quatro anos após a publicação de *Delenga Carthago*, o literato descreveu a si mesmo como “um apaixonado, um espírito combativo e pertinaz, um homem de ideias extremas e de conclusões radicais, uma natureza impulsiva e espontânea, podendo dizer, sem exagero, que sou um rebelde nato” (Rio, 1903, p. 83). Desta forma, o escritor alagoano – originário de uma cidade interiorana e sem nenhum forte apadrinhamento – procurava construir uma representação de si calcada na rebeldia e na insubordinação como uma forma de ingressar nos círculos da literatura brasileira.

Tal prática discursiva, que visava a produzir uma singularidade individual, também foi responsável pela produção de uma memória subversiva que se encontra no cerne de alguns estudos acadêmicos sobre Elysio de Carvalho. Considerado por Lemos (2010, p. 33) como

4. *Jornal do Brasil*, 17 mai. 1910, p. 1.

um “rebelde”, “de espírito forte” e por Nunes (1997, p. 33) como “insubmisso” e “revoltado”, tais leituras sobre o escritor alagoano vão de encontro às críticas literárias de seus contemporâneos, que demonstram uma dimensão do escritor ainda pouco explorada. Em crítica a sua obra, *Delenga Carthago*, o escritor e promotor Annibal Freire sinalizou “o tom de autoridade com que alguns novos falam querendo infringir-nos como manifestações de verdadeira arte certas e enfadonhas frioleiras.”⁵ O esforço de defesa do movimento naturista em meio “enormes citações e nomes próprios” era visto por Annibal Freire como forma de “revelar erudição de baixo preço” e o “autoritarismo das expressões” que procuravam definir o naturismo como uma “arte heroica” em “pedaços de prosa incompreensível”.⁶

O estudo de Arnoni Prado (2010, p. 28) indica-nos como os primeiros anos de 1900 foram exacerbadamente panfletários entre os homens das letras do Rio de Janeiro, marcados pela circulação de manifestos cujo “radicalismo é em parte enaltecido como virtude capaz de acelerar (...) um novo mundo em gestação”. No entanto, por mais que tal caráter insurgente estivesse enraizado no momento literário brasileiro do início do século XX, a crítica de Annibal Freire nos evidencia como a rebeldia hoje atribuída ao escritor alagoano era compreendida por alguns de seus contemporâneos como uma “mania de novidade”,⁷ cuja impetuosidade seria uma forma de projetar sua figura nos círculos literários cariocas.

Longe de uma perspectiva isolada, a ridicularização de Elysio de Carvalho ganhou eco em outras colunas jornalísticas demonstrando como a identidade controversa que o escritor pretendia construir no cenário literário concorria com a imagem de um oportunista. Em um artigo escrito no jornal *Diário de Minas*, Elysio de Carvalho foi des-

5. FREIRE, Annibal. Notas a esmo. *Gazeta da Tarde*, 21 jun. 1901, p. 2.

6. FREIRE, Annibal. Notas a esmo. *Gazeta da Tarde*, 21 jun. 1901, p. 2.

7. FREIRE, Annibal. Notas a esmo. *Gazeta da Tarde*, 21 jun. 1901, p. 2.

crito como um “prodígio que já foi realista, romântico, decadentista, o diabo a quatro, em suma, fez-se naturista.”⁸ Tal crítica à inconstância e à frivolidade modista do escritor também foi feita por um colunista do periódico *O Paiz*, sob o codinome de A.A.: “Jurou aos deuses que havia de ter um jornal que pegasse, e fundou uma folha diária, *A Tarde*. Não pegou. Atirou-se a uma revista decadente, intitulada *Meridional* e com colaboração de por alguns meninos nefelibatas. Também não pegou”.⁹ A declaração deste colunista demonstrava como o fato de Elysio de Carvalho ter criado diferentes revistas em um período de poucos anos contribuía para que fosse visto como um artista que das formas mais distintas buscava afoitamente um reconhecimento na comunidade literária brasileira. O furor e a rebeldia aqui eram vistos como um “erro” por “pretender conquistar o público pelo escândalo e intimidar os velhos pelo terror, a fim de que estes fujam espavoridos e deixem assim mais depressa lugar aos novos”.¹⁰

A composição daqueles que colaboraram com o primeiro número da revista *Meridional* revela um círculo preliminar de literatos em que Elysio de Carvalho buscava se inserir. Rocha Pombo, Cruz e Souza, Félix Pacheco, Carlos D. Fernandes e Raul Braga foram escritores que colaboraram nos dois números publicados da revista.¹¹ Frequentador da Livraria Garnier, Rocha Pombo unia-se a escritores anarquistas e socialistas, como Fábio Luz e Curvelo Mendonça, que posteriormente passariam a dividir publicações com Elysio de Carvalho, sobretudo durante sua atuação nos círculos de cultura libertária. Segundo Brito Broca (2004, p. 83), tais literatos tinham em comum um antagonismo a Machado de Assis, compondo um grupo à parte que frequentava a Livraria Garnier. No entanto, tal hostilidade pos-

8. PIERROT, Entre dois chopps. *Diário de Minas*, 29 abr. 1901.

9. A.A. Palestra. *O Paiz*, 27 jun. 1899, p. 2.

10. A.A. Palestra. *O Paiz*, 27 jun. 1899, p. 2.

11. *A Meridional*, 28 fev. 1899, ano I, nº 1, p. 1.

sivelmente sentida por seus companheiros não ecoava nas atitudes de Elysio de Carvalho. No arquivo de memória da Casa de Penedo é possível localizar a fotografia abaixo na qual se encontram reunidos Machado de Assis e Joaquim Nabuco, à direita de Pereira Passos, junto a Elysio de Carvalho, localizado à esquerda do prefeito.

Figura 1: Elysio de Carvalho em reunião com políticos e intelectuais em 8/9/1906.



Fonte: Museu Casa de Penedo.

Tal fotografia ganhou interpretações distintas, responsável também por leituras divergentes da figura do literato de Alagoas. Segundo Souza (2013, p. 84), esta imagem teria sido tirada em frente à Academia Brasileira de Letras, demonstrando como Elysio de Carvalho reservava seu lugar “na história nacional, estando à altura daqueles que conseguiram um lugar de destaque dentro do campo do qual participava”. Por sua vez, a mesma imagem esteve presente na obra de Arnoni Prado sendo descrita como um registro de um almoço oferecido pelo prefeito Pereira Passos, ao representante da Colômbia,

general Uribe y Uribes. A fotografia, que consta com uma pequena observação na margem inferior da esquerda, confirma a hipótese de Arnoni Prado. A participação de Elysio de Carvalho no jantar oferecido a Uribe y Uribes, ministro da Colômbia, indicava um esforço de integração internacional. Considerado por Prado (2010, p. 38) como “porta-voz da cultura dependente”, cuja constante referência a autores estrangeiros tratava-se de um instrumento de afirmação social, o escritor alagoano utilizava tais eventos como forma de forjar redes de sociabilidade e inserir-se nas redes intelectuais internacionais.

O esforço de tornar-se um literato de ares cosmopolita apareceu de forma muito nítida nos escritos de Elysio de Carvalho (1905, p. 5). Na obra em que se dedicou a escrever uma perspectiva autobiográfica sobre sua trajetória, o escritor alagoano assinalou como lia muito, “mas muito, e lia tudo que vinha da Europa, via Paris, e sobretudo os novos”. O processo de anamnese essencial para construção de uma escrita autobiográfica, muito mais que uma recuperação genuína da experiência passada, revela uma série de procedimentos de lembrança e esquecimento cuja lógica de seleção dos fatos está intrinsecamente atrelada ao contexto sócio-histórico de produção e recepção desta fala (Halbwachs, 2013). Desde o final do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro foi marcada por um “cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense” (Sevcenko, 1999, p. 30). Em oposição ao momento da Independência, em que as elites locais buscavam construir uma identificação com os grupos nativos, o advento da República trouxe consigo o triunfo do cosmopolitismo na capital federal. Através do porto, chegavam à cidade inúmeros navios com roupas, mobílias, acessórios, junto a livros e peças que marcavam o cenário artístico-filosófico parisiense. O esforço de acompanhar as mais recentes publicações que vinham da Europa manifestava-se muitas vezes como um desejo de ser e comportar-se como um homem do mundo (Sevcenko, 1999, p. 30). Não por acaso, em sua entrevista a

Paulo Barreto, Elysio de Carvalho (2010, p. 17) declarou que nem por suas tendências ou aspirações reconhecia em si mesmo a figura de um escritor brasileiro. Ao contrário, para o literato alagoano, ele seria um homem “supernacional”, “pertencente ao movimento intelectual europeu” (2010, p. 57). Desta forma, ao retomar as primeiras leituras, feitas ainda na época de sua infância, Elysio de Carvalho revelava e recriava dimensões íntimas de sua figura procurando produzir uma autenticidade em torno de uma imagem de leitor e escritor cosmopolita.

Para Clarice Lemos (2010, p. 44), o constante desejo de mudança e de atualização de Elysio de Carvalho inseria-se dentro do perfil que este mesmo criava para si como homem de letras, cuja vaidade não teria “vergonha de mudar completamente de posicionamento, muitas vezes causando polêmica”. Para a autora, tal trajetória tão multifacetada e diversificada não seria apenas modismo intelectual (2010, p. 57), mas evidenciaria uma dificuldade analítica de enquadrar o jovem alagoano – justamente por este ser um intelectual – em uma única linhagem de pensamento político ou corrente ideológica. Porém, não seriam apenas “o desejo constante de mudança” e sua “vaidade intelectual” responsáveis pela criação de um percurso intelectual tão distinto. Pelo contrário, a perspectiva que atribuiria tais características como imanentes à personalidade de Elysio de Carvalho reduziria a importância do contexto sócio-histórico na compreensão das escolhas que marcaram sua trajetória. Por mais que nas notícias da imprensa fosse visível a alusão do escritor como “intelectual”, tal imagem concorria com a figura de um artista que seria um arrivista, cujas constantes mudanças de posicionamentos seriam estratégias de autopromoção no cenário cultural da capital.

Não por acaso, na coluna de crítica literária do jornal *Cidade do Rio*, Elysio de Carvalho era descrito como um homem de duvidosa autenticidade para composição literária. Sob o pseudônimo do colunista “Claude”, o jornal afirmava que “quanto à inspiração, quando

essa deusa falta (...) Elysio de Carvalho não se atrapalha: vai à biblioteca, agarra uma citação e faz o seu firmado no outro verso”. A insinuação de que a obra de Elysio de Carvalho não seria mais que fruto de paráfrases de sonetos de outros poetas que um livro autêntico de sua autoria era atribuída ainda ao desejo do escritor alagoano “de dizer que tinha mais um livro e de posar de homem de espírito erudito no prefácio”.¹² Neste sentido, o poeta nascido em Penedo era julgado como um artista que, recém-chegado ao cenário literário carioca, utilizava ardilosas estratégias para compor uma representação de si como intelectual cosmopolita. A fundação de distintos periódicos, a saída da cidade de Penedo para o Rio de Janeiro, assim como sua inserção no movimento naturista e sua constante frequência em espaços de sociabilidade intelectual constituíam-se em uma série de estratégias mobilizadas pelo jovem escritor para inserir-se no meio literário nacional do início do século XX. No entanto, se por meio de suas criações não era possível obter o reconhecimento que desejava, apropriar-se dos versos alheios mostrava-se uma saída viável para a concretização de suas ambições. Pelo menos, à primeira vista.

Um caso de plágio

Na publicação de 12 de abril de 1899, o jornal alagoano *Gutenberg* (1899) levou a público a acusação de que o literato, Elysio de Carvalho, teria plagiado um poema, cuja autoria pertenceria a Aristeu de Andrade, escritor e irmão do redator-chefe da folha. De acordo com o jornal, o “gatuno literário” teria publicado no periódico que fundara, *A Tarde*, o poema sob o título “Canção”, que supostamente faria parte da obra *Canções do tédio*, título que também seria de autoria de Aristeu de Andrade.¹³ As acusações de plágio feitas a Elysio não se

12. CLAUDE. Notas literárias. *Cidade do Rio*, 23 mai. 1900, p. 2.

13. ELYZIO DE Carvalho: o Afonso Coelho da Literatura. *Gutenberg*. Maceió, 12 abr. 1899, p.1.

resumiam a este episódio. Primeiramente, o escritor e jornalista Félix Pacheco denunciou que o literato alagoano havia copiado um soneto, intitulado *Cormoran*. Tal acusação foi seguida pela denúncia de que este também plagiara o poema *O Vencido* e o publicara no primeiro fascículo de sua revista chamada *A Meridional*. Ambas as obras plagiadas eram de autoria de Aristeu Andrade.¹⁴

As práticas de *escroqueries* literárias lhe renderam os apelidos – criados pelo jornal – de “Afonso Coelho da Literatura” e “Dr. Antônio das Letras”.¹⁵ As referências a dois dos mais célebres gatunos da Primeira República, o estelionatário Afonso Coelho e o ladrão de hotéis Arthur Antunes Maciel, vulgo Dr. Antônio, não ocorriam por acaso.¹⁶ Recorrentemente descritos pela sua elegância, segundo o jornal *Gutenberg*, ambos dominariam – assim como Elysio de Carvalho na literatura – a arte de enganar e de explorar a fé alheia. O vigarista, o ladrão de hotéis e o plagiador de poemas tinham, na visão deste jornal, muito em comum.

No início do século XX, a construção da noção de autoria ainda ganhava contornos difusos nos cenários literários nacionais e internacionais. Longe de ser uma categoria universal, pertinente a todos os textos produzidos em todas as épocas, a atribuição da criação de uma obra a um nome próprio é resultado de operações específicas e complexas capazes de atrelar a unidade e coerência de uma obra ao nome de um autor. Até meados do século XVIII, textos que chamaríamos de literários (contos, epopeias, tragédias, comédias) circulavam e eram lidos sem que possuísem autoria, apresentando maior legitimidade devido ao seu grau de antiguidade do que quando eram atri-

14. PROTESTO. *Jornal de Recife*, Recife, 9 jul. 1889, p.1.

15. ELYZIO DE Carvalho: o Afonso Coelho da Literatura. *Gutenberg*. Maceió, 12 abr. 1899, p.1 e Na altura do ataque: ao Brasil Moderno. *Gutenberg*. Maceió, 8 jul. 1899, p. 1.

16. Sobre as figuras dos gatunos Dr. Antônio e Afonso Coelho, ver: Ottoni, 2010, e Galeano, 2012a.

buídos a um indivíduo específico (Foucault, 1992, p. 48). Partindo da premissa de que as ideias seriam comuns e partilhadas, tais obras eram muitas vezes pensadas como coletivas, o que tornava difícil estabelecer limites claros que atrelassem um autor a uma obra. Não por acaso, Elysio de Carvalho, em análise da poesia *Espelho contra espelho*, de Cruz e Souza, ressaltou a mutualidade que marcava o processo de criação artística. Publicada em sua revista, *A Meridional*, o escrito alagoano tomou como ponto de partida a metáfora do espelho, ressaltando como cada poeta, como homem predestinado, seria responsável pelo aperfeiçoamento estético de outro poeta, organizando assim uma espécie de comunhão intemporal da arte, cujos elos figuravam como “espelhos impolutos ou astrais” (Prado, 2010, p. 35).

Neste sentido, podemos perceber a elasticidade presente na categoria de autoria quando observamos a produção literária de João do Rio e Elysio de Carvalho. A forte ligação entre estes dois intelectuais já se nota na abertura de seu livro *Five o'clock*. Publicada em 1909, a obra composta de uma série de crônicas mundanas sobre a vida cosmopolita da capital federal contava com uma dedicatória de Elysio de Carvalho ao escritor Paulo Barreto, descrevendo-o como um “artista bizarro, atormentado e cintilante, admirável como Jean Lorrain e paradoxal como Oscar Wilde” (Carvalho, 1904, p. 6). Para Edmundo Bouças Coutinho, seria principalmente na teatralidade da personagem do *dandy* que se aproximariam as narrativas de Elysio de Carvalho e de João do Rio, ocorrendo uma certa “pilhagem autorizada”, que transmigraria versos, citações, recortes de narrativas em uma “espécie de bricolagem que adensa a lembrança de emblemas decadentistas” (Coutinho, s.d, p. 82). Seria em meio a uma artificialidade e a um cinismo da figura do *dandy* que ambos os escritores criavam de forma cênica representações do moderno e do cosmopolita através de um cenário renovador da capital federal. De fato, é possível notar uma intertextualidade entre as obras destes dois literatos. O texto *Li-*

teratura nas prisões, que foi escrito por Elysio de Carvalho, em 1913, se assemelha à crônica de Paulo Barreto *Os versos dos presos*, de 1905, por serem reproduzidos pela pena de ambos os mesmos poemas escritos por presidiários do Rio de Janeiro.¹⁷ Compartilhando materiais e códigos de escrita, João do Rio e Elysio de Carvalho teciam alguns de seus textos de forma dialógica, flexibilizando o conceito de autoria em suas obras.

A acusação a Elysio de Carvalho foi rebatida pelo próprio escritor. Além da publicação de uma resposta em seu periódico, *Brazil Moderno*, Elysio de Carvalho, publicou “A palestra” no jornal *O Paiz* (1899), em que se propôs a enviar fascículos impressos nos quais se encontravam suas poesias publicadas para aqueles que duvidavam da autoria de seu trabalho.¹⁸ O esforço de limpar publicamente a sua imagem foi também acompanhado pela publicação de um perfil de sua figura na revista literária *Rua do Ouvidor*. O artigo, que procurava reconstruir a trajetória do escritor, colocava-o como um “jovem com aspirações tão altas” e com “títulos ilustres”,¹⁹ listando os veículos impressos que até então recebiam suas contribuições literárias. A matéria, que contava com uma pequena biografia de Elysio de Carvalho, foi publicada junto a um retrato do próprio, localizado no centro da reportagem. A representação física do literato junto à narrativa de sua trajetória tinha como intuito atribuir uma individualidade e uma singularidade à figura de Elysio de Carvalho. Para além de uma relação direta entre a figura do autor e sua obra como uma simples aplicação do direito à propriedade, a noção de autoria atrelava-se a uma percepção estética que designava a obra como uma criação original, na qual

17. Recentemente, as crônicas da série literatura das prisões foram publicadas no livro de GALEANO, Diego; OLIVEIRA, Marília Rodrigues (Orgs.). *Elysio de Carvalho: Escritos policiais*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2017.

18. A palestra. *O Paiz*, Rio de Janeiro: 7 set. 1899, p. 1.

19. ELYSIO DE CARVALHO. *Rua do Ouvidor*, Rio de Janeiro: 24 jun. 1889, p. 2.

o autor reúne e exprime os conceitos que apresenta (Chartier, 1999, p. 41). Desta forma, à medida que a revista literária *Rua do Ouvidor* buscava projetar a figura do escritor alagoano no cenário brasileiro, também procurava atribuir autenticidade tanto a sua escrita como a sua própria imagem como literato.

No entanto, ao contrário do que se esperava, a publicação acabou por gerar mais uma controvérsia atrelada ao nome de Elysio de Carvalho. Ao descrever a trajetória do escritor desde seu nascimento na cidade de Penedo, o jornal *Gutenberg* registrou que o literato havia sido matriculado na Faculdade de Direito em Recife, após encerrar seus estudos no Liceu de Maceió. Foi em represália à publicação desta revista que os estudantes da Faculdade de Direito de Recife enviaram uma carta a alguns dos periódicos de Alagoas e do Rio de Janeiro afirmando que o nome de Elysio de Carvalho nunca pertencera aos matriculados no estabelecimento e não havia sido encontrado nos livros de registro da instituição.²⁰

A dificuldade de mapear os vazios que permeiam a sua trajetória também foi ressaltada pelo biógrafo de Elysio de Carvalho, Moacir Sant'Anna. Até o momento da produção de sua obra, o desaparecimento de algumas fontes documentais e a escassa produção biográfica sobre o escritor foram colocados por Sant'Ana como “uma dura constatação de como é difícil a reconstituição do passado brasileiro” (Sant'Ana, 1982, p. 9). De uma perspectiva diferente, de acordo com o estudo de Rossini Corrêa (1998), o ingresso de Elysio de Carvalho na instituição policial seria um retorno à formação em Direito não finalizada pelo escritor.²¹ De toda forma, as controvérsias sobre a sua biografia chamam a atenção para a inexistência de registros capazes

20. Protesto solene. *Gutenberg*, Maceió: 16 jul. 1899, p. 1.

21. CORRÊA, Rossini. Da anarquia para a polícia (Elysio de Carvalho, lacuna na história do direito nacional). *Revista de Informação Legislativa*, ano 35, nº 137, jan.-mar. 1998, p. 296.

de informar se o literato haveria sido matriculado naquele estabelecimento (Sant'Ana, 1982, p. 22).

Frente a tal problemática, pode parecer como algo evidente traçar um possível nexos que atravessaria diferentes momentos da vida do escritor marcado pelo falso, pela ficção e pelo crime enquanto uma questão social. As acusações de plágio, as associações de sua figura com a de gatunos e vigaristas, a atuação como escritor e o ingresso na Polícia poderiam indicar um entremeado de signos afins que atravessariam a história de Elysio de Carvalho em distintos episódios de sua trajetória. O esforço de reconstrução da biografia de indivíduos pode muito facilmente recair na perspectiva que partiria da noção de trajetória como um deslocamento linear e unidirecional, no qual as atitudes primeiras dos indivíduos biografados seriam compreendidas como uma gênese de um destino que já se anunciava (Bourdieu, 1996, p. 183-191). Neste sentido, é prudente hesitar frente à possibilidade de estabelecer como um fio causal a temática de crime como um princípio de orientação que conduziria o escritor Elysio de Carvalho desde seus primeiros passos como literato na capital federal até o momento em que assumiria o cargo de diretor da Escola de Polícia do Distrito Federal. Atravessados por eventos contingentes, os percursos biográficos dos sujeitos históricos se constituem de forma descontínua.

Desta forma, em vez de pensar como algo imanente à trajetória desta personagem, procurando desvendar o que seria “falso” e “verdadeiro” em sua biografia, podemos pensar como tais vazios e incongruências de interpretação podem nos indicar contextos em que são produzidos tais textos impressos e que são colocados à sombra no desenvolvimento das análises acima expostas. As referências ao Dr. Antônio e a Afonso Coelho para indicar o plágio feito por Elysio de Carvalho indicavam um diálogo com uma crescente produção de narrativas de crime que ganhavam corpo nos jornais cariocas do final

do século XIX (Barbosa, 2007, p. 49). Os periódicos, antes vendidos somente por assinatura, voltados, sobretudo, para propaganda política de grupos bem delimitados, cediam espaço para o nascimento de outras folhas ligadas a empresas comerciais que passariam a depender muito mais de suas vendas para manter-se (Sodré, 1966). Com a finalidade de atingir um novo público, seus diretores patrocinavam uma sensível modificação na temática dos seus noticiários que se voltavam com mais intensidade para assuntos que alcançassem o interesse de um maior número dos seus possíveis compradores – como as notícias relacionadas às temáticas de Carnaval, futebol e crimes, por exemplo.²²

Dentro desta lógica de produção textual, se construiu a fama do estelionatário Afonso Coelho e do “rato de hotel” Dr. Antônio. Afonso Coelho de Andrade (1875-1922) destacou-se como um estelionatário apelidado pela imprensa como “o rocambole brasileiro”, devido aos intrincados golpes aplicados na capital federal (Ottoni, 2010, p. 160-180). O célebre rato de hotel Artur Antunes Maciel (1868-1912), por sua vez, ficou conhecido pelos roubos de objetos de valor de clientes de hotéis luxuosos. O elegante *scroc*, que utilizava argutos artifícios para subtrair pertences de hóspedes de alta de classe desde a última década do século XIX, tornou-se mais tarde objeto de um folhetim do jornal *Gazeta de Notícias*, demonstrando a ampla recepção que as narrativas criminais sobre essa personagem possuíam entre o público leitor dos impressos cariocas. Tal folhetim apresentava-se como uma série de memórias escritas pelo gatuno Dr. Antônio, que se encontrava preso na Casa de Detenção. O folhetim tornou-se um livro, *Memórias de um rato de hotel*, e suas brochuras eram vendidas a preços módicos na capital federal do início do século XX.²³

22. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Sobre confetes, chuteiras e cadáveres: a massificação cultural no Rio de Janeiro de Lima Barreto. *Projeto História*. São Paulo: fev. 1997, n° 14, p. 231-240.

23. GALEANO, Diego. Memorias de un ratón de hotel: delito, prensa y literatura, 1890-1902. *Claves. Revista de Historia*, Montevideo, p. 109.

Neste sentido, as figuras de Afonso Coelho e do Dr. Antônio eram símbolos compartilhados e reconhecíveis pelo público leitor da Primeira República. A associação entre Elysio de Carvalho e esses gatunos célebres estaria atrelada à emergência de folhas jornalísticas que, ao se constituírem como empresas comerciais, veiculavam narrativas fundamentais para a construção de um imaginário criminal carioca. Em vez de uma perspectiva que indicaria a temática de crime como um fio contínuo, o episódio do plágio aponta a necessidade de historicização de sua trajetória dentro do campo de atuação em que se inseria: no caso, o universo de práticas literárias, em que se incluíam os diferentes órgãos e profissionais da imprensa.

Se, por um lado, o apelo à figura de Dr. Antônio evidenciava uma estratégica narrativa que tinha como objetivo atrair um maior número de leitores para as colunas de crítica literária do jornal *Guttenberg*, por outro colocava como problema a dificuldade em delimitar determinados escritos enquanto propriedades intelectuais nos primórdios da República. As práticas de plágio, consideradas como “furtos” literários, demonstravam como a palavra escrita nesse momento já ganhava contornos de propriedade para o escritor (Foucault, 1992). A inscrição de autoria em determinados textos pressupõe um direito que reconhece a responsabilidade penal do literato sobre o seu texto, assim como controla a circulação de seus discursos no universo letrado. Desta forma, podemos perceber como o embate em torno da autenticidade das poesias escritas por Elysio de Carvalho demonstra o caráter impreciso presente na categoria de autoria e os próprios conflitos que tal temática gerava nos campos literários. Em meio ao esforço de profissionalização da atividade do escritor no Brasil, a noção de autoria já era colocada como um recurso de apropriação dos textos escritos. Desta forma, a usurpação das obras alheias tinha principalmente implicações simbólicas. Publicar um poema em um periódico de grande circulação poderia significar uma porta de

entrada para a carreira de um jovem escritor no restrito universo das letras brasileiras.²⁴ Assim como cursar e ter ingressado em uma Faculdade de Direito significava um símbolo de pertencimento ao universo intelectual carioca.

Neste sentido, vale pensar como o episódio de acusação de plágio nos revela um conjunto de relações em que se inseria Elysio de Carvalho dentro do espaço das práticas literárias brasileiras. Em 1899, no ano em que fora acusado, o escritor alagoano residia há apenas um ano no Rio de Janeiro. O casamento em 1898 com Elvira Marinho da Silva, que lhe rendera um bom dote e uma boa posição social,²⁵ não implicava uma inserção imediata no mundo literário da capital federal. Ao contrário, os artigos e os locais de publicações, assim como o reconhecimento dos pares, funcionavam como elementos essenciais para a definição do lugar social do escritor no campo literário, contribuindo em última instância para a possibilidade de subsistência do autor através da escrita.

Não por acaso, em um dos artigos da coluna literária do jornal *Gutenberg*, o escritor Aristeu de Andrade – que supostamente tivera sua obra plagiada – era colocado como um dos contatos responsáveis pela mudança do escritor Elysio de Carvalho de Alagoas para o Rio de Janeiro. De acordo com a folha jornalística, o “gatuno literário” teria ficado na casa da mãe de Aristeu antes de embarcar para o Rio de Janeiro e teria sido nesta ocasião que o escritor lhe teria mostrado suas poesias e o livro que estava elaborando, *Canções do tédio*. Ao reconstituir as relações prévias entre os poetas, o jornal *Gutenberg* indicava como o plágio seria uma prática oportuna na carreira do jovem Elysio

24. TENÓRIO, Guilherme Mendes. *Bandidos literários: o plágio e as dimensões da escrita na Primeira República* (1902-1930). II Jornada Discente do PPHPBC (CPDOC/FGV). Intelectuais e poder, p. 5. Disponível em http://cpdoc.fgv.br/jornadadiscente/trabalhos/Mesa_1_Christiane_Jalles_Guilherme_Tenorio.pdf. Acesso em 28 mar. 2018.

25. Na altura do ataque: ao Brasil Moderno. *Gutenberg*. 8 jul. 1899, p. 1.

de Carvalho, uma vez que este buscava se inserir no campo literário da metrópole carioca.

Com a virada do século XIX e o início do século XX, o estabelecimento de uma nova ordem republicana brasileira foi marcado pela inserção no sistema capitalista financeiro internacional, cujas intensas dinâmicas econômicas reverberavam nos comportamentos e no modo de viver dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro. Neste sentido, crescia cada vez mais uma atmosfera de arrivismo e de ambição material na cidade carioca. Não por acaso, as relações sociais já eram comparadas com as dinâmicas presentes nas negociações do mercado financeiro: “A Bolsa nesses últimos tempos é a fotografia da sociedade, cada qual procura enganar a cada um com mais vantagem” (Sevcenko, 1999, p. 26). Tais comportamentos chegavam até ao universo das rodas literárias, sobretudo em um momento de profissionalização da carreira do escritor. Neste sentido a figura de Elysio de Carvalho foi descrita por Brito Broca (2004, p. 173) como “um homem disposto a adotar todos os figurinos do momento”.

Com o intuito de demonstrar que pertencia ao universo literário da capital federal, Elysio de Carvalho criava estratégias capazes de mobilizar signos que o identificassem com a figura de um intelectual. A publicação de poemas em jornais de grande circulação – mesmo que plagiados – tornava-se um recurso de construção de uma figura cuja singularidade artística merecia ser objeto de reconhecimento. Junto à participação no movimento naturista e ao suposto ingresso na Faculdade de Direito, Elysio de Carvalho fazia parte também de grupos anarquistas e decadentistas, buscando inserir-se em outras redes de sociabilidade intelectual e forjando cada vez mais uma performance de literato controverso.

Do decadentismo ao anarquismo

Publicada pela Livraria Garnier no ano de 1909, a obra *Five o'clock* foi um marco na carreira de Elysio de Carvalho. Considerado recen-

temente como um dos textos-chaves para a compreensão da recepção do decadentismo no Brasil, o livro escrito em formato de diário sobressaiu-se por permitir a análise da reverberação de um idioleto decadentista na *Belle Époque* carioca (Salgado, 2006, p. 124). A decadência foi um supersignificado da literatura finissecular marcante em autores franceses da década de 1880 e ingleses da década seguinte envolvidos em um programa de interpretação da crise da modernidade, cujas reverberações textuais tiveram notável importância em autores como João do Rio e Elysio de Carvalho (Salgado, 2006, p. 6). Intitulado pelo próprio autor como um “diário de esteta”, *Five o'clock* reúne em seu texto entrevistas, citações, poemas de autorias diversas em meio a reflexões estéticas e sobre o *modus vivendi* das metrópoles cosmopolitas.

O narrador que circula em meio a festas em salões, partidas de *bridge* e sessões de chá, promovidas por rapazes cultos e distintos, faz emergir através de um texto-*frame* uma série de crônicas mundanas que trazem o universo urbano da modernidade como palco de análise e de uma escrita ficcional. Não por acaso, segundo o narrador de *Five o'clock*, “os cafés-concertos, como a vida febril dos bastidores e dos circos, são um esplêndido livro a escrever, assombroso de pitoresco e poderosíssimo de emoção” (Carvalho, 1909, p. 78). Os cortes característicos do texto, estruturado em um formato de diário, refletiam um “temperamento etnográfico”, segundo a expressão de Julia O'Donnell,²⁶ na figura do narrador *dandy*, atravessado pelas experiências urbanas do início do século XX. A modernidade metropolitana apresentava um registro da experiência

26. Em sua dissertação de mestrado, Julia O'Donnell defende como João do Rio apresentava um “temperamento etnográfico” em suas crônicas ao desenvolver “uma sofisticada reflexão do *modus vivendi* do carioca nas primeiras décadas”. O distanciamento com que este se portava diante do que observava, assim como um aguçado senso de percepção das relações sincrônicas, permitia que esse autor oferecesse uma visão dos aspectos mais sensíveis da urbanização do espaço da cidade e de seus habitantes. Sobre o temperamento etnográfico presente na obra de João do Rio ver: O'Donnell, 2007, p. 14-15.

subjetiva, caracterizado pelos choques físicos e perceptivos do ambiente urbano. Com o tráfego de automóveis, painéis publicitários, sinais de trânsito, o surgimento do telefone e as formas de sociabilidade noturnas, o ritmo de vida tornou-se mais frenético nas metrópoles, bombardeando os habitantes com uma nova intensidade de estímulos sensoriais urbanos (Simmel, 1979).

Não por acaso, a figura do narrador, caracterizado como um *dandy*, apresentava sintomas de nevrose contraída ao ser abandonado por sua amada. Sofrendo pela perda de Sydonia, o narrador expressa “uma necessidade desenfreada de escravidão, um desejo violento de dar-me todo inteiro, (...) numa infinita prostração, todo impregnado da magia do amor, como sob a ação de um poderoso veneno, sem remédio” (Carvalho, 1909, p. 13-14). O advento da modernidade gerou um registro de experiência subjetiva distinto, marcado por um bombardeio de estímulos envolvendo um “aumento radical da estimulação nervosa” (Singer, 2001, p. 98). A ideia de um esgotamento emocional e de uma instabilidade anímica marcou inúmeros textos literários do final do século XIX, sobretudo os enredos que envolviam histórias de paixões não correspondidas. Tais personagens de *femmes fatales* estiveram presentes em textos decadentistas de Rollinat (*Dame en cire*, de *Les Névroses*), René Maizeroy (*Yette, manequin*), Jean Lorrain (*Monsieur de Phocas*) e Jules Bois (*La éternelle poupelle*), escritores de forte presença no Rio de Janeiro (Salgado, 2006, p. 125).

A exaustão nervosa também seria uma característica marcante da figura do artista decadentista, cuja arte procurava encantar o público por meio de uma escrita hiperestésica. Não por acaso, a figura do escritor Rubén Darío surge como personagem do seu livro *Five o'clock*, portador de uma terrível moléstia. Em um encontro, o escritor nicaraguense teria revelado que iria mal, “muito mal... sempre muito mal... Vivo atormentado por nevralgias violentas que me vêm sempre acompanhadas de ataques misteriosos que ninguém explica e que

tornam minha existência impossível” (Carvalho, 1909, p. 24). Poeta, jornalista e diplomata nascido na Nicarágua, Rubén Darío (1867-1916) foi considerado um dos precursores do modernismo hispano-americano. O zelo e o detalhismo formal marcantes em seus escritos poéticos atrelavam-se a um ideal estético crítico à insensibilidade da sociedade moderna diante da criação artística. Tal perspectiva – junto a uma postura de insubordinação intelectual à política e ao Estado – resultou em uma visão da obra dariana como uma arte alienada e descomprometida com a realidade. No entanto, a melancolia, elemento marcante em suas poesias, apresentava-se não apenas como tema, mas como resultado e criação do fazer poético, sendo a arte a única alternativa possível para enfrentar a massificação e o utilitarismo próprios do final do século XIX e do início do século XX.²⁷

A aproximação de Elysio de Carvalho com Rubén Darío antecedia a publicação de *Five o'clock*. Em 1906, o literato brasileiro já havia publicado um livro em sua homenagem que ganhara o título do nome do próprio escritor, *Rubén Darío*. A obra, que conta com vários artigos sobre Nietzsche, Max Stirner, Max Nordau e Guglielmo Ferrero, evidenciava um esforço do escritor de inserção nos campos intelectuais hispano-americanos. Em agradecimento a um livro enviado por Elysio de Carvalho, Rubén Darío escreveu-lhe uma carta não somente elogiando sua obra – afirmando que este já possuía um “lugar definido e inegável entre os pensadores de seu país” – mas também sugeriu que o literato alagoano enviasse seu livro à Universidade de Salamanca:

Tu libro es una obra maestra. Como dice [José] Veríssimo, tienes ya un lugar definido e innegable entre los pensadores de tu país. Yo te envío un fuerte abrazo, y me regocijo con tu triunfo. ¿Cuándo vienes a Europa? Yo parto para Nicaragua dentro de unos 20 días, o un mes. Estaré allá 4 meses. Manda tu libro a Martínez Sierra de “Renacimiento”. A

27. Sobre a trajetória e a obra de Rubén Darío, ver: Sánchez (2017) e Zanetti (2007).

Pedro y Andrés Gonzalez Blanco, (al Ateneo); á Unamuno en la Universidad de Salamanca.

De nuevo, un abrazo de tu Rubén Darío.²⁸

O encontro com Rubén Darío, narrado no livro *Five o'clock*, colocava em evidência uma das principais influências que mais tarde marcaram a trajetória de Elysio de Carvalho: o escritor Oscar Wilde. Em uma conversa entre os dois literatos, a obra de Wilde aparece como uma leitura comum aos escritores sendo objeto de debate entre eles. A aproximação de Elysio de Carvalho com a obra do autor inglês ocorrera desde o início de sua carreira, fazendo-se presente nas suas primeiras publicações. Já em 1899, o escritor brasileiro publicou uma tradução em prosa da poesia *The Ballad of Reading Gaol*, escrita por Wilde enquanto se encontrava na prisão de Berkshire. Impresso pela tipografia Aldina, a brochura *A Orbe*, vendida pelo preço de 3\$000, também era enviada para aqueles que assinavam o periódico *Brazil Moderno*, dirigido e fundado por Elysio de Carvalho.²⁹ Desta forma, em meio a um público leitor incipiente, o literato alagoano criava estratégias de difusão de sua obra entre aqueles letrados que já seguiam seus escritos publicados na imprensa.

A admiração por Oscar Wilde transparece no texto de Elysio de Carvalho (1909, p. 40), que o considera como um “príncipe da arte, do paradoxo e do dandismo”. Para Coutinho, seria essencialmente em torno da teatralidade da personagem do *dandy* que convergiria a escrita de Elysio de Carvalho com seu amigo e literato, Paulo Barreto, mais conhecido como João do Rio.³⁰ A proximidade entre os escri-

28. Carta de Rubén Darío a Elysio de Carvalho. Paris, 30 set. 1907. Disponível em: <http://alfama.sim.ucm.es/3DGreco/modprint.php?name=print&pag=26&search=rub%E9n>. Acesso em 1º jul. 2010.

29. *A Orbe*, 1º set. 1899, p. 2.

30. Sobre a teatralidade da personagem do *dandy* na obra de João do Rio e de Elysio de Carvalho, ver: COUTINHO, Edmundo Bourças. *Five o'clock: teatro decadentista e parcerias na Belle Époque. Ipotesi: Revista de Estudos Literários*, p. 79 -92.

tores já aparecia na primeira página de *Five o'clock*, na qual o escritor alagoano publicara uma dedicatória:

O artista bizarro, atormentado e cintilante, admirável como Jean Lorrain e paradoxal como Oscar Wilde – seus mestres voluptuosos, requintado, perturbante e decadente, nostálgico como um lírico e impulsivo como um bárbaro (...) que se tornou o historiógrafo estranho da alma encantadora das ruas, o melancólico analista da escola de vícios, o psicólogo sutil, e às vezes cruel das religiões, das crenças e dos cultos da nossa sociedade (Carvalho, 1909, p. 10).

O registro deixado ao amigo nesse livro evidenciava a profícua relação que existia entre esses escritores. Se, por um lado, a dedicatória pretendia reiterar os laços de amizade que envolviam os literatos, por outro, esse pequeno texto projetava a obra de Elysio de Carvalho no lastro de produção de crônicas mundanas de inspiração decadentista, produzidas pelo já renomado escritor João do Rio. Em 1904, Paulo Barreto já havia publicado em brochura uma série de crônicas no jornal *Gazeta de Notícias*, intitulada *As religiões do Rio*, que tiveram ampla receptividade entre o público leitor da capital federal. Quatro anos depois, a Livraria Garnier publicou um conjunto de crônicas escritas pelo literato entre os anos de 1904 e 1907, intitulada *A alma encantadora das ruas*, livro que até hoje é uma das obras mais conhecidas do escritor. A rua, que se tornava uma personagem nos escritos de Paulo Barreto, também viria a ser um objeto de análise nos textos de *Five o'clock*.

Sáímos e tomamos por várias complicadas ruas até cair na Avenida do Caes, toda pontuada de luzes, vendo do outro lado uma macha luminosa que para os céus subia, do outeiro de Montmartre. Recordar é viver, e esses instantes foram dos melhores da minha vida. Foi um recordar sem fim dos tempos do Rio. – E os almoços do *atelier* de Guaratiba, que terminavam sempre com fantástico *cake-walk* dançado em

torno daquele bravo piano que resistia como um herói às várias punhadas valentes de toda uma legião de borboleta (Carvalho, 1909, p. 90).

Num amálgama criado entre Paris e Rio de Janeiro, a rua como o espaço citadino emerge nas páginas desse livro com um sentido que extrapolava sua dimensão espacial. Assim como nas crônicas de João do Rio, a cidade mostrava-se antes de mais nada como um lugar de experimentação intersubjetiva, produtora de sentimentos, cujos cenários e personagens compunham um quadro sincrônico e recíproco de construção simbólica (O'Donnell, 2007, p. 104). Logo, seria justamente nas ruas das cidades que emergiriam comportamentos mais sombrios que evidenciavam um lado perverso da modernidade. A prostituição, o uso abusivo de substâncias psicotrópicas e os excessos sexuais surgiam nas crônicas de *Five o'clock*, construindo representações sobre os *demi-mondes* que cresciam nas metrópoles. Tais práticas perniciosas eram encarnadas pela personagem da cantora Ida d'Harcourt, cujo comportamento de *femme fatale* e uma forte atração pelo vício resultaram na formação de uma personalidade histérica, nevrosada, marcada pela luxúria e pelas perversões sexuais. Segundo o narrador do livro, Ida d'Harcourt evocava “visões intensas, perturbadoras, tenebrosas do amor, da dor e do vício, sobretudo do vício” e era possuidora de “todas as grotescas vaidades e todas as úlceras secretas desta era de decadência e de nevrose” (Carvalho, 1909, p. 82). A representação da *femme fatale*, nas personagens de Ida d'Harcourt e Sydonia enuncia um dos signos principais da literatura finissecular: a decadência. Se, por um lado, as contínuas invenções tecnológicas que ocorriam desde o final do século XIX pareciam conduzir a um horizonte de infinito progresso humano, por outro, a modernidade mostrava uma face obscura, marcada pela pobreza, pelas práticas criminais, pelos vícios e excessos carnavais. O tom otimista que acompanhava o crescimento econômico e urbano das metrópoles em pouco tempo chocava-se com a crescente degradação de

homens e mulheres que se amontoavam nos bairros pobres das metrópoles (Bresciani, 1987, p. 23).

Para Elysio de Carvalho (1905, p. 6), essas questões estavam ligadas à temática de “reforma social”, que chegava primeiramente ao escritor pela leitura das obras de Émile Zola, responsáveis por revelarem “uma triste ideia da sociedade atual”, “os crimes e os vícios da burguesia”, além do “sofrimento dos pobres e os tormentos das classes proletárias, vítimas da torpe exploração do homem pelo homem”. O nome do literato francês ganhou destaque na entrevista dada a João do Rio, mostrando-se como um ponto de conexão entre uma terceira atuação marcante em sua trajetória: o anarquismo. A partir desta virada, o intelectual se dedicaria aos estudos de Bakunin e Proudhon, considerados por Elysio, como “a única doutrina que oferece possível solução à questão social” (Carvalho, 1905, p. 9).

Embora estes anos fossem marcados por um auge dos sindicatos e greves anarquistas, não seria a partir da experiência operária que Elysio de Carvalho se engajaria no movimento. Assinalando como a obra de Émile Zola lhe despertou “o desejo duma arte mais sã, mais humana” (Carvalho, 1905, p. 6), o escritor propôs-se a escrever no ano de 1905 um artigo em defesa da criação de uma “arte social”. Publicado primeiramente no *Almanaque Garnier*, tal texto veio compor seu livro *As modernas correntes estéticas na literatura brasileira*, impresso dois anos depois pela Livraria Garnier em formato de brochura.³¹

31. O livro *As modernas correntes estéticas na literatura brasileira* apresenta uma primeira parte dividida em ensaios de crítica literária sobre a vida e a obra de alguns artistas que compunham o momento literário brasileiro do início do século XX. Em seguida, constitui-se como um conjunto de artigos de Elysio de Carvalho que versavam desde a relação entre arte e história até a própria formação intelectual do escritor alagoano. O artigo, que corresponde a sua formação intelectual, trata-se de uma terceira publicação de um mesmo texto que fora primeiramente publicado no jornal *Gazeta de Notícias* na série “O Momento Literário”, escrito por João do Rio, e posteriormente, em formato de brochura como *História d’um cérebro*, pela tipografia Besnard Frères. As repetidas publicações de textos em distintos veículos impressos – que podem ser consideradas como formas de autoplágio – será uma marca de Elysio de Carvalho ao longo de sua carreira como escritor e funcionário de polícia.

Neste texto, Elysio de Carvalho versou sobre a relação entre indivíduo e sociedade pensando algo próximo de um “esquema literário do anarquismo” (Prado, 2010, p. 46). A partir de um ponto de vista mais sociológico, indivíduo e sociedade são concebidos como dois entes dialógicos, pois o primeiro não seria “um ser isolado, encerrado em seu mecanismo autônomo, mas profundamente penetrado das influências de outrem (...) determinado pelas ideias e pelos sentimentos dos homens da sociedade em que vive, uma partícula do grande todo vivo” (Carvalho, 1907, p. 241). À arte caberia a missão de conciliar a soberania estética, na natureza e na ordem social, uma vez que por excelência esta teria “sua origem e seu fim na sociedade real” e trazia em si “como se fosse sua própria alma, uma sociedade ideal”. No entanto, por mais que o processo artístico seja aqui apresentado como um fenômeno de natureza social, esta teria como objetivo “engrandecer a vida individual”, como forma de promover a “comunhão entre todos os seres do universo” (Carvalho, 1907, p. 243). Será justamente na valoração do lugar do indivíduo nas teorias anarquistas que residirá a singularidade dos escritos produzidos por Elysio de Carvalho. Diferentemente das propostas que circulavam nos meios anarcossindicalistas, o escritor alagoano se aproximava mais de uma interpretação de um anarquismo individualista, sobretudo em seus artigos publicados na imprensa operária, como veremos a seguir.

Com o objetivo de mobilizar os trabalhadores da capital federal, grupos anarquistas atuavam extensivamente na publicação de jornais e na realização de palestras. Esforços coletivos – ou mesmo individuais – resultaram na criação de periódicos que muitas vezes tiveram curta duração (Badaró, 2010, p. 50). Foi o caso da *Voz do Trabalhador*, periódico criado pelo Congresso Operário, no ano de 1906 e que contou com cerca de 70 números editados. A aproximação de Elysio de Carvalho de um anarquismo individualista não impediu que o escritor se articulasse com os grupos presentes na imprensa operária que

atuavam nas metrópoles brasileiras. Já desde 1902, o literato alagoano contribuía com artigos para a revista *Asgarda*, vindo anos depois a publicar seus escritos nas folhas de *O Trabalhador* (1903) e do *Amigo do Povo* (1902-1904).³² No ano de 1903, o literato tornou-se diretor do quinzenário *A Greve*, criado pelo Círculo Libertário Internacional, e no ano de 1904, da revista *Kultur*.

Nesta última folha, Elysio de Carvalho explicitou sua perspectiva anarquista através da análise da obra *O único e sua propriedade*, escrita pelo filósofo alemão Max Stirner, principal pensador do anarquismo individualista.³³ Para Elysio de Carvalho, a destruição do Estado seria um único caminho possível para que os homens pudessem satisfazer plenamente seus desejos individuais. Tal tendência tinha justamente o intuito de libertar o indivíduo, uma vez que este é “a medida de todos os valores, a única coisa que tem existência real”. Desta forma, o literato defendia a “eliminação do Estado e todos os seus atributos” que pudessem impedir o desenvolvimento pleno dos indivíduos, somente sendo possível uma vida comum na medida em que esta correspondesse a um “equilíbrio completo, inalterável dos interesses individuais”.³⁴ Nesse sentido, o movimento anarquista e a crítica à própria existência do Estado tinham como princípio a preservação dos desejos egoísticos, mesmo na criação de associações coletivas.

Junto ao individualismo de Stirner, Elysio de Carvalho elegeu Nietzsche como um dos responsáveis pela sua “educação revolucioná-

32. Publicada na capital federal, a revista *Asgarda* era redigida por Mota Assunção e Elysio de Carvalho, assim como, *O Trabalhador*, folha quinzenal, também redigida pelos dois últimos citados. Por sua vez, o periódico *Amigo do Povo* era impresso em São Paulo e editado por Neno Vasco. Sobre as publicações anarquistas de Elysio de Carvalho, ver: Sant’Anna (1982).

33. Sobre a teoria anarquista individualista desenvolvida pelo filósofo alemão Max Stirner, ver: Préposiet, 2007, p. 135-171.

34. CARVALHO, Elysio de. Combates pelo indivíduo. *Kultur*, setembro de 1904, ano I, nº 4, p. 6.

ria” e “emancipação intelectual” (Rio, 1903, p. 82). Em texto sobre Guglielmo Ferrero, o escritor reflete à luz dos estudos de Nietzsche sobre a necessidade da participação de um segmento dirigente na sociedade para a condução das modificações profundas da história da humanidade. Recuperando o conceito de super-homem, o escritor alagoano dissertou que seria através de “nossas faculdades mais nobres que adivinharemos o que no passado é digno de ser conhecido e conservado” (Carvalho, 1909, p. 29). Partindo desta perspectiva, Elysio de Carvalho fundou, no ano de 1904, a Universidade Popular de Ensino, como forma de uma minoria esclarecida instruir e conduzir o operariado a uma educação superior. Tal empreendimento, que foi o primeiro da América do Sul, contou com a participação de uma série de palestrantes, com quem Elysio de Carvalho já travava contato por meio das publicações anarquistas, tais como Fabio Luz, Rocha Pombo e Curvello de Mendonça. Sediada na esquina da rua do Lavradio, no bairro da Lapa, a Universidade, que contou com cursos e conferências sobre o contexto político internacional e a educação superior do operariado, acabou funcionando na capital federal apenas durante alguns meses.³⁵

A importância da preservação da “autonomia individual” frente às formas de associações autoritárias e centralistas, presentes inclusive no movimento operário, foi ressaltada por Elysio de Carvalho em um artigo publicado pelo mais importante periódico anarquista de Buenos Aires: *La Protesta*.³⁶ A folha publicou uma série de textos do escritor alagoano, apresentado como um correspondente, cujas contribuições versavam sobre o movimento anarquista no Brasil. Intitulando-se como professor de sociologia – possivelmente da Universidade Popular que ele próprio dirigia – Elysio de Carvalho (1904, p.

35. O operariado. *Jornal do Brasil*, 19 mar. 1904, p. 3 e Sant’Ana, 1982, p. 38.

36. CARVALHO, Elysio de. O movimento anarquista no Brasil. *La Protesta*, 12 jun., p. 4.

4) defendia a necessidade da “aristocratização da multidão” e de uma “individualização completa do ser”, pois uma “democracia de medíocres, energúmenos e supérfluos seria a mais inócua das tiranias”. A publicação, que nos permite identificar o caráter elitista do anarquismo defendido por Elysio de Carvalho, apresenta ainda uma segunda dimensão para a compreensão do movimento em que procurava se inserir o escritor alagoano. Para além de uma difusão dos seus manuscritos nos espaços militantes sul-americanos, a colaboração do literato brasileiro indicava como o movimento anarquista emergia a partir de dinâmicas transnacionais que atravessavam as fronteiras entre o Brasil e a Argentina.³⁷ Em uma de suas cartas a *La Protesta*, Elysio de Carvalho sinalizava como na cidade de São Paulo havia revolucionários com “representantes de todas as nacionalidades: italianos, espanhóis, alemães, ingleses, franceses, russos”.³⁸ Desta forma, as práticas de ação anarquistas pautavam-se a partir de articulações entre militantes de distintas nacionalidades que, ao atravessarem as fronteiras de diferentes países, suscitavam formas de vigilância que mobilizavam forças e empenhos policiais transnacionais, dos quais mais tarde o próprio Elysio de Carvalho faria parte. Nesse momento, no entanto, o literato alagoano defendia a articulação entre grupos anarquistas sul-americanos, sobretudo após a chegada a São Paulo, no ano de 1902, de militantes platenses que foram expulsos da República Argentina. Através do intercâmbio e da publicização das ideias anarquistas e da criação de centros educacionais voltados para o proletariado seria possível criar um movimento anarquista que avançasse na mobilização e na instrução dos trabalhadores.

37. ALBORNOZ, Martin; GALEANO, Diego. *La ley de los anarquistas: trayectorias y vigilancias en los puertos atlánticos sudamericanos, 1894-1908. Almanack* nº 21, p. 310-357. Disponível em <https://periodicos.unifesp.br/index.php/alm/article/view/1356>.

38. CARVALHO, Elysio de. El movimiento anarquista en el Brasil. *La Protesta*, 12 jun. 1904, p. 3.

No ano de 1907, a recepção aos textos de Elysio de Carvalho já não se mostrava tão acolhedora pelo jornal *La Protesta*. Neste período, o escritor, que até era conhecido por seu engajamento político, foi denunciado pela folha por trair os companheiros anarquistas, ao ingressar na Seção de Informações do Gabinete de Identificação da Polícia do Rio de Janeiro. Considerado como um “arrivista”, o colunista, identificado como Manuel Moscoso, afirmava que os órgãos anarquistas portenhos o haviam acolhido com muita condescendência.³⁹ Além de ser acusado de ter uma postura arrogante, o escritor era novamente considerado um plagiador, pois teria copiado trechos de autores anarquistas para compor a coluna *O movimento anarquista no Brasil* que possuía na folha *La Protesta*. Mais uma vez, a fama de arrivista lhe era atribuída. A sua resposta apareceu nas páginas de *Five o'clock*, em que Elysio de Carvalho comentava o seu desencanto com as teorias anarquistas:

O anarquismo é uma atitude absurda. Foi o meu profundo sentimento do belo, o meu culto apaixonado pela arte, a minha intransigente admiração por todas as formas de grandeza e o meu conceito individualista da história, que me levaram a renunciar meu passado político. O Anarquismo como ideia é uma expressão filosófica saída do cristianismo – o maior flagelo da humanidade – e como fato é o maior obstáculo à floração da intelectualidade, da beleza e da arte: é uma doutrina da decadência. (...). Não ignoro o lado verdadeiramente trágico da existência dos pobres nem aprovo a iniquidade sem nome que é o regime imperante, mas não via a minha simpatia pelo sofrimento desses desgraçados ao ponto de, negando a história do passado e as leis da natureza humana, desconhecer que o mundo pertence ao indivíduo, na medida em que ele possa se fazer senhor. (...) Há mister que uma transformação radical se produza no nosso regime social, para que de novo as fontes da Vida corram e venham purificar nossa falsa existência, cheia de mistérios e

39. MOSCOSO, Manuel. Um discípulo de Tahide. *La Protesta*, 23 out. 1907, p. 1.

decepções, mas essa transformação será obra de uma aristocracia esclarecida, prudente e criadora que tenha seus decretos respeitados por um povo que saiba obedecer (Carvalho, 1909, p. 113-114).

Publicado no ano de 1909, tal registro contava dois anos do ingresso do escritor na seção de Informações do Gabinete de Identificação. A citação indica-nos alguns princípios intelectuais que já orientavam Elysio de Carvalho nos primeiros anos de sua carreira como funcionário de polícia. A clara dicotomia que o autor estabelece entre si e “os pobres” demonstra o amadurecimento de uma postura elitista e aristocrática. Desta forma, uma possível transformação social radical só poderia ser concebida se fosse promovida por uma aristocracia esclarecida “que tenha seus decretos respeitados por um povo que saiba obedecer”. A exaltação feita ao indivíduo – colocado como causa primeira e objetivo final de toda organização social – articula-se com uma crítica que considerava o anarquismo como “uma expressão filosófica do cristianismo”. A comparação entre anarquismo e cristianismo não ocorreria por acaso. No final do século XIX, emergiam grupos intelectuais que, em uma postura combativa, defendiam a erradicação dos pilares que sustentaram a monarquia, como o catolicismo, a ecletismo e o regime de privilégio das instituições. Sob a égide de um cientificismo, a chamada “ilustração brasileira” defendia a razão como único instrumento seguro para a reconstrução do Estado, excluindo a tradição de hierarquias fundadas sobre os privilégios, para fundá-lo sobre a ciência, a mola propulsora do progresso humano. Tal perspectiva abriu amplo espaço para o pensamento positivista que, longe de corresponder a uma adesão íntegra dos princípios de Comte, mostrava “uma disposição mental” para o desenvolvimento de um “positivismo heterodoxo” (Mello, 2007, p. 94). A aproximação com um olhar cientificista – e muitas vezes positivista – que marcava os estudos criminalísticos se tornaria um campo fértil durante a atuação

de Elysio de Carvalho no Gabinete de Identificação. Desde essa perspectiva, o anarquismo seria visto como uma doutrina da decadência que deveria ser erradicada para o pleno desenvolvimento da nação brasileira sob a égide cientificista.

Da cultura libertária à polícia

Naturista, decadentista e anarquista, o ingresso de Elysio de Carvalho como funcionário da Polícia do Rio de Janeiro causou estranhamento entre seus contemporâneos e, mais tarde, foi abordado pelos estudiosos de sua figura como uma etapa que destoava em sua trajetória biográfica. A transição do “anarquista militante” para o funcionário de polícia foi considerada por Sant’Ana como fruto de um “espírito irrequieto” e que por “uma ironia do destino” teria se tornado um dos principais propagandistas do campo da polícia científica no Brasil (Sant’Ana, 1982, p. 62-63). Inserido em uma historiografia da década de 1980 que, nos últimos anos da ditadura militar brasileira, procurava resgatar a história do movimento operário, a atuação como anarquista e os anos que dedicara ao Gabinete de Identificação foram abordados como fases antagônicas que não apresentariam nexo entre si na trajetória de Elysio de Carvalho.

De forma distinta, o estudo de Salgado atribuiu a entrada do escritor alagoano no Gabinete de Identificação e Estatística como uma extensão de seus gostos como artista decadentista, marcada por um profundo interesse pela “bizarria” (Salgado, 2006, p. 142). Para o autor, a excentricidade do literato e a atração pela decadência moral presente nas metrópoles cosmopolitas seriam uma chave explicativa para compreender tais interfaces do escritor que, até então, eram consideradas deslocadas. O estudo de Salgado aponta-nos as ressonâncias de processos textuais utilizados pela literatura finissecular nos artigos criminalísticos de Elysio de Carvalho, porém, sua análise restrita a tais

narrativas desconsidera o espaço social em que se inseria o escritor, elemento central para a compreensão de sua trajetória.

Neste sentido, as crônicas do escritor Luiz Edmundo oferecem-nos um fio explicativo capaz de elucidar tal questão. Em passagem do seu livro *O Rio de Janeiro do meu tempo*, o cronista contemporâneo a Elysio de Carvalho explora uma face do escritor alagoano que ainda não fora analisada no presente texto: a bibliomania. Após casar-se com Elvira Marinho da Silva e comprar uma residência na rua Riachuelo, Elysio de Carvalho investiu na organização de “uma notável biblioteca, mandando buscar diretamente da Europa: livros franceses, ingleses, espanhóis e italianos, quase sempre edições de grande luxo, volumes impressos em papéis de Holanda, China e Japão, coleções raras e caríssimas”. A criação de uma biblioteca particular junto à aquisição de edições de luxo, caras e raras, constituía-se em um esforço de transformação do capital econômico do escritor em um capital simbólico, com o fim de obter uma posição de destaque no campo literário brasileiro. Não por acaso, Luiz Edmundo comenta como Elysio de Carvalho assumia a postura de um “nababo” que emprestava livros a “todos os seus amigos e mesmo aos que não são” (Edmundo, 1987, p. 292). Tais brochuras literárias que eram “exemplares únicos” e recém-chegados da Europa tornavam-se bens simbólicos, através dos quais o escritor alagoano procurava constituir-se como uma figura central nas dinâmicas de circulação de livros oriundos do continente europeu. Através de reuniões com outros escritores em sua biblioteca, ou mesmo por meio de empréstimos, o literato brasileiro procurava galgar um lugar de prestígio frente àqueles que possuíam aspirações intelectuais e desejavam ter acesso às obras recém-editadas no cenário literário europeu.

A biblioteca de Elysio de Carvalho foi vendida para a Livraria Castilho, que expôs mais de 12 mil volumes para serem comercializados no ano 1925, quando o escritor alagoano ficou gravemente

doente e mudou-se para a Suíça. Atualmente, há um catálogo de sua biblioteca que consta com apenas parte dos títulos deste acervo – estima-se um vigésimo – e que não foram vendidos para a Livraria Castilho. Tal catálogo, organizado pelo bibliógrafo Tancredo Barros de Paiva, encontra-se no acervo do Instituto Ibero-Americano de Berlim.⁴⁰

No entanto, segundo Luiz Edmundo (1987, p. 292), o considerado “delírio bibliomaniaco” não lhe rendera apenas prestígio entre os intelectuais. As edições caríssimas que adquiria – provavelmente, junto ao estilo de vida boêmio e sofisticado – levaram ao fim do dote que recebera ao se casar com Elvira Marinho e ao esgotamento das finanças do casal. De acordo com o cronista, em reunião em sua biblioteca, Elysio teria declarado: “O pior é que o dinheiro acabou. Felizmente prometeram-me um emprego, aí numa repartição qualquer...” Tal repartição a que Elysio se referia era o Gabinete de Identificação e Estatística da Polícia do Rio de Janeiro: esta escolha pelo ingresso na carreira policial, mais do que o resultado de uma personalidade irreverente, revelava os percalços de um escritor no incipiente mercado editorial brasileiro. Em 1890, a taxa de analfabetismo dentre os habitantes do Brasil constava como 82,6% da população (Ferraro e Kreidlow, 2003, p. 182), o que explicava a dificuldade de formar um mercado consumidor de leitores consistente para os escritores, e consequentemente, as adversidades econômicas vividas por aqueles que desejavam subsistir por meio da escrita. A dificuldade de viver de literatura impulsionava muitos artistas a buscarem outras formas de sustento ocupando postos como funcionários públicos, jornalistas, professores e advogados (Costa, 2005). Era o caso até de literatos consagrados como Machado de Assis, que, além de atuar como escritor e jornalista, possuía um cargo em uma seção pública como forma de subsistência.

40. PAIVA, Tancredo Barros (Org.). *Catálogo da notabilíssima, escolhida e variada biblioteca que pertenceu ao erudito homem das letras, Dr. Elysio de Carvalho*.

Não seria muito diferente o que ocorreria com Elysio de Carvalho. Ao esgotar seus recursos financeiros, o escritor alagoano ingressou como responsável pela seção de Informação do Gabinete de Identificação e Estatística. A entrada na Polícia mostrava-se uma alternativa – muitas vezes indesejada – de subsistência para diferentes grupos sociais que viviam nas metrópoles brasileiras. Dos trabalhadores rurais que migravam para os centros urbanos e eram engajados como praças nas forças policiais, até os operários de fábrica que trabalhavam nas guardas noturnas, o emprego como agentes de segurança constituía-se como uma alternativa econômica muitas vezes indispensável para tais grupos (Mauch, 2011, p. 115; Marques, 2019). De forma diferente, porém ainda vistos de forma depreciativa, os postos policiais serviam como ponte para aqueles que eram bacharéis em Direito e desejavam ingressar na vida política pública (Bretas, 1997, p. 50).

Neste sentido, a obra de Arnoni Prado nos provê uma chave de leitura interessante para a compreensão da trajetória intelectual desse autor. Em sua obra, *O itinerário de uma falsa vanguarda*, Prado (2010, p. 22) procura analisar o percurso intelectual de “algumas minorias ilustradas” que estariam em confronto com os grupos de vanguarda que protagonizariam a Semana de 1922. Para o autor, apesar de lançarem mão de novas propostas, publicando manifestos e revistas, este grupo aglutinava aspirações conservadoras e elitistas que posteriormente encabeçariam um arcabouço intelectual integralista, quando em 1930 irromperia a crise oligárquica no Brasil. Seria justamente neste grupo de literatos que o escritor Elysio de Carvalho estaria inserido, possuindo “um papel fundamental de divulgador e ideólogo”, como “porta-voz intelectual da cultura dependente” (Prado, 2010, p. 38). Desta forma, ao localizar sua trajetória em um campo literário conservador, tal estudo nos indica como a suposta “transição” de uma postura anarcocadentista para o ingresso no corpo de policiais do Gabinete de Identificação não deve ser percebida como uma ruptura radical.

De acordo com o texto de Luiz Edmundo, o ingresso na Polícia partiu de uma indicação pessoal, fruto provavelmente das conexões feitas pelo escritor durante os anos na capital federal. Mesmo sem conseguir encontrar uma referência explícita de quem poderia ter facilitado o seu ingresso na Polícia, é possível indicar algumas hipóteses, analisando, primeiramente, aqueles que já transitavam entre os circuitos literário e policial. Era o caso de Félix Pacheco (1899), escritor e jornalista que ocupou o cargo de diretor do Gabinete de Identificação e Estatística até o ano de 1907, quando Elysio de Carvalho ingressou na Polícia. Ambos circulavam nas mesmas redes de sociabilidade literária, chegando este a colaborar em 1899 com o texto *O sr. Nestor Victor e a sua obra*, na revista *Meridional*, dirigida por Elysio de Carvalho.⁴¹ Em 1906, pela ocasião da vinda de Rubén Darío ao Congresso Pan-Americano, Félix Pacheco juntou-se a Fabio Luz, Luiz Edmundo, Figueredo Pimentel, Curvello de Mendonça e ao próprio Elysio com o fim de organizar uma homenagem ao poeta nicaraguense.⁴² No entanto, como nos anos que separaram estes dois episódios, Félix Pacheco foi o responsável pela denúncia de plágio contra o escritor alagoano, a hipótese de este ter sido o responsável pelo ingresso do jovem literato no órgão de Polícia da capital federal parece pouco consistente.

Outra personalidade com uma possível influência para inserir Elysio de Carvalho no universo policial seria Hermeto Lima. Poeta, escritor e bacharel em Direito, o livro *Íris*, de sua autoria, foi objeto de crítica literária elogiosa na revista *Brazil Moderno*, também dirigida por Elysio de Carvalho.⁴³ Em 1907, no mesmo ano em que o literato alagoano ingressou nesta repartição, Hermeto Lima era auxiliar

41. PACHECO, Félix. O sr. Nestor Victor e sua obra. *A Meridional*, ano I, nº 1, 28 fev. 1899, p. 13-15.

42. Conferência Internacional Americana. *Gazeta de Notícias*, 20 jul. 1906, p. 3.

43. H. F., REGISTO. *Brazil Moderno*, ano I, nº V, out. 1906, p. 46-47.

da seção de Estatística e ambos participavam das mesmas rodas de sociabilidade que envolviam as autoridades policiais. Como exemplo, temos o aniversário do chefe de Polícia do Rio de Janeiro, Alfredo Pinto, no qual foi realizada uma pequena comemoração em sua homenagem, com a presença tanto do marechal Hermes da Fonseca, como de Hermeto Lima e do próprio Elysio de Carvalho.⁴⁴ Além disso, o auxiliar da seção de Estatística contribuiu anos depois para a coleção da *Biblioteca de Boletim Policial* – dirigida também pelo literato alagoano – com a obra *O suicídio no Rio de Janeiro* (1913).

Como última hipótese, assinalamos a ligação que o escritor buscava construir com José Maria da Silva Paranhos Junior. Mais conhecido como o Barão do Rio Branco, este político e diplomata foi ministro das Relações Exteriores do Brasil entre os anos de 1902 e 1912. Bacharel em Direito e filho do diplomata José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco destacou-se durante a Primeira República por sua atuação no processo de arbitragem de fronteiras entre Brasil, Argentina, Bolívia, Guiana Francesa e Peru (Moura, 2010). Em 1906, um ano antes do seu ingresso na Polícia, Elysio de Carvalho dirigiu-lhe uma carta pedindo auxílio para a publicação do seu livro, *Rubén Darío* (1906).

Ex.mo Sr. Barão do Rio Branco

Conforme já tive a ocasião de dizer a V.Ex.^a tenho pronto para ser impresso o meu estudo sobre Rubén Darío, e desejava que V.Ex.^a desse ordem para que, desde que se trata de uma homenagem ao notável poeta da América Espanhola, nosso hóspede há pouco, fosse o dito trabalho impresso na oficina da Imprensa Nacional, entrando na conta de publicações do Congresso Pan-Americano. O custo total da impressão da obra não excederá de cerca de 500\$000. Se V.Ex.^a precisar de saber alguma coisa quanto às proporções e ao valor do meu trabalho, poderá

44. ALFREDO PINTO. *O Século*. 21 jun. 1907, p. 1.

ser informado por qualquer pessoa que me conheça, como por exemplo, pelo [ilegível] Domício da Gama, José Veríssimo, João Ribeiro ou Graça Aranha, a quem aliás vou dedicar. Espero que V.Ex.^{ma} dê atenção a este meu pedido e resolva a respeito o mais breve possível.

Compatriota e admirador

Elysio de Carvalho⁴⁵

O livro em homenagem ao poeta nicaraguense foi realmente editado e impresso pela Imprensa Nacional, como pedido por Elysio de Carvalho. No entanto, as referências que o escritor fazia ao fim de sua carta a literatos renomados (José Veríssimo e Graça Aranha), como forma de fornecer credibilidade ao seu trabalho, demonstravam a falta de proximidade com o Barão. Contudo, é possível perceber a ocorrência de uma gradual aproximação deles através dos registros da imprensa carioca. Em 1908, a revista *Fon-Fon* publicou uma pequena nota, afirmando de forma irônica que o escritor alagoano teria sido “encarregado pelo Barão do Rio Branco de estudar as novas correntes marinhas nos limites com o Peru”.⁴⁶ Além disso, a própria revista registrou como em uma suposta conversa no Jardim Botânico, Elysio de Carvalho teria explicitado sua profunda admiração pelo diplomata, afirmando que este seria “o verdadeiro demarcador das fronteiras do Brasil. Vale por si, o Exército alemão acompanhado da Marinha inglesa”.⁴⁷ No entanto, por mais que o Barão do Rio Branco possuísse uma forte influência política capaz de indicar o literato para o cargo de responsável da Seção de Informação do Gabinete de Identificação

45. Carta de Elysio de Carvalho ao Barão do Rio Branco. Rio de Janeiro, 6 set. 1906. Cópia pertencente à pasta PN/CARVALHO, Elysio de. 700/EC P.29 (B) – Fundação Casa do Penedo apud LEMOS, Clarice Caldine. *Os bastiões da nacionalidade: nação e nacionalismo nas obras de Elysio de Carvalho*, p. 47.

46. Estafeta. Caixa de Gasolina. *Fon-Fon*, ano II, nº 43, 1º fev. 1908, p. 16.

47. Flávio. Dias passados. *Fon-Fon*, 11 set. 1909, p. 3.

de Polícia, não há uma referência explícita deste tipo de articulação entre estas personalidades que possa sustentar tal hipótese.

Contudo, o esforço de aproximação feito pelo já então funcionário de polícia do Gabinete de Identificação com o ministro de Relações Exteriores, Barão do Rio Branco, demonstrava um último espectro da trajetória de Elysio de Carvalho: o interesse pelo desenvolvimento de uma carreira diplomática. No ano de 1909, dois anos após seu ingresso na Polícia, o literato publicou uma série de três matérias na revista *Kosmos* sobre a delegação de diplomatas estrangeiros que foi acompanhada por Elysio de Carvalho à cidade de Petrópolis.⁴⁸ As matérias que contavam com reflexões sobre a importância das atividades consulares e os perfis dos embaixadores foram também objeto de atenção da revista *Fon-Fon*. Sob o pseudônimo de Estafeta, o colunista comentou que “naturalmente, depois do seu esforçado trabalho sobre os diplomatas estrangeiros, é impossível que o Barão não o nomeie”.⁴⁹ O esforço de projeção da imagem de Elysio de Carvalho no campo internacional agora ganhava um novo escopo: político. Os jovens que ingressavam na carreira diplomática eram membros da aristocracia brasileira e precisavam muitas vezes de um “apadrinhamento” para que fossem indicados para tais cargos (Silva, 2016, p. 4). Integrar o corpo diplomático significava garantir um espaço entre a elite intelectual brasileira com uma atividade profissional que não apenas lhe geraria estabilidade financeira, mas promoveria um estilo de vida cosmopolita, presente entre aqueles envolvidos nas práticas políticas internacionais.

A publicação de artigos sobre a delegação de embaixadores estrangeiros na revista *Kosmos* inseria-se dentro de um conjunto de es-

48. CARVALHO, Elysio de. Diplomatas estrangeiros – I. *Kosmos*, ano VI, nº 2, fev. 1909, p. 7-12. Diplomatas estrangeiros – II. *Kosmos*, ano VI, nº 3, mar. 1909, p. 43-47. Diplomatas estrangeiros – III. *Kosmos*, ano VI, nº 4, abr. 1909, p. 25-33.

49. Estafeta. Caixa de Gasolina. *Fon-Fon*, ano III, nº 37, 11 set. 1909, p. 19.

forços anteriores que já mostravam um interesse de Elysio de Carvalho em construir uma carreira voltada para a política internacional. No ano de 1906, o escritor participou do Congresso Pan-Americano, realizado no Rio de Janeiro, além de compor o grupo responsável por receber o general Uribe y Uribe, ministro da Colômbia, na 3ª Conferência Latino-Americana. Desta forma, o funcionário de polícia e escritor forjava estratégias para integrar os espaços e as redes de sociabilidade necessários para a construção de uma carreira voltada para a política externa do país. Não por acaso, a revista *Fon-Fon* provocava, afirmando que Elysio de Carvalho finalmente veria realizado “o seu maior sonho”, “o ilustre homem das letras” faria “parte da embaixada do Barão do Rio Branco”⁵⁰ organizada em retribuição a uma visita feita pela Embaixada chinesa.

No entanto, a indicação para tal cargo nunca ocorreu. O que não impediu que o escritor procurasse construir uma prática policial para além das fronteiras nacionais, através da construção de vínculos e intercâmbios com órgãos e figuras policiais estrangeiros, como veremos ao longo deste livro. Por meio de traduções de textos, trocas epistolares, envio e recepção de livros, Elysio de Carvalho procurava inserir a si mesmo e o Gabinete de Identificação e Estatística no campo internacional de polícia científica. Tais práticas policiais transnacionais aprofundaram-se quando este se tornou diretor do Gabinete de Identificação e Estatística. Ao ocupar este cargo, Elysio de Carvalho criou a *Biblioteca do Boletim Policial*, a Escola de Polícia, tornou-se editor do *Boletim Policial*, além de representar o Gabinete de Identificação nas Exposições Internacionais voltadas para a difusão dos saberes de polícia científica.

A entrada como diretor desta seção policial permitiu que Elysio de Carvalho empreendesse esforços para transformar o Gabinete de Identificação e Estatística em um espaço de produção de saberes cri-

50. Trepador. Trepações. *Fon-Fon*, ano III, nº 46, 13 nov. 1909, p. 8.

minalísticos, capaz de mediar diálogos entre criminalistas brasileiros e internacionais. Desta forma, o ingresso e a construção de uma carreira na Polícia constituíram-se tanto em uma forma de sustento econômico, através do qual escritor poderia escrever e publicar seus textos – voltados, neste momento, para as temáticas de criminalística – como também em um meio de se inserir em redes intelectuais que lhe permitiriam desenvolver uma carreira de projeção internacional.

Escritores e Policiais no Gabinete de Identificação

A polícia é, antes de tudo, uma ciência experimental.

(Carvalho, 1910, p. 51)

No ano de 1910, a revista *Careta* publicou uma fotografia do escritor Elysio de Carvalho, trazendo a seguinte legenda: “Elysio de Carvalho, pirata literopolicial esperando o momento do assobio”.¹ Tal jogo de palavras, a princípio confuso, em nada fugia ao momento vivido pelo escritor na ocasião dessa publicação. Anos passados da acusação de plágio, a fama de gatuno literário ainda o acompanhava, recebendo a alcunha de pirata dada pela revista *Careta*. O escritor, que já ocupava o cargo de responsável da Seção de Informações há três anos, viria no ano seguinte a assumir o posto de diretor do Gabinete de Identificação e Estatística. A publicação de sua fotografia vinha com o título “Eleições”, indicando como, no momento político em que se elegia o novo presidente Hermes da Fonseca, o escritor aguardava um chamado, um assobio, que lhe garantisse o novo cargo na seção policial em que já trabalhava. Será justamente na convergência, a princípio pouco provável, entre os campos literário e policial que o escritor alagoano irá atuar entre os anos de 1907 e 1915. Por meio de traduções, publicações de artigos nos diários da grande imprensa e da elaboração

1. As eleições. *Careta*. Rio de Janeiro, ano III, nº 92, 5 mar. 1910, p. 12.

de estudos publicados pelo Gabinete de Identificação, Elysio de Carvalho forjava uma prática policial que tinha a escrita como cerne de sua atividade profissional.

A partir do século XIX, as práticas discursivas policiais ganharam amplo espaço de publicação entre os órgãos de policiamento do mundo.² Desde a década de 1820, revistas que acompanhavam o funcionamento e a própria história das instituições que as produziam eram veiculadas em meio ao impulso de profissionalização e modernização das forças policiais.³ Estudos como o de Cerezales (2005) propuseram-se a demonstrar como tais periódicos constituíam-se como uma via de compreensão das vivências, reivindicações e aspirações dos agentes de polícia. De uma perspectiva distinta, a escrita policial também foi objeto de análise de historiadores como Kalifa (2003, p. 67-103), que ao se dedicarem a memórias policiais, como a de François Vidocq, sinalizaram a emergência de um gênero que se consolidava em uma convergência narrativa autobiográfica e literária. Por fim, recentes estudos que analisaram as seções especializadas de polícia demonstraram como as revistas policiais favoreciam a consolidação de campos de saberes criminalísticos que se constituíam muitas vezes a partir da circulação e do intercâmbio destes materiais entre os órgãos de Polícia do mundo (Laval, 2016, p. 427-452; Oliveira, 2016, p. 321-324).

Em meio a este debate, este capítulo tem como objetivo analisar os esforços feitos por Elysio de Carvalho para a construção de práticas escritas policiais na capital federal brasileira. Partindo de seus primeiros esforços de publicização de artigos sobre a temática da criminalística até sua atuação como diretor dessa repartição policial,

2. Para um balanço historiográfico mais completo dos estudos historiográficos sobre revistas policiais, ver: Bretas e Galeano, 2016, p. 9-24.

3. Longe de esgotar a extensa bibliografia sobre o tema, podemos citar: Emsley, 1983; Berlière, 2011; Berlière, Denys, Kalifa, Millot, 2008.

procurarei investigar como o escritor alagoano forjava uma própria prática institucional por meio de publicações discursivas. O percurso de Elysio de Carvalho na Polícia e a história do Gabinete de Identificação também serão estudados neste capítulo, que procurará recuperar os tensionamentos e as aproximações presentes entre as elites políticas do Rio de Janeiro, a própria repartição policial e a figura do literato de Alagoas. Por fim, procurarei analisar como tais práticas discursivas buscavam forjar alianças e formas de cooperação entre as Polícias de diferentes países do Atlântico, favorecendo a circulação transnacional de saberes do campo no qual Elysio de Carvalho pretendia se inserir: a polícia científica.

Os primeiros passos no Gabinete

No ano de 1907, quando Elysio ingressara no Gabinete de Identificação e Estatística, o cargo do chefe de polícia era ocupado por Alfredo Pinto,⁴ responsável pelo planejamento e execução da quarta reforma policial realizada durante o período republicano. Tal reforma tinha como principal objetivo modernizar os serviços de Polícia da capital federal, resultando em um processo de eletrificação e mecanização dessa instituição. A instalação de telefones nos distritos e repartições junto à importação de veículos para movimentação de policiais foram exemplos dessas iniciativas, que tinham como objetivo não somente fornecer uma maior mobilidade aos funcionários, mas também instituir formas de comunicação capazes de concatenar ação policial na capital federal.⁵

4. Nascido em Pernambuco, em 1847, Alfredo Pinto formou-se em Direito, ocupando os cargos de promotor, juiz de direito em Minas Gerais, e chefe de polícia na gestão do presidente Afonso Pena (1894-1897). Com o falecimento deste, Alfredo Pinto demitiu-se do cargo policial. Cf.: Samet (2008, p. 137- 142).

5. AN, GIF1 6C232.

A Polícia Civil passou a organizar-se em torno do chefe de Polícia, dos três delegados auxiliares e dos delegados de distritos. Nomeado pelo presidente, o chefe de Polícia era escolhido entre os advogados com mais de 10 anos de prática ou com notório saber no campo policial. Ocupar este cargo proporcionava a oportunidade de trabalhar em contato com a elite política, sendo um passo importante para a conquista de uma carreira no Poder Judiciário.⁶ Os três delegados auxiliares tinham como responsabilidade a inspeção da Colônia Correcional, da Escola 15 de Novembro, da Polícia Marítima, das diversões públicas, do tráfego nas ruas, das lojas de penhores e das delegacias de primeira até a terceira entrância. O posto de delegado auxiliar também era visto como uma ponte para uma carreira na Justiça, já que muitos daqueles que o ocupavam assumiam lugares de juízes e promotores. Em contrapartida, os delegados de distritos que somavam em torno de 30 no ano de 1907 eram responsáveis pela manutenção da ordem pública, das investigações de crimes e pela realização de atividades burocráticas. Eles tinham a seu serviço um escrivão, um oficial de justiça e um determinado número de agentes, os comissários de polícia – cargo também criado com a reforma de 1907 em substituição aos inspetores – que possuíam o poder de presidir e assinar os autos de flagrante.⁷

Tal projeto dirigido pelo chefe de Polícia Alfredo Pinto atingiu radicalmente as seções especiais como o Serviço Médico Legal e o

6. Bretas (1997, p. 31-51) sinaliza como o chefe de polícia era escolhido pelo presidente da República dentre advogados com mais de 10 anos de prática ou com notório saber policial. Atribuído de máxima autoridade, o chefe de polícia era capaz de exercer todos e quaisquer poderes conferidos aos seus subordinados, desde empregar a Polícia Militar, a guarda civil e os agentes de polícia; conceder licenças remuneradas; emitir passaportes; fiscalizar a venda de armas e explosivos; organizar as estatísticas criminais; além de possuir responsabilidade por todas as seções policiais. Sob a organização da Polícia Civil durante a reforma de 1907 que é descrita no texto.

7. Recrutados por meio de concursos em vez de recomendações políticas, a reforma de 1907 autorizou a contratação de trinta comissários de primeira classe e cem de segunda classe (Bretas, 1997, p. 31).

Gabinete de Identificação e Estatística, transformando-os em seções autônomas da Secretaria de Polícia (Samet, 2008, p. 144). Criado em 1903, o Gabinete de Identificação funcionou sob a direção do jornalista e escritor Félix Pacheco até o ano de 1907, quando Edgard Costa tornou-se diretor desta repartição. Com a reforma policial, o Gabinete passou a possuir caráter civil, policial e judiciário e o número de funcionários foi ampliado: 13 cargos efetivos nomeados pelo chefe de Polícia, contando ainda com o auxílio de extranumerários (Samet, 2008, p. 153). Com a expansão do Gabinete foi criado ainda o posto do identificador, responsável por preparar os prontuários e preparar as impressões digitais dos indivíduos detidos (Bretas, 1997, p. 52).

A princípio, o órgão que deveria funcionar na repartição central da instituição policial do Rio de Janeiro foi instalado na avenida Mem de Sá, na esquina com a rua do Lavradio. Constavam, dentre as atribuições dessa repartição: a) fornecer mediante requerimento uma prova de identidade às pessoas honestas e de bons antecedentes valendo como folha corrida para elas; b) identificar obrigatoriamente de forma direta ou por meio das seções filiais os detidos pela Polícia independentemente de idade, sexo, condição social e cor sem exceção para qualquer tipo de crime, contravenção ou motivo que causou a detenção; c) proceder à identificação dos agentes de segurança, guardas civis e pessoal do serviço interno das prisões; d) organizar separadamente os registros civis e criminais a fim de comprovar o grau de temibilidade dos delinquentes sujeitos a processo; e) organizar com perfeita regularidade e minúcia os mapas estatísticos dos crimes e contravenções cometidos e processados no Distrito Federal; f) distribuir às Polícias dos portos nacionais e das fronteiras as provas de identidade daqueles deportados, seja por sentença judicial ou administrativamente por ordem do ministro da Justiça; g) executar os convênios internacionais já firmados com a Áustria-Hungria, Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai para permuta de informações sobre o

passado político dos indivíduos; e promover convênios análogos que sejam úteis aos fins da polícia preventiva.⁸

Como responsável pelo cargo de escriturário da Seção de Informações, Elysio de Carvalho tinha como função organizar sistematicamente os registros individuais, a expedição de certidões, das folhas de antecedentes e dos atestados de boa conduta requeridos pelo diretor da repartição policial.⁹ Contando com o auxílio de dois amanuenses, cabia também ao escritor garantir a organização de um prontuário individual para cada pessoa processada e identificada, devendo ser apensos a ele todos os papéis que se referiam a este mesmo indivíduo.¹⁰ Para desempenhar tais funções, Elysio de Carvalho recebia um ordenado de 3:2000\$000 junto a uma gratificação de 1:600\$000 formando um vencimento mensal de 4:800\$000.¹¹ Se a conversão do valor em réis para reais é uma difícil operação a ser feita, podemos comparar o vencimento salarial do encarregado da seção de informação com os demais salários dos funcionários desta repartição, como uma forma de avaliar o ordenado que recebia o escritor recém-ingresso na carreira policial. Assim como os escriturários das seções de identificação e estatística, o encarregado da seção de informação recebia o mesmo vencimento destes profissionais, demonstrando que não havia

8. *Conjunto das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil referente ao ano de 1907*, t. II, p. 571-572.

9. *Conjunto das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil referente ao ano de 1907*, t. II, p. 576-577.

10. Dentre esses papéis, deveriam constar: o boletim da delegacia, com a qualificação do acusado e a cópia textual da nota de culpa que lhe tiver sido entregue; a guia da entrada na casa de detenção; as ordens da passagens à disposição de outras autoridades; as requisições, as comunicações de denúncia, pronúncia e julgamento; a sentença final; as ordens de *habeas corpus*; a cópia da carta guia etc. No caso daqueles que não eram simples contraventores também deveriam ser anexadas as notícias de jornais que dissessem respeito aos delitos. Ver: *Conjunto das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil referente ao ano de 1907*, t. II, p. 577.

11. *Conjunto das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil referente ao ano de 1907*, t. I, p. 13.

diferença salarial entre os responsáveis das seções que compunham o Gabinete de Identificação. De forma distinta, o diretor do Gabinete de Identificação possuía um vencimento maior, de 6:000\$000, indicando que a variação de pagamento era hierárquica, uma vez que os amanuenses – independentemente da seção que ocupavam – recebiam 3:600\$000 de vencimento.

Os esforços de modernização empreendidos pela reforma policial de 1907 também alcançaram o gabinete com a criação de uma revista policial que deveria ser publicada mensalmente pelo Gabinete de Identificação do Rio de Janeiro, com o intuito de “elevar o nível de cultura profissional da polícia” e difundir “ensinamentos úteis ao progresso da instituição”.¹² Intitulado como *Boletim Policial*, o periódico era dividido em uma parte doutrinária, dedicada à publicação de textos, e outra oficial, voltada para o registro dos atos emanados da administração policial. A nova revista buscava abranger uma grande gama de saberes de textos criminalísticos, desde estudos de medicina legal e polícia científica, a artigos que abordavam as contravenções que a Polícia buscava reprimir na capital federal, como: a regulamentação dos teatros cariocas, as formas de falsificação de bebida alcoólica, o jogo do bicho, os clubes carnavalescos, os problemas e benefícios das instituições de asilos de menores e das colônias correccionais. Tais estudos publicados caracterizavam um esforço de construção de uma escrita policial sobre o universo urbano, capaz de recriá-lo discursivamente, elaborando narrativas sobre determinadas práticas criminais através de uma ótica policial.

Em artigo escrito pelo magistrado e delegado Eurico Cruz, este destacou como o *Boletim* possuía uma função importante de sistematizar saberes que se encontravam publicados em obras e folhetos esparsos. Colaborador do *Boletim* com textos teóricos, a publicação de Eurico Cruz demonstra um pouco da recepção do periódico no

12. Imprensa, *Jornal do Commercio*, 14 jun. 1907, p. 2.

campo policial, defendendo a existência da revista para os policiais, por ela “abastecer aquela experiência, adquirida no desempenho da função, com o ensinamento metódico e regrado do ofício (...) sob o ponto de vista técnico e científico” (Cruz, s.d., p. 60). Além disso, para o delegado, a revista tinha uma função pragmática, sendo indispensável para aqueles que “aspiravam aos postos de comissário” (Cruz, s.d., p. 61).

Dentro desse campo de atuação, Elysio de Carvalho ingressou como colaborador da revista do *Boletim Policial*. Entre os anos de 1907 e 1910, o escritor teve um tímido desempenho, participando do periódico como tradutor e com a publicação de dois artigos de sua própria autoria. Apesar do pouco espaço no periódico que lhe era dado, durante esses três primeiros anos de colaboração no *Boletim Policial*, o escritor alagoano iniciava alguns primeiros impulsos que seriam aprofundados quando se tornasse diretor do Gabinete de Identificação. A tarefa de tradutor e comentador, sobretudo, o colocaria não somente em contato com um determinado escopo de ideias, mas também, como um primeiro canal de recepção de saberes ligados ao campo da polícia científica.

Em seu primeiro número, o *Boletim Policial* publicou a tradução da lição de abertura da cadeira de Fotografia Científica ministrada pelo professor Rudolph Archibald Reiss na Universidade de Lausanne. Aluno de Bertillon e diretor do Laboratório de Polícia Técnica, Reiss se tornava uma das principais figuras internacionais do campo de polícia científica durante as primeiras décadas do século XX. A palestra publicada primeiramente nos *Archives d'Anthropologie Criminelle*¹³ foi traduzida e comentada por Elysio de Carvalho, indicando uma das revistas e núcleos de produção de saberes criminalísticos aos quais os editores e escritores do *Boletim Policial* recorriam para a produção

13. Sobre a importância dessa revista no campo criminalístico e a trajetória de seu diretor, o médico legista Alexandre Lacassagne, ver: Artières, Gérard e Philippe (2004).

de seu próprio periódico. Ao traduzir a aula de Reiss, Elysio de Carvalho vinha justamente esclarecer em que consistia o campo da polícia científica, mostrando a sua pertinência para a elucidação de crimes que muitas vezes se tornavam enigmas para os agentes policiais. A palestra, que foi publicada em duas partes, constava com a definição do que seria este campo. Partindo da conceituação apresentada por Alfredo Niceforo no Sexto Congresso Internacional de Antropologia Criminal realizado em Turim, a nova ciência era apresentada como “a aplicação dos conhecimentos científicos às buscas do auto criminal, destinadas a estabelecer a identidade de um indivíduo e a determinar a parte que um indivíduo ou um objeto tomou em um fato criminal”. Junto a esta definição elaborada por Niceforo, ainda era acrescentado que este campo englobaria “o conhecimento do modo de trabalho das diferentes categorias de criminosos, conhecimento obtido pelo estudo ao vivo do mundo dos malfeitores”.¹⁴

A tradução, enquanto uma atividade cultural, tem como princípio o esforço de conectar contextos e línguas distantes que justamente através destes textos viajavam por distintos continentes (Sozzo, 2006, p. 353-431). Desta forma, o fenômeno do crime e de suas práticas de controle teria um forte sentido histórico localizado nos intercâmbios transnacionais e nas próprias práticas que favoreciam a circulação de ideias.¹⁵ Com os congressos científicos e as viagens de estudo que marcaram o final do século XIX, a realização de traduções tornava-se uma condição *sine qua non* para a construção de um campo de saber criminalístico cuja consolidação ocorria internacionalmente. Desta forma, seria por meio das traduções de aulas e de estudos criminalís-

14. REISS, R. A. Os métodos científicos nos inquéritos judiciários e policiais. *Boletim Policial*, nº 1, ano I, mai. 1907, p. 16.

15. No final do século XIX e início do século XX, as viagens de estudo e a realização de congressos científicos marcaram o campo de produção de saberes criminalísticos, tornando-se espaços para seu intercâmbio, confrontação e consolidação. Ver: Kaluszynski, 2006, p. 301-316.

ticos que o *Boletim Policial* pretendia se constituir como um veículo de divulgação dos saberes científicos produzidos por órgãos policiais do espaço atlântico.

Neste sentido, a tradução feita por Elysio de Carvalho apresenta uma clara defesa da pertinência do campo da polícia científica, qualificando-o como um “estudo prático dos criminosos e dos crimes”, em oposição à antropologia criminal que seria “um conhecimento um tanto teórico, da pessoa do criminoso sob o ponto de vista anatômico, biológico, psicológico”.¹⁶ Durante as primeiras décadas do século XX, o campo da polícia científica buscava consolidar-se entre as Polícias do mundo com uma perspectiva científica distinta da antropologia criminal defendida por Cesare Lombroso. Lançando mão de conhecimentos científicos, os especialistas que se dedicavam a tais estudos pouco se interessavam em precisar a natureza criminológica ou a responsabilidade dos delinquentes, como os adeptos das teorias positivistas criminológicas. Ao contrário, o campo da polícia científica buscava estabelecer métodos capazes de distinguir o conhecimento falso daquele que seria verdadeiro (Reiss, 1907, p. 10). Desta maneira, os diferentes tipos de práticas de falsificação – como de identidade, assinatura e emissão de dinheiro – junto à inspeção de cadáveres e análise de cenas de crime tornavam-se objeto de estudo não somente nesta aula, mas de uma *expertise* que se formava dentro das instituições policiais.

A publicação da aula inaugural de Reiss na revista do *Boletim Policial* em muito dialogava com o momento pelo qual passava o Gabinete de Identificação e o próprio periódico oficial desta instituição. Assim como nos *Archives D'Anthropologie Criminelle*, a publicação de artigos de polícia científica no periódico do *Boletim Policial* ocorria em meio a textos de medicina legal, indicando o necessário diálogo

16. REISS, R. A. Os métodos científicos nos inquéritos judiciários e policiais. *Boletim Policial*, ano I, nº 2, jun. 1907, p. 17.

com este último campo para que a *expertise* de polícia científica tivesse visibilidade na comunidade criminalística. Desta forma, podemos compreender o porquê da escolha de Elysio de Carvalho em traduzir esta palestra. O que se colocava em jogo com esta publicação era uma disputa de espaço dentro do periódico e da própria Polícia brasileira que abrangia conhecimentos científicos diversos sobre a questão criminalística. Longe dos intensos debates que atravessavam as Polícias europeias, a tradução de Elysio de Carvalho evidenciava um primeiro esforço de apresentação, mas também de consolidação dos saberes ligados ao campo da polícia científica na própria instituição policial brasileira.

Desta maneira, formar agentes capazes de ler as provas indiciárias e administrar os saberes de polícia científica eram necessários para que os órgãos policiais fossem capazes de combater determinadas formas de criminalidade. Assim, no primeiro artigo de sua autoria publicado no periódico, Elysio de Carvalho defendeu a criação de uma Escola de Agentes, tomando como exemplo o projeto de formação de policiais que ganhava corpo na cidade de Buenos Aires. Criado por Ramón L. Falcón, chefe de Polícia da capital federal da Argentina, a Escola de Agentes portenha foi pensada dentro de uma série de reformas policiais que se inseriam em um plano de modernização dessa instituição. Com o fim de profissionalizar aqueles que ingressavam como agentes de polícia, tais reformas, como a brasileira – realizada no ano 1907 – também procuravam impulsionar os progressos materiais, aperfeiçoando as formas de comunicação entre as delegacias, além de procurar desenvolver um sentimento de identidade e pertencimento para aqueles que ingressavam por motivos diversos nesta instituição.¹⁷

Apoiando-se no Decreto nº 6.440, de 30 de março de 1907, que determinava a obrigação dos inspetores policiais em instruir

17. Sobre a Escola de Polícia portenha, ver: Barry (2009).

seus subalternos “com o ensino de filiação morfológica e de exame descritivo”,¹⁸ Elysio de Carvalho defendia como a própria legislação brasileira já abria espaço para a criação de uma escola policial. De acordo com esse dispositivo legal, previa-se o ensino elementar “dos delitos previstos no Código Penal; dos regulamentos municipais que dependiam da Polícia para serem facilmente executados;”, “do ensino de filiação morfológica e do exame descritivo”,¹⁹ sendo estes últimos ministrados no Gabinete de Identificação.

A referência à Polícia de Buenos Aires não ocorria por acaso. Mais que apenas uma inspiração para formação da Escola de Polícia, a aproximação que Elysio de Carvalho procurava fazer com a Polícia argentina revelava as similitudes vividas por ambas as forças policiais.²⁰ O processo de modernização material da Polícia portenha vinha com uma proposta de aperfeiçoar o grau de formação de funcionários subalternos que contava, muitas vezes, com homens de idade avançada, de escassa formação intelectual, chegando alguns a casos de analfabetismo (Barry, 2009, p. 86). A mesma insatisfação era manifestada pelo chefe de Polícia, Alfredo Pinto, que almejava “em vez de ter uma Polícia nervosa, brutal, teatral, dramática”, a construção de “uma Polícia tranquila (..) científica”.²¹ Frente a tal questão pautada pelo chefe de Polícia brasileiro de forma não muito diferente, Elysio de Carvalho declarou que considerava os funcionários da força policial em sua maioria “serventuários inábeis e desastrados (*sic*),

18. CARVALHO, Elysio. Escola de Agentes. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano I, nº 3, jun. 1907, p. 17.

19. CARVALHO, Elysio. Escola de Agentes. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano I, nº 3, jun. 1907, p. 17.

20. Sobre as aproximações e formas de cooperação entre as polícias portenha e carioca, ver: Galeano (2012a).

21. Introdução ao relatório apresentado ao sr. ministro da Justiça e Negócios Interiores pelo dr. chefe de Polícia do Distrito Federal. *Boletim Policial*, ano II, nº 1, maio 1908, p. 13-26.

fazendo consistir na grosseria da força física e dos maus modos o seu melhor predicado”. E, como solução, o escritor alagoano defendia que estes homens deveriam ser instruídos para a construção de “uma Polícia profissional e científica”.²²

Para o escritor, se a modernidade trazia uma série de avanços para a humanidade, o progresso científico apresentava uma face obscura: o aperfeiçoamento das técnicas dos delitos dos criminosos. Com os novos meios de comunicação, os veículos de transporte e os saberes e invenções que surgiam no início do século XX, os criminosos conseguiam manipular técnicas modernas que permitiam a realização de engenhosos golpes. Para tal, a Polícia deveria se equiparar aos criminosos, tornar-se profissional e científica para combater as novas formas de criminalidade que marcavam a modernidade.

Desta maneira, é possível perceber como as contribuições de Elysio de Carvalho dialogavam com o momento vivido pelo Gabinete de Identificação, e sobretudo, com a gestão construída pelo chefe de Polícia, Alfredo Pinto. Frente ao impulso tomado de profissionalização e modernização das forças policiais brasileiras nesta administração, Elysio de Carvalho construía formas de diálogo com as demandas proferidas pelo chefe de Polícia, como forma de inserção no meio policial em que recém-ingressava. Através da tarefa de tradutor e colaborador da revista do *Boletim Policial*, Elysio de Carvalho vinha apresentar o campo da polícia científica e a defesa de uma profissionalização dos agentes de polícia brasileiros segundo os preceitos desse campo criminalístico. Estas seriam suas duas frentes de atuação durante os primeiros anos em que ingressara como encarregado da seção de Informações.

No entanto, no ano de 1907, a ideia de criação de uma Escola de Agentes elaborada por Elysio de Carvalho não encontrou ressonância

22. No original consta: “serventuários inhâbeis e dezasados”. Cf.: CARVALHO, Elysio de. Escola de Agentes. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano I, nº 3, jun.1907, p. 18.

no Gabinete de Identificação e Estatística. Somente em 1912, quando o escritor alagoano já ocupava há um ano o cargo de diretor dessa sessão especializada é que foi criada a Escola de Polícia, mantida sob a sua direção, como veremos a seguir. O pequeno espaço que Elysio de Carvalho encontrou na revista do *Boletim Policial* não implicou a ausência de produção e publicação de textos criminalísticos. A atuação como escritor lhe garantiu uma inserção entre jornalistas e literatos que atuavam nos diários cariocas, permitindo a publicação de artigos nos jornais da capital federal. Tal atuação paralela às publicações policiais resultou na edição da obra *A polícia carioca e a criminalidade contemporânea*, a primeira obra do autor sobre o tema, publicada pela editora da Imprensa Nacional.

A Polícia carioca e a criminalidade contemporânea

Publicada no final do ano de 1910, o lançamento da obra *A polícia carioca e a criminalidade contemporânea* ocorria em um momento político do Gabinete de Identificação e Estatística distinto das primeiras publicações de Elysio de Carvalho. Com a morte do presidente Afonso Pena, Nilo Peçanha na qualidade de vice-presidente assumiu o cargo em 1909, nomeando Esmeraldino Bandeira para o Ministério da Justiça. O novo ministro indicou formalmente para o cargo de chefe de Polícia, Carolino Leoni Ramos,²³ após a renúncia de Alfredo Pinto ao tal posto de chefatura. Foi a pedido do novo chefe de Polícia que Elysio de Carvalho elaborou o estudo *A polícia carioca e a criminalidade contemporânea*.

23. Carolino Leoni Ramos nasceu no ano de 1857 na cidade de Cachoeira, no estado da Bahia. Formado em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Recife, atuou como promotor, juiz de direito e juiz municipal. A atuação jurídica foi acompanhada de uma carreira política. Ele foi vereador da Câmara Municipal de Niterói, onde também exerceu o cargo de prefeito até o ano de 1906. Em 1909, foi nomeado chefe de polícia do Distrito Federal, desocupando o cargo no ano seguinte ao ser indicado para ministro do Supremo Tribunal Federal, no fim da gestão do presidente Nilo Peçanha. Sobre a trajetória de Carolino Leoni Ramos, ver: Silva, 2011, p. 96.

No prefácio deste livro, Elysio de Carvalho (1910, p. 4) indica que a obra havia sido elaborada em primeiro lugar com o intuito de produzir um prefácio para outros dois livros do autor: *A síntese da polícia científica*, em que estariam reunidos “todos os conhecimentos, processos e métodos e noções científicas indispensáveis para uma luta mais eficaz contra o crime”; e o *Manual do agente*, “um tratado de investigação criminal” para uso dos agentes de polícia. Tais obras foram citadas na folha de rosto do livro como publicações que estariam no prelo para impressão pela Livraria Garnier. No entanto, não há registros sobre a publicação dessas brochuras. Livros como esses, que eram anunciados nos diários da grande imprensa como publicações eminentes, muitas vezes sequer chegavam a ser impressos. Não por acaso, no jornal *O Paiz*, sob o título No prelo, um colunista da folha denunciava como “muito dos nossos escritores inscrevem nos seus livros de estreia uma lista anunciadora de obras em preparo e no prelo”, sem que “muitas dessas obras, muitas vezes todas elas nunca aparecessem, ficando o público logrado”.²⁴ Desta forma, é possível perceber como a anúncio de obras em processo de publicação – que muitas vezes não passavam de simples projetos – ocorria como uma prática usual no universo literário brasileiro como forma de promoção dos escritores. Como exemplo, a obra *A síntese da polícia científica*, escrita por Elysio de Carvalho, é citada pelo colunista do jornal *O Paiz* dentre os 80 livros que estariam no prelo da Livraria Garnier, com o suposto intuito de esclarecer aos leitores quais seriam os livros que seriam publicados pela editora. O que o artigo desse colunista vinha colocar em jogo era como literatos como Elysio de Carvalho procuravam construir uma representação de intelectuais profícuos sem que possuíssem muitas vezes produção escrita para tal. A dificuldade de inserção e obtenção de uma estabilidade financeira no universo literário fazia com que as mais diversas estratégias arrivistas fossem mobilizadas por esses artistas.

24. No prelo, *O Paiz*, Rio de Janeiro, 31 jul. 1910, p. 1.

Por sua vez, a anúncio em diferentes jornais da publicação dos livros *Manual do agente* e *a síntese da polícia científica* pela Livraria Garnier possuía ainda um segundo intuito: a construção da figura de Elysio de Carvalho como um policial escritor. Publicar pela Livraria Garnier, uma das editoras de maior distinção da capital federal, representava pertencer a um clube seletivo do mundo literário (Broca, 2004, p. 83). A divulgação dessas obras não somente procurava gerar expectativa frente à comunidade literária em relação à produção criminalística recém-elaborada pelo escritor, mas também tinha como intuito demonstrar uma suposta produção extensa e os tipos de estudos criminalísticos a que se dedicava o escritor alagoano.

A gestão do chefe de polícia Carolino Leoni Ramos tinha como um dos desafios principais manter a ordem pública durante a transição do governo Nilo Peçanha para o do novo presidencialista que seria eleito (Samet, 2008, p. 276). Provavelmente, em meio ao quadro de instabilidade política que marcara o ano de 1910, o novo chefe de Polícia pediu a Elysio de Carvalho um estudo para que fosse analisado se a Polícia da capital federal brasileira encontrava-se “aparelhada para o desempenho de suas árduas funções” (Carvalho, 1910, p. 4). Não por acaso, em seu relatório de 1909, Carolino Leoni Ramos demonstrou preocupação com a situação da Polícia em meio ao instável contexto político brasileiro:

No Distrito Federal o problema de Polícia é tanto mais complexo quanto se considera a evolução vertiginosa que invade a política nacional cujas facções se digladiam quase sem tréguas, disputando-se em um amálgama de doutrinas salutares ou nocivas; quando se pensa na escassez dos fatores com os quais este departamento de administração pública pode contar em emergência crítica possível.²⁵

25. Relatório ao ministro da Justiça Esmeraldino Bandeira referente ao ano de 1909. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910, p. 62 (Samet, 2008, p. 276-277).

Partindo justamente de um quadro político mais amplo que na seção de abertura do seu livro, Elysio de Carvalho procurou pensar primeiramente o problema da criminalidade a partir das instituições jurídicas. Tomando como referência o estudo de Edmond Picard, *Le Droit Pure*, o funcionário de polícia procurou demonstrar como a organização jurídica de uma sociedade estaria submetida às leis históricas. Longe de ser imutável, o Direito deveria “renovar-se continuamente e adaptar-se às metamorfoses da vida do planeta” (Carvalho, 1910, p. 7). Indo de encontro à perspectiva metafísica que procurava pensar o Direito a partir de causas que transcendiam as experiências sensíveis, no final do século XIX, a ideia da historicidade jurídica de Picard defendia como cada conjunto de leis seria fruto e se transformaria de acordo com a sociedade em que era produzido.²⁶ Partindo desta perspectiva, Elysio de Carvalho defendia como o Direito Criminal também encontrava-se em processo de transformação, tornando-se cada vez menos sanguinário e mais um instrumento que teria como fim garantir o convívio social.

A publicação do texto desta primeira seção de *A polícia carioca e a criminalidade contemporânea* ocorreu alguns meses antes da impressão em formato de livro, por meio de uma coluna que Elysio de Carvalho possuía no jornal *O Paiz*, ainda no ano de 1910. Sobre o título *Questões Vigentes*, o literato publicou dois artigos que compunham um primeiro manuscrito do seu livro, trazendo à discussão a necessidade de transformação das leis criminais em meio às mudanças sócio-históricas do fim do século XIX e início do XX. Após esses dois artigos, a coluna escrita por Elysio de Carvalho teve seu título publicado como

26. Sobre a obra de Edmond Picard, ver: GOMES, Orlando. O tetragrama da justiça. *Civilistica.com*. Rio de Janeiro, ano 1, nº 1, jul.-set. 2012, p. 1-5. Disponível em <http://civilistica.com/o-tetragrama-da-justica>. Acesso em 25 dez. 2018.

A Polícia, contando com mais seis artigos que também seriam extratos da brochura escrita pelo literato.

Fundado em 1884, por João José Reis Junior, 2º conde de São Salvador de Matosinhos, o jornal *O Paiz* atravessou o período do Império e da Primeira República brasileira constituindo-se como uma folha que possuía grande recepção entre políticos, literatos e grupos dominantes da sociedade brasileira (Carvalho, M., 2012, p. 151). Em 1910, a folha já apresentava grande porte graças às vultuosas contribuições que recebia ao se posicionar a favor dos governos vigentes (Sodré, 1966). Neste sentido, é compreensível que Elysio de Carvalho tenha escolhido estrategicamente publicar um texto sobre a temática jurídica justamente neste periódico. O escritor, que procurava ainda galgar uma carreira diplomática, buscava falar para os membros da elite, leitores do jornal, que não somente apoiavam o governo republicano em curso, mas que muitas vezes também o compunham.

A escolha por abordar o problema da criminalidade por um viés jurídico estava atrelada ao próprio lugar que este campo de saber possuía na sociedade brasileira. As Faculdades de Direito eram espaços de formação das elites na Primeira República, e desta forma, os estudos jurídicos constituíam-se como formas de reflexão destes grupos sobre a realidade social, transformando-a em objeto de conhecimento (Alvarez, 2003, p. 23). Nos periódicos acadêmicos, os bacharéis refletiam sobre as formas de comportamento no meio urbano, os modelos de cidadania, os papéis familiares nas sociedades republicanas, entre outros temas. Longe de serem debates que estariam estritamente institucionalizados, o autodidatismo era uma característica marcante entre juristas e intelectuais brasileiros que procuravam atuar neste campo (Alvarez, 2003, p. 25). Era o caso de Elysio de Carvalho, que, mesmo sem ter concluído o bacharelado em Direito, através da leitura de obras contemporâneas recém-publicadas sobre a temática, forjava ar-

tigos que, como numa colcha de retalhos, reunia textos parafraseados dos autores criminalísticos de renome.²⁷

A escolha pela publicação no jornal *O Paiz* explicava-se ainda pela aproximação entre o literato alagoano e o diretor do periódico, João de Souza Lages. Em matéria sobre o aniversário do diretor da folha, Elysio de Carvalho compareceu como um dos convidados na festa.²⁸ Neste sentido, era também pelas ligações pessoais travadas durante sua atuação como escritor que Elysio de Carvalho buscava projetar-se no meio criminalístico brasileiro. Frente ao incipiente espaço que recebera no periódico oficial do Gabinete de Identificação, o *Boletim Policial*, o escritor de Alagoas passou a publicar nos diários cariocas, com o intuito de projetar sua figura nos universos intelectuais da capital federal, utilizando-se do espaço de suas colunas para tal.

Contudo, a antecipação da publicação de sua obra nas colunas do jornal *O Paiz* indicava ainda como tais práticas discursivas inseriam-se em dinâmicas políticas que extrapolavam o espaço da instituição policial da capital federal. Reconhecendo a “insuficiência das leis vigentes, para prover as necessidades da vida jurídica no Brasil”, Elysio de Carvalho (1910, p. 8 e 10) reivindicava em seu texto a realização de uma reforma do Código Penal à luz dos estudos das “noções de científicas da criminologia” e da “antropologia criminal”. Tal esforço dialogava com as tentativas de modificação dos Códigos do Processo Civil e Criminal que naquele ano eram empreendidas pelo ministro da Justiça dr. Esmeraldino Bandeira, a quem o livro também

27. Ao compararmos a seção “Evolução externa e interna do jurídico”, do livro *Direito Puro*, escrito por Edmond Picard, com a primeira seção da *Polícia carioca e a criminalidade contemporânea*, podemos perceber como alguns parágrafos foram traduzidos e copiados na íntegra por Elysio de Carvalho. O livro *Le Droit Pure* pode ser encontrado em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k546311p/f242.item.r=occident.zoom>>. Acesso em: 25 dez. 2018.

28. João de Souza Lage. *O Paiz*, 1º set. 1910, p. 2.

é dedicado no prefácio da obra. Não por acaso, o ministro, que foi constantemente elogiado ao longo da primeira parte do livro, formulava um projeto de reforma do Código Criminal brasileiro, contando com a ajuda de uma comissão de juristas.²⁹ Desta forma, era através da publicação dos textos nesta coluna que Elysio de Carvalho buscava galgar espaço político entre aqueles que participavam do processo de codificação de leis criminais. Foi justamente na convergência entre suas articulações no universo da imprensa e o novo posto de funcionário de polícia que o escritor alagoano construía não somente seus primeiros textos criminalísticos, mas procurava atuar também na política nacional brasileira.

Neste sentido, vale repensarmos a relação entre polícia e política, sobretudo do ponto de vista analítico, no qual a instituição policial seria por princípio uma força desprovida de vontade que possuiria como objetivo primeiro executar as políticas públicas de segurança. Se, por um lado, a autoridade da Polícia enquanto instituição seria concedida pelo Estado, é possível perceber como aqueles que compunham os quadros de funcionalismo policial usavam recursos e estratégias para se fazerem respeitar e construir a instituição policial como soberana. Desta forma, emergiam saberes e uma inteligência policial, na qual as práticas discursivas seriam performances políticas das elites ilustradas que compunham o quadro de funcionários desta instituição (L'Heuillet, 2017, p. 15-16).

Para além da execução de tarefas, é possível perceber como a publicação de artigos e livros era vista por estes segmentos que compunham a Polícia como um instrumento de intervenção e disputa nos quadros e debates legislativos e jurídico-policiais da Primeira República.

29. No jornal *O Paiz*, foi encontrada uma notícia que falava sobre uma sessão realizada no Ministério da Justiça sob a presidência de Esmeraldino Barros com o intuito de reformar os Códigos de Processo Civil e Criminal brasileiro. Ver: Codificação das leis processuais, *O Paiz*, 18 jan. 2010, p. 2.

A falta de familiaridade com os estudos de criminalística produzidos no final do século XIX e início do século XX é visível nessa primeira obra produzida por Elysio de Carvalho. A própria noção de polícia científica aparece em seu texto como um conceito um pouco vago e amplo, descrita primeiramente como uma “forma de luta preventiva e repressiva” (Carvalho, 1910, p. 20) ou como “toda uma longa série de estudos valiosos em que seus autores procuram tirar partido de certas descobertas e de certos processos das ciências exatas com o fim de completar o campo de investigação criminal” (Carvalho, 1910, p. 75). A definição deste campo – citado e defendido ao longo de todo o livro – aparece de forma mais completa apenas em seu final, quando Elysio de Carvalho transcreve a mesma definição apresentada por Reiss na lição de abertura sobre Fotografia Científica na Universidade de Lausanne que foi traduzida pelo escritor alagoano para o *Boletim Policial*, no primeiro ano de seu ingresso na Polícia brasileira.³⁰ Em seguida, o autor apresenta uma síntese de sua autoria de caráter igualmente vago: “A polícia científica nada mais é que a aplicação de todas as noções, conhecimentos, regras, processos e métodos científicos à investigação criminal, desde o local do crime até o estabelecimento da identidade do criminoso” (Carvalho, 1910, p. 75).

No entanto, a definição deste campo de saber segundo os estudos de Reiss menos significava uma filiação teórica ao grupo criminalístico francófono e mais um aspecto polifacético da obra de Elysio

30. Segundo Reiss, a polícia científica seria a “a aplicação dos conhecimentos científicos às buscas do auto criminal, destinadas a estabelecer a identidade de um indivíduo e a determinar a parte que um indivíduo ou um objeto tomou em um fato criminal”. Além disso, esta também se ocuparia do “conhecimento do modo de trabalho das diferentes categorias de criminosos, conhecimento obtido pelo estudo ao vivo do mundo dos malfeitores”. Ver: CARVALHO, Elysio de. *A polícia carioca e a criminalidade contemporânea*, 1910, p. 75. No que tange à tradução dessa palestra feita por Elysio de Carvalho, ver: REISS, R. A. Os métodos científicos nos inquéritos judiciais e policiais. *Boletim Policial*, nº 1, ano I, maio 1907, p. 16.

de Carvalho. Tal obra, marcada por um esforço de aproximação dos estudos de criminologia e criminalísticos, conciliava escolas que tinham perspectivas muitas vezes rivais do que seria o campo da polícia científica.³¹ De forma que se o conceito de polícia científica vinha da obra de Reiss, os próprios conceitos de crime e criminoso apresentados em seu livro eram atribuídos aos estudos italianos de antropologia criminal.

A obra desta ciência, que tem por fim o estudo do delinquente e de todos os meios de luta contra a criminalidade, consiste no seguinte: ela definiu a verdadeira noção do crime, que é um fenômeno de anormalidade da constituição antropológica individual e do meio telúrico social, e, como tal considerado crime, estudou o criminoso como um ser anormal, um degenerado, um caso de patologia individual e social, classificado em diversas categorias, fora da panaceia do livre-arbítrio (...) (Carvalho, 1910, p. 96-97).

Em crítica “ao clássico edifício do direito penal”, Elysio de Carvalho define crime como um fenômeno de anormalidade da constituição antropológica individual e o criminoso como um ser anormal e degenerado. No final do século XIX, as teorias do direito clássico, que tinham como expoentes Beccaria e Carrara, passaram a ser alvo de crítica pelos adeptos das teorias lombrosianas. O ser humano, até então dotado de livre-arbítrio, passou a ser analisado pelos membros da escola italiana por um olhar patologizante, no

31. Ao concluir sua palestra, Reiss fez uma clara defesa do que seria o campo da polícia científica, qualificando-o como um “estudo prático”, em oposição à antropologia criminal que seria “um conhecimento um tanto teórico, da pessoa do criminoso sob o ponto de vista anatômico, biológico, psicológico”. Enquanto a antropologia criminal procurava compreender a mente criminosa, os estudos criminalísticos liderados por Alexandre Lacassagne buscavam os vestígios que permitissem identificar os criminosos, assim como o estudo de seus *modi operandi* e hábitos dos delinquentes. Ver: REISS, R. A. Os métodos científicos nos inquéritos judiciais e policiais. *Boletim Policial*, ano I, nº 2, jun.1907, p. 17.

qual o crime seria um episódio revelador de uma personalidade degenerada, cujas características atávicas resultariam na formação de uma mente criminosa. Desta forma, a penalidade dada aos delinquentes não deveria se centrar em uma medida punitiva, mas em um tratamento médico, como forma de atenuar o fenômeno da anormalidade criminal (Ferla, 2005).

Ao cotejarmos as versões dos dois primeiros fragmentos do livro *A polícia carioca e a criminalidade contemporânea* com os artigos publicados no jornal *O Paiz*, é possível perceber algumas adaptações feitas nos textos que nos revelam não apenas modificações dos contextos políticos em que foram publicados, mas também os atores sociais específicos com quem Elysio de Carvalho procurava dialogar a partir de sua obra, publicadas em veículos editoriais distintos. Tendo em vista a diferença do momento das publicações, na brochura impressa no ano de 1911, Esmeraldino Bandeira é mencionado já como “ex-ministro de Justiça e dos Negócios Interiores” (Carvalho, 1910, p. 10), enquanto no artigo publicado em *O Paiz*, este é citado como “atual ministro”.³² Com a vitória das eleições do presidente Hermes da Fonseca em novembro de 1910, o cargo de ministro da Justiça foi ocupado por Rivadávia Corrêa, assim como o chefe de Polícia Carolino Leoni Ramos também foi substituído por Belisário Távora.³³ Não por acaso, no livro publicado pela Imprensa Nacional, Elysio de Carvalho (2010, p. 3) reservou uma dedicatória especial que ocupava uma página inteira “ao doutor Rivadávia Côrrea, ao seu nobre espírito e ao magnânimo coração”. A reforma do Código Criminal brasileiro, que não fora realizada durante o governo de Nilo Peçanha,

32. CARVALHO, Elysio de. Questões vigentes. *O Paiz*, 11 jun. 1910, p. 4.

33. Nascido em 1868 no estado do Ceará, Belisário Távora era bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais e atuou como tabelião e advogado no Distrito Federal. Na polícia, acumulava experiência desde 1899, ocupando cargos de delegado, delegado auxiliar até ser nomeado para o posto de chefe de polícia entre os anos de 1910 e 1913. Sobre a trajetória de Belisário Távora ver: Samet, 2008, p. 290-291.

era um projeto que tinha como intuito ser levado a cabo durante o governo Hermes da Fonseca. Em entrevista ao jornal *Gazeta de Notícias*, o chefe de Polícia Belisário Távora explicitou a intenção de realizar uma reforma policial. Segundo esta autoridade, tal projeto encontrava-se praticamente pronto e seria realizado até o fim do mês de abril de 1911.³⁴ Desta forma, tendo em vista a impossibilidade de participar da reforma policial que não fora realizada durante a gestão de Carolino Leoni Ramos, Elysio de Carvalho reeditou no final do ano de 1910 o conjunto de artigos publicados no jornal *O Paiz*, dando luz à obra *A polícia carioca e a criminalidade contemporânea*, como uma segunda tentativa de participar da reforma policial que no ano anterior não fora concretizada.

A entrevista de Belisário Távora foi citada no prefácio do livro de Elysio de Carvalho destacando como o chefe de Polícia incorporaria na reforma “muitas das medidas propostas e justificadas” que estavam expressas em seu livro. A extinção da seção da inspetoria de veículos defendida por Elysio de Carvalho em sua obra aparece como ponto de convergência com a entrevista cedida pelo chefe de Polícia. A repartição encarregada dos serviços de transportes urbanos seria abolida, ficando tal função sob o encargo daqueles que compunham a Guarda Civil. Na entrevista cedida pelo chefe de Polícia, o Gabinete de Identificação aparece como alvo da reforma, com um projeto de construção de um prédio apropriado para esta seção policial que seria construído do lado da casa de detenção. No entanto, a urgência da construção de uma “polícia científica” – ideia central na obra *A polícia carioca e a criminalidade contemporânea* – não aparece como um dos pontos da reforma descritos por Belisário Távora.

Apesar dos rumores sobre a reforma policial, esta foi adiada e no final não foi efetuada durante a gestão desse chefe de Polícia (Samet, 2008, p. 276). Neste sentido, a qualificação dada a Elysio de Carvalho

34. Não há policiais. *Gazeta de Notícias*, 5 abr. 1911, p. 3.

por Samet como um “reformador”, comparando-o com outras figuras diretivas, como Afrânio Peixoto e Félix Pacheco, parece neste momento um pouco imprecisa. Como bem colocado por esse autor, o escritor alagoano não gozava de boa reputação na instituição policial na capital federal, sobretudo devido às articulações anarquistas feitas no passado pelo jovem escritor. De acordo com o jornal *A República*:

O senhor Elysio de Carvalho padece na moral de sua vida privada, é um descrédito de nossa Polícia e uma vergonha para o meio que o tolera tantas e tão ruins são as faltas que traz do passado não remoto. A Polícia porém podia em virtude dos padrinhos do ex-fingido anarquista Elysio fazer acreditar na sua regeneração uma vez que o senhor Elysio continuava a ser o mesmo valentão de quando atemorizava mulheres e as levava de condescendência em condescendência ao abismo em que atirou a própria esposa.³⁵

A falta de seriedade e a aparente incoerência da inserção da figura de Elysio de Carvalho na Polícia também foram comentadas pela revista *Fon-Fon*: “Elysio de Carvalho – Vazios os bolsos internos e externos do seu paletó claro. Apenas em um dos bolsos do colete vimos duas fichas de... identificação”.³⁶ A fama de boêmio que o funcionário de polícia conservava vinha desde sua atuação como escritor decadentista. Em meio a festas em salões, partidas de bridge, a revista *Fon-Fon* insinuava como somente após um olhar atento era possível perceber que o escritor portava fichas de identificação. A hesitação que aparece na anedota faz menção à possibilidade de as fichas serem de outra natureza: ligadas às práticas de jogo. Em pequena nota assinada por Cyriano e C., o jornal *Correio da Manhã* assinalou o paradoxo de “diversos jogadores, desocupados em razão da atual campanha de po-

35. *A República*, 14 fev. 1913, s.p.

36. Raios X. *Fon-Fon*, Rio de Janeiro, ano II, nº 15, 18 jul. 1908, p. 24.

lícia” serem “colocados em cargos de confiança na mesma Polícia. O primeiro foi o Elysio de Carvalho a quem coube o serviço de identificação”.³⁷ As gestões dos chefes de Polícia Alfredo Pinto e Belisário Távora tiveram como uma das suas campanhas o controle das práticas de jogo na capital federal (Samet, 2008, p. 132-402). Desta forma, a trajetória do escritor alagoano era vista como inadequada às novas funções que assumia como funcionário de polícia, demonstrando como mais do que uma competência anterior para assumir o cargo, o apadrinhamento político era fundamental para o ingresso e permanência de alguns funcionários na instituição policial.³⁸

Junto à proposta de uma reforma à luz de uma polícia científica, Elysio de Carvalho indicava como o início do século XX era marcado por um mal-estar de segurança que resultava em constantes críticas às instituições policiais de diferentes cidades do espaço atlântico. Segundo Carvalho, (2010, p. 23) “o clamor contra a Polícia é quase universal, e os próprios países que a possuem bem organizada não escapam à censura pública”. Dominique Kalifa (1995, p. 235) chamou a atenção para como as primeiras décadas do século XX foram marcadas por um fenômeno de inquietação social frente a um crescimento fora de controle das práticas criminais. Desproporcionais ou não, os temores frente aos perigos urbanos estampavam manchetes de jornais, romances policiais, folhetins, artigos médicos e os debates entre criminalistas do campo da polícia científica internacional. Seria justamente através da literatura criminalística europeia e americana que Elysio de Carvalho construiria um panorama de diferentes organizações policiais em sua obra, sistematizando e favorecendo a circulação de outros modelos policiais que atuavam no espaço atlântico.

37. *Correio da Manhã*, 16 mai. 1911, p. 1.

38. Cláudia Mauch demonstra em sua tese como o apadrinhamento era uma forma de ingresso na polícia de Porto Alegre durante o período da Primeira República (Mauch, 2011, p. 106).

De forma exemplar, o *policeman* inglês surgia em seu livro como um funcionário “obsequioso e delicado, corajoso e paciente, austero e temido, mais notável máquina humana que se inventou (...) não só o mais belo exemplo do que podem o exercício e a disciplina, como também uma espécie de símbolo da civilização britânica” (Carvalho, 1910, p. 19) Em seu livro *Ordem na cidade*, Marcos Bretas sinalizou como também a figura do “*bobby*” inglês caracterizava-se como “uma polícia sob maior controle dos cidadãos, preocupada com a segurança individual”, cuja criação assumia-se como uma alternativa mais civilizada ao sistema policial. Em oposição ao *policeman* da Scotland Yard³⁹ – cuja elegância, disciplina e retidão seriam fruto do caráter civilizado da própria sociedade inglesa – o *gendarme* francês aparecia na obra de Elysio de Carvalho como um funcionário marcado pela “inércia”, “venalidade” e pela “violência” (Carvalho, 1910, p. 19). Através da leitura de obras como *La police*, de Yves Guyot (1881), *La Police à Paris*, de Pierre Morel (1907), assim como da leitura do diário *Le Petit Journal*, o modelo policial francês chegava a Elysio de Carvalho caracterizado como uma Polícia autoritária, com um rígido poder central e voltada para garantir a segurança das instituições do Estado (Bretas, 1997, p. 39). Junto aos *gendarmes* franceses e aos *policemen* ingleses, os *commissioners of police* norte-americanos vinham do outro lado do Atlântico fazendo jus ao estilo de polícia de origem colonial inglesa. “Honesto e corajoso”, o *commissioner of police* tinha como propósito “tornar a Polícia de Nova York uma arma eficaz contra o crime” (Carvalho, 1910, p. 28). Tais modelos, mesmo descritos de formas resumidas, formavam um mosaico das instituições policiais presentes nas metrópoles dos espaços atlânticos, servindo em primeira instância, como um viés de reflexão para pensar a própria organização policial carioca.

39. Em seu livro *Ordem na cidade*, Marcos Bretas sinalizou como também a figura do *bobby* inglês sugeria “uma polícia sobre maior controle dos cidadãos, preocupada com a segurança individual” (Bretas, 1997, p. 39).

Qualificada como uma “instituição obsoleta e incapaz” (Carvalho, 1910, p. 21 e 23), a Polícia carioca surge na obra de Elysio de Carvalho de forma um tanto ambígua. De uma instituição que é uma “representação indubitável de grande progresso”, a Polícia também foi descrita por sua “incapacidade” “para combater o crime”. No que tange ao progresso, o autor sinaliza a adoção do método de identificação datiloscópico, que desde 1905 substituiu a antropometria, registrando a ficha de 18.280 presos que constava com 18.238 reincidentes, contando os arquivos datiloscópicos daquela seção policial com 50.000 fichas. Desenvolvido por Juan Vucetich, residente em Buenos Aires, o sistema de classificação datiloscópico conseguia extrair a unicidade dos indivíduos de uma forma bem menos complexa do que o modelo antropométrico: através das impressões digitais.⁴⁰ Tais estatísticas, que constam apenas na versão impressa em livro pela Imprensa Nacional, demonstram como a composição de textos publicados por Elysio de Carvalho forjava-se a partir de dados que o escritor obtinha como responsável pela seção de Informações do Gabinete de Identificação e Estatística.

Partindo deste viés, um quadro de criminalidade do Rio de Janeiro do início do século XX é construído pelo escritor alagoano. De 3.031 crimes cometidos em 1908, em 1909 a Polícia da capital federal registrou 2.549, comprovando o decréscimo da criminalidade e os avanços da Polícia desde a reforma executada por Alfredo Pinto em 1907. Dentre tais crimes, 1.374, “ou mais de metade,” foram

40. No início do século XIX, o sistema datiloscópico de Vucetich concorria com o método de identificação inventado pelo francês Alphonse Bertillon, que recebera ampla receptividade nas instituições policiais sul-americanas, por trazer a possibilidade de identificar indivíduos através de medidas corporais. No entanto, a partir do advento da datiloscopia, tornou-se possível extrair a unicidade dos indivíduos por meio das impressões digitais. O sistema datiloscópico mostrava vantagens frente à *bertillonage* por não apresentar limitações etárias e por trazer uma maior precisão ao processo de identificação, uma vez que a *bertillonage* se baseava principalmente na probabilidade de dois indivíduos não apresentarem nove medidas corporais similares. Sobre a *bertillonage*, ver: Piazza, 2011.

lesões corporais, ocorrendo também 357 crimes de furto, 191 deflo-ramentos, 109 tentativas de homicídio, 75 crimes de moeda falsa e 68 roubos (Carvalho, 1910, p. 34). Frente a tais dados, cabe-nos ques-tionar em que medida eram as estatísticas criminais as responsáveis pela elaboração da análise de Elysio de Carvalho ou se era justamente a formulação de sua hipótese que estaria por trás da elaboração des-tes dados. Longe de informações transparentes capazes de capturar a realidade social, a elaboração das estatísticas criminais pelos agentes de polícia já envolvia *a priori* um desafio complexo de classificação de fenômenos de violência cotidianos em categorias padronizadas (Bretas, 1997, p. 93). Para além disso, a composição destes dados ainda se dava em diálogo com as forças institucionais e os funcionários do alto escalão da polícia, que muitas vezes eram os responsáveis por elaborar os parâmetros e tais categorias de análise. Neste sentido, mais do que procurar distinguir o falso do verdadeiro das informações fornecidas pelo funcionário de polícia cabe-nos reconhecer o imaginário da capital federal que a obra de Elysio de Carvalho procurava produzir e como sua análise dialogava com um projeto de reforma policial na qual o escritor procurava se inserir.

Em crítica à centralização do corpo de agentes na sede da repartição policial, Elysio de Carvalho (1910, p. 34) defende que para uma cidade que não seria “homogênea em sua população e em seus costumes”, os agentes de polícia deveriam ser “mobilizados de uma maneira inteligente pelos 29 distritos policiais”. A multiplicidade de espaços que marcava a capital federal permitiu a elaboração de um pequeno esboço de uma topografia criminal que explicitava a complexidade do policiamento do Rio de Janeiro.

O Rio não é uma cidade homogênea em sua população e costumes. De fato, ele é aglomeração de muitas cidades. A avenida Central não tem a mesma fisionomia, nem os mesmos perigos, nem as mesmas exigên-

cias do largo do Catumbi. A natureza de delitos e, por conseguinte, o caráter dos delinquentes são diversos. Depois sucede serem mandados os nossos agentes a Botafogo, ao Engenho Novo, a Vila Isabel e a Copacabana para investigar negócios locais quando não podem conhecer nem as coisas nem os homens destes bairros (Carvalho, 1910, p. 48).

Assim como os autores e as circunstâncias dos crimes, os lugares desempenhavam um papel importante para a construção de sentidos sobre o fenômeno da criminalidade na metrópole carioca. Dos folhetins, das manchetes dos diários e das pequenas brochuras de crime vendidas e lidas nas ruas da capital federal emergia um imaginário de uma geografia da periculosidade do Rio de Janeiro do início do século XX.⁴¹ A heterogeneidade da cidade posta por Elysio de Carvalho que considerava que ela conservaria em si mesma uma “aglomeração de muitas cidades”, colocava a avenida Central não somente com uma “fisionomia” diversa, mas sem os “mesmos perigos” e as “mesmas exigências” de outras regiões da cidade, como o largo do Catumbi, por exemplo. Após a reforma Pereira Passos, o alargamento de ruas, a derubada dos cortiços e a maior iluminação da cidade faziam parte de um esforço de construção da região central com uma vitrine do Brasil republicano. Contando com uma arquitetura de inspiração europeia, a avenida Central era o lócus preferido para os passeios feitos em finas vestimentas pelos membros das elites cariocas, recebendo assim um maior policiamento do estado (Sevcenko, 1999, p. 30).

De forma diferente da periculosidade dos *bas-fond* adjacentes à zona central da cidade, como o Catumbi; bairros como Botafogo, Engenho Novo, Copacabana e Vila Isabel surgiam no livro de Elysio de Carvalho como áreas habitacionais que, distantes do centro, apresen-

41. Dominique Kalifa, em seu artigo *Os lugares do crime: topografia criminal e imaginário social em Paris no século XIX*, dedicou-se a analisar através de obras de literatura de crime francesas do século XIX como se formava uma topografia do crime da cidade de Paris e um imaginário criminal acerca dos espaços da cidade.

tavam conflitos que seriam por excelência “negócios locais”. Neste sentido, o estudo de Bretas nos assinala como as ações policiais podiam assumir diferentes feições dependendo das circunstâncias em que se inscreviam. Remoção de vítimas de acidentes e pessoas encontradas doentes nas ruas, verificação de óbito sem acompanhamento médico e encaminhamentos de crianças abandonadas eram tarefas que os agentes policiais podiam assumir dependendo dos contextos locais em que se inscreviam (Bretas, 1997, p. 64).

A criação de uma topografia criminal inscrevia-se em uma produção de uma série de narrativas literárias que tornavam as cidades da *Belle Époque* – assim como seus conflitos e questões sociais – em um objeto de escrutínio. No final do século XIX, obras como *Os mistérios de Paris*, de Eugène Sue, e *Ferraguns*, de Honoré de Balzac, circulavam entre os mercados atlânticos literários trazendo consigo “ruas assassinas” que faziam parte de uma geografia do crime da metrópole francesa (Kalifa, 2004, p. 288). Provavelmente a partir dessas leituras, Elysio de Carvalho construía um imaginário do crime em sua obra, no qual a dimensão do “espaço” não somente produzia múltiplas e singulares formas de criminalidade, mas também construía sentido para a experiência moderna – e muitas vezes caótica – da metrópole carioca da *Belle Époque*. Talvez tenha sido pela convergência dos romances judiciais e dos estudos criminalísticos em sua narrativa – assim como a própria trajetória do funcionário de polícia como literato – que a obra *A polícia carioca e a criminalidade contemporânea* foi considerada pelo jornal *O Paiz* como uma “prova dos méritos literários”⁴² do escritor de Alagoas. Através de diferentes matrizes – científica, literária e jurídica – policiais escritores como Elysio de Carvalho forjavam práticas policiais discursivas cujo gênero narrativo apresentaria, por excelência, uma certa fluidez.

42. Livros novos. *O Paiz*, 24 de janeiro de 1911, p. 6.

Frente à complexidade do fenômeno da criminalidade na capital federal, Elysio de Carvalho defendia uma profissionalização dos membros da polícia brasileira, tendo em vista que os saberes policiais eram muitas vezes desenvolvidos em meio às ocorrências e contingências dos eventos cotidianos. Em crítica aos agentes de polícia, o autor ressaltou como o policial brasileiro era um tipo “ignorante, quase analfabeto, sem preparo técnico de nenhuma espécie”, “mal remunerado” e “incapaz de descobrir qualquer fato que saia das regras comuns” (Carvalho, 1910, p. 62). Além disso, o escritor indicou estratégias e formas de cooperação desenvolvidas entre os agentes de polícia que diminuía a quantidade de trabalho nas unidades policiais. Segundo o autor, muitas vezes os funcionários “só apareciam na repartição, diariamente, ao meio-dia (...) retirando-se com ou sem nova incumbência” enquanto “à tarde, o chefe da turma vai sempre ao botequim tal ou aos fundos da taberna tal, onde seus ajudantes poderão encontrá-lo em caso de qualquer ordem ou chamada imprevista” (Carvalho, 1910, p. 50).

A ideia de profissionalização policial já foi alvo de debates e ressalvas metodológicas importantes para pensarmos o assunto em questão. Por um lado, tal noção já foi definida como um conjunto de elementos básicos de afirmação de uma identidade, de pertencimento a um grupo coerente que compartilharia uma série de valores e que necessitaria de um reconhecimento externo de sua capacidade para desempenhar uma tarefa específica (Bretas, 1997). Em crítica a esta perspectiva, estudos como o de Monjardet (1996) defenderam a incapacidade da Polícia em definir uma esfera de ação própria, uma vez que, por princípio, está subordinada à instituição estatal. Neste sentido, a perspectiva de Berlière (1990, p. 398-428) nos ilumina como os esforços de profissionalização policial seriam fruto das ações e disputas entre os poderes estatais junto à sociedade civil e o que se

gerava dentro da própria organização policial.⁴³ A publicação de tais obras criminalísticas, assim como as reformas policiais e as reclamações da população frente à ineficácia da vigilância policial são exemplos da articulação de distintos atores sociais que impulsionaram as transformações em torno da formação de uma carreira policial. Se, por um lado, tais publicações eram subvencionadas pelo Estado, seriam seus protagonistas – as personalidades policiais – os responsáveis pela ressignificação de tais experiências e sua agregação a um projeto de profissionalização policial.

Na obra de Elysio de Carvalho, a ideia de profissionalização ou mesmo de criação de uma polícia de carreira estava atrelada primeiramente ao lugar do trabalho policial na sociedade brasileira da Primeira República e aos tipos de saberes que seriam essenciais para realização deste ofício. Em citação a Astolpho Rezende, delegado auxiliar brasileiro, o escritor expõe como “sem escola, admitidos na corporação pela força de ‘pistolões, os nossos agentes se empregam nesse mister, por não terem outro meio de ‘cavar’ a vida” (Carvalho, 1910, p. 21). No início do século XX, a atividade policial mostrava-se uma alternativa de trabalho muitas vezes não desejada pelos membros pauperizados da capital federal brasileira.⁴⁴ Mal remunerados, a profissão apresentava ainda um caráter dúbio, inerente à sua função, uma vez que os agentes de polícia assumiam simultaneamente funções de mestre e servo frente à sociedade. Isto é, ao mesmo tempo que tinham como atribuição servir e proteger o coletivo, os policiais eram

43. BERLIÈRE, Jean Marc. Le professionnalisation: objectifs de pouvoirs et revendication de policiers au debut du XXe siècle. *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, 3, 1990, p. 398-428.

44. O caso de Elysio de Carvalho demonstra como, mesmo entre artistas e bacharéis de Direito, a polícia constituía-se em uma forma de subsistência – também pouco desejada entre tais grupos – para aqueles que desejavam adquirir estabilidade financeira ou buscavam ingressar na vida pública.

também responsáveis por aplicar a lei e manter a ordem.⁴⁵ A ideia de que o trabalho policial poderia ser feito por qualquer um resultava no ingresso de funcionários em postos policiais que muitas vezes não possuíam conhecimentos prévios sobre o ofício, construindo-os principalmente por sua atuação no cotidiano nas ruas.

Com a reforma policial de 1907, foi criada a figura do comissário de polícia, como uma primeira tentativa de organizar um corpo permanente de funcionários recrutados por meio de concursos, em vez de recomendações políticas (Bretas, 1997, p. 31). Subordinados diretamente à figura do delegado e responsáveis pelo controle dos trabalhos dos agentes e das patrulhas policiais, os candidatos deveriam ser brasileiros entre 21 e 60 anos e se submeter a concurso público, realizando provas de redação, gramática, Direito e assuntos policiais. No entanto, o estudo de Bretas nos demonstra como, mesmo com a realização das provas de admissão, os comissários de polícia muitas vezes adquiriam experiência trabalhando *ad hoc*, antes de serem nomeados para o cargo e depois de serem aprovados no concurso público. Por sua vez, aqueles que não possuíam qualquer treinamento tinham que muitas vezes recorrer às suas próprias experiências ou às experiências prévias dos seus companheiros para a realização de seu trabalho.

A figura do comissário de polícia recebeu atenção especial na obra criminalística de Elysio de Carvalho (1910, p. 55). Considerado como um “produto das mazelas e dos defeitos das organizações passadas”, os comissários de polícia eram descritos como “funcionários sedentários” que por sua “incompetência, inércia, grosseria” não possuíam capacidade “ao menos para auxiliar uma investigação criminal”. Para o escritor, o processo de profissionalização da Polícia deveria partir da extinção do corpo de comissários que seriam substituídos por

45. Em seu texto clássico, Michael Banton defende como, por excelência, o policial seria ao mesmo tempo “servo” e “mestre” das sociedades em que se insere (Banton, 1969, p. 132).

delegados auxiliares dos delegados chefes, ou subdelegados, “cargos estes que seriam exercidos por indivíduos formados, de provado critério profissional e de inegável competência técnica, classificados em entrâncias e em categorias, promovidos segundo regras estabelecidas em lei e com remuneração proporcional” (Carvalho, 1910, p. 54).

As críticas feitas aos comissários e a proposta de eliminação deste cargo geraram repercussão dentre os agentes policiais da capital federal nos permitindo reconstruir um pouco da recepção do livro de Elysio de Carvalho dentro da instituição de Polícia do Rio de Janeiro do início do século XX. Frente às acusações que ganharam corpo em seu livro, um grupo de comissários reuniu-se no 11º distrito federal com o intuito de formular uma defesa contra as más referências feitas pelo escritor alagoano a sua categoria. O “protesto”⁴⁶, que resultou na formação de uma comissão de 10 membros, demonstrava tanto a heterogeneidade dos membros policiais como também as disputas que surgiam entre as seções que compunham tal organização.

A ideia de que o comissário de polícia seria “produto das mazelas das organizações passadas” devia-se à própria criação deste cargo em 1907, cujas funções seriam uma série de atividades que até então eram da alçada dos antigos inspetores policiais (Bretas, 1997, p. 31). No entanto, mais do que um impulso de modernização de cunho original produzido por Elysio de Carvalho, a ideia da extinção do cargo de comissários inseria-se em um contexto mais amplo das transformações das instituições de Polícia do espaço atlântico. Desde o final do século XIX, tanto na Europa como na América Latina, os comissários de polícia eram alvo de debates sobre seu papel nos procedimentos de investigações criminais, tarefa que até então era realizada com seu auxílio nas delegacias distritais (Galeano, 2017). Por excelência, o comissário de polícia, ao desempenhar o seu trabalho, fazia uma conexão entre o Poder Público e a rua, entre as elites dirigentes

46. Os comissários de polícia. *Gazeta de Notícias*, 21 jan. 1911, p. 2.

e a população (Kalifa, 2008). Tanto na Europa quanto na América, casos de comissários envolvidos em redes de contravenção localizadas próximas às delegacias em que trabalhavam geraram esforços de centralização das forças policiais, assim como a criação de seções especializadas para a realização de investigações criminais.⁴⁷ Na capital federal, eram presentes as denúncias de comissários de polícia envolvidos em conchavos com jogadores de clubes que se localizavam nos distritos em que trabalhavam.⁴⁸ Desta forma, a proposta de extinção do cargo de comissário de polícia transferindo sua responsabilidade para “subdelegados” atrelava-se a um esforço de centralização das forças policiais responsáveis pela realização das investigações criminais.

Para além disso, a ideia de que os subdelegados fossem ‘indivíduos formados’ com assumida “competência técnica” recuperava um argumento do escritor: a necessidade de instrução dos funcionários que compunham as forças policiais. Retomando o regulamento presente na reforma de 1907, Elysio de Carvalho demonstrou como o preparo técnico dos agentes já era previsto em lei determinando a instrução do assinalamento antropométrico e a realização de retratos falados. Tal argumento, presente no primeiro artigo de sua autoria publicado no *Boletim Policial*, sob o título *Escola de Agentes*, é recuperado em sua obra como forma de explicitar a ausência de esforço de capacitação dos funcionários de polícia. Como sugestão, o escritor apontou como a instrução que o Gabinete de Identificação dá aos policiais “poderia servir de base a um curso especial de polícia”, defendendo a “criação de um curso de polícia científica sistemático e obrigatório” (Carvalho, 1910, p. 9). Desta forma, o que se coloca também em jogo com a produção desta obra era a proposição da realização de um projeto caro a Elysio de Carvalho: a criação de um Escola de Polícia. Assim

47. Sobre as tensões e os conflitos que envolviam as figuras dos comissários de polícia, ver: Galeano, 2017; Kalifa e Karila-Cohen, 2008.

48. Dr. Fructuoso e a Reforma. *Gazeta de Notícias*, 21 set. 1911, p. 1.

como a criação de uma Universidade Popular, a Escola de Polícia vinha como um projeto de ilustração, não dos operários, mas dos funcionários da instituição policial.

Tomando como referencial a Escola de Polícia Científica de Roma, fundada por Salvatore Ottolenghi, Elysio de Carvalho (1910, p. 89) defendia a criação de uma escola oficial e obrigatória para os funcionários da segurança pública que funcionasse de acordo com o modelo romano, como “uma clínica criminal junto das prisões”. Frente à descrição de outros modelos de Escolas de Polícia – como francês e o suíço, por exemplo – Elysio de Carvalho propôs a elaboração de duas cadeiras para serem ministradas na Escola de Polícia brasileira: política criminal e polícia científica. A proposta de criação de uma Escola de Polícia encontra-se no 10º extrato do livro *A polícia carioca e a criminalidade contemporânea*. No entanto, não foi possível localizar o artigo referente a tal fragmento nas páginas do jornal *O Paiz*. Como hipótese, podemos pensar que esta última seção foi anexada apenas em 1911, também devido a um evento que tivera lugar no Brasil no final de 1910. Neste período, o renomado criminalista italiano Enrico Ferri fez uma viagem à América Latina, visitando dentre outros países, o Brasil.⁴⁹ Frente à recusa de Cesare Lombroso a comparecer ao continente sul-americano, Ferri foi convidado a comparecer a Buenos Aires em 1908, visitando novamente a cidade em 1910 para a comemoração do centenário da Revolução de Maio e para a realização de uma excursão de quatro meses na América Latina.⁵⁰ A permanência do criminalista italiano no Brasil pode ser acompanhada a partir da seção de “Telegramas” dos jornais do período, que registravam o des-

49. Viajantes. *O Paiz*. Rio de Janeiro: 5 out. 1910, p. 3.

50. LEVAGGI, Abelardo. Impacto que produjo en la ciencia penal argentina la presencia de Enrico Ferri. *Horizontes y convergencias: lecturas históricas y antropológicas sobre el Derecho*, p. 1-9. Disponível em http://www.horizontesyc.com.ar/archivos/1251411459/IMPACTOQUE%20PRODUJO_EN_LA_CIENCIA_PENAL_ARGENTINA_LA_PRESENCIA_DE_ENRICO_FERRI%20.pdf. Acesso em 10 fev. 2019.

locamento dele entre as cidades brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro, Ribeirão Preto e Santos.⁵¹ Na capital federal, o criminologista realizou uma série de palestras que versavam não somente sobre temáticas ligadas à questão social na América Latina – como “justiça social”, “males sociais” e “a legislação social na América do Sul” – mas também ministrou aulas que abordavam formas de cooperação entre os Estados italiano e brasileiro, como sua segunda palestra, “A Europa ou simplesmente a Itália e a América do Sul”.⁵²

Não por acaso, o prefácio do livro de Elysio de Carvalho (1910, p. 4) contava com uma dedicatória a ele, agradecendo os elogios feitos pelo criminalista “em favor da organização técnica da Polícia carioca de acordo com os princípios e os métodos científicos preconizados pela nova escola criminal italiana”. Frente à difusão dos estudos de Ferri entre bacharéis e criminologistas latino-americanos (Alvarez, 2003, p. 30), torna-se compreensível o desejo do criminologista italiano em observar “o desenvolvimento de uma grande civilização nova, como é a América do Sul”.⁵³ Tais visitas de criminalistas, como a de Enrico Ferri, tinham como intuito forjar redes de cooperação policiais entre a Europa e a América Sul. De forma que, ao publicar esta obra, constando com uma dedicatória a Ferri, Elysio de Carvalho fazia seus primeiros esforços em inserir-se no campo transnacional de polícia científica presente no espaço atlântico do início do século XX.

51. Sobre os registros das cidades brasileiras visitadas por Enrico Ferri, ver: Telegramas. *O Paiz*, 10 dez. 1910, p. 2. Telegramas. *O Paiz*, 6 dez. 1910, p. 5. Viajantes. *O Paiz*. Rio de Janeiro: 5 out. 1910, p. 3.

52. Viajantes. *O Paiz*. Rio de Janeiro: 5 out. 1910, p. 3.

53. GOMES, Eusébio. Homenagem a Enrique Ferri. Discursos pronunciados en la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, el día 26 de octubre de 1939, por Srs. Ministro de Justicia e Instrucción Pública, Doctor Jorge E. Coll; Profesor Titular de Derecho Penal, Doctor Eusebio Gomes; y Académico de Letras, Señor José León Pagano, Buenos Aires, Universidad de Buenos Aires, Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, 1939, p. 15. In: LEVAGGI, Abelardo. *Impacto que produjo en la ciencia penal argentina la presencia de Enrico Ferri. Horizontes y convergencias: lecturas históricas y antropológicas sobre el Derecho*, p. 4.

As teorias criminológicas que vinham sendo desenvolvidas na Europa desde a década de 1870 tiveram ampla repercussão entre os juristas brasileiros durante o final do século XIX e início do século XX. A escolha por este eixo argumentativo mostrava como Elysio de Carvalho (1910, p. 20) procurava construir uma estratégia de interlocução com os grupos de bacharéis do Direito que compunham as elites e ocupavam os espaços de poder na Primeira República. Ao longo de seu livro, o funcionário de polícia defendeu a necessidade de os magistrados, juízes e advogados se dedicarem ao “conhecimento dos métodos e processos preconizados pela denominada polícia científica”. De forma que aqueles que se dedicavam a este campo poderiam demonstrar aos homens da lei “o mundo que terão de julgar, inquirir ou defender”, “o modo de trabalho das diversas espécies de malfetores” e “os modos para descobrir a falsidade em escrituras” (Carvalho, 1910, p. 20).

Frente a tal esforço de interlocução, o seu livro recebeu em resposta uma crítica publicada em um artigo pelo advogado e rábula criminalista, Evaristo de Moraes. Ao abordar a obra que até então era enunciada como o “molde da reforma”, Evaristo indicava como a proposta de extinção do cargo de comissário pela substituição de subdelegados – diplomados em bacharéis de direito – de longe funcionaria para corrigir os defeitos da Polícia carioca. Para o rábula, o preparo acadêmico seria insuficiente para o exercício das funções policiais, uma vez que as Faculdades de Direito sequer possuíam disciplinas ligadas ao campo da polícia científica. Além disso, para Evaristo, mesmo os bacharéis que possuísem saberes notáveis de criminologia não se sujeitariam “às funções subalternas semelhantes às dos comissários”. Além disso, os problemas morais de “politicagem” não se restringiriam à categoria dos comissários de polícia, mas também estavam presentes “na nomeação e na administração de certos homens formados” que

nada tinham a ver com o corpo de subdelegados. Logo, o que o artigo de Evaristo de Moraes colocava em jogo seria um oportunismo político do escritor alagoano que por “graças de uma reforma legislativa” propunha “arranjar, às pressas, de afogadilho, algumas dezenas de indivíduos formados” para substituir os comissários. As politicagens que envolviam o ingresso e a própria atividade dos comissários são ainda colocadas de forma irônica pelo rábula criminalista, indicando, como homens formados – como o próprio Elysio de Carvalho – também ingressavam na Polícia devido a ligações políticas em que se envolviam.

Desta forma, através da obra *A polícia carioca e a criminalidade contemporânea*, Elysio de Carvalho buscava forjar laços políticos que lhe permitissem ingressar na vida pública brasileira. Tais textos, que obedeciam a lógicas de produção e recepção do mercado literário e jornalístico brasileiro, tinham como intuito tanto projetar sua primeira obra criminalística no cenário literário carioca, como também inseri-lo entre os reformadores políticos da Primeira República. Para além das fronteiras nacionais, tal produção escrita também buscava construir aproximações com criminalistas estrangeiros com o intuito de articular-se tanto com o campo criminalístico internacional quanto, também, de inserir o Gabinete de Identificação no mapa da polícia científica do mundo. Se as reformas legislativas que tal obra pretendeu empreender não chegaram a cabo, a projeção gerada por Elysio de Carvalho não seria em vão. No mesmo ano, o escritor, que era responsável pela seção de Informações do Gabinete de Identificação e Estatística, ascendeu à posição de diretor desta repartição policial. A disputa presidencial entre Hermes da Fonseca e Ruy Barbosa, entre os anos de 1910 e 1911, gerou um novo quadro político, no qual o escritor alagoano conseguiu firmar estratégias para ascender, ao menos, dentro da própria instituição policial brasileira.

De funcionário a diretor do Gabinete de Identificação

Os anos de 1909 e 1910 foram marcados por uma crise no consenso oligárquico brasileiro que resultou na realização de eleições presidenciais que foram vivamente disputadas. Desde a gestão de Campos Sales, as oligarquias conseguiram consolidar um sistema de poder capaz de administrar os conflitos internos presentes no recém-proclamado regime republicano brasileiro. No entanto, a manutenção do sistema político oligárquico através da *política dos governadores*, para além de um jogo de cartas marcadas, mostrava fricções no pacto político entre os estados. O embate em 1910 entre as campanhas civilistas de Ruy Barbosa e a militar de Hermes da Fonseca para a presidência demonstra como a aparente harmonia política havia sido quebrada quando as eleições ganharam as ruas da cidade (Borges, 2011, p. 25).

Ministro da Guerra do governo Afonso Pena e sobrinho de Deodoro da Fonseca, o marechal Hermes disputava o cargo de presidente junto a Rui Barbosa, bacharel e protagonista político do período do Império. Segundo Frank D. McCann (2007), o apoio ao militarismo no Brasil foi fruto das incertezas surgidas com o fim do escravismo e a derrubada do regime monárquico no final do século XIX. Com o advento da República, a mocidade militar identificava-se como um grupo mais instruído e capaz de levar a nação à modernização, em detrimento dos bacharéis que, utilizando longos discursos como método político, não priorizavam soluções práticas de governo. A candidatura de Hermes da Fonseca trouxe para o primeiro plano as Forças Armadas e o papel da oficialidade nos assuntos nacionais. Para estes, o governo da nação deveria retornar ao controle dos militares, personagens políticos que foram responsáveis pela proclamação da República no Brasil.

Apesar da sua trajetória militar, Hermes da Fonseca afirmou durante sua campanha eleitoral que não assumiria uma postura milita-

rista se fosse eleito. Segundo o candidato, o caráter democrático da República estaria garantido, pois o processo político eleitoral seria fruto da vontade nacional que estaria assegurada nas urnas (Borges, 2011, p. 146). Seria justamente através de uma oposição entre militarismo e civilismo que se constituiria a oposição entre as duas candidaturas presidenciais. Proclamando-se como um liberal e democrata, Rui Barbosa defendia a importância da presença de um candidato civil contra a arbitrariedade e intransigência de uma figura militar. Defendendo ideias como igualdade social e liberdade política, a campanha de Rui Barbosa tinha como principal bandeira o liberalismo. O candidato civilista recebeu apoio do Partido Republicano Paulista (PRP), devido à indicação do governador do estado de São Paulo, Albuquerque Lins, para a composição de sua chapa eleitoral, como vice-presidente. Junto ao Partido Federalista do Rio Grande do Sul, o Partido Republicano Paulista apoiava a candidatura de Rui Barbosa, fazendo uma árdua defesa de um modelo de República federalista. O grupo paulista, desde o período da proclamação da República, era uma força política representativa dos interesses dos setores cafeeicultores. Para estes, fundamental era assumir o controle das ações político-econômicas nacionais com o intuito de favorecer o desenvolvimento desta atividade econômica. Recebendo também apoio de parte das elites e de amplos segmentos das camadas médias urbanas, o grupo civilista defendia um sistema republicano federalista em oposição à arbitrariedade e ao autoritarismo que marcaram os governos militares do início da República brasileira, dos quais Hermes da Fonseca era herdeiro incontestável (Borges, 2011, p. 149).

A aproximação de Elysio de Carvalho com o grupo político de Hermes da Fonseca podia ser sentida em alguns eventos que estampavam as colunas sociais dos diários da capital federal. Ao embarcar para o estado do Rio Grande do Sul durante a realização de sua campanha presidencial, Hermes da Fonseca contou com a presença de um grupo

de pessoas que o apoiavam, dentre as quais se encontrava o funcionário de polícia, Elysio de Carvalho.⁵⁴ Além disso, o escritor e funcionário de polícia participou de um *meeting* a favor de sua candidatura realizado no estado de Minas. A filiação do escritor alagoano aos grupos hermistas devia-se provavelmente a sua postura antimonárquica que defendia a erradicação dos pilares que sustentaram este regime, como o catolicismo, o ecletismo e o regime de privilégio das instituições. Sob a égide de um cientificismo, Elysio de Carvalho aproximava-se mais de grupos militares positivistas, opondo-se à figura de Rui Barbosa, ex-conselheiro e símbolo do regime do Império brasileiro (Borges, 2011, p. 141). A recém-adoção ao republicanismo era vista, pelos hermistas, como frutos de interesses espúrios de Rui Barbosa, visto por este grupo político como traidor de um regime de que há pouco participara. Para além disso, a postura de Elysio de Carvalho afinava-se com as propostas hermistas de uma reforma política radical e moralizadora, assim como o projeto do candidato que destacava a necessidade de instrução da população, a começar pelo ensino primário (Borges, 2011, p. 147-148).

Junto a outros civis, como Lopes Trovão, J. J. da Silveira Martins e Lauro Müller, Elysio de Carvalho ingressara na campanha hermista no início do ano de 1910. A candidatura de Hermes da Fonseca recebeu apoio de políticos como Nilo Peçanha, Pinheiro Machado, de setores dos estados do Nordeste e do Partido Republicano Mineiro. Este último, graças à indicação do político originário deste estado, Wenceslau Brás, como vice-presidente da chapa (Borges, 2011, p. 146). Não por acaso, Elysio de Carvalho participara de um evento na campanha hermista que foi realizado nesse estado. Na ocasião em

54. No ano de 1910, é possível encontrar inúmeras referências que indicariam uma proximidade entre Elysio de Carvalho e Hermes da Fonseca. Além de sua presença em inúmeros eventos sociais promovidos pelo candidato, o escritor aparecia recorrentemente em recepções de partidas e chegadas do presidente. Ver, por exemplo: *Gazeta de Notícias*, 6 fev. 1910, p. 2.

que Rui Barbosa realizou uma conferência em Minas, a participação do candidato civilista foi objeto de repúdio de um grupo hermista, cujos membros jogaram em sua direção ovos podres, batatas e foguetes. Dentre estes, Elysio de Carvalho junto a Raul Franco e Benjamin Fernandes realizaram falas contra a causa civilista em frente ao teatro em que Rui Barbosa realizara a atividade. Se, para o jornal *O Paiz*, periódico que apoiava a candidatura hermista, a conferência de Rui Barbosa foi acompanhada de uma “massa popular” que lhe dera “uma grande vaia e à sua comitiva”⁵⁵, para o jornal *Gazeta de Notícias*, notoriamente a favor da causa civilista, Elysio de Carvalho esteve em Minas Gerais “a chefiar capangas”, além de transmitir mentiras ao telegrafar “que o povo de Belo Horizonte se absteve das festas a Rui Barbosa”.⁵⁶

As disputas eleitorais, mais do que apenas embates pela eleição final de um candidato, implicavam reajustes de alianças políticas que foram estabelecidas durante o período republicano. Durante o processo decisório sobre quem seria o candidato da campanha civilista, o chefe de polícia Leoni Ramos foi a pedido do presidente Nilo Peçanha visitar Rui Barbosa, para que este indicasse dentro da cúpula paulista uma figura para compor o Ministério do governo do presidente (Borges, 2011, p. 155). Com a vitória de Hermes da Fonseca como presidente, Leoni Ramos foi retirado do cargo de chefe de Polícia, entrando em seu lugar, Belisário Távora. No início de 1911, após a publicação da brochura *A polícia carioca e a criminalidade contemporânea*, feita a pedido de Leoni Ramos – mas dedicada a Belisário Távora –, Elysio de Carvalho foi promovido de responsável pela seção de Informações para diretor do Gabinete de Identificação e Estatís-

55. Dr. Rui Barbosa: manifestações de Belo Horizonte. *O Paiz*. Rio de Janeiro: 22 fev. 1910, p. 2.

56. A situação: o movimento civilista. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro: 26 fev. 1910, p. 2.

tica. Para o jornal *Correio da Manhã*, a escolha do escritor para tal função ocorrera graças a sua proximidade política com o presidente, tendo em vista sua participação na campanha hermista.⁵⁷

De fato, Elysio de Carvalho já aspirava ao cargo de diretor do Gabinete e editor da revista do *Boletim Policial* há alguns anos. Em ofício ao chefe de polícia, o até então diretor do Gabinete de Identificação, Edgard Costa, registrou o incômodo com a postura ambiciosa de Elysio de Carvalho que muitas vezes assumia atribuições que não eram suas e se colocava como subdiretor do Gabinete, sem que ao menos houvesse tal cargo.⁵⁸ O mesmo ocorrera com Hermeto Lima, encarregado da seção de Estatística do Gabinete, que se recusara a realizar um pedido feito por Elysio de Carvalho por não o reconhecer como uma autoridade superior de quem deveria receber ordens.⁵⁹ Se, por um lado, tais documentações demonstram as divergências e as disputas que surgiam internamente nas seções policiais especializadas, por outro lado, mostram como a composição de funcionários destas seções dialogava – mesmo que de forma conflituosa – com as dinâmicas político-eleitorais da Primeira República.

Não por acaso, o primeiro fascículo do *Boletim* publicado sob a direção de Elysio de Carvalho contava com um artigo sobre a inauguração do retrato de Hermes da Fonseca no salão nobre do Palácio de Polícia. A matéria que contava com seis páginas e a reprodução do retrato do presidente recém-eleito demonstrava a proximidade política do Gabinete de Identificação e Estatística com o novo governo hermista.⁶⁰ A entrada do novo diretor do Gabinete de Identificação

57. Polícia do Sr. Távora. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 14 jun. 1911, p. 1.

58. Ofício escrito por Edgard Costa a Belisário Távora: Ver: AN, GIF1, 6C225.

59. Ofício escrito por Hermeto Lima a Edgard Costa, 11 de novembro de 1909. Ver: AN, GIF1, 6C300.

60. Inauguração do retrato. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano V, nº 12-14, abr.-jun. 1911, p. 303- 307.

obteve espaço nas páginas do *Boletim* através da publicação de uma entrevista feita por um repórter do jornal *A Tribuna*. A publicação da entrevista vinha justamente apresentar e fundar discursivamente a nova gestão que se inaugurava com a direção do escritor alagoano. Apresentando-o como um homem jovem, o jornal o descrevia como um “publicista, com cerca de quatorze livros publicados” e “um nome conhecido na literatura” que recebera felicitações de criminologistas internacionalmente conhecidos como Ferri, Ottolenghi e Ferrero. Considerando-o um conhecedor do “serviço moderno policial e principalmente da técnica que se relaciona com a identificação criminal”, a revista o inscrevia na trajetória de organização do serviço de identificação brasileiro, junto a figuras-chaves – como Renato Carmil, dr. Brasil Silvado, sr. Coronel Valladão – que foram fundamentais nos primeiros passos de organização do primeiro Gabinete Antropométrico Brasileiro.

Junto à apresentação do novo diretor, o repórter do jornal *A Tribuna* fez uma pequena descrição das instalações do Gabinete de Identificação. Localizado dentro do pátio da Casa de Correção, em um “velho edifício”, “sem ar, sem luz, sem os mais rudimentares elementos de higiene e asseio”, as descrições do repórter traziam a imagem de uma seção policial abandonada e com precárias condições de trabalho. Assim, se a publicação dessa entrevista no *Boletim Policial* vinha, por um lado, apresentar o novo diretor do Gabinete, por outro, também trazia em uníssono com o jornal *A Tribuna* as reivindicações de condições apropriadas para o desempenho de suas atividades policiais. Não por acaso, foi publicado no corpo dessa matéria um ofício escrito por Elysio de Carvalho ao chefe de Polícia, Belisário Távora, criticando a falta “de um aposento decente para *toilette*”, além do funcionamento de quatro seções “em salões exíguos, sem acomodações para o pessoal” e sem que houvesse ao menos um gabinete próprio para o diretor. Junto a estas reclamações, Elysio de Carvalho exibia

uma lista de demandas, como “a construção de um salão destinado ao registro civil, uma sala para o arquivo de prontuários, um salão para arquivo de clichês e material fotográfico, (...) um gabinete para o diretor, uma sala de *toilette* para os funcionários, e a limpeza geral do edifício”. Desta forma, as folhas d’*A Tribuna* e do *Boletim Policial* transformavam-se em espaços de reivindicação de melhores condições de funcionamento para a seção policial, tendo em vista que tais requisições muitas vezes se mostravam infrutíferas dentro da própria instituição policial.

Ocupar o cargo de diretor do Gabinete de Identificação inaugurou um segundo momento da trajetória de Elysio de Carvalho na organização policial brasileira. A nova posição do escritor alagoano permitiu que este concretizasse iniciativas que até então não eram possíveis devido à falta de força e articulação política que ele possuía. A criação de uma Escola de Polícia e da Biblioteca do Boletim Policial foram empreendimentos que com o objetivo de elevar o nível de instrução dos agentes de polícia favoreceram a produção de práticas discursivas policiais brasileiras e a constituição de um campo de polícia científica no Brasil. Junto com a organização do Primeiro Convênio Policial Brasileiro, assim como a participação em eventos internacionais – como *Exposition Internationale Urbaine* em Lyon – Elysio de Carvalho procurou forjar alianças e formas de cooperação policial em âmbito nacional e internacional. As trocas de correspondência com criminalistas estrangeiros e a função de editor do *Boletim Policial* mostravam o empenho do funcionário de polícia em inserir o Gabinete de Identificação e Estatística do Rio de Janeiro em uma série de redes e dinâmicas transnacionais do campo da polícia científica. Longe de um processo linear, tais empreendimentos, que se inseriam em disputas políticas locais, representavam para o escritor alagoano um último recurso para o exercício de uma carreira diplomática. O intercâmbio de informações sobre criminosos foragidos entre os Es-

tados-Nações, assim como acordos de extradição eram tarefas atribuídas àqueles que atuavam nas relações consulares entre os países. Se o ingresso na carreira como diplomata não foi possível, a atuação entre os anos de 1911 e 1915, como diretor do Gabinete de Identificação, permitiu a realização de uma série de empreendimentos que favoreceram a circulação e o intercâmbio de saberes de polícia científica no espaço atlântico, como veremos a seguir.

A polícia científica entre as fronteiras

O crime é uma indústria internacional.

(Carvalho, 1913, p. 61)

No ano de 1540, um camponês chamado Martin Guerre abandonou sua mulher, filhos e propriedades sem que por anos houvesse notícias suas. Tempos após o seu retorno, seus familiares alegaram que o homem que vivia entre eles tratava-se de um impostor. Levado à corte, precisar sua identidade tornou-se uma exaustiva tarefa que só terminara quando o suposto real Martin Guerre reaparecera, reivindicando seu lugar na comunidade. A história deste homem, que teve lugar na historiografia através da obra de Natalie Zemon Davis (1987), também ganhou espaço na revista do *Boletim Policial*, sob a pena de Elysio de Carvalho, editor do periódico e diretor do Gabinete de Identificação do Rio de Janeiro. Se para a historiadora canadense a trajetória de Martin Guerre permitia iluminar as relações matrimoniais, os sentimentos e expectativas de grupos de camponeses do século XVI, para Elysio de Carvalho, a vida deste homem evidenciava um complexo problema que se tornava um desafio para diferentes instituições policiais do início do século XX: a identificação dos indivíduos. Articular os vestígios e estratégias de personagens que muitas vezes escapavam às documentações oficiais era uma motivação de ambos os escritores.

E não de forma diferente, uma das orientações que guiaram a escrita deste livro.

A citação da história de Martin Guerre em um artigo publicado no periódico oficial do Gabinete de Identificação do Rio de Janeiro demonstrava como, nesta seção policial, casos célebres tornavam-se objeto de reflexão sobre a temática da identificação frente a um fenômeno que se consolidava na cultura impressa do Novecentos: a criminalidade moderna. Segundo o diretor Elysio de Carvalho, a capital do Brasil “com o seu luxo e os seus prazeres, com suas indústrias e a expansão do comércio (...) se tornava o refúgio de criminosos escorraçados de todas as partes do mundo”.¹ Ao longo do século XIX, a migração transoceânica alcançou dimensões inéditas, contando com um fluxo de cerca de 50 milhões de imigrantes provenientes da Europa para o continente americano (Galeano, 2012a, p. 72-73). Anarquistas, cáftens e “criminosos viajantes” eram objeto de preocupação de diferentes órgãos de polícia do mundo que criaram um marco inédito de intercâmbio de saberes criminalísticos europeus e sul-americanos com o intuito de controlar os criminosos que atravessavam fronteiras e transitavam em diferentes espaços geográficos (Kaluszynski, 2006, p. 301-316). As traduções, as visitas de estudo, a participação em congressos criminalísticos e as trocas de correspondência com polos de polícia científica internacionais revelavam uma série de intercâmbios de saberes e tecnologias travados entre as Polícias da América do Sul e da Europa durante as primeiras décadas do século XX.

Em um contraponto, criminosos atrelados ao banditismo sertanejo, que atuavam nas regiões interioranas do Brasil e atravessavam as fronteiras entre os estados federais, indicavam as dificuldades de articulação e standardização entre as instituições de Polícia locais na República brasileira. Neste sentido, no ano de 1912 foi organizado o

1. CARVALHO, Elysio de. A delinquência dos estrangeiros. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano VIII, nº 2, jul. 1913, p. 222-223.

Primeiro Convênio Brasileiro, que tinha como intuito fundar “a unidade dos métodos e processos de repressão e prevenção das Polícias dos Estados Unidos do Brasil”.² Entre fronteiras nacionais e regionais, os esforços de construção de um campo de polícia científica no Brasil eram marcados tanto por disputas e tensões locais quanto por um intercâmbio de saberes transnacionais entre os polos de polícia científica do mundo.

Em meio a estas dinâmicas que atravessavam e extrapolavam as fronteiras que compunham o Estado-Nação do Brasil, Elysio de Carvalho buscou construir um campo de polícia científica na cidade do Rio de Janeiro, através de sua atuação como diretor do Gabinete de Identificação e Estatística. A construção de campos do conhecimento científico institucionalizados já recebeu olhares distintos no campo historiográfico. Desde uma perspectiva foucaultiana, estudos como o de Machado defendiam como, a partir do final do século XIX, o processo de “medicalização da sociedade” tinha a ciência “como fio condutor de análise” que propunha um programa normalizador do indivíduo e da população, “penetrando em tudo, inclusive no aparelho do Estado” (Machado et al., 1978, p. 156-158). A “imanência e homogeneidade” que caracterizaram este projeto foram questionadas por análises que demonstraram como os esforços de construção das instituições de caráter científico do Estado foram perpassados por disputas e lutas locais que descaracterizavam o caráter unívoco e homogeneizador de tal fenômeno.³ Para além disso, a circulação e o intercâmbio de saberes policiais transnacionais que extrapolavam as fronteiras nacionais no início do século XX tornaram-se objeto de análise em trabalhos historiográficos recentes que demonstraram

2. Atos do Primeiro Convênio Policial Brasileiro realizado em São Paulo de 7 a 12 abr. 1912. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro, ano VI, nº 4-6, abr.-jun. 1912, p. 127.

3. Sem querer esgotar a produção bibliográfica do campo: Castro, Facchinetti, Portugal, 2018; Dias, 2015; Patrasso, 2015; Edler, 2010.

como a construção de seções especializadas de polícia científica no Brasil foi forjada em meio a dinâmicas e formas de cooperação policiais que atravessavam a fronteira desses países (Galeano, 2012a; Martins, 2011).

Frente a este debate, este capítulo busca analisar os esforços empreendidos por Elysio de Carvalho para a construção de um campo de polícia científica, a partir de dois empreendimentos liderados pelo diretor do Gabinete de Identificação: a edição da revista oficial do *Boletim Policial* e a promoção do Primeiro Convênio Policial Brasileiro. A escolha pelo estudo de tais iniciativas neste capítulo está atrelada a um problema comum que as guiava: a articulação entre as escalas locais, regionais e internacionais para construção de um campo da polícia científica no país. As tensões entre os estados durante a realização do Congresso Policial evidenciavam os conflitos do sistema federativo republicano e as dificuldades em estabelecer políticas nacionais frente às diversidades socioeconômicas do extenso território do Brasil. Desta forma, procurarei analisar como os esforços empreendidos para unificação dos métodos investigativos não necessariamente obedeciam a dinâmicas e lógicas restritas às fronteiras⁴ geográficas brasileiras, mas, pelo contrário, esbarravam tanto na autonomia e na dificuldade de articulação entre os estados locais, como também ocorriam em meio a intercâmbios e trocas transnacionais.

Simultaneamente, o esforço de construção de uma cultura escrita através da publicação do *Boletim Policial* evidenciava os esforços de inserção do Gabinete de Identificação no campo das polícias científicas do mundo. A aproximação que a instituição oficial carioca fazia com as polícias científicas estrangeiras era um elemento marcante do

4. A própria noção de fronteira não será aqui entendida como um marco estável a partir do qual se delimita o objeto de estudo. Para além de zonas de contato entre binômios fechados, marcados pela oposição entre “outro” e “eu”, estas serão entendidas como fruto de intercâmbios, trocas e interações que marcaram o processo de consolidação do Estados Nacionais no início do século XX (Schiller, 2010, p. 449).

periódico que ia muito além de uma simples transposição de saberes europeus para uma periferia latino-americana. A própria natureza das traduções dos textos e as reflexões sobre a aplicação dos métodos científicos nos indicam intrincados processos de leitura e apropriação, além de trocas de informações entre as Polícias interestaduais e estrangeiras. Tais intercâmbios também serão objeto de estudo deste capítulo, que buscará analisar como a construção de alianças e formas de cooperação com os polos de polícia científica internacionais articulavam-se em meio a disputas institucionais que marcaram a formação do Gabinete de Identificação e Estatística do Rio de Janeiro.

O Boletim Policial e o Gabinete de Identificação

No ano de 1911, o editor do *Boletim Policial*, Edgard Costa, foi dispensado do seu cargo, assim como da direção do Gabinete de Identificação de Polícia. Em seu lugar, Elysio de Carvalho, até então responsável pela Seção de Informação do Gabinete, assumiu este posto, tornando-se editor da revista publicada pelo Gabinete de Identificação. Após um longo período sem um boletim oficial, a reforma realizada pelo chefe de Polícia Alfredo Pinto, no ano de 1907, fundou a nova revista que deveria ser publicada mensalmente pelo Gabinete de Identificação do Rio de Janeiro, com o intuito de “elevar o nível de cultura profissional da polícia”, difundindo “ensinamentos úteis ao progresso da instituição”.⁵

Durante os primeiros cinco anos de sua publicação, o *Boletim Policial* era dividido entre uma parte doutrinária, dedicada à publicação de estudos teóricos, e outra oficial, voltada para o registro de relatórios e atos emanados da administração institucional. A parte doutrinária era submetida à aprovação do chefe de Polícia, a quem o editor do periódico deveria pedir as orientações necessárias. A nova

5. Imprensa, *Jornal do Commercio*, 14 jun. 1907, p. 2.

revista buscava abranger uma grande gama de saberes de textos criminalísticos, desde estudos de medicina legal e polícia científica, a artigos que abordavam as contravenções de diversos tipos que a Polícia buscava reprimir na capital federal. As formas de falsificação de bebida alcoólica, a censura dos espetáculos teatrais, o jogo do bicho, os clubes carnavalescos e os problemas das instituições de asilos de menores eram temas que perpassaram as páginas da revista do Gabinete de Identificação durante os seus primeiros anos (Oliveira, 2016, p. 301-324).

Junto aos relatórios do chefe de Polícia e do diretor do Gabinete de Identificação, as seções de notícias policiais e de estatísticas criminais compunham uma segunda parte da revista que buscava registrar as normas e o funcionamento desta repartição. No que tange à seção de estatísticas criminais, estas foram consideradas pelos editores do jornal *Gazeta de Notícias* como algo “verdadeiramente notável”,⁶ por registrarem “detalhadamente os crimes e contravenções que são efeitos de uma extraordinária complexidade de causas sociais, servindo de guia para o sociólogo ir determinar precisamente no meio da complexidade das causas, as causas principais que instigam o crime e favorecem a contravenção”.⁷

De fato, durante a direção de Edgard Costa, o *Boletim Policial* mostrava grande rigor na publicação de suas estatísticas criminais, que chegaram a ocupar 25 páginas do fascículo publicado em novembro de 1908, em um total de 45 páginas. Os quadros estatísticos que ocupavam páginas inteiras – e muitas vezes folhas de tamanho maior que eram dobradas e anexadas junto ao periódico – procuravam mapear desde a quantidade de homens e mulheres identificados nas

6. A criminalidade no Rio: a estatística policial. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro: 23 dez. 1908, p. 1.

7. A criminalidade no Rio: a estatística policial. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro: 23 dez. 1908, p. 1.

delegacias, aos tipos de contravenção que levavam os presos à Casa de Detenção. O preciosismo das estatísticas estava profundamente atrelado a uma perspectiva de Edgard Costa, que, quando assumiu o cargo de diretor do gabinete, iniciou um movimento de tornar mais transparentes as estatísticas criminais mensais, exigindo a remessa de informações detalhadas às delegacias sobre as prisões efetuadas nas respectivas jurisdições (Samet, 2008, p. 153).

Dentre esses saberes, a preocupação com a identificação daqueles que cometiam delitos era uma questão presente nas páginas da revista desde o primeiro ano de sua publicação. Durante este período, foi possível encontrar 14 matérias sobre a temática da identificação na parte doutrinária do *Boletim*, que contou com a impressão de oito fascículos,⁸ publicados mensalmente. A seleção de tais estudos teóricos atrelava-se ao próprio contexto local da capital federal, marcado pelos processos migratórios de populações estrangeiras e de grupos provenientes das zonas rurais brasileiras. Frente ao aumento populacional que a cidade do Rio de Janeiro sofria, mostrava-se um desafio estabelecer elementos e métodos capazes de precisar a identidade dos indivíduos. Duas propostas principais circulavam nos debates criminalistas internacionais e eram discutidas nas páginas do *Boletim Policial*: a antropometria do policial francês Alphonse Bertillon e a datiloscopia do croata, radicado na Argentina, Juan Vucetich.

O sistema inventado por Bertillon ganhou ampla receptividade nos campos policiais sul-americanos, por trazer a possibilidade de identificar indivíduos através de medidas corporais, reforçando um marco científico de métodos de observação sobre o corpo. A *bertillonage* partia da premissa da fixidez da ossatura humana a partir do vigésimo ano de idade e estabelecia nove medições específicas como uma forma de estabelecer a identidade dos indivíduos. O sistema de

8. Iniciada em maio de 1907, a revista do *Boletim Policial* contou com oito publicações mensais, de maio a dezembro daquele ano.

organização das fichas antropométricas, que contavam com fotografias e descrições de marcas e medidas corporais, se propunha ainda a solucionar o problema de associação da identidade, daqueles que chegavam às delegacias, às fichas identitárias que cresciam em grande volume nas instituições de Polícia. Através de viagens de estudo e traduções das obras de Bertillon, formavam-se especialistas em identificação antropométrica em países como Equador, Peru, Chile, Brasil e Argentina (Galeano e Ferrari, 2011, p. 308-321).

Se o método de Bertillon destacara-se no final do século XIX, esse já concorria com uma segunda forma de identificação: a datiloscopia. Desenvolvido por Vucetich, o sistema de classificação conseguia precisar a identidade através de um método de execução menos complexo para os funcionários de polícia: a retirada das impressões digitais. Após anos de tentativas para a construção de um arquivo baseado no sistema antropométrico, a introdução da datiloscopia no Gabinete de Identificação carioca ocorreu graças à atuação de Félix Pacheco no Gabinete de Identificação (Galeano, 2012b, p. 721-742). Porém, foi na gestão de seu sucessor, Edgard Costa, que o sistema se tornou obrigatório para todas as pessoas detidas, e facultativo para aqueles que desejassem carteira de identidade. Neste momento, também foram introduzidas mesas apropriadas à tomada de impressões digitais nas delegacias, facilitando o pedido de informações de antecedentes ao Gabinete de Identificação e dispensando o encaminhamento de presos àquela repartição.⁹

Desta forma, torna-se visível a influência do chefe de polícia, Alfredo Pinto, na composição editorial dos estudos criminalísticos publicados no periódico. Até o ano de sua saída, em junho de 1909, podem ser encontrados 29 artigos que abordavam a identificação como forma de investigação e solução do problema da criminalidade.

9. Instruções para as filiais do Gabinete de Identificação e Estatística. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro, ano I, nº 1, p. 23.

Não era à toa que para o chefe de Polícia a reforma policial de 1907 propunha “em vez de ter uma Polícia nervosa, brutal”, que esta fosse “científica”.¹⁰ Traduções de estudos e aulas sobre o tema eram acompanhadas de artigos publicados por policiais que buscavam instruir os funcionários de polícia, dedicando-se, sobretudo, ao tema da identificação pelas impressões digitais. Hermeto Lima e Edgard Costa foram exemplos ligados à Polícia que publicaram textos como “A datiloscopia”¹¹ e “Identificação de cadáveres”¹² no periódico oficial.

A aproximação de Edgard Costa com os estudos de datiloscopia já ocorrera anos antes da reforma policial de 1907. Não por acaso, sua exoneração do cargo de diretor do Gabinete de Identificação e Estatística foi criticada pelo *Jornal do Commercio*, periódico dirigido e de propriedade de Félix Pacheco, ex-diretor da mesma repartição. Uma cópia do extrato deste jornal foi encontrada no arquivo do Museu Vucetich, reproduzindo uma carta do próprio criminalista de La Plata dirigida a Edgard Costa, lamentando a saída do diretor brasileiro.¹³ Também foi possível localizar uma correspondência redigida por Juan Vucetich a Elysio de Carvalho no momento em que este ingressara no cargo como diretor do Gabinete de Identificação. Segundo a carta, o responsável da repartição policial de La Plata afirmou que “tal notícia, como é natural, lhe foi grata, pelo fato de ter sido um amigo quem foi favorecido com esta designação.”¹⁴

10. PINTO, Alfredo. Introdução ao Relatório apresentado ao Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores do Dr. Chefe da Polícia do Distrito Federal. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, n° 1, ano II, maio 1908, p. 13-26.

11. LIMA, Hermeto Lima. A datiloscopia. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro, ano I, n° 2, jun. 1907.

12. COSTA, Edgard. Identificação de cadáveres. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro, ano I, n° 3, jul. 1907.

13. O Sr. Belisário Távora. *Jornal do Commercio*: edição da tarde, Rio de Janeiro, 12 de maio de 1911, s.p.

14. VUCETICH, Juan. *O Paiz*, 25 mai. 1911, p. 6 (tradução da autora).

Desta forma, mais que uma insatisfação com a entrada de Elysio de Carvalho como diretor dessa seção policial, a presença do extrato do *Jornal do Commercio* no arquivo do Museu Vucetich indicava os esforços de articulação com redes criminalísticas internacionais para a resolução de disputas institucionais locais. Frente à proximidade política de Félix Pacheco com Juan Vucetich desde o Terceiro Congresso Científico Latino-Americano – responsável pela introdução e pela institucionalização do método datiloscópico no Brasil – podemos levantar como hipótese o envio deste material pelo próprio Félix Pacheco ao criminalista de La Plata, como uma estratégia de disputa entre grupos adversários pelos postos diretivos da Polícia brasileira. A indisposição de Félix Pacheco com Elysio de Carvalho pode ser identificada desde o início da carreira do escritor alagoano quando o primeiro denunciou o jovem literato pelo crime de plágio, já analisada no primeiro capítulo deste livro. A indignação do ex-diretor do Gabinete de Identificação com o ingresso do literato alagoano no cargo diretivo desta repartição devia-se tanto ao caráter político de sua aproximação com grupos heremitas quanto por uma rejeição de que o mal-afamado escritor continuasse seu trabalho no Gabinete de Identificação.

Com o ingresso de Elysio de Carvalho como editor do periódico, o *Boletim* sofreu algumas modificações de diagramação e na organização do seu editorial. O periódico permanecia com a formatação inicial do texto em colunas duplas, mas os títulos de cada seção ganharam uma fonte maior, ocupando a largura praticamente total das páginas. Desta forma, procurava-se facilitar a leitura dos textos, evitando que artigos e seções distintas começassem em uma mesma página. A publicação mensal passara a ser trimestral, sofrendo alguns atrasos, sobretudo após o incêndio que atingira, no ano de 1911, a Imprensa Nacional, órgão responsável pela publicação do periódico. O incidente resultou na perda de 9 livros pertencentes aos arquivos criminais, nove livros do registro civil, toda a composição do Anuário

de estatística de 1910; 5 monografias sobre assuntos técnicos e cerca de 70 clichês de fotogravuras de trabalhos que se destinavam à Exposição de Higiene Social de Roma.¹⁵ O periódico manteve sua divisão em uma seção doutrinária e outra voltada para atos administrativos. No entanto, foram acrescentadas duas novas seções, “Documentos e Informações” – que se constituía na seleção de uma série de circulares e artigos nacionais e internacionais sobre “fenômenos urbanos de violência” – além da sessão “Bibliografia”, que contava com pequenas resenhas sobre obras nacionais e internacionais sobre questões criminalísticas, recentemente publicadas.

Tais seções, junto aos relatórios escritos pelos delegados de diferentes jurisdições, os artigos teóricos, os quadros estatísticos e a seção de notícias do gabinete de identificação compunham um conjunto de gestos que se constituiriam em uma prática institucional de Polícia em si mesma, cujas práticas discursivas possuíam um espaço central. De forma diversa do policial que atuaria nas ruas através da vigilância e do uso da força, procurava-se consolidar uma nova figura de agente: o policial que lia e escrevia, capaz de elucidar crimes e lidar com o fenômeno da criminalidade através da racionalidade e, principalmente, através da expertise dos saberes científicos. Dentre os principais eixos temáticos abordados pela revista, pudemos reconhecer quatro assuntos que estavam atrelados ao campo da polícia científica: a identificação dos indivíduos, as análises de cena de crime, o uso da fotografia no sistema jurídico-policial, as práticas de falsificação monetária, fiduciária e de escritos de próprio punho.¹⁶ Mais do que apenas uma multiplicidade de temas que indicavam o avanço dos saberes científicos europeus nas instituições de Polícia, a seleção de tal

15. Notícias policiais. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano V, nº 15-17, jul.- ago., p. 578.

16. Também identificamos como um último eixo: a Escola de Polícia do Rio de Janeiro. No entanto, a Escola de Polícia, enquanto um objeto de estudo, será tratada no Capítulo 4 deste livro.

linha editorial junto aos relatórios policiais também estava atrelada às disputas internas entre as seções policiais cariocas e as práticas desviantes presentes no regime republicano brasileiro, que recentemente ingressou no sistema internacional do capitalismo financeiro liberal.

Tecnologias de identificação

Entre os anos de 1907 e 1910, Elysio de Carvalho desenvolveu uma esparsa produção escrita, publicando apenas dois artigos de sua autoria no *Boletim Policial*.¹⁷ A partir de 1911, quando se tornou editor do periódico, o escritor alagoano ganhou maior visibilidade no universo criminalístico, publicando, em um espaço de três anos, 30 artigos de sua autoria através da revista oficial de sua repartição. Apesar de sua escassa preparação jurídica e científica, isto não impediu que o diretor procurasse desenvolver um projeto em sua gestão ligado à temática principal da seção em que trabalhava: a identificação dos indivíduos.

Em 1911, o sistema datiloscópico já era considerado há anos pela Polícia do Rio de Janeiro como o método mais eficaz de identificação de criminosos. Se, desde 1903, as formas de identificação judiciária brasileira já se baseavam no sistema datiloscópico de Vucetich, em 1905, o triunfo da datiloscopia já se mostrava claro entre os países sul-americanos, graças à conformação de uma rede de especialistas das polícias da região (Ferrari, 2015, p. 208). Com a reforma de 1907, a obrigatoriedade da identificação restringia-se às pessoas detidas, independentemente de sexo, condição social, idade, sem exceção de crimes, contravenções ou motivos, devendo a autoridade policial juntar a individual datiloscópica do acusado a todos os processos, sob

17. Foram localizados dois artigos similares publicados pelo escritor no jornal *O Paiz* e em *Ilustração Brasileira*. Ver: CARVALHO, Elysio, A polícia. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 2 nov. 1910, p. 8; CARVALHO, Elysio. A polícia moderna. *Ilustração Brasileira*, Rio de Janeiro, 1º jul. 1910, p. 5.

pena de multa. Além daqueles que eram retidos por práticas de crime, tal repartição policial também ficava incumbida da identificação dos agentes de segurança, da guarda civil, do pessoal interno das prisões; das pessoas empregadas no serviço doméstico que se apresentassem voluntariamente para tal e do fornecimento de provas de identidade às pessoas que desejassem uma carteira emitida pelo gabinete ou um atestado de boa conduta (Carvalho, 1911, p. 437).

Foi justamente explorando os casos de identificação que extrapolavam a esfera criminal que Elysio de Carvalho defendia a generalização da identificação nos atos da vida civil. Se durante a gestão de Félix Pacheco, o Gabinete de Identificação adotou o sistema datiloscópico de Vucetich, e na direção de Edgard Costa foram instaladas filiais do Gabinete nas delegacias de 1ª, 2ª e 3ª entrâncias,¹⁸ Elysio de Carvalho defendia em seus escritos – assim como Juan Vucetich na Argentina – um projeto de identificação civil como garantia da liberdade individual dos cidadãos no Estado brasileiro.

Não por acaso, no primeiro ano em que atuava como editor do periódico oficial do Gabinete de Identificação, Elysio de Carvalho publicou o estudo de sua autoria, *A investigação como fundamento da vida jurídica*. O artigo mereceu o lugar de primeira página da revista – sendo posteriormente publicado em brochura pela Biblioteca do *Boletim Policial*. Em seu estudo, Elysio de Carvalho procurou defender como a identificação seria não somente um “agente revelador”, mas uma “providência salvadora”, capaz de estabelecer “se um acusado por um crime é ou não reincidente”.¹⁹

18. Segundo a revista do *Boletim Policial*, haveria 10 filiais do gabinete de identificação nas delegacias de 2ª entrância e 10 na de 3ª entrância, contando com mesas e aparelhos necessários para o serviço. Se nas delegacias de primeira entrância tal procedimento seria feito por escrivães, nas de segunda e terceira era feito por um encarregado que possuísse conhecimentos de língua portuguesa, caligrafia e redação oficial. Ver: Instruções para as filiais do Gabinete de Identificação e Estatística. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro, ano I, nº 1, p. 23.

19. CARVALHO, Elysio de. *A identificação como fundamento da vida jurídica*. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano V, nº 15-17, jul.-set. 1911, p. 419.

Desde finais do século XIX, a preocupação com a reincidência dos criminosos ganhava dimensões globais, mobilizando instituições policiais de diferentes partes do mundo. Em 1869, a Grã-Bretanha instituiu o *Habitual Criminal Act*; enquanto, em 1871, a Índia criou o *Criminal Tribes Act*. Poucos anos antes, o Código Penal argentino estabelecia um agravamento de pena a criminosos que houvessem sido julgados culpados por um mesmo crime (Ferrari, 2015, p.17). Junto aos casos de reincidência, Elysio de Carvalho colocava a pertinência do sistema datiloscópico para estabelecer a identidade de indivíduos frente a três outros casos: aqueles que dissimulavam seus nomes e modificavam sua aparência; para identificação de cadáveres desconhecidos; e, por fim, para distinguir dois indivíduos que assumissem uma mesma identidade. Neste sentido, a história de Martin Guerre aparecera pela primeira vez nos escritos do policial alagoano. O caso que fora julgado em 1550 mostrava como o problema da identificação de pessoas atravessava séculos, suscitando diferentes estratégias e métodos capazes de precisar a identidade daqueles que a dissimulavam. Se, de acordo com a análise de Natalie Davis, o reconhecimento de Martin Guerre partia dos testemunhos de seus familiares, para Elysio de Carvalho, seriam as marcas corporais – uma cicatriz no supercílio e o tamanho do pé – que foram responsáveis pela elucidação de quem seria o verdadeiro camponês. Frente aos testemunhos que muitas vezes eram contraditórios, para o escritor alagoano o caso ilustrava como os olhares jurídicos sobre o corpo eram fundamentais para o problema da identificação. A incorporação da história de Martin Guerre em seus escritos chegara através da leitura da obra de causas célebres do jurista francês François Richer (1772). Neste aspecto reside a especificidade dos textos de Elysio de Carvalho. Diferentemente de trabalhos escritos por Edgard Simões Correa – responsável pela seção de identificação do Gabinete de Identificação – que continham com

análises técnicas sobre desenho papilares,²⁰ a composição dos escritos do diretor do Gabinete de Identificação partia das leituras de obras de crimes célebres presentes em sua biblioteca. Junto a casos como os de Gueux de Vernone e Pierre Mège,²¹ atrelado às leituras científicas de Vucetich, Galton e Reyna Almandos, o escritor alagoano compunha seus escritos criando um amálgama entre justiça, ciência e literatura.

Em meio a tais episódios que contavam com indivíduos que forjavam a sua identidade, Elysio de Carvalho apontava como solução “a identificação obrigatória para todas as pessoas que constituem a sociedade”,²² não restringindo tal procedimento apenas aos criminosos. Desta forma, a organização de um sistema de identificação ganharia uma dimensão “preventiva e repressiva”, tornando-se necessário estabelecer um extenso sistema capaz de armazenar e classificar uma grande gama de células digitais no aparato burocrático-policial brasileiro.

A ideia de expansão das práticas de identificação não teria sido pensada pela primeira vez pelo escritor alagoano. No Primeiro Congresso Pan-Americano de Santiago do Chile, ocorrido entre 1908-1909, Juan Vucetich já defendia a construção de um sistema de identificação que excedia amplamente o horizonte policial, es-

20. CORRÊA, Edgard Simões. Perícia de Identificação. *Boletim Policial*, ano VIII, nº 15-17, ago.-dez. 1914, p. 344-347.

21. Em 1654, no caso Gueux de Vernon, um menino que era conduzido por um mendigo é reconhecido como sendo um dos dois filhos da viúva Le Moine. No entanto, a própria viúva não reconhece o menino como seu filho. O caso é levado ao Parlamento de Paris. A verdadeira criança aparece trazendo, com a certeza de sua identidade, o atestado da morte de seu irmão. No final do século XVIII, o soldado da Marinha, Pierre Mège, procurou passar pelo filho do gentil-homem De Caille do qual se tinham notícias de que se encontrava morto no exílio. Denunciado aos tribunais, Pierre Mège foi condenado pelo Parlamento de Paris no ano de 1712. Ver: CARVALHO, Elysio de. A identificação como fundamento da vida jurídica. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano V, nº 15-17, jul.-ago.-set. 1911, p. 421-422.

22. CARVALHO, Elysio de. A identificação como fundamento da vida jurídica. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro, ano V, nº 15-17, jul.-set. 1911, p. 419.

tendendo seus usos para a vida civil dos cidadãos.²³ Tal ideia, que já se encontrava também presente desde o século XIX nos escritos de Galton, foi apresentada no congresso como um “serviço público” (Philippi, 1911, p. 313), uma vez que a autenticidade da identidade de cada indivíduo seria sempre discutível se não houvesse uma forma de comprovação.

De forma similar, Elysio de Carvalho viria justificar como a necessidade de comprovação identitária extrapolava o estigma dado aos criminosos. Desde a existência de homônimos, a necessidade de reconhecer cadáveres indigentes, até casos de bigamia, o escritor alagoano defendia a generalização da identificação para os atos da vida civil, como forma de também “autenticar documentos, legalizar títulos”.²⁴ A formação de uma burocracia estatal que armazenasse o registro civil de identidades individuais atendia às demandas de agentes sociais centrais na inserção da economia brasileira no capitalismo liberal: as instituições bancárias. Ao longo do seu texto, o diretor do Gabinete de Identificação ressaltou a importância da construção de um arquivo de identidades civil, tendo em vista “as falsificações de firmas em cheques, cartas de crédito” e “as contínuas falcaturas de indivíduos (...) apossando-se do interesse alheio”.²⁵

Tal declaração devia-se ao próprio contexto político-econômico no momento da publicação de Elysio de Carvalho. A República brasileira nasceu em meio à agitação da especulação financeira, clima que foi intensificado pela política emissionista dos anos do Encilhamento. O espírito especulativo que emergia na capital federal com o fortalecimento das instituições bancárias era marcado pela ideia de enrique-

23. Sobre o projeto de Juan Vucetich de ampliação do domínio de atuação da datiloscopia, ver: Ferrari, 2009, p. 225-243.

24. CARVALHO, Elysio de. A identificação como fundamento da vida jurídica. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: ano V, nº 15-17, jul.-set. 1911, p. 425.

25. CARVALHO, Elysio de. A identificação como fundamento da vida jurídica. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: ano V, nº 15-17, jul.-set. 1911, p. 426.

cimento pessoal a todo custo, amplamente denunciado nos jornais da cidade, nas tribunas e nos romances literários (Carvalho, J., 1990, p. 30). Frente aos episódios de falsificação de firmas em cheque, cartas de crédito ou de indivíduos que fraudavam suas identidades ao se apresentarem nas agências de banco, a proposta de identificação com fins civis vinha apresentar aos mercados financeiros do Brasil a pertinência dos trabalhos do Gabinete de Identificação e Estatística, para preservar os bancos emissores e o próprio capital internacional ali localizado.²⁶

Neste sentido, ao garantir a autenticidade da identidade daqueles que realizavam transações econômicas, o sistema de identificação adquiria maior importância nos aspectos da vida civil, pela sua capacidade de comprovar a identidade de qualquer indivíduo de forma simples e rápida. Para desempenhar cargos públicos; conseguir empréstimos de bancos e apresentar bons antecedentes a empregadores, o indivíduo identificado teria condições de demonstrar que não possuía antecedentes criminais. A comprovação de identidade deslocava-se da figura do criminoso para o cidadão honesto, tornando-se importante comprovar não a incidência criminal anterior, mas a própria honestidade do indivíduo.

A formação de um registro civil já apresentava impulsos anteriores quando, com a reforma de 1907, o Gabinete de Identificação ficou responsável por emitir provas de identidade para as pessoas honestas e de bons antecedentes. No Arquivo Nacional foi possível encontrar uma cópia desta documentação concedida pelo Gabinete de Identificação.

26. A preocupação e o interesse pelas transações financeiras no período da *Belle Époque* permaneceram com Elysio de Carvalho mesmo após a sua saída do Gabinete de Identificação e Estatística. Tal permanência pode ser percebida por meio da fundação do jornal *O Monitor Mercantil* por Elysio de Carvalho. A folha, que buscava transformar-se em um veículo de consultas dos meios financeiros e mercantis, contava ainda com publicações dos estudos de falsificação produzidos na época em que ele era funcionário de polícia.

Figura 2. Reprodução de um exemplar de prova de identidade emitido pelo Gabinete de Identificação. Rio de Janeiro, 4 ago. 1908.

N.º 397

VISTO
O DIRETOR.

GABINETE DE IDENTIFICAÇÃO E DE ESTATÍSTICA

CERTIFICO, de accordo com o art. 123, letta a, da Regulamento que ha em vigor em virtude do Decreto de 30 de Maio de 1907, que relativamente a Amirial Carri de Lima, que figura sob o n.º 263 na Regiata Civil e cuja individual dactyloscopica he a nesta data fornecida, nouta constata da atchiva criminal do Gabinete.

Rio de Janeiro, 4 de Agosto de 1908
Hylio de Carvalho
Encarregado da Secção de Informaes,

Nome Amirial Carri de Lima
Filho de Luiz Carri de Lima
e de Luiz Carri de Lima
Nacionalidade Brasileira
Naturalidade de Rio de Janeiro
Nascido em 10 de Maio **de** 1889
Estado civil Solteiro
Le e escreve? Sim
Profissão Advogado
Estatura 1,73 cent.

Côr
da cutis Branca
do cabelo Loiro
das bigodes Loiros
da barba Uma pequena
das orelhas Contorno

Fronte Amplamente aberta

Sobrancelhas Abundantes
Palpebras Abundantes
Nariz dorso recto
baze arredondado
Bocca
Labios
Orelhas
Signaes particulares

INDIVIDUAL DACTYLOSCOPICA

		SERIE				
SERIE	Mão direita					
		POLLEGARES	INDICADORES	MEDIOS	ANULARES	MINIMOS
SECÇÃO	Mão esquerda					

N.º 963 do registro.

Hylio de Carvalho
Encarregado da Secção de Informaes

Fonte: Arquivo Nacional, GIF1, Caixa 6C258.

As provas de identidade e de bons antecedentes tinham como função atestar a ausência de informações dos indivíduos no registro criminal do Gabinete de Identificação, implicando o armazenamento

de uma série de fichas de identificação das pessoas que habitavam a cidade do Rio de Janeiro. Tais documentos, concedidos às pessoas que buscavam comprovar serem “honestas” e possuírem “bons antecedentes”, constavam com uma descrição sinalética e um conjunto de individuais datiloscópicas. Dentre os dados requisitados, a pessoa deveria informar seu nome completo, suas filiação, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, seu estado civil, sua atividade profissional e se o requerente era ou não alfabetizado. Por fim, o documento continha o registro da altura, cor da pele/cabelo/bigode/barba/olhos e a descrição do formato das sobrancelhas, das pálpebras, do nariz, da boca, das orelhas e dos sinais particulares.

O fornecimento de um atestado de bons antecedentes atrelado a uma série de classificações dos tipos biológicos dos requerentes demonstrava como as provas de identidade ainda obedeciam a um olhar racializante sobre os corpos que circulavam na capital federal brasileira do início do século XX. Partindo de uma perspectiva supostamente liberal, o caráter universalizante que era atribuído ao documento – pois poderia ser requisitado por qualquer indivíduo – era perpassado por uma série de classificações individualizantes pelas quais as pessoas emergiam a partir de insígnias raciais.²⁷ Desta forma, mobilizavam-se categorias científicas, calcadas em uma perspectiva racista, como um instrumento fundamental para a compreensão de uma população altamente miscigenada, transformando seus corpos individualizados em racialmente reconhecíveis.

Se cruzarmos tais informações com as estatísticas trimestrais publicadas pelo Gabinete de Identificação do Rio de Janeiro no ano de 1911, através da revista do *Boletim Policial*, podemos traçar um perfil daqueles que requisitavam a prova de identidade e de bons antecedentes. O esforço de sistematização dos tipos de indivíduos que requeriam o do-

27. Sobre a relação entre a noção de raça e os processos de identificação no Brasil, na década de 1930, ver: Cunha, 2008, p. 181.

cumento resultou na produção de “categorias nativas” (Geertz, 1998), criadas pelos profissionais de Polícia acerca das diferentes ocupações laborais/profissionais dos requerentes. De criados a operários de indústrias e proprietários e capitalistas, tais esforços de classificação evidenciavam os matizes presentes no projeto de identificação civil por meio da concessão de documentos de prova de identidade e de bons antecedentes.

Tabela 1: Informações com as estatísticas trimestrais publicadas pelo Gabinete de Identificação do Rio de Janeiro no ano de 1911.

	Jan.-mar.	abr.-mai.	jun.-ago.	TOTAL
Criados	30	30	39	99
Operários industriais	347	320	106	773
Comerciantes e fabricantes	41	34	25	100
Empregados no comércio e na indústria	832	745	619	2196
Proprietários e capitalistas	1	5	4	10
Profissões liberais	29	46	26	101
Funcionários públicos	212	94	42	348
Militares	7	5	6	18
Agricultores	30	26	8	64
Outras profissões	229	59	36	324
TOTAL	1.728	1.364	911	4.003

De acordo com as estatísticas que reunimos relativas aos três primeiros semestres de 1911, apesar do caráter universal que se pretendia atribuir às provas de identidade, estas eram requeridas principalmente por operários e empregados no comércio e na indústria. Nos primeiros trimestres de 1911, os operários requereram 773 provas de identidade e os empregados no comércio e na indústria, 2.196. Em um contraponto, proprietários e capitalistas requisitaram 10 documentos e militares um total de 18. Desta forma, podemos inferir como as provas de identidade destinavam-se sobretudo aos trabalhadores da capital federal que, constantemente submetidos a uma lógica de sus-

peição (Chaloub, 2008), requeriam um documento que comprovasse a sua idoneidade frente à massa populacional incognoscível da metrópole carioca. Em contrapartida, a baixa requisição por capitalistas e militares indicava como tais grupos já eram por princípio considerados como íntegros e honestos no seio da sociedade capitalista carioca, sem precisarem apresentar um documento para tal.

Em seguida, tais documentações eram também demandadas por criados, em um total de 99, e por profissionais liberais em um total de 101. Os criados cuja atividade profissional possuía forte herança no sistema escravista recém-abolido no Brasil também representavam um nicho dos requerentes das provas de identidade, por justamente configurarem-se como corpos negros que mesclavam relações de trabalho com uma esfera de domesticidade (Cunha, 2007, p. 377-411). Na virada do século, com o aumento populacional presente na cidade do Rio de Janeiro, o imaginário em torno dos empregados domésticos era também atravessado por uma lógica de suspeição, marcado principalmente pelas figuras dos criados desonestos/ladões, cujo anonimato muitas vezes era temido na esfera da domesticidade (Peçanha, 2018). Se comparado com os operários, o número inferior de requisição de provas de identidade por criados pode ser explicado por estes empregos serem conquistados muito mais por indicações de confiança entre círculos de pessoas conhecidas do que por apresentações do recente documento elaborado pelo Estado.

Por fim, a categoria “outras profissões”, presente nas estatísticas do *Boletim Policial*, demonstra a dificuldade de elaboração pelos próprios policiais de categorias de análise em meio à complexa realidade do mundo de trabalho do Rio de Janeiro do início do século XX. Aqueles que exerciam múltiplas atividades laborais – muitas vezes não regulamentadas – também podiam requerer uma prova de idoneidade frente ao caráter informal de suas atividades e à lógica de suspeição a que eram submetidos.

Desta forma, a identificação deslocava-se do lugar de um procedimento destinado a delinquentes, cuja finalidade seria obter uma marca singular destes indivíduos, para transformar-se em uma ferramenta de defesa dos ditos “homens honestos”, capaz de comprovar a suposta idoneidade desses cidadãos. Segundo Elysio de Carvalho, “desde o humilde criado até o funcionário público da mais elevada categoria, desde o operário até o capitalista, desde o soldado raso até o general”, todos eles já requeriam um documento de identidade ou um atestado de antecedentes ao Gabinete de Identificação. O caráter universal atribuído ao procedimento – que contrastava com as estatísticas analisadas acima – visava a romper com a noção vexatória que muitas vezes estava atrelada aos procedimentos de identificação, recorrentemente associados a um tratamento policial dado a criminosos. Desta forma, através do registro civil, a Polícia adentrava o terreno das relações de trabalho, estabelecendo provas de confiabilidade entre empregados e patrões.

No entanto, a ideia da formação de um arquivo estatal com o registro das identidades individuais de todos os cidadãos encontrava resistência entre os bacharéis de Direito do Rio de Janeiro. Foi o caso do senador Barata Ribeiro²⁸ que, em 1903, apresentou um projeto que restringia os processos de identificação aos réus condenados depois que a sentença tivesse passado em julgado, seja qual fosse a sentença, o sexo, a idade e a condição social.²⁹ Tal esforço que buscava limitar a identificação apenas para aqueles que fossem condenados por algum delito tinha como intuito circunscrever as práticas de identificação na metrópole brasileira exclusivamente para aqueles que fossem julgados e não apenas acusados como criminosos.

28. Sobre os debates no Senado, realizados em 1906, acerca do projeto elaborado por Barata Ribeiro e a questão do vexame nos processos de identificação no Rio de Janeiro, ver: Cunha, 2008, p. 103-107.

29. CARVALHO, Elysio de. A identificação como fundamento da vida jurídica. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano V, nº 15-17, jul.-set. 1911, p. 429.

A construção de um arquivo de informações do Estado sobre indivíduos não criminosos trazia um duplo debate: tanto o caráter vexatório dos procedimentos de identificação, como também a restrição da liberdade individual. Para além da considerada humilhação de submeter-se aos procedimentos de identificação, a formação de um arquivo estatal com registros de todos indivíduos residentes nas cidades trazia como discussão a perda de privacidade e da liberdade dos indivíduos no Estado republicano. A construção de mecanismos estatais de vigilância contrapunha-se às premissas liberais do republicanismo brasileiro que visavam a garantir a liberdade individual, os interesses particulares e a felicidade pessoal no recém-fundado sistema político nacional.³⁰

Em resposta a esta crítica, Elysio de Carvalho defendia, na sua obra, que a identificação universal seria “uma medida garantidora da liberdade individual e uma providência de defesa social”.³¹ Para o diretor, esta seria uma garantia “de sua vida, de seus direitos e de sua propriedade”³² por permitir separar os criminosos das pessoas honestas, identificando aqueles que representavam um risco à sociedade. Em *Vigiar e punir*, Michel Foucault (1987) aponta-nos como o exercício do poder moderno teria como elemento central a existência de mecanismos de controle que permitiam uma produção de conhecimento sobre os indivíduos que vivem em sociedade. A construção de um arquivo de registro civil comporia toda uma engenharia da vigilância cujos dispositivos visavam a mapear quem seriam os indivíduos que circulavam e compunham a massa populacional da metrópole do Rio

30. Sobre a relação entre as concepções de liberdade nos modelos de regime republicano do início do século XX, ver: CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*, p. 17-34.

31. CARVALHO, Elysio de. A identificação como fundamento da vida jurídica. *Boletim Policial*, nº 15-17, ano V, jul.-set. 1911, p. 419.

32. CARVALHO, Elysio de. A identificação como fundamento da vida jurídica. *Boletim Policial*, nº 15-17, ano V, jul.-set. 1911, p. 438.

de Janeiro nas primeiras décadas do século XX. Segundo a perspectiva de Elysio de Carvalho, seria justamente pelas novas tecnologias científicas de controle que homens e mulheres poderiam ter seus principais direitos individuais garantidos, tendo em vista a possibilidade de evitar as fraudes de identidade, os estelionatos, além de reconhecer e punir aqueles que infringiam as leis.

A ampliação dos usos do sistema de identificação encontrou resistência também durante a formulação do Código do Processo Criminal no ano de 1910. O projeto elaborado pela comissão de juristas limitou a identificação judiciária aos casos de flagrante delito, prisão preventiva, pronúncia e condenação, excetuando-se em casos de prisão administrativa, adultério e contravenções (salvo quando se referirem à exploração do jogo de loterias, rifas, mendicidade, embriaguez, vadiagem e capoeiragem).³³ Além disso, o código ainda determinava que, em caso de absolvição passada em julgado, a individual datiloscópica deveria ser cancelada. A formulação do Código do Processo Criminal já havia sido objeto de análise de Elysio de Carvalho em sua obra *A polícia carioca e a criminalidade contemporânea*, como pudemos ver ao longo do segundo capítulo deste livro. Os primeiros extratos dessa obra, que foram preliminarmente publicados no jornal *O Paiz*, buscavam projetar a figura de Elysio de Carvalho para a composição da comissão responsável pela elaboração do Código Criminal, que acabou sendo formada apenas por bacharéis de Direito. A empreitada malsucedida não impediu que, no ano seguinte, o escritor, já na posição do diretor do Gabinete de Identificação, publicasse um estudo como crítica à comissão de juristas que, ao seu ver, definia as “atribuições e os deveres que cabem à polícia judiciária”.

Tais práticas discursivas, ao mesmo tempo que se constituíam em instrumentos de disputa de espaço, evidenciavam os embates que

33. CARVALHO, Elysio de. A identificação como fundamento da vida jurídica. *Boletim Policial*, nº 15-17, ano V, jul.-set. 1911, p. 431-432.

perpassavam o campo jurídico-policial entre bacharéis de fireito e membros das elites diretivas policiais brasileiras. Recém-ingressados nas instituições de Polícia com a reforma de 1907, setores intelectuais aproximavam-se dos debates jurídico-policiais devido ao caráter científico de que tais discussões se revestiam (Carvalho, 1911, p. 419), disputando com os bacharéis de direito os espaços de atuação dentro do campo da Justiça brasileira.

Dentre as controvérsias apresentadas, o diretor do Gabinete de Identificação criticava a proposta de descarte da individual datiloscópica em caso de absolvição do acusado. Segundo Elysio de Carvalho, tal proposta retificava uma compreensão equivocada da identificação como um procedimento vexatório e invasivo aos cidadãos. Além disso, a possibilidade de eliminação de dados dos arquivos policiais abriria precedentes para requisições de todos os tipos, como pedidos para que se cancelassem assentamentos em livros de cadeia e registros feitos nos espaços prisionais.³⁴

Como uma segunda crítica ao projeto do Código Criminal, Elysio de Carvalho apontou a restrição da identificação em casos de peculato e crimes políticos. Para o diretor do Gabinete de Identificação, tal medida impedia a punição de funcionários que cometiam crimes contra a Fazenda Pública e que, em última instância, “não passavam de ladrões”, pois “o peculato em tese é um furto e um furto de forma grave, porque é praticado com abuso de confiança”.³⁵ Por fim, a restrição aos crimes políticos impedia o uso das formas de identificação frente a um problema considerado como uma marca da Primeira República: as fraudes eleitorais. Dentre os anos de 1889 e 1930, os mecanismos de manipulação eleitorais – como o coronelismo e o voto de

34. CARVALHO, Elysio de. A identificação como fundamento da vida jurídica. *Boletim Policial*, nº 15-17, ano V, jul.-set. 1911, p. 434-435.

35. CARVALHO, Elysio de. A identificação como fundamento da vida jurídica. *Boletim Policial*, nº 15-17, ano V, jul.-set. 1911, p. 433.

cabresto (Leal, 2012) – envolviam episódios de falsificação de identidades. Indivíduos que se apresentavam como pessoas já falecidas ou votavam mais de uma vez com identidades distintas compunham um quadro de manipulação do regime democrático republicano brasileiro, cuja proposta de identificação obrigatória era apresentada como uma solução “para uma terra em que eleição e fraude são termos sinônimos”.³⁶ Desta forma, a identificação era apresentada como capaz de abranger todos os aspectos de uma vida social, garantindo a liberdade individual, a propriedade privada e constituindo-se em um instrumento de defesa social, em última instância, um “fundamento da vida jurídica”³⁷ da nação brasileira.

A ampliação dos usos do sistema de identificação em diferentes aspectos da vida civil trazia ao debate um argumento que vem sendo revisitado na contemporaneidade tanto pela população quanto por aqueles que defendem a expansão dos mecanismos de controle do Estado. Segundo esta perspectiva, os que temiam ser identificados – cujo procedimento, em última instância, tinha como intuito demonstrar a idoneidade dos cidadãos – provavelmente teriam algo a esconder à sociedade e ao Estado (Solove, 2007, p. 745-772). Desta forma, a separação dos cidadãos honestos dos criminosos pela aplicação do sistema de identificação seria um instrumento de defesa para os indivíduos idôneos e considerado uma ameaça à privacidade e à liberdade individual somente por aqueles que provavelmente incorriam em atividades criminosas e precisavam se esconder das investigações das autoridades.

Procurando justamente angariar apoio e legitimidade para este projeto, Elysio de Carvalho enviou um exemplar de *A identificação como fundamento da vida jurídica* para Juan Vucetich. Em uma cor-

36. CARVALHO, Elysio de. A identificação como fundamento da vida jurídica. *Boletim Policial*, nº 15-17, ano V, jul.-set. 1911, p. 433.

37. CARVALHO, Elysio de. A identificação como fundamento da vida jurídica. *Boletim Policial*, nº 15-17, ano V, jul.-set. 1911, p. 438.

respondência destinada ao diretor do Gabinete de Identificação do Rio de Janeiro, Vucetich agradeceu o livro enviado e, em resposta, enviou à Polícia brasileira um exemplar da *Libreta del Inmigrante*, além de cópias das fichas datiloscópicas bonaerenses. Tais trocas, que vinham justamente aprofundar os laços da Polícia brasileira com a Polícia de La Plata – procurando constituir também uma linguagem universal de identificação –, tinham uma segunda função. Os intercâmbios travados entre a Polícia do Rio de Janeiro com o Gabinete de Identificação argentino vinham atender e legitimar as disputas entre as elites diretivas policiais brasileiras e os bacharéis em direito no que tangia à temática da identificação.

Ao longo de sua correspondência, Juan Vucetich também demonstrou preocupação frente à dificuldade de implantação do sistema datiloscópico em um extenso território nacional, como no Brasil e na Argentina.³⁸ De fato, no fascículo seguinte do *Boletim Policial*, Elysio de Carvalho indicou através da publicação dos atos do chefe de Polícia sua preocupação com o número considerável de processos que iam desacompanhados de folhas de antecedentes e fichas datiloscópicas individuais.³⁹ A própria proposta de construção de um amplo arquivo de identificação civil no Brasil contrastava com a precariedade das instalações do Gabinete de Identificação que, muitas vezes, aparecia nos relatórios como responsável pelas dificuldades em atender às demandas locais. Segundo o relatório produzido por Elysio de Carvalho referente ao ano de 1911, o serviço de prontuário, o registro civil e o arquivo geral não possuíam instalações convenientes, funcionando em uma “saleta exígua”, sendo necessário “que seja re-

38. VUCETICH, Juan. Uma carta de Juan Vucetich. Documentos e informações. *Boletim Policial*, ano VI, nº 7-9, abr.-jun. 1912, p. 227-229.

39. PINTO, Alfredo. Circular nº 7.297, Rio de Janeiro, 6 jun. 1912. *Boletim Policial*, Rio de Janeiro, ano VI, nº 7-9, jul.-set. 1912, p. 279.

partida a seção de identificação, por uma divisão de madeira”.⁴⁰ Além disso, o contingente de 13 funcionários auxiliares era colocado como insuficiente para o manejo das mais de 80.000 fichas existentes então no arquivo policial, fazendo com que o registro civil fosse feito “atropeladamente, com falhas e defeitos inevitáveis”.⁴¹

Entre os anos de 1908 e 1910, o Gabinete de Identificação emitiu 4.996 carteiras de identidade e no ano de 1911 tal índice aumentou para 5.129.⁴² A produção de tais estatísticas evidenciava o esforço de consolidação de um registro civil no Rio de Janeiro durante o primeiro ano da gestão de Elysio de Carvalho. Segundo o relatório escrito pelo próprio diretor, seria devido “à grande aceitação das carteiras de identidade por parte do público” que a seção fotográfica foi “obrigada” a “atrasar a fotografia sinalética dos presos que a este Gabinete são apresentados diariamente pela Casa de Detenção”.⁴³ Desta forma, em vez de um simples aumento da demanda por parte do público por documentos civis – que segundo os dados teriam triplicado em apenas um ano –, o aumento de emissão de carteiras de identidade e atestados de bons antecedentes ocorria em detrimento do processo de identificação dos presos que se apresentavam à Casa de Detenção. Frente aos poucos recursos da repartição policial, Elysio de Carvalho optou por direcioná-los para a emissão

40. CARVALHO, Elysio de. Relatório do diretor do Gabinete de Identificação e de Estatística, correspondente ao ano de 1911. *Boletim Policial*, ano VI, nº 1-3, jan.-mar. 1912, p. 58.

41. CARVALHO, Elysio de. Relatório do diretor do Gabinete de Identificação e de Estatística, correspondente ao ano de 1911. *Boletim Policial*, ano VI, nº 1-3, jan.-mar. 1912, p. 59.

42. CARVALHO, Elysio de. Relatório do diretor do Gabinete de Identificação e de Estatística, correspondente ao ano de 1911. *Boletim Policial*, ano VI, nº 1-3, jan.-mar. 1912, p. 5.

43. CARVALHO, Elysio de. Relatório do diretor do Gabinete de Identificação e de Estatística, correspondente ao ano de 1911. *Boletim Policial*, ano VI, nº 1-3, jan.-mar. 1912, p. 58.

de registros de identificação civis em detrimento da identificação de criminosos detidos na Casa de Detenção. Em 1912, o Gabinete identificou para o registro civil 7.949 homens e 5 mulheres, sendo 5.937 carteiras de identidade, 5 de serviço doméstico e 1.946 atestados de bons antecedentes.⁴⁴ Já no ano de 1913, o registro civil contou com 8.894 homens e 4 mulheres que se identificaram espontaneamente, e, dentre estes, 7.662 requisitaram carteiras de identidade com valor de folha corrida.⁴⁵

Os esforços de ampliação dos usos das formas de identificação articulavam-se ainda com um último campo: a imprensa carioca. Em meio a episódios que ganhavam espaço nas folhas da capital federal, o escritor alagoano publicou na revista do *Boletim Policial* o artigo “Interessante questão de Identidade”,⁴⁶ para analisar um caso que tivera grande repercussão nos periódicos. Foi a história da menor Alzira que, no ano de 1914, tivera sua guarda disputada entre duas mulheres que alegavam ser sua mãe. O incidente, intitulado pelo jornal *O Imparcial* como “O caso da menor com as duas mães”,⁴⁷ contava com entrevistas de especialistas de Medicina Legal, como Afrânio Peixoto, fazendo com que o editor do Gabinete de Identificação também viesse dar a sua opinião por meio do *Boletim Policial*. Se, para Afrânio Peixoto, o exame de sangue das supostas mães e filha seria insuficiente para a solução do caso, para Elysio de Carvalho tal problema poderia ser provavelmente resolvido através da técnica da comparação de um “retrato falado” – referente à época em que fora retirada de sua mãe –

44. CARVALHO, Elysio de. Relatório do diretor do Gabinete de Identificação e de Estatística. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro, jan.-mar. 1913, ano VII, nº 1-3, p. 27.

45. CARVALHO, Elysio de. Relatório do diretor do Gabinete de Identificação e de Estatística. *Boletim Policial*, Rio de Janeiro, jul. 1914, ano VIII, nº 7, p. 310.

46. CARVALHO, Elysio de. Uma interessante questão de identidade. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano VIII, nº 1, jan. 1914, p. 4-7.

47. O caso da menor com duas mães. *O Imparcial*, 10 fev. 1914, p. 5.

com a fisionomia atual da menor Alzira.⁴⁸ Através de “dramas da vida real”, o Gabinete de Identificação elaborava pareceres e relatórios para demonstrar a pertinência da identificação obrigatória na elucidação de contendas que perpassavam o cotidiano da população carioca.

Se a defesa da generalização dos usos dos métodos de identificação para diferentes aspectos da vida civil pode ser interpretada como um avanço da ação policial no campo jurídico, por outro lado ela também evidenciava um esforço do diretor do Gabinete em conduzir a partir de sua seção o processo de modernização das forças policiais que tivera como marco inicial a reforma de 1907. Não por acaso, no jornal *Gazeta de Notícias*, a seção do Gabinete de Identificação era colocada como a repartição “de onde depende a organização moderna de todas as Polícias bem organizadas”,⁴⁹ considerada como o “pivô da Polícia”. Desta forma, ao ensaiar um projeto de identificação civil, Elysio de Carvalho procurava projetar o Gabinete de Identificação como um eixo condutor desse processo de modernização.

No entanto, ao observarmos os estudos teóricos do *Boletim Policial* não foi possível identificar uma ampla ressonância de um projeto de identificação civil entre outros colaboradores da revista durante o período em que Elysio de Carvalho foi editor do periódico. Dentre os próprios escritos de autoria do editor, foi possível assinalar apenas dois trabalhos sobre o tema em um universo de trinta escritos: o estudo *A identificação como fundamento da vida jurídica*, publicado no primeiro ano que assumira o cargo de diretor da repartição (1911), e *A identificação civil no Rio de Janeiro*, impresso no último ano em que atuara como editor (1914). Durante o período em que Elysio de Carvalho ocupou o cargo de diretor do Gabinete de Identificação

48. Discípulo de Nina Rodrigues e professor da disciplina Medicina Legal na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Afrânio foi um dos principais expoentes responsáveis pela construção do campo da criminologia na capital federal. Sobre a trajetória de Afrânio Peixoto, ver: Sales, 1988.

49. X. Gabinete de Identificação. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 10 nov. 1907, p. 2.

(1911-1915), não houve menção em seus relatórios à consolidação da identificação obrigatória para fins civis através dessa seção policial. A proposta lançada por seu primeiro estudo provavelmente não angariou apoio entre os grupos ligados às figuras de Edgard Costa e Félix Pacheco, mesmo após o envio de um exemplar ao célebre criminalista de La Plata, Juan Vucetich. Além disso, tal projeto implicava uma maior intervenção das ações policiais na gestão dos arquivos de informações do Estado Republicano brasileiro. No entanto, se a identificação não se tornou o mote de sua gestão, o diretor do Gabinete de Identificação decidiu dedicar-se simultaneamente aos estudos de uma segunda temática proeminente no campo internacional da polícia científica: a fotografia judiciária e a análise das cenas de crime.

Cenas de crime

No primeiro fascículo do *Boletim Policial* após Elysio de Carvalho assumir o cargo de editor foi publicado um primeiro estudo de sua autoria, intitulado “Os métodos da polícia científica: a função da fotografia nos inquéritos judiciários”. Em meio à necessidade de tornar o Gabinete de Identificação do Rio de Janeiro apto a realização de análises em locais de crime, Elysio de Carvalho escreveu esse estudo, impresso primeiramente como artigo e posteriormente como livro da coleção da Biblioteca do *Boletim Policial*. A intenção era demonstrar a pertinência do uso de instrumentos fotográficos para a análise de vestígios encontrados em cenas de crime: registrar a posição exata do cadáver, o aspecto das roupas do morto, o caráter e a dimensão das contusões da vítima, assim como as manchas e impressões digitais deixadas por criminosos.

Defendida como o “aparelho registrado que tudo vê e tudo fixa, com uma fidelidade e nitidez”, para Elysio de Carvalho, a fotografia seria “a retina do homem da ciência” e, parafraseando o criminalista

suiço Rudolph Archibald Reiss, “a memória artificial do juiz”.⁵⁰ Frente a detalhes que poderiam escapar às análises dos agentes policiais e ao alto risco de contaminação das cenas de crime, a fotografia funcionaria como uma tecnologia capaz de reproduzir diferentes perspectivas dos locais de delito que nem mesmo o olho humano atento poderia captar.

Desenvolvida no século XIX, a máquina fotográfica funcionava como um aparelho tecnológico capaz de mediar a figura do operador e do modelo, produzindo uma imagem cujo sentido era carregado de uma objetividade em relação ao objeto ou à pessoa que eram fotografados (Rouillé, 2009, p. 36). A inserção das fotografias no campo científico inaugurou uma série de estudos sobre os mais variados temas: de paisagens a animais, de monumentos a obras de arte até delinquentes e cenas de crime. A nova tecnologia permitia não apenas o registro, mas a reprodução serial de imagens, através das quais se tornava possível construir narrativas pela sua exibição em sequência (Rouillé, 2009, p. 38). Não por acaso, Elysio de Carvalho ressaltou como o uso das fotografias em audiências ou julgamentos permitia que o aspecto do lugar do crime “quase sempre completamente desconhecido para a maioria dos que são chamados a servir no processo”⁵¹ fosse apresentado de forma objetiva. Tal tecnologia permitia ainda o registro de pequenos detalhes, como pegadas, as impressões papilares e as manchas de sangue que poderiam servir à identificação do delinquente.

A ideia de que o método fotográfico permitia que os agentes policiais pudessem reconstruir, de forma precisa, crimes que aparentemente não eram possíveis de serem solucionados, remetia à emer-

50. CARVALHO, Elysio de. Os métodos da polícia científica: a fotografia nos inquéritos judiciários. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro, ano V, abr.-jun. 1911, p. 308.

51. CARVALHO, Elysio de. Os métodos da polícia científica: a fotografia nos inquéritos judiciários. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro, ano V, abr.-jun. 1911, p. 309.

gência de um paradigma indiciário. A relação entre tal método e uma ação detetivesca foi discutida por Carlo Ginzburg, ao analisar o surgimento de um paradigma de conhecimento cuja construção de sentido partia da análise e da concatenação de vestígios e indícios de um objeto estudado. Segundo o historiador italiano, tal forma de pensamento atingira tanto o campo científico como o literário, pela emergência dos romances policiais, nos quais as personagens dos detetives solucionavam crimes misteriosos através da interpretação de resíduos e detalhes (Ginzburg, 1990, p. 169-180). Nos romances de Arthur Conan Doyle são recorrentes as soluções de crimes pelo detetive Sherlock Holmes a partir de pegadas na lama, cinzas de cigarro e orelhas cortadas do corpo da vítima. Será justamente desta inflexão entre literatura e ciência que Elysio de Carvalho procurará elaborar seus estudos sobre os usos da fotografia nas análises das cenas de crime, assim como a própria consolidação deste campo no Brasil do início do século XX. Não por acaso, nas páginas do *Boletim Policial* eram publicados extratos de romances judiciais e detetivescos, como as histórias de Sherlock Holmes. Desta forma, procurava-se estimular a formação de agentes de polícia que solucionassem mistérios criminais por meio de uma lógica racional e científica.

No que tange ao campo criminalístico, o estudo das marcas deixadas pelos criminosos nos locais do crime baseava-se principalmente nos estudos de Hans Gross, criminalista austro-húngaro, de Alphonse Bertillon, criador do serviço de identificação judiciária de Paris e de Rudolph Archibald Reiss, diretor do Laboratório de Polícia Científica de Lausanne. Tais escolhas teóricas não ocorriam por acaso, mas evidenciavam aproximações e intercâmbios concretos entre o Rio de Janeiro e os polos de polícia científica da Europa. Não por acaso, a invenção da fotografia judiciária métrica, criada por Alphonse Bertillon, ganhou espaço especial no estudo de Elysio de Carvalho. Segundo o diretor do Gabinete de Identificação, tal método, ao aplicar

“os princípios fundamentais da perspectiva” à fotografia, “permitia reconstruir, sobre a própria prova, as distâncias e as dimensões reais dos objetos representados”.⁵² Ao analisarmos a documentação do *Boletim Policial* foi possível detectar a presença de um exemplar da máquina fotográfica métrica criada por Bertillon no acervo do Gabinete de Identificação e Estatística do Rio de Janeiro. Fabricada pela Casa Lacour-Berthiot, de Paris, tal aparelho foi adquirido na Europa junto a uma série de outras tecnologias fotográficas também desenvolvidas pelo criminalista francês: uma máquina sinalética, uma de ampliação, um aparelho de reprodução de fichas e uma caixa “*bertillon*”, para o transporte de objetos contendo impressões digitais.⁵³

Os usos da fotografia nas investigações criminais surgiam nos escritos de Elysio de Carvalho como uma forma de demonstrar como os estudos elaborados por Alphonse Bertillon não estariam completamente esvaziados. Ao contrário, se para o desenvolvimento de um sistema de identificação dos indivíduos suas teorias estariam ultrapassadas pelo triunfo da datiloscopia, seus trabalhos sobre fotografia métrica “prestavam relevantes serviços, estabelecendo a veracidade de certas afirmações ou mostrando a falsidade de testemunhos, quando se procuram resolver questões relacionadas com o fato”.⁵⁴ Para além disso, no que tange “à identificação dos cadáveres desconhecidos, também a fotografia é realizada com excelentes resultados sendo até mais necessária e aplicável que o assinalamento

52. CARVALHO, Elysio de. Os métodos da polícia científica: a fotografia nos inquéritos judiciários. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano V, abr.-jun. 1911, p. 310.

53. CARVALHO, Elysio de. Os métodos da polícia científica: a fotografia nos inquéritos judiciários. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano V, abr.-jun. 1911, p. 317.

54. CARVALHO, Elysio de. Os métodos da polícia científica: a fotografia nos inquéritos judiciários. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano V, abr.-jun. 1911, p. 310.

antropométrico”.⁵⁵ Tal posicionamento de Elysio de Carvalho não ocorria de forma aleatória. Considerando Alphonse Bertillon como “criador da moderna técnica policial”,⁵⁶ o diretor do Gabinete de Identificação do Distrito Federal posicionava-se de forma bastante conciliatória frente à rivalidade entre os polos policiais argentino e francês, devido às disputas entre os métodos de identificação criados por Alphonse Bertillon e Juan Vucetich. Sem deixar de defender e endossar a datiloscopia, Elysio de Carvalho procurava ressaltar a pertinência e as reais contribuições dos estudos de Bertillon para o campo criminalístico. Em artigo anterior a esta publicação, o diretor do Gabinete de Identificação do Rio de Janeiro já assumia esta postura ao declarar que havia sido “o sistema de Vucetich, juntamente com a antropometria de Bertillon – a mensuração de certas partes imutáveis e características do corpo humano –, que operaram uma radical transformação na técnica policial”.⁵⁷ Desta forma, o escritor alagoano reforçava tanto as relações com a Polícia portenha, e com o próprio Juan Vucetich, mas também com aqueles que pertenciam aos polos de polícia científica de origem francófona, como Alphonse Bertillon e Rudolph Archibald Reiss.

Não por acaso, o diretor do Gabinete de Identificação e Estatística enviou seus dois estudos – *A identificação como fundamento da vida jurídica* e *A função da fotografia nos inquéritos judiciais* – a Alphonse Bertillon. Em resposta, o criminalista francês enviou uma carta a Elysio de Carvalho não somente agradecendo a remessa de uma cópia de seus trabalhos, mas também, elogiando seus esforços de “organização

55. CARVALHO, Elysio de. Os métodos da polícia científica: a fotografia nos inquéritos judiciais. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano V, abr.-jun. 1911, p. 311

56. CARVALHO, Elysio de. *Alphonse Bertillon*. Biblioteca do *Boletim Policial* – XXVI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914, p. 5.

57. CARVALHO, Elysio de. A polícia moderna. *Ilustração Brasileira*, nº 27, 1º de jun. 1910, p. 6.

de uma tecnologia policial” no Brasil.⁵⁸ Junto à correspondência, o criminalista francês enviou uma pequena coleção com 39 tipos de mecha de cabelo de 10 gramas cada um, cuja graduação de nuances era organizada por critérios científicos.⁵⁹ A publicação da carta de Bertillon demonstrava o esforço de inserção do Gabinete em um campo de saberes criminalísticos internacionais. Além de indicar vestígios de trocas concretas entre as polícias europeias e latino-americanas que buscavam consolidar formas de cooperação com o intuito de conter práticas criminais transnacionais.

Tal conjunto, que fora remitido graças à manifestação do desejo do diretor do Gabinete de Identificação em obter tal coleção, veio conjuntamente com um avanço feito pelo Gabinete de Identificação de Paris. Visando a unificar os métodos fotográficos de identificação, Bertillon enviou as fórmulas necessárias para a obtenção de um fundo de tinta cinza das fotografias judiciárias, com fins de identificação. Indicando as medidas das cores necessárias para a obtenção da pigmentação ideal, Alphonse Bertillon buscava difundir e standardizar um modelo de obtenção de fotografia capaz de distinguir as sombras dos cabelos dos contornos claros das imagens de perfil.⁶⁰

Os esforços de aproximação com criminalistas europeus também obedeciam às dinâmicas e disputas internas presentes na Polícia carioca. O setor de fotografia judiciária do Gabinete de Identificação e

58. BERTILLON, Alphonse. Relações com profissionais estrangeiros. In: CARVALHO, Elysio de. Relatório do diretor do Gabinete de Identificação e de Estatística, correspondente ao ano de 1912, apresentado ao Ex.mo Sr. Chefe de Polícia do Distrito Federal. *Boletim Policial*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano VII, nº 1-3, jan.-mar. 1913, p. 25.

59. BERTILLON, Alphonse. Relações com profissionais estrangeiros. In: CARVALHO, Elysio de. Relatório do diretor do Gabinete de Identificação e de Estatística, correspondente ao ano de 1912, apresentado ao Ex.mo Sr. Chefe de Polícia do Distrito Federal. *Boletim Policial*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano VII, nº 1-3, jan.-mar. 1913, p. 25.

60. BERTILLON, Alphonse. Relações com profissionais estrangeiros. In: CARVALHO, Elysio de. Relatório do diretor do Gabinete de Identificação e de Estatística, correspondente ao ano de 1912, apresentado ao Ex. Sr. Chefe de Polícia do Distrito Federal. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano VII, nº 1-3, jan.-mar. 1913, p. 25.

Estatística foi instituído com a reforma de 1907, tendo como uma de suas funções “auxiliar no que lhe couber o Serviço Médico Legal na identificação de cadáveres desconhecidos, confrontação e exame de manchas e impressões invisíveis reveladas e fotografia dos locais de crime”.⁶¹ Desta forma, através dos saberes da fotografia, o Gabinete de Identificação ganhava atribuições que extrapolavam sua repartição e avançava frente a outra seção policial especializada, fundamentada também pelos saberes científicos: o Serviço Médico Legal. Frente a tais disputas de espaço, o aperfeiçoamento das tecnologias de fotografia judiciária, assim como a articulação com referências criminalistas europeias constituíam-se em estratégias mobilizadas para o fortalecimento do Gabinete de Identificação e Estatística em meio às outras seções especializadas da Polícia do Rio de Janeiro.

No entanto, os avanços tecnológicos obtidos pelo Gabinete de Identificação não implicavam uma aplicação cotidiana destes saberes nas práticas de investigação criminal. De acordo com os relatórios elaborados pelas delegacias, eram recorrentes os problemas do Gabinete na realização de perícias em lugares em que ocorriam delitos. Em inspeção feita em uma cena de crime, Elysio de Carvalho relatou a impossibilidade de extrair as digitais deixadas por um ladrão sobre a bandeira de uma das portas do interior de um prédio em que ocorrera um furto.⁶² Além disso, eram frequentes os episódios em que as cenas de crime não eram protegidas e acabavam sendo alteradas, ou mesmo situações em que os funcionários do Gabinete de Identificação sequer eram chamados para a averiguação dos locais de crime.⁶³

61. PINTO, Alfredo, Decreto nº 6.440, de 30 mar. 1907, art. 122. In: CARVALHO, Elysio de. Os métodos da polícia científica: a fotografia nos inquéritos judiciários. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano V, abr.-jun. 1911, p. 313.

62. Notícias policiais. *Boletim Policial*, ano V, nº 18-20, out.-dez. 1911, p. 667.

63. CARVALHO, Elysio de. Os métodos da polícia científica: a fotografia nos inquéritos judiciários. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano V, abr.-jun. 1911, p. 316.

As próprias estatísticas elaboradas pelo Gabinete de Identificação e publicadas no *Boletim Policial* indicavam como o Serviço de Fotografia da repartição realizava um volume muito maior de registros de criminosos de carteiras de identidade do que para a averiguação de cenas de crime. Entre os anos de 1908 e 1913, 9.344 registros fotográficos de criminosos foram realizados pela repartição policial carioca e 15.784 para a confecção de carteiras de identidade. Durante este mesmo período, o Gabinete reproduziu apenas 219 fotografias de cenas de crime e um total de 15 de locais de incêndio. Neste sentido, podemos interpretar como os esforços de construção de um laboratório de polícia científica esbarravam em uma falta de aplicação destes saberes no cotidiano da atividade policial desta repartição.

Em meio a tais episódios, o Gabinete de Identificação emitiu circulares que foram incorporadas no artigo escrito por Elysio de Carvalho, explicando os cuidados necessários para a preservação e a análise das cenas do crime. Para a substituição do antigo processo descritivo dos relatórios pelo uso da técnica fotográfica, este Departamento Policial solicitava aos seus agentes a vedação dos locais de crime com o fim de impedir que ocorressem possíveis modificações ou mesmo desaparecimento de indícios criminais devido ao ingresso de pessoas estranhas.

Em meio a tais percalços para a consolidação de um campo de polícia científica, Elysio de Carvalho buscou também aproximação com o polo de Viena. As recorrentes menções aos estudos do criminalista Hans Gross, professor da Universidade de Graz, já indicavam aproximações teóricas do diretor do Gabinete de Identificação e os estudos de polícia científica do Império Austro-Húngaro. Em seu trabalho *A Fotografia nos inquéritos judiciais*, a pertinência dos usos da fotografia nas investigações judiciais foi justificada através de um estudo de

Gross⁶⁴ que defendia como a técnica fotográfica permitia distinguir a relação que um objeto tem com os outros, quando existia dúvida sobre a forma como procederam os ladrões em um roubo ou para a determinação da posição de um cadáver em uma cena de crime.⁶⁵

Não por acaso, no primeiro ano como diretor do Gabinete de Identificação e Estatística, Elysio de Carvalho fez uma demonstração do método de Rudolf Schneider,⁶⁶ desenvolvido pela repartição de Viena para solucionar problemas existentes nas investigações de cenas de crime. Em carta direcionada ao Gabinete de Identificação e Estatística, a repartição austro-húngara enviou um manual que instruía como extrair as impressões digitais das cenas de crime quando faltasse o instrumento fotográfico às repartições de polícia. Com a utilização de folhas de papel aplicáveis de formato de 15 × 19, armazenadas junto a uma placa de proteção para as marcas digitais, o método permitia que as impressões digitais fossem enviadas em estado inalterável para um ateliê fotográfico, com o objetivo de executar os quadros positivos e a pesquisa de identidade.⁶⁷

No entanto, a aproximação entre as instituições de Polícia de origem germânica e as brasileiras não ocorria pela primeira vez na

64. As obras do criminalista Hans Gross tiveram impacto em outras polícias da região, como a de Buenos Aires, La Plata e Santiago do Chile (Galeano e Bretas, 2016, p. 89-110 e 111-136).

65. CARVALHO, Elysio de. Os métodos da polícia científica: a fotografia nos inquéritos judiciários. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano V, abr.-jun. 1911, p. 591.

66. Johann Rudolf Schneider (1804-1880) era um médico e político de origem suíça que realizara seus estudos em Berna, Berlim e Paris e que atuou como farmacêutico e médico na cidade de Nidau, Suíça. Devido à diferença cronológica presente entre o método e a vida de Schneider, levantamos como hipótese que o nome tenha sido dado em sua homenagem e não como fruto de sua autoria. Sobre a vida de Schneider, ver: ZÜRCHER, Christoph. Joan Rudolf Schneider. In: *Dictionnaire historique de la Suisse* – DHS. Disponível em <https://hls-dhs-dss.ch/fr/articles/004692/2012-11-21/>.

67. Fixação de impressões digitais no local do crime. Documentos e Informações. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro, jul.-set. 1911, p. 485.

gestão de Elysio de Carvalho. No acervo da Secretaria de Polícia no Arquivo Nacional, foi possível encontrar pedidos do Império alemão do ano de 1908 acerca de informações sobre o criminoso Friedrich Bohn que escapara às malhas da Justiça e atravessara as fronteiras alemãs.⁶⁸ Tais dinâmicas transnacionais revelam-nos duas chaves explicativas fundamentais a esta pesquisa. A primeira, no que tange à escala do sujeito histórico aqui estudado, nos esclarece o projeto e a motivação de Elysio de Carvalho ao optar pelo ingresso como funcionário de polícia na capital federal. Tal documentação, localizada em uma pasta de intercâmbios com os consulados, nos indica como as trocas de informações entre as instituições de Polícia sobre “criminosos viajantes” estavam atreladas às atribuições daqueles que seguiam as carreiras diplomáticas. Percursos similares de personalidades que cruzaram períodos em cargos diretivos policiais com o exercício de atividades diplomáticas foram traçados por outros escritores, como Félix Pacheco, ex-diretor do Gabinete de Identificação e Estatística, que se tornou ministro das Relações Exteriores no governo Arthur Bernardes. Desta forma, podemos compreender como o ingresso na Polícia – sobretudo na seção do Gabinete de Identificação – tratava-se de uma estratégia de Elysio de Carvalho para a entrada na vida diplomática no Brasil. Em última instância, por meio do desenvolvimento dos estudos de cena de crime, o escritor, que desde o início de sua carreira considerava-se como “pertencente ao movimento intelectual europeu” (Carvalho, 1905, p. 17), conectava-se com os polos germânicos, franceses e suíços do campo da polícia científica internacional.

Em uma segunda escala, a aproximação com a Polícia de Viena nos indica como, para além de um problema restrito ao espaço atlântico, a construção do campo da polícia científica no Brasil e a inserção do Gabinete de Identificação do Rio de Janeiro obedeciam a dinâmicas de caráter mundial. O estudo de Paul Knepper aponta-nos

68. AN, GIF, Caixa 6C220.

como o crime tornava-se um problema de uma agenda internacional que ganhava dimensões globais desde finais do século XIX (Knepper, 2010, p. 2). As práticas delitivas que atravessavam as fronteiras nacionais geraram em contrapartida formas de cooperação entre as forças policiais de diferentes países. A construção do campo da polícia científica trazia consigo a emergência de uma rede de cooperações, conectando figuras diretivas e repartições policiais que tinham como objetivo controlar o fenômeno da criminalidade moderna. A dimensão global aqui atribuída deve-se menos a uma extensão planetária do campo – supostamente presente em todos os Estados-Nações do globo – e mais, devido ao caráter internacional das próprias dinâmicas que o forjavam. Frente às formas de criminalidade que assolavam as metrópoles modernas, o internacionalismo foi visto como uma resposta e uma chave analítica para a compreensão de tal fenômeno, sendo capaz ainda de orientar as ações policiais para o controle das práticas criminais. Através de uma linguagem científica, os criminalistas consolidavam uma visão de criminalidade global, forjando uma série de estratégias internacionais para a elucidação do problema (Knepper, 2010, p. 5).

No entanto, a consolidação de redes internacionais de cooperação policial convergia com demandas e interesses vividos pelas metrópoles locais. Os estudos sobre investigações de cena de crime eram aplicados pelo Gabinete de Identificação em casos de perícias de incêndios que ocorriam no Rio de Janeiro. Para Elysio de Carvalho, haveria uma verdadeira “indústria de incêndios”, formada por “negociantes prestes a falir ou proprietários gananciosos” que buscavam sair de “embaraços materiais” através das indenizações das companhias de seguro.⁶⁹ Através do uso de inúmeros materiais inflamáveis – como soluções de fósforo e sulfureto de carbono –, ini-

69. CARVALHO, Elysio de. A indústria de incêndios criminosos. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano VII, nº 12, dez. 1913, p. 479.

ciavam-se incêndios de forma proposital com o intuito de adquirir o valor das apólices de seguro.⁷⁰

De acordo com as estatísticas apresentadas pelo diretor dessa repartição policial, foram registrados 1.571 incêndios entre os anos de 1902 e 1913, havendo uma clara progressão destes episódios com o passar dos anos. Se em 1902 ocorreram 82 episódios, em 1907 foram identificados 139 e no penúltimo ano da gestão de Elysio de Carvalho foram registrados 244.⁷¹ Tais estatísticas demonstram não apenas um crescimento dos episódios de incêndio na capital federal, mas também um maior esforço em registrar e investigar tais ocorrências, sobretudo durante o período em que Elysio de Carvalho foi diretor do Gabinete de Identificação. Em 1911, as estatísticas apontavam 190 casos de incêndio, enquanto em 1912, 186 e em 1913, 244 casos. Segundo o escritor alagoano, no ano corrente da publicação:

Todos estes incêndios, mas todos, foram em estabelecimentos comerciais ou industriais; todos, mas todos, esses negócios estavam no seguro, quase todos tiveram lugar à noite; todos igualmente com exceção de um foram dados pelos peritos nomeados pela Polícia como casuais, e somente em dois casos, a Justiça pôde denunciar os responsáveis, e isto graças à aplicação de métodos científicos de verificação.⁷²

Desta forma, através da publicação de estudos sobre as investigações de cenas de crime, o diretor do Gabinete de Identificação demonstrava a pertinência dos avanços da polícia científica frente a um novo agente social proeminente no sistema capitalista financeiro internacio-

70. Recentemente, em sua tese de doutorado em desenvolvimento sobre o Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, Vitor Leandro de Souza tem abordado os debates em torno dos episódios de incêndio na capital federal brasileira. Ver: Souza (2021).

71. CARVALHO, Elysio de. A indústria dos incêndios. *Boletim Policial*, ano VII, nº 5, maio 1914, p. 191.

72. CARVALHO, Elysio de. A indústria dos incêndios. *Boletim Policial*, ano VII, nº 5, maio 1914, p. 191.

nal: as companhias de seguro. A partir do final do século XIX, a dimensão global que alcançava as dinâmicas econômicas do capitalismo financeiro tinha como um dos seus pilares os sistemas bancários, de crédito e as agências seguradoras (Gonçalves, 2019, p. 3). As indústrias de seguro traziam como atividade a objetificação racionalizadora de riscos, transformando bens, serviços ou ideias em produtos aos quais são atribuídos um valor econômico. Somente em caso de sinistro, as seguradoras como garantidoras de risco eram responsáveis pelo pagamento de indenizações correspondentes a um valor da propriedade perdida. Tais empresas, que se consolidaram através de uma rede de interdependência transnacional, protegiam sobretudo o capital oriundo dos grandes centros econômicos da ordem internacional (Gonçalves, 2019, p. 438). Desta forma, ao demonstrar a pertinência dos saberes de polícia científica para os casos de fraude de incêndio criminosos, Elysio de Carvalho reivindicava como a seção do Gabinete de Identificação e Estatística não apenas podia garantir a propriedade privada, mas também proteger instituições centrais do capitalismo financeiro: as empresas seguradoras. Assim como os estudos sobre as cenas de crime, os casos de fraude e falsificação – em suas mais diferentes formas – tornavam-se palco de projeção e legitimação do Gabinete de Identificação do Rio de Janeiro frente a um projeto de modernização das forças policiais para o combate do fenômeno da criminalidade moderna.

As falsificações e práticas escritas criminosas

Cheques, apólices, cédulas, procurações e os mais diversos tipos de documentos escritos de valor monetário tornavam-se factíveis de falsificação. Não por acaso, tal temática atravessou a publicação do periódico do *Boletim Policial*, demonstrando uma clara preocupação em lidar com as novas técnicas de roubo utilizadas pelos criminosos do Rio de Janeiro. Casos como o do conhecido falsificador de dinheiro, Albino

Mendes,⁷³ surgiam no periódico oficial do Gabinete como exemplo de práticas criminais modernas que envolviam vastas redes criminosas de cumplicidade interestadual e transnacional. Munidos de vidros com ácidos, pedras para litografar e máquinas fotográficas, tais bandidos, que muitas vezes se apresentavam com vestimentas refinadas, tornavam-se objeto de estudo de uma *expertise policial*, por justamente manipularem códigos sociais que à primeira vista os colocavam como cidadãos que estariam “acima de qualquer suspeita”.⁷⁴

Durante o primeiro ano em que Elysio de Carvalho se tornou editor dessa revista foram identificados cerca de quinze casos publicados nos relatórios policiais que abordavam episódios de estelionato ligados à prática de falsificação de diversos gêneros. Tais relatórios eram selecionados pelo editor do periódico compondo um mosaico de ocorrências criminais registradas pelos diferentes distritos policiais da cidade. Desta forma, a convergência de casos relacionados à falsificação em detrimento de ocorrências de homicídio, defloramento ou crimes passionais funcionava como ponto de apoio para as publicações teóricas do *Boletim*, justificando a necessidade de implementação de saberes da polícia científica.

Neste sentido, Elysio de Carvalho publicou o artigo de sua autoria, “A falsificação dos nossos valores circulantes” no *Boletim Policial*. Ao retratar o problema da circulação de cédulas falsas que surgiam nos armazéns, bondes e estações ferroviárias, o diretor do Gabinete de Identificação apontava como o crime de moeda falsa se constituía em uma “indústria inteligentemente organizada, muito rendosa e praticada em alta escala”.⁷⁵ Surgiria, assim, um tipo de criminalidade que não seria ocasional, mas profissional, no qual os falsificadores seriam

73. Sobre o falsário Albino Mendes, ver: Galeano, 2018.

74. Sobre o caso de Albino Mendes, ver: Ottoni, 2010.

75. CARVALHO, Elysio. A falsificação dos nossos valores circulantes. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano V, nº 18-20, out.- dez. 1911, p. 591.

uma “aristocracia dos malfeitores” dotada de “certas noções científicas especiais, tais como os químicos, os galvanoplastas, os eletricitas, os gravadores e os litógrafos”.⁷⁶ Longe de atuarem isoladamente, os falsificadores compunham uma rede de atuação de criminosos, na qual cada um teria uma especialidade: uns fabricavam as notas enquanto outros trabalhavam como intermediários, vendendo-as a terceiros; e, por fim, havia aqueles que se encarregavam de fazê-las circular nas mais diversas situações cotidianas da capital federal.

Em meio a este contexto, foi publicado na revista do *Boletim Policial* um artigo traduzido de Edmond Locard que se dedicou a pensar as práticas escritas delituosas dos criminosos. Diretor do Laboratório de Polícia Técnica em Lyon, Locard será um grande interlocutor de Elysio de Carvalho, durante o período em que o escritor ocupou o cargo de diretor do Gabinete de Identificação. Neste momento, sua aparição no *Boletim Policial* se restringe a iluminar técnicas capazes de detectar as práticas de falsificação de moedas falsas, dentre outros documentos escritos. Para Locard, caberia ao investigador comparar a composição das moedas e notas apreendidas com a poeira e barro encontrados na casa e nas vestimentas dos acusados, procedendo assim a uma análise química e qualitativa.⁷⁷ A fotografia e a microfotografia das notas falsificadas também foram colocadas como recursos fundamentais, capazes de detectar os matizes e as menores imperfeições nos papéis-moedas. O impacto destas teorias nas procedências do Gabinete de Identificação do Rio de Janeiro já podia ser sentido nos escritos de Elysio de Carvalho, que exibiam fotografias de notas falsificadas retiradas pelo Gabinete de Identificação.⁷⁸

76. CARVALHO, Elysio. A falsificação dos nossos valores circulantes. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano V, nº 18-20, out.- dez. 1911, p. 591-592.

77. LOCARD, Edmond. Laboratórios de polícia e instrução criminal. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano VII, nº 5, maio 1913, p. 89-105.

78. CARVALHO, Elysio. A falsificação dos nossos valores circulantes. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano V, nº 18-20, out.- dez. 1911.

Figura 3. Fotografia de notas falsificadas.



Fonte: *Boletim Policial* nº 18-20, ano V, out.-dez. 1911, s.p.

Com o intuito de colocar os leitores policiais a par das possibilidades de detecção desses objetos monetários, tais imagens vinham demonstrar os pequenos indícios e as falhas que indicavam a sua falsidade. Neste momento, ressurgia no *Boletim Policial* um paradigma indiciário que reivindicava para si formas de distinguir o conhecimento verdadeiro daquele que seria falso (Ginzburg, 1989). Assim, a fotografia era utilizada não apenas como uma ferramenta capaz de reproduzir para os leitores as imagens dos papéis-moedas falsificados, mas como um instrumento de trabalho que permitia a detecção da veracidade do valor monetário.

Como tais práticas delituosas não se restringiam à cidade do Rio de Janeiro, se manifestando em outras capitais urbanas, as forças policiais de metrópoles como Buenos Aires e Paris também se voltavam a estudos das práticas modernas de falsificação. Neste sentido, os tra-

balhos do criminalista suíço Rudolph Archibald Reiss serviram como um eixo de orientação para os estudos de moeda falsa no Brasil. Em 1911, no ano da publicação de Elysio de Carvalho, R. A. Reiss já se tornara conhecido pelas suas diligências bem-sucedidas em torno do crime de moeda falsa.⁷⁹ Em seus estudos teóricos, o criminalista suíço colocou o problema da moeda falsa, ressaltando a importância dos processos gráficos na impressão dos papéis-moedas como forma de evitar a sua falsificação. Por mais que nenhum material fosse impossível de ser falsificado, caberia “acumular dificuldades, protegendo assim o público”, alvo dos falsificadores (Reiss, 1914a, p. 24). A ideia da necessidade de elaboração de um papel-moeda “forte” reverberou nos escritos policiais de Elysio de Carvalho⁸⁰ e do 1º delegado auxiliar, Leon Roussoulières.⁸¹ Frente à fragilidade do papel-moeda brasileiro e às complexas redes de falsificação dos criminosos, o escritor alagoano indicava como a falta de materiais e elementos técnicos da Polícia do Rio de Janeiro era um obstáculo para a erradicação desta prática delituosa nessa cidade.

A temática da falsificação não se restringia apenas ao papel-moeda. Assinaturas, apólices e cartas denunciavam uma série de práticas escritas feitas por criminosos. Estudos de perícia gráfica, como o do caso “Tragédia da rua Januzzi”, ocupavam as páginas do *Boletim Policial* divulgando os trabalhos técnicos desenvolvidos pelo Gabinete a

79. Nicolas Quinche (2011, p. 288-292) narra em sua obra o episódio em que Reiss conseguiu mapear a proveniência de notas falsas que foram localizadas no Banco da França, cujo responsável possuía uma fábrica de falsificação em Lausanne. Tal caso rendeu-lhe notoriedade em países como França, Itália e Suíça, que o consagraram como o principal especialista na investigação de dinheiro falso.

80. Tal argumento foi identificado em um segundo texto de Elysio de Carvalho sobre falsificação de dinheiro, ver: CARVALHO, Elysio de. A nossa moeda-papel não possui elementos de defesa contra a falsificação. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano VIII, nº 3, mar. 1914, p. 107-109.

81. ROUSSOULIÈRES, Leon. A falsificação de valores fiduciários. *Boletim Policial*, ano VIII, nº 8-12, ago.- dez. 1914, p. 348-350.

partir de crimes que se tornavam sensacionais.⁸² O caso, que ganhara ampla cobertura dos jornais cariocas, demonstrava a articulação entre a produção escrita do *Boletim Policial* e as notícias publicadas pela imprensa carioca. Encontrada morta em casa por seu marido, a morte de dona Edina do Nascimento permanecera por anos como um mistério, pela dificuldade em se estabelecer se sua morte se tratava de um assassinato ou de um suicídio. Um dos elementos que tornaria possível a elucidação deste caso seria uma suposta carta de suicídio, cuja análise fora feita pelos membros do Gabinete de Identificação, Octavio Michelet e Elysio de Carvalho. Convocados para realizar um laudo de perícia gráfica, os policiais apresentaram um parecer inconclusivo. No entanto, tal documentação nos indica algumas referências de leitura que orientavam os estudos das práticas escritas criminosas na polícia do Rio de Janeiro. Dentre eles, o criminalista de Lyon, Edmond Locard, surge como uma forte interlocução intelectual dos editores e colaboradores do *Boletim Policial*. A própria avaliação inconclusiva de Elysio de Carvalho tinha como justificativa teórica uma citação de Locard. Se em casos de falsificação por meio de raspagem ou sobrecarga “o perito pode produzir provas que dão uma certeza física, nos casos de verificação de escrita propriamente dita, não dá no máximo senão quase certeza, oferecendo apenas presunções morais (Carvalho, 1914, p. 13).

Sob este viés, a obra de Locard ganhou espaço nas páginas do *Boletim Policial*, abrindo uma nova dimensão analítica para uma *expertise* policial: os estudos sobre a escrita criminoso. A emergência da figura do policial escritor trazia consigo uma segunda personagem

82. A tragédia da rua Januzzi tratou-se da morte de dona Edina do Nascimento, esposa do 2º tenente do Exército, Paulo do Nascimento Silva. Encontrada morta em casa, o que a princípio parecia um suicídio, tornou-se um caso de ampla cobertura jornalística pela suspeita de que seu marido teria planejado a sua morte, forjando, inclusive, sua carta de suicídio. Sobre a construção da “Tragédia da rua Januzzi” enquanto um crime “sensacional”, ver: Oliveira, 2014.

que seria ao mesmo tempo seu objeto e seu reverso – o criminoso que escrevia –, que justamente através da prática escrita forjava formas de burlar as leis (Artières, 2004, p. 18). Artigos como “Perícia Gráfica”⁸³ e “Laboratórios de Polícia e a Instrução Criminal”⁸⁴ foram traduzidos para o período policial brasileiro trazendo como tema a falsificação de escritos por criminosos. Surgiam assim saberes cada vez mais técnicos – utilizando reativos, iluminações em transparência, exames microscópicos – que seriam capazes de detectar falsificações escritas feitas por raspagem, sobrecarga ou mesmo por imitação grafológica. Nestes textos, destacava-se a ideia de uma conexão entre o agente policial que estaria nas ruas, os delegados que agiriam na burocracia policial e aquele responsável pelas análises periciais do espaço do laboratório. Tal hierarquia, que conectava o espaço da rua com o do laboratório policial, era defendida como um projeto capaz de controlar as práticas criminosas que tinham a escrita como seu *modus operandi*.

No entanto, o diálogo de Elysio de Carvalho com os escritos de Locard de longe se restringia a uma importação de saberes franceses para a polícia brasileira. Ao contrário, a relação entre intelectuais se mantinha através de intercâmbios concretos que conectavam as Polícias de Lyon e do Rio de Janeiro. Em carta dirigida a Elysio de Carvalho, Edmond Locard convidou o diretor do Gabinete de Identificação do Rio de Janeiro a apresentar os principais trabalhos desenvolvidos por esta divisão policial na seção de “Polícia das cidades e Laboratórios de Polícia” que ocorreria na Exposição Internacional e Urbana de Lyon. Neste evento, foi reservada uma ala especial para os trabalhos de polícia científica, incluindo os estudos sobre falsificação de dinheiro. O *Boletim Policial* foi citado por Locard, como um ma-

83. LOCARD, Edmond. Perícia Gráfica. *Boletim Policial*, ano VI, nº 10-12, out.- dez. 1912, p. 304-311.

84. LOCARD, Edmond. Laboratórios de polícia e instrução criminal. *Boletim Policial*, ano VII, nº 5, maio 1913, p. 89-105.

terial de notoriedade produzido pela repartição policial carioca que seria de grande interesse para a composição dessa Exposição.⁸⁵ A revista oficial do Gabinete de Identificação que foi enviada à Exposição de Lyon apresentava assim uma terceira função: além de divulgar as produções criminalísticas da Polícia do Rio Janeiro e funcionar como um material pedagógico para os seus funcionários, o *Boletim* tornava-se um instrumento de cooperação policial, capaz de consolidar a inserção da instituição carioca em uma rede internacional.

Neste sentido, com o intuito de divulgar e consolidar estes intercâmbios entre o Laboratório de Polícia de Lyon e o Gabinete de Identificação do Rio de Janeiro à Elysio de Carvalho (1914d) publicou a comunicação que enviou a Exposition Internationale Urbaine como uma das brochuras da Biblioteca do *Boletim Policial*. O esforço de aprofundar as relações “com eminentes profissionais estrangeiros” foi registrado no relatório escrito pelo diretor do Gabinete de Identificação ao Chefe de Polícia do Distrito Federal.⁸⁶ Em sua comunicação feita para a Exposição de Lyon, Elysio de Carvalho procurou traçar um histórico sobre o Gabinete de Identificação, colocando a introdução da datiloscopia como um marco fundador desta seção policial. Com o objetivo de apresentar o Departamento Policial carioca ao público europeu, listou os diferentes saberes e campos de atuação desta repartição: desde inspeções fotográficas em lugares de crime à identificação de criminosos e cadáveres, junto à organização de estatísticas criminais e a própria elaboração do periódico *Boletim Policial*. Espécimes de falsificações de cheques e papel-moeda brasileiros foram enviados à Exposição, assim como amostras de escritas falsificadas apreendidas pela Polícia do Rio de Janeiro (Carvalho, 1914d, p.

85. Exposição Internacional e urbana de Lyon. *Boletim Policial*, ano VII, nº 7, jul. 1913, p. 258-259.

86. CARVALHO, Elysio de. Relatório do diretor do Gabinete de Identificação e de Estatística, correspondente ao ano de 1912, apresentado ao Ex. Sr. Chefe de Polícia do Distrito Federal. *Boletim Policial*, ano VII, nº 1-3, jan.- mar. 1913, p. 21.

21). Tais intercâmbios concretos entre o Gabinete de Identificação da capital federal e o Laboratório de Polícia Científica de Lyon evidenciavam como se forjava um mapa internacional de polícias científicas, no qual países da América Latina ganhavam maior visibilidade. Não por acaso, em citação a Locard, Elysio de Carvalho registrou como era percebido pelo perito de Lyon o avanço dos países latino-americanos no campo de polícia científica.

Mais uma vez o bom exemplo chega a nós através dos países da América Latina. Estes jovens países têm a energia necessária para modificar radicalmente, quando necessário, seu funcionamento administrativo. (...) Contentemo-nos em admirar o espírito de iniciativa destes renovados latinos do outro lado do Atlântico e de aplaudir a sabedoria de suas instituições (Carvalho, 1914, p. 28 – tradução da autora).

Tais falas, que muitas vezes obedeciam a uma série de procedimentos discursivos elogiosos – por justamente tentarem construir formas de cooperação policial –, poderiam mascarar as hierarquias existentes entre as Polícias da Europa e da América do Sul. No entanto, a fala de Locard revelava intensas dinâmicas transatlânticas que afetavam, desde finais do século XIX, a construção das Polícias sul-americanas. Tais artefatos que circulavam em exposições internacionais de polícia científica, tanto projetavam a Polícia carioca no campo criminalístico internacional como contribuíam para compor os materiais de Polícia destes países. Não por acaso, tal estudo publicado no *Boletim Policial* e enviado à Exposição de Lyon foi publicado nos *Archives d'Anthropologie Criminelle* indicando um momento de consagração da figura de Elysio de Carvalho no campo criminalístico francófono de polícia científica (Carvalho, 1914d, p. 788-803).

Fundada em 1886 pelo criminalista francês Alexandre Lacassagne, o *Archives d'Anthropologie Criminelle* foi a primeira revista aca-

dêmica de língua francesa dedicada aos estudos de criminalística. A publicação no periódico, que reunia os ensaios e debates científicos produzidos internacionalmente, mostrava como este campo policial constituía-se não apenas pela difusão de saberes europeus para os centros sul-americanos, mas por polos de produção de conhecimentos diversificados, nos quais os países sul-americanos eram algo mais do que simples receptores de conhecimentos. No entanto, se as dinâmicas transnacionais eram um eixo central dentre os laboratórios de polícia científica do mundo, enfrentar as disparidades locais e as dificuldades de articulação entre as Polícias regionais tornava-se um desafio para a construção das instituições de Polícia em uma escala nacional.

Em meio a este desafio, em 1912, representantes das Polícias dos estados brasileiros reuniram-se em um Primeiro Convênio Policial. Se as práticas discursivas do *Boletim Policial* visavam a garantir a inserção do Gabinete de Identificação no campo da polícia internacional, tornava-se também necessário estruturar as práticas de polícia científica no território nacional.

O Primeiro Convênio Policial Brasileiro

Frente à emergência de criminosos cujo *modus operandi* era marcado pela constante circulação e pelo atravessamento de fronteiras, o estado de São Paulo organizou o Primeiro Convênio Policial Brasileiro, ocorrido no ano de 1912, com o objetivo de unificar os métodos de identificação e estabelecer formas de cooperação entre as polícias regionais do país. As atas do Primeiro Convênio Policial foram publicadas no *Boletim Policial*, ocupando um espaço de 38 páginas no periódico. Se as atas forneciam um panorama do evento, cuja dinâmica integral torna-se impossível de ser recuperada, tal documentação refletia a seleção de episódios considerados centrais e importantes para serem divulgados para os agentes de polícia do Brasil. Como

editor do periódico, a atenção dada por Elysio de Carvalho à realização deste convênio atrelava-se provavelmente tanto no seu interesse pela integração entre as polícias estaduais quanto pelo empenho do próprio escritor alagoano na realização de um primeiro Convênio Policial Brasileiro. Em relatório escrito ao chefe de Polícia do Rio de Janeiro, Elysio de Carvalho expôs que teve a “honrosíssima missão” de participar de “uma importante iniciativa” que há muito tinha sido pensada pela Polícia do Rio de Janeiro.⁸⁷

De fato, não seria a primeira vez que a necessidade de promoção de formas de cooperação entre as Polícias dos estados seria colocada em debate. Em 1908, o chefe da Polícia carioca, Alfredo Pinto, dirigiu uma circular a todos os membros dirigentes das polícias estaduais com o fim de realizar uma proposta de um convênio para unificar e fortalecer a ação repressiva e preventiva das autoridades policiais do território da República. Contudo, o projeto não angariou apoio entre as autoridades governamentais regionais, recebendo a adesão de apenas algumas lideranças políticas, o que não permitiu que o projeto fosse colocado em prática.⁸⁸

Seis anos depois, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo recebeu o Primeiro Convênio Policial Brasileiro, contando com a presença de 17 representantes de estados de diferentes regiões do país. Promovido junto à Secretaria da Justiça e da Segurança Pública, o Congresso contou com 17 representantes de 14 estados e foi organizado a partir da composição de uma mesa, cujos membros deveriam ser eleitos por aclamação. Indicado por Elysio de Carvalho, dr. Manoel Viotti ocupou o cargo de presidente, junto a Ascânio

87. CARVALHO, Elysio de. Relatório do diretor do Gabinete de Identificação e Estatística. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, nº 1-3, ano VII, jan.-mar. 2013, p. 5.

88. CARVALHO, Elysio de. Relatório do diretor do Gabinete de Identificação e Estatística. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, nº 1-3, ano VII, jan.-mar. 2013, p. 6.

Cerqueira, eleito como vice-presidente, e os drs. Theophilo Nóbrega e Sebastião Nogueira de Lima, aclamados como primeiro e segundo secretários.⁸⁹

As preocupações que motivaram Alfredo Pinto em 1908 a propor o Congresso ainda se faziam presentes entre os membros da Polícia que compunham os grupos de trabalho do convênio. O *Boletim Policial* explicitou quatro eixos de debate que nortearam o evento durante os seis dias de sua realização: estabelecer um sistema de permuta de fichas de identidade de criminosos com base no sistema datiloscópico desenvolvido por Juan Vucetich; criar um código telegráfico policial; adotar medidas para a captura de criminosos foragidos nos diferentes estados brasileiros e estabelecer as bases de um novo Congresso Policial Sul-Americano.⁹⁰ Será justamente nos grupos de trabalho destinados aos debates sobre “investigação” e “identificação” que o diretor do Gabinete de Identificação da Polícia do Rio de Janeiro inseria-se, exercendo um papel central para o desenvolvimento destas temáticas no Primeiro Convênio Policial Brasileiro.

Em seu discurso de abertura, o dr. Manoel Viotti colocou como o espaço dos congressos científicos tornara-se um foro privilegiado para os debates sobre a temática da criminalidade. Para o presidente do Convênio, “não somente a América, mas o próprio Velho Mundo, parece que se vão desprendendo das velhas normas que os regiam para buscar novas fórmulas para a sua existência social. E para esta solução, muito concorrem os congressos, os convênios e as conferências”.⁹¹

89. Manoel Viotti foi advogado e chefe do Gabinete de Identificação de São Paulo. No convênio policial, atuou junto ao delegado da polícia de São Paulo, Ascânio Cerqueira, o delegado auxiliar Theophilo Nobrega e o delegado Sebastião Nogueira de Lima. Sobre os membros do Convênio Policial Brasileiro, ver: Martins, 2011.

90. Sobre os Congressos Policiais Sul-Americanos de 1905 e 1920, ver: Galeano, 2012a, p. 117-149.

91. ATOS do Primeiro Convênio Policial Brasileiro realizado em São Paulo de 7 a 12 de abr. 1912. *Boletim Policial*, ano VI, nº4-6, abr.-jun. 1912, p. 125.

De fato, o Primeiro Convênio Policial Brasileiro inseria-se em uma série de convênios criminalísticos que ocorriam na América do Sul e na Europa desde as últimas décadas do século XIX. Desde o primeiro Congresso de Antropologia Criminal ocorrido em Roma, no ano de 1885, ao Congresso Internacional Sul-Americano, realizado em Buenos Aires, em 1905, esses eventos se constituíam em espaços para a difusão, o intercâmbio e a consolidação de saberes criminalísticos, assim como lócus de confrontos e construção de polos científicos e intelectuais (Kaluszynski, 2006, p. 301-316). Não por acaso, o presidente deste convênio associava a realização desse congresso como um triunfo da razão, “concílios da inteligência humana”, em que “todas as magnas questões que interessam aos povos serão apenas debatidas no tablado pacífico dos salões onde se reunirem os congressos”.⁹²

Nesse sentido, por meio da publicação dessas atas, o *Boletim Policial* aprovava a aplicação do sistema de identificação datiloscópica nos demais estados brasileiros.⁹³ Não por acaso, a permuta de fichas de criminosos que buscavam refúgio em outros estados foi uma das temáticas centrais deste Primeiro Convênio Policial. Por mais que, desde os primeiros anos do século XX, os elementos de identificação judiciária estivessem subordinados ao sistema de Vucetich, a instalação de gabinetes datiloscópicos se restringia apenas às principais capitais brasileiras. Neste sentido, Elysio de Carvalho realizou uma exposição no Congresso, demonstrando, de modo prático, as formas de extrair impressões datiloscópicas em locais de delitos. Além disso, o escritor alagoano demonstrou aos demais representantes do Congresso diversas fotografias de impressões digitais deixadas por criminosos em locais de delitos, realizadas pelo Gabinete de Identificação do Dis-

92. ATOS do Primeiro Convênio Policial Brasileiro realizado em São Paulo de 7 a 12 de abr. 1912. *Boletim Policial*, ano VI, nº 4-6, abr.- jun. 1912, p. 125.

93. Sobre o processo de difusão do sistema datiloscópico desenvolvido por Vucetich, ver: Ferrari, 2015.

trito Federal, considerando-as como fundamentais para a elucidação de inquéritos criminais. Junto a esta exposição, o intelectual alagoano apresentou no Convênio quatro trabalhos de sua autoria que se relacionavam a esta temática: “A função da fotografia nos inquéritos judiciários”, “A inspeção fotográfica nos locais do crime”, “Escola de Polícia e Estatística criminal”.

Os debates sobre a unificação das fichas datiloscópicas que marcaram as atividades dos grupos de trabalho de Identificação e Investigação no Primeiro Convênio Policial Brasileiro estavam atrelados ao esforço de estabelecer, de modo mais seguro e eficaz, a captura de criminosos foragidos que transitavam entre as fronteiras. Nesse sentido, os representantes das instituições policiais que se reuniram em São Paulo no ano de 1912 vinham enfrentar um desafio que marcava o Brasil da Primeira República: articular os diferentes estados que, separados por grandes extensões de terra e com dinâmicas socioeconômicas profundamente distintas, muitas vezes tornavam-se incomunicáveis entre si. Tal problema foi sinalizado pelo jornal *Correio da Manhã* ao comentar a realização do Convênio Policial Brasileiro. De 26 estados, apenas 14 haviam mandado representantes para a realização deste evento. Por mais que posteriormente os estados ausentes pudessem acatar as propostas e os encaminhamentos do Congresso, o correspondente desse periódico ressaltava como “seria melhor que comparecessem, tomando parte direta e ativa em todas as deliberações, apresentando ideias, aviltando providências, colaborando, enfim, de modo eficaz, para o êxito dessa solene assembleia de estados”.⁹⁴

De fato, se para as instituições policiais da Região Sudeste tornava-se um desafio lidar com os criminosos internacionais, os representantes do Nordeste viam-se constantemente às voltas com o fenômeno do banditismo, cujos homens e mulheres do cangaço desafiavam

94. Convênio Policial. *Correio da Manhã*, 7 de abr. 1912, p. 3.

as autoridades locais e transitavam entre as fronteiras dos estados limítrofes na medida em que percebiam que estavam sendo procurados pela Polícia. Em editorial, o jornal *O Paiz* colocou como as formas de atuação destes grupos ocorriam justamente através da permeabilidade das fronteiras desses estados.

As maltas dos cangaceiros vivem uma vida perfeitamente nômade, sem ponto fixo, mas conhecem suficientemente os limites entre dois Estados para se retirar para o outro lado da fronteira Estadual, quando percebem que a ação da Polícia se faz sentir no Estado em que se encontram. Não ignoram esses homens o benefício do regime federativo, que impede a Polícia de um estado, na perseguição de criminosos, invadir o território do estado limítrofe, e fugindo para Paraíba quando percebem que é a Polícia de Pernambuco que os está perseguindo.⁹⁵

Foram inúmeros os esforços de cooperações entre as províncias regionais nordestinas, como Pernambuco e Paraíba, que, desde meados do século XIX, viam as práticas de banditismo ganhar dimensões endêmicas pela miséria da seca. Não por acaso, no ano de 1912, mesmo ano publicação das atas do convênio policial, os estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte procuraram estabelecer formas de cooperação policiais oficiais para enfrentar homens como Rifle de Ouro, João Donato e Cobra Preta (Mello, 2004, p. 263).⁹⁶ As campanhas repressivas que se estenderiam até a década de 1920, com o intuito de capturar tais lideranças de banditismo sertanejo, possuíam resultados localizados, mas não resultavam na formação de redes sólidas de cooperação policiais entre os estados nordestinos.

Em meio a este cenário, o presidente do Convênio Policial Brasileiro, dr. Manoel Viotti, citou o estadista americano Elihu Root para

95. Os Cangaceiros, *O Paiz*, Rio de Janeiro, 15 de abr. 1908, p. 1.

96. Sobre a história do banditismo no Brasil, ver também: Bretas, Fonteles Neto e Cunha (2019).

ressaltar a necessidade de retomar as relações de amizade e associação entre os estados brasileiros. No entanto, o problema de articulação entre estes estados para a realização de um Convênio Policial refletia as dificuldades de adoção de um sistema republicano – justamente inspirado em um modelo federalista estadunidense –, frente às radicais diferenças socioeconômicas que atravessavam o território nacional brasileiro. A Carta constitucional brasileira de 1891, imbuída do legado revolucionário norte-americano, legitimava um sistema político baseado no federalismo, no presidencialismo e no regime representativo democrático. No entanto, tal dispositivo legal que forjava a República do Brasil mostrava-se distante da realidade específica do país, marcada pelo domínio dos poderes e autoridades locais, baseados na concentração da propriedade de terra e em vínculos patrimoniais (Carvalho, M., 2012, p. 90). A centralidade conferida aos estados no sistema federalista radicalizava as lutas entre grupos políticos locais, tornando a composição do Parlamento imprevisível e criando um problema de governabilidade ao Executivo.

Neste sentido, o esforço de criação de uma rede nacional de polícia capaz de capturar os criminosos que transitavam entre as fronteiras dos estados brasileiros esbarrava em um traço fundamental do sistema federalista: a autonomia dos estados no que tange à gestão de segurança de seus territórios. Frente a tal problema, o delegado representante do Rio Grande do Sul, dr. Thompson Flores, afirmou durante a realização do Congresso que a organização da Polícia do Rio Grande do Sul seria de “ordem constitucional”, não sendo possível “dar o seu voto para que esta organização seja modificada, mesmo porque este voto seria perfeitamente inócuo”.⁹⁷ Apesar de ser a favor da permuta de fichas de identidade e da elaboração de um código

97. ATOS do Primeiro Convênio Policial Brasileiro realizado em São Paulo de 7 a 12 de abr. 1912. *Boletim Policial*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano VI, nº 4-6, abr.-jun. 1912, p. 129.

telegráfico nacional, o dr. Thompson Flores afirmou que, uma vez que nenhuma organização policial seria melhor que a do seu estado, sua função seria apenas levar “a boa impressão” que lhe teria causado a organização da Polícia de São Paulo para o Rio Grande do Sul. E, somente em época oportuna, isto é, quando fosse modificada a Constituição do seu estado, esta “boa impressão” poderia gerar modificações do aparelho burocrático policial rio-grandense.

Em resposta à fala de dr. Thompson Flores, Elysio de Carvalho procurou recuperar qual seria o papel do Convênio Policial Brasileiro, afirmando que esta associação entre as Polícias não tinha como intuito “ir de encontro à organização do que é próprio a cada estado”.⁹⁸ No entanto, este tinha a clareza de que toda medida proposta pelo Convênio poderia afetar as respectivas polícias estatais. Como solução, o escritor alagoano ainda propunha que os delegados votassem com restrições, ou mesmo *ad referendum*, pois assim colocavam que as medidas aprovadas no Convênio deveriam ainda ser aprovadas pelos governos de cada estado. Desta forma, mesmo em meio a problemas comuns que afetavam as Polícias que pertenciam ao território brasileiro, as articulações entre os órgãos policiais estatais enfrentavam problemas na criação de vínculos de cooperação nacional que esbarravam na própria natureza do sistema federativo da República brasileira.

Entretanto, mesmo frente a tal debate, foi possível estabelecer alguns consensos para os problemas de identificação, captura e extração de criminosos. Os delegados representantes dos estados decidiram tornar permanente a permuta dos antecedentes de indivíduos perigosos ao convívio social dos cidadãos brasileiros. Entre estes eram considerados: “a) os deportados e expulsos do território nacional e os que exerceram o lenocínio e o abigeato; b) os envolvidos em delitos

98. ATOS do Primeiro Convênio Policial Brasileiro realizado em São Paulo de 7 a 12 de abr. 1912. *Boletim Policial*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano VI, nº 4-6, abr.-jun. 1912, p. 129.

graves contra as pessoas ou contra a propriedade; c) os envolvidos em delitos de falsificações de moeda nacional ou estrangeira, títulos ou valores de fé pública, fórmulas fiscais ou postais de qualquer natureza e de qualquer país; d) os incitadores de greves, *meetings*, motins, etc., quer pela imprensa, quer pelas reuniões públicas, de sociedades ou mesmo particulares, com o fim de subverter a ordem social e perturbar o trabalho livre”.⁹⁹

Desta forma, os delegados evidenciavam quais tipos de desviantes e delitos se tornavam alvo de preocupação a ponto de reunir os representantes de diferentes estados para criar estratégias para reprimi-los. Entre estes, destacavam-se aqueles que atentavam contra a propriedade, sobretudo, aqueles cuja forma de sobrevivência baseava-se na realização de consecutivos golpes de estelionato. A preocupação com os falsificadores de dinheiro, colocava, novamente, como a preservação da propriedade privada e a contenção das práticas de fraudes eram dois desafios presentes na ordem capitalista brasileira do início do século XX. Além disso, também se encaixavam na categoria de periculosidade os cáftens e aqueles considerados como criminosos políticos, em particular os anarquistas, cujo modo de atuação muitas vezes implicava a formação de redes de atuação que atravessavam as fronteiras dos estados.

No entanto, a elaboração no Convênio Policial de uma categoria de “indivíduos perigosos à sociedade”,¹⁰⁰ mais que uma construção de tipos criminosos nacionais, era fruto de diálogos e intercâmbios entre as organizações policiais da América do Sul. Não por acaso, em memória apresentada no Convênio Brasileiro, Francisco de Paula

99. ATOS do Primeiro Convênio Policial Brasileiro realizado em São Paulo de 7 a 12 de abr. 1912. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano VI, nº 4-6, abr.-jun. 1912, p. 136.

100. ATOS do Primeiro Convênio Policial Brasileiro realizado em São Paulo de 7 a 12 de abr. 1912. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano VI, nº 4-6, abr.-jun. 1912, p. 146.

Pereira Faustino tomou como exemplo a resolução da Conferência Internacional de Polícia (1905) que determinava os tipos de pessoas perigosas cujos antecedentes deveriam ser intercambiados entre as Polícias sul-americanas.¹⁰¹ Ocorrida em Buenos Aires, tal conferência, que contou com a presença de representantes das Polícias de Uruguai, Argentina, Chile e Brasil, apresentou um perfil de indivíduos considerados hostis que era bastante similar ao apresentado no Convênio Policial Brasileiro. Ambas as conferências assinalavam a periculosidade daqueles que cometiam crimes contra a propriedade;¹⁰² os falsificadores de moeda, de títulos ou valores mobiliários; aqueles que estariam envolvidos em delitos graves contra pessoas; os agitadores de grêmios operários e os traficantes de escravas brancas. Realizada em Buenos Aires sete anos antes do Primeiro Convênio Policial Brasileiro, a Conferência Internacional Policial era tomada como um elemento norteador para pensar as formas de cooperação policial entre os estados do Brasil, demonstrando como o próprio esforço de organizar uma unidade de métodos e ações repressivas nacionais era perpassado por intercâmbios policiais transnacionais.

O próprio desejo de unificar os métodos de identificação no território brasileiro era perpassado por esforços e articulações policiais que extrapolavam as fronteiras deste Estado-Nação. Com o intuito de facilitar o intercâmbio de antecedentes criminais entre os estados do Brasil, o Convênio Policial Brasileiro (1912) previu a adoção de uma ficha de permuta bastante similar à que havia sido ratificada na

101. FAUSTINO, Francisco de Paula Pereira. A datiloscopia e os Congressos de Polícia. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro, ano VI, nº 1-3, jan.-mar. 1912, p. 7.

102. É importante identificar que, diferentemente da Conferência Internacional de Polícia realizada em Buenos Aires, o Primeiro Convênio Policial Brasileiro incluiu como indivíduos perigosos aqueles que praticavam abigeato. Tal inserção pode ser justificada por este se constituir em um crime de furto de animais de carga ou de abate, característico das zonas rurais brasileiras. Desta maneira, procuravam-se também pleitear os representantes dos estados que possuíam realidades socioeconômicas rurais que compunham o território nacional.

Conferência Internacional de Polícia de Buenos de Aires (1905). Os antecedentes deveriam conter “a individual datiloscópica e a planilha de filiação morfológica segundo o sistema Vucetich”, nas quais deveriam constar “filiação morfológica, exame descritivo, notas cromáticas, traços característicos, peculiaridades, marcas e sinais particulares, cicatrizes, tatuagens, anomalias etc.”. E em alguns casos de “deportados, expulsos, proxenetas, ladrões perigosos, anarquistas” deveria ser anexada uma “fotografia de frente e de perfil, na escala de 9×13”, “tirada em distâncias uniformes, na escala de 1/32 milímetros para a cabeça”.¹⁰³

As formas de integração e cooperação discutidas no Convênio Policial Brasileiro conduziam a um último debate que, por sua vez, extrapolava os próprios limites geográficos propostos pelo Congresso. O dr. Elysio de Carvalho colocou como uma das cláusulas do programa de estudos desta conferência a necessidade de ser organizado um Congresso Policial Sul-Americano. Tal proposta tinha como objetivo “unificar os métodos e medidas repressivos, libertados do empirismo, e, concomitantemente, a unidade de ação de várias Polícias do continente”.¹⁰⁴ Não por acaso, durante a primeira sessão do Convênio, o escritor alagoano já pedia que fossem enviados telegramas para as organizações policiais de La Plata, Montevideú, Buenos Aires e Santiago do Chile, exatamente as mesmas instituições que participaram do Congresso Policial de 1905.¹⁰⁵

103. ATOS do Primeiro Convênio Policial Brasileiro realizado em São Paulo de 7 a 12 de abr. 1912. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano VI, nº 4-6, abr.-jun. 1912, p. 146.

104. ATOS do Primeiro Convênio Policial Brasileiro realizado em São Paulo de 7 a 12 de abr. 1912. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano VI, nº 4-6, abr.-jun. 1912, p. 142.

105. ATOS do Primeiro Convênio Policial Brasileiro realizado em São Paulo de 7 a 12 de abr. 1912. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano VI, nº 4-6, abr.-jun. 1912, p. 130.

No último ano de sua gestão como editor do periódico do *Boletim Policial*, o diretor do Gabinete de Identificação do Rio de Janeiro publicou um artigo de sua autoria abordando a necessidade de uma cooperação policial sul-americana. O texto, que ocupara a primeira página do periódico, ressaltava como em meio ao “momento da raça e da civilização latina, modificada sob o céu da América, há mister que saibamos proteger a sociedade contra os elementos perturbadores de sua marcha natural”,¹⁰⁶ “sendo necessário reunir esforços parcelados em prol da segurança comum de nossos países”.¹⁰⁷ A ideia de Elysio de Carvalho sobre a organização de um Congresso Policial Sul-Americano tinha como referência o Terceiro Congresso Científico-Latino Americano realizado no Rio de Janeiro, no ano de 1905. Talvez, por ter sido o primeiro encontro de policiais do qual o Brasil participou, chegando a abrigar o evento em seu próprio território, este se tornara um modelo de cooperação para o primeiro convênio de escala nacional. Entre seus efeitos, o encontro de 1905 representou não apenas um triunfo do sistema datiloscópico, mas também a emergência de uma postura essencialmente sul-americana frente às Polícias do mundo, a ponto de o método datiloscópico, desenvolvido por Vucetich, ter seu nome trocado para “Sistema Sul-Americano” (Ferrari, 2015, p. 211). Como uma de suas conclusões, o Terceiro Congresso Científico Latino-Americano lançou bases para a realização de um Congresso Policial Sul-Americano, com o fim de uniformizar as formas de funcionamento das distintas Polícias destes espaços geográficos. Tal ideia, retomada no Primeiro Convênio Policial Brasileiro por Elysio de Carvalho, foi concretizada anos depois em 1920, com a realização

106. CARVALHO, Elysio de. O Congresso Policial Sul-Americano e a luta internacional contra o crime. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano VIII, nº 2, fev. 1914, p. 38.

107. CARVALHO, Elysio de. O Congresso Policial Sul-Americano e a luta internacional contra o crime. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano VIII, nº 2, fev. 1914, p. 39.

da Conferência Internacional Sul-Americana de Polícia, na cidade de Buenos Aires.¹⁰⁸

O esforço de construção de um espaço policial sul-americano ocorria em meio a um contexto de recrudescimento dos imperialismos, assim como de uma postura expansionista dos Estados Unidos neste continente. Desta forma, os artigos publicados pelo *Boletim Policial* em defesa da realização de congressos científicos latinos acabavam por desenvolver uma dupla função. Por um lado, demonstravam um esforço em deslocar a América do Sul do lugar de mero receptor de ideias científicas europeias para um lugar ativo de construtor de conhecimento. Por outro, desenvolviam como postura política a ideia de resguardar uma força e uma autonomia latinas frente aos demais países do mundo (Galeano, 2012a, p. 217). A organização do Convênio Policial Brasileiro constituía-se em um esforço de ampliação e standardização dos saberes e métodos de polícia científica nos demais territórios do Brasil. No entanto, tais procedimentos eram permeados por intercâmbios de saberes e alianças travados com polos criminalísticos internacionais. Através das publicações de revistas e livros do Gabinete de Identificação reiteravam-se vínculos antigos – como a aproximação com Juan Vucetich em La Plata, solidamente consolidada por Félix Pacheco – assim como construía-se novas interlocuções com os polos criminalísticos europeus, como os de Viena, Lyon e Paris.

108. Sobre a Conferência Internacional Sul-Americana de Polícia ocorrida em 1920, ver: Galeano, 2017, p. 181-208.

A Escola de Polícia do Rio de Janeiro

*A polícia empírica trabalha na sombra,
a polícia científica à luz do raciocínio.*
(José, 1925, p. 6)

Em 1º de fevereiro de 1912, foram inauguradas as aulas da Escola de Polícia do Rio de Janeiro, localizadas nas instalações do Departamento Central. Fundada pelo chefe de Polícia Belisário Távora, sob a direção de Elysio de Carvalho, a escola buscava prover uma educação profissional aos agentes, “de acordo com os conhecimentos científicos e as necessidades do meio ambiente” da capital federal.¹ Entre suas aulas previam-se desde cursos sobre elementos do Código Penal, relativos à organização policial, até estudos de criminologia e de métodos de investigação criminal. Em sua preleção de abertura, Elysio de Carvalho dedicou-se à análise dos tipos criminosos modernos, descrevendo as argutas estratégias utilizadas pelos delinquentes que se tornaram possíveis graças à invenção de novas tecnologias de transporte e comunicação. Para combater criminosos modernos, tornava-se necessário formar agentes de polícia capazes de dominar

1. CARVALHO, Elysio de. Escola de Polícia do Distrito Federal. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano VI, nº 4-6, abr.-jun. 1912, p. 15.

“uma soma enorme de noções científicas”, além de “conhecimentos práticos de ordem toda especial”.²

Na virada do século XIX para o século XX, a cidade do Rio de Janeiro foi palco de uma série de projetos e reformas sociais marcados por uma égide de progresso e modernidade. Médicos, arquitetos e sanitaristas inseriam-se em um vasto campo de ação social – desde projetos de reformas urbanas até o controle de práticas sexuais e de questões epidêmicas – que tinha como intuito conduzir a nação a uma nova fase civilizacional.³ Neste sentido, a criação de uma Escola de Polícia evidenciava os esforços institucionais de profissionalização dos seus agentes, orientados pelo olhar científico de determinados grupos que compunham a elite policial durante a Primeira República.

A instrução de agentes a partir de saberes do campo da polícia científica insere-se em um intenso debate historiográfico acerca da profissionalização do trabalho policial. Segundo uma perspectiva clássica, o esforço de formação profissional dos agentes de polícia constituía-se como um conjunto de elementos básicos de afirmação de uma identidade, de pertencimento a um grupo coerente que compartilharia uma série de valores e que necessitaria de um reconhecimento externo de sua capacidade para desempenhar uma tarefa específica (Manning, 1977, p. 127). Em crítica a esta perspectiva, estudos como o de Dominique Monjardet (1996) defenderam a incapacidade de definir os limites do ofício policial, devido ao caráter indefinido e amplo de sua missão de manutenção de uma ordem social. Já em contraponto, Berlière (1991) demonstrou como longe de uma simples extensão das diretrizes provenientes da esfera política, a profissionalização policial consolidava-se a partir de três vias diferenciadas: das

2. CARVALHO, Elysio de. Escola de Polícia do Distrito Federal. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano VI, nº 4-6, abr.-jun. 1912, p. 15.

3. Sem ambição de esgotar a lista de obras presentes neste campo de pesquisa, algumas podem ser citadas enquanto fundamentais para a construção deste objeto de pesquisa: Engels, 1988; Machado, Loureiro, Luz e Muricy, 1978; Costa, 1979.

demandas provenientes do Estado, do público e do que se gera dentro da própria sociedade policial.

Em meio a este debate, este capítulo tem o objetivo de investigar como os esforços de criação da Escola de Polícia buscavam institucionalizar o campo da polícia científica no Rio de Janeiro. Pensando seu surgimento como fruto de uma articulação entre os poderes estatais, o público e os conhecimentos gerados dentro do campo internacional de polícia científica, procurarei investigar o conjunto de saberes mobilizados para formação dos agentes de polícia, assim como os intercâmbios de saberes criminalísticos facilitados por esta instituição. As traduções de estudos feitas como material pedagógico para os alunos e a visita de referências globais da criminalística formavam um mosaico de saberes, marcados por disputas, discordâncias e pelo intercâmbio de conhecimentos produzidos pelos órgãos de polícia científica do mundo. Por fim, procurarei investigar as tensões e disputas de poderes locais que perpassaram a fundação da Escola de Polícia até o seu encerramento no ano de 1915. Se, por um lado, estas instituições eram subvencionadas pelo governo, seriam seus protagonistas – lideranças policiais locais – os responsáveis pela ressignificação de tais experiências e pela construção de um projeto de profissionalização, que se delineava entre os continentes sul-americano e europeu.

A Escola de Polícia e os “sherlocks” brasileiros

Os primeiros esforços de criação de uma Escola Policial ocorreram anos antes de sua fundação. Em 1907, Elysio de Carvalho publicou no *Boletim Policial* um primeiro artigo de sua autoria sobre a necessidade de criação de uma Escola de Agentes no Brasil. Como um exemplo a ser seguido, o escritor alagoano – então encarregado da Sessão de Informações do Gabinete de Identificação – dissertou sobre o projeto de formação de policiais que ganhava corpo na cidade de Buenos

Aires. Criada por Ramón L. Falcón, chefe de Polícia da capital federal da Argentina, a Escola de Agentes foi pensada dentro de uma série de reformas policiais que se inseriam em um plano de modernização da Polícia portenha. Com o fim de profissionalizar aqueles que ingressavam como agentes subalternos, tal proposta também procurou impulsionar progressos materiais, aperfeiçoando as formas de comunicação entre as delegacias, assim como desenvolver um sentimento de identidade e pertencimento à instituição (Barry, 2009, p. 21).

Apoiando-se no Decreto nº 6.440, de 30 de março de 1907, que determinava a obrigação dos inspetores policiais em instruir seus subalternos, Elysio de Carvalho defendia como a própria regulamentação brasileira já abria espaço para a criação de uma escola policial. De acordo com este dispositivo legal, estabelecia-se o ensino elementar “dos delitos previstos no Código Penal; dos regulamentos municipais que dependiam da Polícia para serem facilmente executados”, “do ensino de filiação morfológica e do exame descritivo”, sendo estes últimos ministrados no Gabinete de Identificação.⁴

A referência à Polícia de Buenos Aires não ocorria por acaso. Durante a primeira década do século XX, ambas as forças policiais passavam por reformas modernizadoras. No Brasil, a reforma policial de 1907 criou a figura do comissário, como uma primeira tentativa de organizar um corpo permanente de policiais recrutados através de concursos, em vez de recomendações políticas (Bretas, 1997, p. 31). Subordinados diretamente à figura do delegado e responsáveis pelo controle dos trabalhos dos agentes e das patrulhas policiais, os candidatos deveriam ser brasileiros entre 21 e 60 anos e se submetiam a concurso público, realizando provas de redação, gramática, direito e assuntos policiais. Assim como em Buenos Aires, tais reformas do início do século resultaram também em um crescente processo de

4. CARVALHO, Elysio de. Escola de Agentes. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano I, nº 3, jun. 1907, p. 17.

eletrificação e mecanização da Polícia do Rio de Janeiro, responsável pela instalação de telefones nos distritos policiais e pela adoção de automóveis para uma melhor movimentação de policiais e patrulhas (Samet, 2008).⁵

A aproximação entre o ensino da Escola de Polícia e os debates criminalísticos acadêmicos também se encontrou presente na obra escrita por Elysio de Carvalho, *A polícia carioca e a criminalidade contemporânea*, nos indicando como a criação desta instituição inseria-se em um jogo de disputas locais pouco evidente. Nessa obra, o autor esboçou ao longo dos últimos capítulos uma defesa pela criação de uma Escola de Polícia como uma solução para o problema da incompetência técnica dos agentes cariocas. Para o funcionário da seção de Informação, primeiramente, os saberes do campo de polícia científica deveriam ser ministrados aos futuros delegados não no âmbito da Polícia, mas nas Escolas de Direito, “preparando no bacharel em leis, o perito policial, o investigador criminal” (Carvalho, 1910, p. 98). A proposta descrita sugeria ainda que, somente estabelecendo um curso de polícia científica anexo à cadeira de Direito Penal nas Universidades, tais funcionários estariam aptos para a sua função. No entanto, reconhecendo que não seria possível inserir de imediato uma cadeira de polícia científica nos programas curriculares das Faculdades de Direito, Elysio de Carvalho propunha a criação de uma Escola Policial que agregasse como alunos tanto os funcionários do corpo de segurança pública como aqueles que destoavam das trajetórias dos bacharéis de Direito e que quisessem se familiarizar com os conhecimentos do campo de polícia científica.

Desde sua primeira obra criminalística, *A polícia carioca e a criminalidade contemporânea*, o escritor alagoano apresentou a experi-

5. Durante esse mesmo período, a Polícia de São Paulo passou por um processo modernizador similar ao ocorrido no Rio de Janeiro. Sobre a modernização das forças policiais paulistas, ver: Martins, 2011; Souza, 2009.

ência da Escola de Polícia de Roma, como “a única escola completa de polícia científica atualmente existente, e que funciona como uma clínica junto às prisões romanas (Carvalho, 1910, p. 88). A publicação de tais escritos revelava não apenas uma aproximação teórica de Elysio de Carvalho com os criminalistas italianos, mas esforços de construção de alianças policiais que já ocorriam um ano antes da fundação da Escola de Polícia do Rio de Janeiro. Em 1911, o Gabinete de Identificação foi convidado por uma comissão executiva italiana – formada por criminologistas como Ferri⁶ e Ottolenghi⁷ – para participar da Exposição Internacional de Higiene Social na cidade de Roma. Este evento foi composto por uma seção de criminologia que possuía três divisões: criminologia, psiquiatria e polícia científica. Convocado para a composição desta última, o Gabinete de Identificação do Rio de Janeiro enviou um material composto por uma série de fotografias judiciais dos serviços técnicos e laboratoriais, além de mapas, modelos gráficos e monografias produzidos por esta seção policial.⁸ Tais relações eram marcadas por intercâmbios concretos que – por mais que ocorressem em uma desigualdade de poder – buscavam forjar

6. O criminalista italiano Enrico Ferri [1856-1929] tornou-se notório por ser considerado um dos fundadores da Escola de Criminologia Positivista Italiana, ao lado de figuras como Cesare Lombroso e Raffaele Garofalo. Ao lado de sua atuação como militante socialista e chefe do Partido Socialista Italiano, Ferri desenvolveu estudos defendendo que a prática de um ato criminoso seria não simplesmente fruto do livre-arbítrio de um indivíduo, mas também produto de condições biológicas, psíquicas ou sociais. Sobre a trajetória de Enrico Ferri, ver: Gibson, 2006, p. 151-157.

7. Criminalista italiano, Salvatore Ottolenghi torna-se uma referência do campo da polícia científica a partir do seu papel como editor da revista policial *Archivio di Psichiatria* entre 1880 e 1897, e, a partir deste ano, na *Rivista di Polizia Scientifica*. Em 1896, fundou o primeiro curso de Polícia Científica em Siena e em 1903 fundou a Escola Superior de Polícia em Roma. Ver: Di Giorgio e Labanca, 2018.

8. CARVALHO, Elysio de. Relatório do diretor do Gabinete de Identificação e Estatística, correspondente ao ano de 1912, apresentado ao Ex.mo. Sr. Dr. Chefe de polícia do Distrito Federal. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano VII, nº 1-3, jan.-mar. 1913, p. 12-13.

alianças entre estas instituições policiais, favorecendo uma circulação de uma série de ideias no espaço atlântico.

No final do século XIX e início do século XX, o crescimento do fenômeno da criminalidade marcou o começo do regime republicano brasileiro gerando inúmeras insatisfações frente à incapacidade dos policiais em reprimir e controlar o que muitos viam como uma epidemia de gatunos e desordeiros. Segundo o estudo de Bretas, a imagem do policiamento das ruas entre os anos de 1907 e 1930, obtida através dos registros policiais, constituía-se entre um misto de violência e preguiça (Bretas, 1997, p. 31). A ausência de rondas e patrulhas, sobretudo à noite, junto a episódios de usos abusivos de violência com transeuntes e indivíduos encaminhados à prisão compunham uma série de ocorrências que marcavam o cotidiano do policiamento do Rio de Janeiro do início do século XX (Marques, 2019). Além disso, aqueles que patrulhavam as ruas baseavam muitas vezes sua atuação em um conjunto de experiências que se davam no exercício cotidiano de sua profissão, construindo um conjunto de saberes empíricos elaborados a partir das contingências cotidianas e que variavam de acordo com a realidade vivida pelos policiais (Bretas, 1997, p. 144). Não por acaso, o jornal *A Noite* publicou uma matéria afirmando que o agente de polícia brasileiro “se encontra numa situação lastimável, quanto à educação moral e profissional e que era preciso educá-lo convenientemente a fim de que possa exercer com inteligência a sua missão”.⁹ Desta forma, tais registros demonstravam como a ineficiência da ação da Polícia no controle da criminalidade era vista como um problema tanto frente ao público como pelas autoridades policiais na capital federal. Em meio a este contexto, membros das elites inseridos na instituição policial e inspirados por uma ótica cientificista defendiam um projeto de profissionalização dos agentes.

9. A luta contra o crime. *A Noite*. Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1912, p. 1.

No entanto, no ano de 1907, a ideia de criação de uma Escola de Agentes elaborada por Elysio de Carvalho não encontrou ressonância no Gabinete de Identificação e Estatística ou mesmo frente ao chefe de Polícia, Alfredo Pinto. Somente em 1912, quando o escritor alagoano já ocupava há um ano o cargo de diretor desta sessão especializada, encontrando-se próximo ao presidente Marechal Hermes, o chefe de Polícia Belisário Távora fundou a Escola de Polícia, como uma resposta às reclamações de mau policiamento que inundavam os jornais da capital federal.¹⁰ Desta forma, seria por meio de uma coadunação de forças, que unia tanto o aparato estatal quanto os agentes policiais e o público da capital federal, que ocorreu a fundação da Escola Policial do Rio de Janeiro. A instrução e a profissionalização dos agentes a partir dos conhecimentos do campo da polícia científica vinham também, em última instância, fortalecer as seções especializadas como o Gabinete de Identificação, que assumia para si a missão de instruir todos os agentes do Rio de Janeiro a partir de sua matéria-prima: os conhecimentos científicos aliados à prática policial.

O ingresso na Escola constituía-se como obrigatório para todos os funcionários do corpo de segurança pública e para candidatos a cargos indicados pela chefia. A ausência nas aulas que não fosse justificada pelos alunos constava para todos os efeitos como falta ao trabalho, funcionando como um mecanismo compulsório de assiduidade para estes funcionários. Aqueles que concluía o curso com aprovação ganhavam um certificado como prova de mérito para a nomeação e a promoção.¹¹ Desta forma, o curso da Escola de Polícia podia constituir-se não apenas no aperfeiçoamento intelec-

10. Como exemplo, podemos ver a notícia: Escola de polícia: *interview* com o dr. Elysio de Carvalho. *A Imprensa*, 4 fev. 1912, p. 2.

11. CARVALHO, Elysio de. Escola de Polícia do Distrito Federal. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano VI, nº 4-6, abr.-jun. 1912, p. 17.

tual e técnico destes policiais, mas como um estágio para o crescimento de sua carreira.

Durante o seu primeiro ano, o programa de estudos previa a existência de um só curso, sob a regência de um mesmo professor: o diretor e escritor Elysio de Carvalho. Além disso, contava com seis matérias: noções de criminologia, concernentes às causas gerais da criminalidade; o ensino dos métodos de investigação criminal; o conhecimento do mundo dos malfeitores; o ensino prático do retrato falado e da datiloscopia; o conhecimento da fotografia na investigação criminal; e os elementos do Código Penal brasileiro.¹²

No que tange aos saberes de identificação criminal, o programa da Escola de Polícia indicava como a datiloscopia desenvolvida por Juan Vucetich não era apenas um simples processo de identificação judiciária, mas a “base de estudos” do próprio programa da Escola.¹³ O sistema datiloscópico mostrava as vantagens por não apresentar limitações etárias, podendo identificar menores de idade ou mesmo cadáveres sem rosto. Frente aos avanços feitos na obtenção da identificação individual, Vucetich (1909) defendia a internacionalização do seu sistema, caracterizando-o “como um idioma legível corrente para todas as polícias do mundo”. Desta forma, instruir os agentes de polícia sobre as formas de execução do método datiloscópico mostrava-se fundamental tanto para identificar os criminosos que atravessavam as fronteiras e viviam na capital federal, como também para a inserção da Polícia brasileira em uma rede de polícia científica transnacional.

O estudo de Galeano (2012a) demonstra como as relações entre as Polícias argentina e brasileira já ocorriam anos antes da criação da Escola de Polícia e não se reduziam a uma via de mão única. Anais

12. CARVALHO, Elysio de. Escola de Polícia do Distrito Federal. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano VI, nº 4-6, abr.-jun. 1912, p. 17.

13. CARVALHO, Elysio de. Escola de Polícia do Distrito Federal. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano VI, nº 4-6, abr.-jun. 1912, p. 17.

de Congressos sul-americanos, trocas de correspondência, envio de fichas criminais e de estudos criminalísticos indicavam intercâmbios concretos entre estas instituições policiais. No entanto, ao compararmos as propostas das Escolas Policiais de Buenos Aires e do Rio de Janeiro, percebemos as diferenças profundas entre os conteúdos programáticos, e, conseqüentemente, entre os tipos de policiais que se pretendiam formar em cada instituição. O projeto de Falcón, com a criação de uma primeira Companhia de Cadetes, baseou-se em implantar uma instrução sólida de caráter policial e militar. O programa de formação dos agentes de polícia continha o estudo de temas policiais e militares ministrados pelo tenente do Regimento de Infantaria do Exército. Junto a estes saberes, os alunos eram submetidos a um forte treinamento físico que incluía as práticas de boxe, de artes marciais e do uso de armas de fogo e brancas, como sabres e baionetas (Barry, 2009, p. 102). Será justamente procurando preparar policiais a partir de sua força muscular e bélica contra os ataques dos malfeitores que a Escola de Falcón distanciava-se da proposta de Elysio de Carvalho. O curso brasileiro, que contava com a instrução de noções de criminologia e métodos de investigação, buscava formar agentes de polícia a partir de noções científicas distante da proposta militar argentina. No entanto, tal disparidade nos indica como os exemplos de escolas policiais estrangeiras e mesmo a articulação com o polo de polícia científica portenha eram mobilizados como argumento de legitimação frente à comunidade político-policial brasileira para a fundação de tal instituição de ensino.

Como analisado no capítulo anterior desta obra, os esforços de aproximação do Gabinete de Identificação do Rio de Janeiro com as polícias estrangeiras envolviam o intercâmbio de estudos teóricos produzidos na seção policial carioca. Não por acaso, um exemplar da obra *A identificação como fundamento da vida jurídica* foi enviado à cidade de La Plata, para Juan Vucetich. Tal livro inseria-se em

uma série de publicações de brochuras que formava a Biblioteca *do Boletim Policial*. Esta coleção, que tinha como objetivo tornar-se um material didático para os alunos da Escola de Polícia, também funcionava como um instrumento de reiteração dos laços internacionais com os gabinetes de polícia científica fora do Rio de Janeiro. Desde a gestão de Félix Pacheco (1903-1907), o Gabinete de Identificação do Rio de Janeiro tinha grande aproximação com a Polícia da província de Buenos Aires, tendo como marco principal o Terceiro Congresso Latino-Americano (1905), que ocorrera na capital federal brasileira e que fora um marco responsável pela adoção do sistema datiloscópico no Brasil. Não por acaso, a revista de Buenos Aires, *Archivos de Psiquiatra y Criminologia*, dirigida por Helvio Fernandez, publicou um artigo sobre a Escola de Polícia do Rio de Janeiro, qualificando-a como um “modelo” frente às Escolas de Agentes do mundo.¹⁴ Desta forma, mais que apenas uma inspiração para a formação da Escola de Polícia, a aproximação que Elysio de Carvalho procurava fazer com a Polícia de Buenos Aires tinha como intuito reiterar um dos vínculos policiais mais fortes no espaço sul-americano.

Junto ao ensino do sistema datiloscópico, a Escola de Polícia também previa a instrução dos métodos de fotografia judiciária. Como visto no terceiro capítulo deste livro, a fotografia foi incorporada em meados dos anos 1870 pelo criminalista francês Alphonse Bertillon, tornando-se uma grande aliada no processo de identificação de criminosos. Já desde os anos 1900, a Polícia brasileira publicava, através de revistas policiais, as traduções dos resumos dos manuais de instruções de fotografia judiciária escritos por Bertillon, com o intuito de standardizar as técnicas e reduzir ao máximo os erros e as ambiguidades das formas de identificação. Desde este momento, é perceptível como a Polícia do Rio de Janeiro buscava inserir-se em uma dinâmica de in-

14. J. G. A. Escola de Polícia. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro, maio 1914, ano VII, nº 5, p. 239.

ternacionalização das práticas policiais, defendendo que a fotografia judiciária já se encontrava estabelecida em outras nações civilizadas, como “Rússia, Tunísia, Prússia, Estados Unidos, Suíça, Bélgica, Espanha e Itália”.¹⁵

Aliada à fotografia, a escola propunha-se também a instruir os agentes nas técnicas do retrato falado, também conhecido como assinalamento descritivo. A partir de um tipo de racionalização das velhas filiações criminais usada para auxiliar na prisão dos criminosos, Alphonse Bertillon (1893, p. 137-140) desenvolveu um sistema para uma explicação quase matemática da morfologia e da fisionomia de um indivíduo.¹⁶ A descrição da forma do nariz, da orelha ou mesmo das sobrancelhas calcava-se em uma série de fórmulas descritivas precisas que tinham como objetivo reconstruir o aspecto físico e racializado dos criminosos para identificá-los mesmo nos espaços públicos em que circulavam.

Por fim, o registro de marcas particulares constituía-se também em uma ferramenta de identificação ministrada nas aulas da Escola de Polícia. A técnica também presente no sistema da *bertillonage* tratava-se de uma descrição minuciosa das cicatrizes, marcas e tatuagens existentes no corpo do sujeito a ser identificado.¹⁷ A recepção da fundação da Escola de Polícia do Rio de Janeiro pelo polo de Polícia parisiense pode ser sentida preliminarmente pela publicação de uma matéria sobre a sua criação: o jornal francês *L'Étoit du Sud* divulgou uma nota sobre a inauguração, elogiando a útil criação brasileira.¹⁸ A

15. *Boletim do Serviço de Identificação Judiciária*, nº 1, Rio de Janeiro, jan. 1900, p. 1.

16. GALEANO, Diego Antônio. Identidade cifrada no corpo: o *bertillonage* e o Gabinete Antropométrico na Polícia do Rio de Janeiro, 1894-1903. *Bol. Mus. para Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, p. 729.

17. GALEANO, Diego Antônio. Identidade cifrada no corpo: o *bertillonage* e o Gabinete Antropométrico na Polícia do Rio de Janeiro, 1894-1903. *Bol. Mus. para Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, p. 729.

18. L'école de police. A Escola de Polícia e a imprensa. *Boletim Policial*, Rio de Janeiro, ano VI, nº 1-3, jan.-mar. 1912, p. 24.

nota do jornal foi reproduzida nas páginas do *Boletim Policial* como uma estratégia para demonstrar o reconhecimento no exterior da instituição recém-fundada na Polícia carioca.

O estudo sobre as impressões digito-palmares não se restringia apenas ao escopo da identificação judiciária, mas também às análises de cenas de crime. Desta forma, um segundo curso disponibilizado pela Escola de Polícia do Rio de Janeiro tinha como objetivo ensinar os métodos de investigação criminal, destinados a determinar a parte que um indivíduo ou um objeto revelou em um episódio de crime. A possibilidade que um criminoso pudesse deixar uma marca, uma impressão capaz de revelar a sua identidade atribuía à investigação judicial a possibilidade de reconstrução da verdade através de vestígios e indícios (Ginzburg, 1990, p. 169-180). De fato, um problema que se constituía para esses criminalistas era conseguir recuperar possíveis elementos que reconstruíssem a ação destes criminosos, sendo capaz de ligar suas identidades à prática e à cena do crime. Para tal, tornava-se necessário instruir os agentes de polícia para que fossem capazes de interpretar esses indícios. Em vez da figura do oficial que agiria nas ruas, extraindo informações através de estratégias de força e coação, procuravam-se formar profissionais capazes de “saber encontrar um traço, um vestígio que orientasse a justiça no seu modo de agir” (Reiss, 1914b, p. 5).

Não por acaso, a Biblioteca do *Boletim Policial* publicou em seu 16º fascículo um estudo de Edgard Simões Côrrea, intitulado *As impressões papilares nos lugares de crime*. Responsável pela seção de Identificação do Gabinete de Identificação do Rio de Janeiro, o estudo de Simões Corrêa buscava traçar um histórico dos usos das impressões papilares no mundo, além de comprovar a sua eficiência e a sua precisão para a identificação dos indivíduos. Tal brochura, destinada a ser um material pedagógico para os alunos da Escola de Polícia, apresentava uma seção de exame das impressões digitais nos locais de crime.

Impressões de dedos sangrentos deixados nas armas de crime, marcas papilares em espelhos ou objetos tocados pelo autor do delito foram exemplos que constavam em seu estudo junto às soluções empregadas pelos laboratórios de Polícia europeus para identificar a autoria de diversos crimes.

A coleção da Biblioteca do *Boletim Policial*, que contou com a publicação de 35 obras escritas por distintos policiais nacionais e estrangeiros, demonstrava um esforço para o desenvolvimento de uma cultura escrita enquanto uma prática institucional do Gabinete de Identificação. A partir de um documento de prestação de contas do Gabinete de Identificação à Imprensa Nacional foi possível fazer uma estimativa do custo de impressão dos livros que pertenciam a esta coleção policial, assim como a quantidade de cópias feitas destas obras. Variando entre dois mil, mil e 500 exemplares, o custo de cada brochura impressa valia em média 210 réis ao Gabinete, podendo gerar a despesa de 420\$000 por cada série impressa.¹⁹ Tais estudos eram primeiramente publicados como artigos no periódico sendo selecionados posteriormente para serem encadernados como livros para comporem a Biblioteca desta repartição. Dentre os temas, a coleção apresentava estudos de Medicina Legal, polícia científica, assim como análises jurídico-policiais que realizavam um histórico sobre a instituição policial brasileira. Desta forma, a Biblioteca do *Boletim Policial* desempenhava uma dupla função: os fascículos tanto funcionavam como material bibliográfico para os estudantes da Escola de Polícia, como também serviam para publicação internacional das atividades do Gabinete de Identificação e Estatística, dirigido por Elysio de Carvalho.

19. Tal cálculo foi feito através dos valores de duas obras, *O romance policial e a investigação judiciária* e *A polícia técnica* que contavam ambas com 31 páginas. Ver: Prestação de Contas da Imprensa Nacional ao Chefe de Polícia do Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1914. AN, GIF1, 6C524.

Frente a este contexto, até o ano de fundação da Escola de Polícia, o Gabinete de Identificação já havia emitido três circulares chamando a atenção dos agentes de polícia para o exame minucioso dos locais de crime e a necessidade de sua inalterabilidade até a chegada de uma autoridade especializada no assunto junto a um fotógrafo.²⁰ Além da exigência da restrição do acesso à cena de crime por pessoas estranhas à Polícia, um segundo desafio residia em como extrair a impressão datiloscópica dos objetos tocados pelos criminosos. No estudo de Edgard Simões, o escritor propôs o modelo de extração de digitais apresentado na obra do criminalista francês Edmond Locard, *Laboratório de polícia e instrução criminal*, no qual o acondicionamento deveria ocorrer após o policial imobilizar absolutamente o objeto e evitar qualquer atrito com os objetos polidos ou seu envolvimento com objetos com papel e pano (Corrêa, 1913, p. 18-19).

O problema da apreensão de impressões papilares foi tema de uma das aulas da Escola de Polícia do Rio de Janeiro. Ministrada por Elysio de Carvalho, a lição tinha como objetivo instruir os agentes de polícia para “descobrir, revelar e fixar essas impressões”. Realizada no laboratório de perícia e de fotografia judiciária do Gabinete de Identificação, nas aulas foram feitas experiências como “processos de grafite, do vermelho de Soudan, de Sharlack, de Gruber, da plomgabina, do mercúrio, do azul de índigo”, além de ter demonstrado a “superioridade do processo Rudolf Schneider”.²¹ Desenvolvido em Viena, capital do Império Austro-Húngaro, as aproximações entre a Repartição de Polícia de Viena e o Gabinete de Identificação do Rio de Janeiro eram presentes desde o final do

20. De acordo com o *Boletim Policial*, foram emitidas circulares em 9 de janeiro de 1908, 19 de jun. 1911 e 13 mar. 1912. Ver: A inspeção fotográfica dos locais dos crimes. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro, ano VI, nº 1-3, jan.- mar. de 1912, p. 73.

21. Escola de Polícia. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro, ano VI, nº 4-6, abr.-maio 1912, p. 229.

século XIX, como demonstra a tese de Diego Galeano.²² Anos depois, sob a direção de Elysio de Carvalho, as aulas sobre os sistemas de identificação contavam com a demonstração do método vienense de Rudolph Schneider para a extração das impressões digitais. Tais palestras, que ocorreram no laboratório de polícia e fotografia judiciária do Gabinete de Identificação, evidenciavam como era do espaço dos “laboratórios de experiência” que se calcava o projeto de formação policial dos agentes do Rio de Janeiro.²³ A criação de um laboratório de polícia na capital federal inseria-se em um fenômeno geograficamente mais amplo que atravessava as fronteiras dos países da Europa e da América do Sul. Desde o final do século XIX, laboratórios de polícia foram criados em Roma, por Ottolenghi; em Lausanne por R. A. Reiss; em Paris, pelo criminalista Alphonse Bertillon; e em Lyon, pelo Edmond Locard (Artières, 2013, p. 109). Seria justamente buscando ingressar nesta rede de laboratórios policiais internacionais que Elysio de Carvalho defendia a profissionalização dos agentes de polícia a partir desses espaços.

No entanto, o laboratório de polícia que se destacava pelas mais novas tecnologias utilizadas nas aulas da Escola de Polícia do Rio de Janeiro surgia nos relatórios do diretor do Gabinete de Identificação com bem menos sofisticação, além de ter uma infraestrutura precária. Em um relatório enviado ao chefe de Polícia, Belisário Távora, Elysio de Carvalho reclamou dos “exíguos alojamentos de um pardieiro” em que funcionava a seção policial, fazendo-se necessário construir “um novo atelier, sala de arquivo

22. Em sua tese de doutorado, Diego Galeano demonstrou como, em 1898, o Império Austro-Húngaro enviou uma missiva questionando se no Rio de Janeiro eram aplicados aos detidos as medições antropométricas segundo o sistema inventado por Alphonse Bertillon. Em resposta, a polícia carioca respondeu que não existia nenhum serviço de identificação e que apenas se tiravam fotografias de “gatunos reincidentes”. Ver: Galeano, 2012a, p. 103.

23. CARVALHO, Elysio de. Escola de Polícia do Distrito Federal. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano VI, nº 4-6, abr.-jun. 1912, p. 18.

e câmaras escuras” para o uso das “novas máquinas e aparelhos comprados na Europa”.²⁴ A ambiguidade presente nas documentações acerca da construção de um polo de polícia científica no Brasil explicava-se pela lógica de produção dos materiais de polícia analisados. Os artigos que buscavam divulgar as novas instalações do laboratório de Polícia do Rio de Janeiro foram publicados pela revista do *Boletim Policial*, cuja circulação internacional pretendia difundir tais avanços frente às Polícias do mundo. Já no relatório enviado à chefia, as precariedades e falhas presentes no funcionamento da Escola de Polícia ganhavam visibilidade com o intuito de adquirir um orçamento maior para a consolidação de um projeto – ainda em uma fase inicial – de construção de um polo de polícia científica no Rio de Janeiro.

Junto à proposta de um laboratório experimental, a Escola de Polícia criada por Elysio de Carvalho previa a criação de um museu criminal que conservasse os “trabalhos gráficos e explicativos, fotografias judiciárias de toda espécie, instrumentos de crimes, (...) material anatômico, corpos de delito, indícios de qualquer gênero, objetos e documentos referentes à inspeção de lugares de crime e de cadáveres”.²⁵ Durante as duas primeiras décadas do século XX, os museus de crime apareceram de forma quase simultânea nas grandes metrópoles do mundo atlântico. Frente ao fascínio pelo fenômeno da criminalidade, os museus policiais emergiam tanto como fruto de um interesse do público das metrópoles pelos objetos que conservavam em seu acervo como também graças ao avanço dos estudos criminológicos. Tais instituições tinham como característica primeira e fundante a exposição para o público de

24. CARVALHO, Elysio de. Relatório do diretor do Gabinete de Identificação e de Estatística, correspondente ao ano de 1912. *Boletim Policial*, ano VII, nº 1-3, jan.-mar. 1913, p. 2-3.

25. CARVALHO, Elysio de. Escola de Polícia do Distrito Federal. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano VI, nº 4-6, abr.-jun. 1912, p. 18.

um acervo ligado às práticas criminais e aos seus delinquentes, assim como dos saberes e técnicas policiais, responsáveis pela apreensão dos delinquentes.²⁶

No entanto, no que tange ao contexto sul-americano, o estudo de Caimari demonstrou como o museu policial de Buenos Aires, criado em 1899, também possuía uma função pedagógica para os agentes de polícia. Inspirado no modelo da Scotland Yard, tal instituição, assim como a brasileira, exibia objetos de crime e tecnologia policial com o intuito de treinar os agentes de polícia acerca da “linguagem secreta das cenas de crime”.²⁷

Figura 4. Fotografia da sala de aula e do museu criminal da Escola de Polícia.



Fonte: *Boletim Policial*, abr.-jun. 1912, s.p.

26. CHAZKEL, Amy. Police museums in Latin America. *Radical History Review*, p. 128.

27. CAIMARI, Lila. Vestiges of a Hidden Life. A visit to the Buenos Aires Police Museum. *Radical History Review*, nº 113, 2012, p. 143.

Junto ao programa da Escola de Polícia e as notícias que saíram na imprensa nacional e internacional, o *Boletim Policial* publicou uma fotografia na qual o museu criminal e a sala de aula ocupavam o mesmo espaço físico. As fotografias e os objetos que constituíam o acervo da instituição eram posicionados frente às mesas e cadeiras dos alunos como objetos pedagógicos para a instrução acerca da leitura e da interpretação das cenas de crime. O exíguo acervo que compunha o museu da Escola de Polícia foi fotografado e publicado pela revista para divulgar as novas instalações do Gabinete de Polícia do Rio de Janeiro tanto frente às seções policiais locais quanto aos gabinetes de polícia internacionais, para os quais os fascículos da revista do *Boletim Policial* eram enviados.

Por fim, o programa previa o estudo do conhecimento do mundo dos malfeitores, seus hábitos e seu *modus operandi*, além da leitura de escritos secretos e do exame de falsificações escritas e monetárias. Dentre os estudos teóricos publicados na revista do *Boletim Policial* durante o período em que Elysio de Carvalho era editor do periódico, 10 artigos foram dedicados à linguagem e à escrita secreta dos criminosos em um universo de 112 trabalhos publicados na revista. Não por acaso, tais artigos publicados, principalmente durante os dois primeiros anos de funcionamento da Escola de Polícia, eram de autoria do criminalista francês Edmond Locard.²⁸

Desde notas cifradas, que indicavam roubos premeditados, à falsificação de documentos oficiais, assinaturas e textos criptografados que revelavam projetos de fuga de criminosos presos, tais documentos tornavam-se objeto de estudo nas aulas da Escola de Polícia. Os estudos de criptografia e de falsificação grafológica faziam emergir a existência de uma linguagem secreta criminosa que deveria ser de-

28. O estudo de Artières (2013, p. 151) demonstrou como o Laboratório de Polícia Científica de Lyon destacou-se pelo desenvolvimento de uma série de *expertises* acerca das práticas de falsificação grafológicas.

cifrada pelos agentes de polícia a partir de um conjunto de saberes científicos. Ministrados por Elysio de Carvalho, na lição de Técnica policial do curso de criminalística, tais saberes europeus convergiam com a incidência de crimes que ocorriam na capital federal brasileira e que tinham a falsificação grafológica como uma das formas de ludibriar a Justiça. Relatórios de perícia gráfica foram publicados pelo *Boletim Policial*, apresentando para os alunos estudos realizados nas investigações de crimes sensacionais apurados pelo Gabinete de Identificação do Rio de Janeiro e que tinham a falsificação grafológica como peça-chave para a sua apuração. Foi o caso do Laudo da Perícia Gráfica do Caso da rua Januzzi nº 13 – que já mencionamos no capítulo anterior –, publicado primeiramente em um dos fascículos da revista do *Boletim Policial* e, posteriormente, como brochura na coleção da Biblioteca criada por essa repartição como material didático da Escola de Polícia.

O esforço de compreensão e decodificação de uma linguagem secreta criminosa também resultou na organização de um dicionário dos jargões dos criminosos do Rio de Janeiro. Organizado como um material didático para os alunos da Escola de Polícia, o escritor selecionou mais de 500 vocábulos de gírias utilizadas por criminosos, relativas aos tipos de gatunos, suas práticas e instrumentos de trabalho. Tal obra conectava a experiência cotidiana da atividade do policial de rua com o trabalho de um daqueles que se dedicava a escrever acerca da atividade policial. Enquanto o primeiro era capaz de mapear o jargão dos delinquentes, o segundo tornava-se responsável pelas organização, tradução e divulgação de seus significados entre os agentes policiais.²⁹

O desenvolvimento de estudos produzidos pelo Gabinete de Identificação do Rio de Janeiro voltados para compreensão de uma

29. Sobre este dicionário e a questão da gíria criminal no Rio de Janeiro, ver: Galeano, 2017, p. 172-177.

linguagem criminosa teve repercussão frente a outras Polícias internacionais. Não por acaso, no ano de 1913, o lançamento desse livro foi citado por Edmond Locard, em seu artigo “Crônica Latina”, publicado na revista *Archives d'Anthropologie Criminelle* (Locard, 1913, p. 7). Junto ao livro de Elysio, o *Boletim Policial* foi citado como uma publicação “luxuosa”, “distribuída gratuitamente”, que se tornava um exemplo para os países europeus (Locard, 1913, p. 7). A projeção das obras editadas pelo *Boletim Policial* entre criminalistas que habitavam no outro lado do Atlântico evidenciava dois fenômenos de dimensões locais e internacionais. Se, por um lado, as publicações do *Boletim Policial* consolidavam um esforço de sistematização de saberes sobre as técnicas de delinquência gráfica para os agentes de polícia do Rio de Janeiro, por outro lado seria justamente através dos estudos sobre as práticas escritas de criminosos que o Gabinete de Identificação do Rio de Janeiro forjava laços com o Laboratório de Polícia Científica de Lyon, inserindo-se em uma rede de cooperação de polícias internacionais.

Não por acaso, a Escola de Polícia do Rio de Janeiro foi objeto de análise de Edmond Locard (1913, p. 7) em um artigo de sua autoria publicado na revista francesa *Archives d'Anthropologie Criminelle*. Tal texto foi posteriormente editado como uma brochura dentro da coleção da Biblioteca do *Boletim Policial*, na tentativa tanto de divulgar a matéria feita sobre a Escola de Polícia como também de compor seu material didático oficial. O artigo, que procurou explicar a estrutura de funcionamento desta instituição de ensino, apresentou seus cursos e conteúdos ministrados, procurando inserir a Escola de Polícia do Distrito Federal em um circuito de academias policiais europeias, comparando-a com as experiências realizadas em Lausanne, Lyon, Madrid e Roma. Desta forma, Locard afirmava que a Escola de Polícia do Rio de Janeiro dava “exemplo ao Velho Mundo”, por seu “modelo admirável, quer quanto à instalação, quer quanto ao aparelhamento”.

Tais falas, que muitas vezes obedeciam a uma série de procedimentos discursivos elogiosos, por justamente tentarem construir formas de cooperação policiais, a uma primeira vista podiam mascarar as hierarquias existentes entre as Polícias da Europa e da América do Sul. Diferentemente do que aponta Patrasso (2015, p. 4), o artigo de Locard, publicado na França e no Brasil, evidencia como as relações entre as seções policiais especializadas francesa e brasileira não se restringiam a uma assimilação e à adaptação de ideias científicas europeias para a realidade de uma periferia latino-americana. Ao contrário, tal documentação nos indica como as dinâmicas transatlânticas do campo da polícia científica deslocavam o continente da América do Sul do lugar de mero receptor de ideias científicas europeias, para um lugar ativo de construtor de conhecimento. Neste sentido, a Escola de Polícia do Distrito Federal constituía-se como espaço privilegiado para a consolidação de intercâmbios de experiência policial entre grupos latino-americanos e europeus que compunham uma cartografia específica de Escolas de Polícia internacionais.

O primeiro ano de funcionamento da Escola contou com 34 alunos livres inscritos, além dos agentes do corpo de Segurança Pública (Carvalho, 1913, p. 5), diplomando apenas sete alunos do corpo discente.³⁰ Em 1913, o jornal *O Paiz* publicou uma matéria criticando que, em um ano de funcionamento, ela formara apenas um aluno, cujo destino foi a exoneração do seu cargo policial. O desencontro de dados e a própria ocorrência da querela em si colocavam em questão a extensão e a aplicabilidade do projeto da Escola de Polícia no Rio de Janeiro. Uma problematização similar também foi feita pelo jornal *Correio da Manhã* que, em uma pequena nota, indicou “o desapa-

30. Através da análise de uma documentação esparsa sobre os chefes de Polícia da Primeira República, Samet (2008, p. 331) sinalizou como Belisário Távora diplomou apenas sete alunos da Escola de Polícia em 1912.

recimento total de alunos”,³¹ após o funcionamento de um ano da Escola. Para o periódico, tal instituição de Polícia mantinha-se ainda aberta apenas para que Elysio de Carvalho “pudesse acrescentar mais trezentos mil réis aos seus ordenados de diretor do Gabinete de Identificação e Estatística”.

A evasão noticiada pelo jornal *Correio da Manhã* evidenciava uma dissonância presente entre as diretrizes emitidas pelas elites diretivas policiais e a atividade cotidiana dos agentes de rua. O distanciamento daqueles que compunham as elites governantes com o exercício cotidiano do trabalho policial resultava no desenvolvimento de uma gama de saberes empíricos, elaborados a partir das experiências vividas no cotidiano (Bretas, 1997, p. 16). Desta forma, as situações de crime presentes nas aulas e nos manuais científicos apresentados pela Escola de Polícia indicavam uma dicotomia entre o tipo ideal de agente de polícia que emergia nos espaços cientificistas da Primeira República e as demandas vividas pelos agentes de polícia na realização do seu trabalho diário.

Após seu primeiro ano de funcionamento, as aulas da Escola de Polícia passaram a ser obrigatórias para os funcionários extranumerários do Gabinete de Identificação. A ampliação da obrigatoriedade foi justificada pelo diretor por eles “carecerem de conhecimentos técnicos para poderem ativamente trabalhar no Gabinete” e por terem sido “admitidos como tais com a obrigação de frequentarem a Escola de Polícia”.³² No entanto, o *Correio da Manhã* assinalara como, ao longo desse primeiro ano, os aprendizes de agente policial “pouco a pouco foram desertando, convencidos de que nada aproveitariam”. E, desta forma, a inclusão dos funcionários extranumerários no corpo de

31. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 15 de abr. 1913, p. 1.

32. CARVALHO, Elysio de. Escola de Polícia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 16 de abr. 1913, p. 3.

alunos apresentava-se como uma solução para o fracasso da Escola de Polícia, impedindo o fechamento desta instituição.

A Escola, que fora considerada “modelo”³³ pela revista portenha *Archivos de Psiquiatria y Criminología*, mostrava-se aqui insuficiente para instruir os policiais a enfrentar e combater o fenômeno da criminalidade moderna no Rio de Janeiro. Desta forma, a Escola de Polícia caracterizava-se muito mais como um espaço de reiteração e fortalecimento das alianças entre as figuras internacionais do que um local propício para a capacitação dos agentes de polícia frente ao fenômeno da criminalidade moderna do Rio de Janeiro. Não por acaso, a visita de criminalistas estrangeiros foi um recurso mobilizado por Elysio de Carvalho na instituição por ele criada. A realização para os alunos de cursos de polícia científica aprofundava os laços entre as instituições europeias e latino-americanas em torno do desafio de formar os agentes para o combate da criminalidade moderna.

Entre bacharéis e criminalistas

No ano de 1913, o criminalista suíço Rudolph Archibald Reiss foi convidado a dar uma série de palestras sobre o tema da polícia científica aos alunos da Escola de Polícia do Rio de Janeiro. Discípulo de Alphonse Bertillon e diretor do Instituto de Polícia Científica da Universidade de Lausanne, sua vinda ao Brasil foi organizada, primeiramente, pela Polícia do estado de São Paulo, chegando ao Rio de Janeiro pela articulação com o chefe de Polícia Edwiges Queiroz.³⁴ Para Reiss (1914a, p. 24), as palestras dadas em outros países eram fundamentais para a consolidação da Polícia enquanto uma instituição moderna, tendo em vista que o crime havia se tornado um fenô-

33. J. G. A. Escola de Polícia. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro, maio 1914, ano VII, nº 5, p. 239.

34. O PROFESSOR Reiss no Rio. *Boletim Policial*, ano VII, nº 7, jul. 1913, p. 261.

meno internacionalizado.³⁵ As aulas do criminalista ministradas na capital federal centraram-se em torno de dois temas principais: as análises das cenas de crime e as práticas de falsificação. Neste primeiro conjunto, Reiss dedicou-se ao exame de vestígios de pelos, sangue, vestimentas e pegadas como indícios presentes em cenas de crime que poderiam revelar a autoria dos criminosos que abandonavam os locais de delito para não serem punidos. Tais aulas, que foram realizadas no laboratório científico da Escola de Polícia, foram seguidas de lições sobre um segundo grupo de saberes: as formas de falsificação no que tangia aos textos escritos e aos papéis de moeda.

A produção de dinheiro falso envolvia íntimas conexões entre os mundos delitivo e policial que atravessaram as fronteiras de países latino-americanos e europeus. Os processos migratórios que envolveram os continentes, desde o final do século XIX, indicaram o deslocamento territorial de imigrantes que muitas vezes contando com habilidades de fotógrafos e litógrafos inseriam-se nas redes de falsificação monetária. Não por acaso, o diretor do Gabinete de Identificação, Elysio de Carvalho, sinalizou em um artigo de sua autoria que “a derrama de dinheiro falso brasileiro é colossal. Quase todo ele procede do estrangeiro. Vem principalmente de Buenos Aires e de Montevideú. Aí estão as verdadeiras fábricas de moeda falsa”.³⁶ Desta forma, frente a um tipo de criminalidade que se delineava através das fronteiras dos Estados-Nações latino-americanos e europeus, criminalistas como Elysio de Carvalho buscavam criar formas de cooperação que facilitassem o intercâmbio de saberes de polícia científica para reprimir o fenômeno da criminalidade moderna.

35. Sobre a experiência de Reiss em São Paulo, ver: Martins, 2011.

36. CARVALHO, Elysio. A falsificação dos nossos valores circulantes. *Boletim Policial*, ano V, nº 18-20, out.- dez. 1911, p. 594.

Durante suas aulas, Reiss sinalizou a fragilidade das notas brasileiras, uma vez que seus processos gráficos as tornavam facilmente factíveis de falsificação. As impressões de gravuras grosseiras e o uso de papéis que não seriam filigrados eram citados pelo criminalista como elementos que permitiam que falsários forjassem notas sem qualquer dificuldade. O convite ao criminalista para a realização de um curso que abordasse a temática de falsificação monetária não se reduzia a um esforço de construção de alianças entre as Polícias do Atlântico. Tais palestras também vinham responder às urgências vividas na capital federal. A Proclamação da República, em fins do século XIX, representou para a cidade do Rio de Janeiro o estabelecimento de um novo regime político e a inserção econômica no sistema capitalista financeiro de caráter liberal. Logo após a fundação do novo regime, a política econômica dirigida pelo ministro da Fazenda Rui Barbosa caracterizou-se pelo vasto aumento de emissão de moedas e pelo aumento da atividade de especulação financeira (Fausto, 1994, p. 252). Desde o final do Segundo Reinado, constatava-se que a quantidade de papel-moeda circulante era insuficiente frente às novas realidades do trabalho assalariado e ao ingresso em massa de imigrantes. A expansão e a descentralização da emissão de moedas permitiram em igual medida os processos de falsificação monetária e a articulação de falsificadores residentes na cidade com falsários de outras partes do mundo. Desta forma, seria por isso que a Escola de Polícia criada por Elysio de Carvalho reivindicava uma “função de Estado”,³⁷ afirmando-se capaz de instruir os agentes policiais cariocas para a “preservação da propriedade particular”³⁸ no Brasil.

37. CARVALHO, Elysio de. Prefácio. LOCARD, Edmond. *A Escola de Polícia do Rio de Janeiro*. Biblioteca do *Boletim Policial* – V. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913, p. 6.

38. CARVALHO, Elysio de. História Natural dos Malfeitores: Notas e crônicas. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, nº 4, ano VII, abr. 1913, p. 61.

Logo, as palestras do professor R. A. Reiss (1914a, p. 3) dadas à Escola de Polícia do Rio de Janeiro foram resumidas, traduzidas e publicadas em brochuras, no ano de 1914, dentro da coleção da Biblioteca do *Boletim Policial*, abordando “o estudo do lugar de um crime como essencial à investigação”. A vinda de Reiss ao Brasil foi um momento de grande notoriedade internacional do criminalista suíço, responsável também pela consolidação de uma aliança maior entre o Instituto de Polícia Científica de Lausanne e o Gabinete de Identificação do Rio de Janeiro. O convite ao Brasil era bastante generoso ao criminalista: uma estadia de quatro meses, com todas as despesas pagas e recebendo um pagamento de 40.000 francos (Quinche, 2006, p. 19). No entanto, para além do círculo de palestras, que ao serem traduzidas e impressas favoreciam uma difusão dos intercâmbios entre as Polícias do Rio de Janeiro e de Lausanne, a vinda de Reiss ao Brasil gerou um processo mais complexo que a simples importação de saberes criminalísticos globais para a Polícia brasileira.³⁹ Apesar de os originais das aulas ministradas por Reiss não terem sido encontrados nos arquivos da Polícia carioca, a compilação de escritos do criminalista suíço – organizada por Nicolas Quinche⁴⁰ – nos ilumina alguns pontos abordados por Reiss e que não foram possíveis de serem encontrados no resumo de conferências traduzido pelo *Boletim Policial*.

Em crítica ao sistema de identificação do Rio de Janeiro, Reiss apresentou o modelo de ficha de identificação parisiense que adotava cinco sistemas distintos: antropometria, datiloscopia, retrato falado, fotografia sinalética e as marcas particulares. Sob o argumento de que quanto maior o número de procedimentos, menor seriam as probabilidades de ocorrerem erros, a apresentação destas fichas trazia consigo

39. Apesar de iluminar como as práticas de tradução seriam centrais para a consolidação do campo da criminologia na América Latina, Sozzo (2006, p. 421) coloca como esses processos seriam formas de “importação cultural”, mesmo que metamorfoseadas pelas práticas de tradução.

40. Sobre a visita de Reiss ao Brasil, ver: Quinche, 2011, p. 297-304.

uma engenhosa e difícil proposta: a reintrodução da antropometria judiciária no sistema de identificação brasileiro. Discípulo de Bertillon, Reiss era ainda um defensor do sistema desenvolvido pelo criminalista francês, chegando a sugerir aos policiais do Rio de Janeiro que a reintegração desse sistema seria uma forma de dar continuidade ao intercâmbio de fichas com Polícias de outros países. No entanto, a ambiguidade desta fala – que colocava em questão a própria viabilidade de cooperação entre as Polícias do Rio de Janeiro e de Lausanne – não encontrou ressonância frente ao governo brasileiro. Em 1913, a datiloscopia de Vucetich já se consolidara como o modelo mais eficaz a ser adotado pela Polícia brasileira. A proposta de Reiss foi negada e os sistemas datiloscópico e de fotografia sinalética foram mantidos como formas de identificação dos criminosos no Brasil.

O fato de tal episódio não constar no resumo de conferências publicadas pelo *Boletim Policial* demonstra como os silêncios presentes nas documentações históricas podem ser tão reveladores quanto os próprios registros escritos, devendo ser lidos como uma linguagem em si própria (Ross, 2009). Em uma publicação que procurava relatar os destaques das palestras ministradas por Reiss, a escolha por não incluir tal proposta malsucedida indicava tanto um constrangimento frente ao desentendimento entre o criminalista suíço e a Polícia do Rio de Janeiro, quanto o desconforto frente à defesa de Reiss pela antropometria, já considerada superada pelo Gabinete de Identificação do Rio de Janeiro.

Se as próprias traduções e os resumos de suas palestras já implicavam processos de recepção, apropriação e ressignificação destes saberes, as análises de cenas de crime feitas pelo criminalista suíço na cidade São Paulo resultaram em artigos publicados por Reiss e Elysio de Carvalho. O criminalista suíço publicara no periódico sérvio *Politika*, enquanto o escritor alagoano utilizara a própria revista brasileira do *Boletim Policial*, assim como periódicos diários como *O Imparcial*.

A aproximação de Reiss com a Sérvia ocorrera desde 1914, quando decidiu abandonar o Laboratório de Polícia Científica em Lausanne para atuar como criminalista nos campos de batalha da Primeira Guerra Mundial. Os conhecimentos fotográficos das análises das cenas dos crimes eram requisitados pelo governo sérvio como forma de registrar os crimes de guerra e as atrocidades cometidas pelas tropas austro-húngaras (Quinche, 2011, p. 312). Em 1922, Reiss publicou uma série de reportagens de polícia científica no periódico sérvio *Politika* com o intuito de “vulgarizar” tais conhecimentos, demonstrando a pertinência deste campo de saber para um público leitor mais amplo (Quinche, 2011, p. 21).

Nesses artigos, duas experiências em São Paulo foram mencionadas pelo criminalista, ambas relativas à análise de cenas de crime. Despertado por uma ligação telefônica às cinco da manhã, Reiss (2011, p. 50) foi chamado ao local de um delito, onde se deparou com um cadáver em meio a uma “magnífica paisagem tropical”. Enquanto o criminalista suíço fazia uma série de procedimentos para registrar a posição em que fora deixado o cadáver, os policiais brasileiros encontraram um suspeito do crime, trazendo-o à presença de Reiss. Ao vislumbrar este homem, o criminalista suíço afirmou que este não se tratava do assassino. A análise do ferimento mortal que se encontrava no peito do cadáver demonstrava que este havia sido feito por uma pessoa alta. E o suspeito, que possuía uma baixa estatura, não seria capaz de ter assassinado aquele homem cuja altura o superava em 30 centímetros.

A “grande autoridade” de Reiss também foi solicitada em um caso de incêndio ocorrido na loja de um alfaiate. A tragédia que parecia ser acidental foi desmascarada pelo criminalista que, ao inspecionar o local, encontrou vestígios de petróleo nos tecidos da loja. Tais indícios comprovavam que o alfaiate havia ateadado fogo em sua própria loja com o intuito de receber a indenização por incêndio (Reiss, 2011, p. 50). No entanto, estes casos, narrados em um jornal

de grande circulação sérvio, em muito se diferenciavam do artigo escrito por Carvalho sobre a experiência de Reiss no Brasil. A princípio, o próprio episódio era distinto. De acordo com o *Boletim Policial*, Reiss havia sido convidado pela polícia paulista para analisar as vestes de uma vítima que dizia ter sido agredida à mão armada e roubada na quantia de quarenta e sete contos. Embora a revista brasileira abordasse um episódio diferente dos narrados por Reiss, as experiências do criminalista suíço ganhavam contornos distintos pela própria linguagem utilizada nesses artigos. Se, no jornal sérvio, as inspeções em lugares de crime eram narradas como pequenos enigmas que foram elucidados por esse criminalista; na revista brasileira, a inspeção de Reiss foi publicada em formato de um relatório, no qual se registrava a análise de cada vestimenta e eram respondidos objetivamente os quesitos determinados pelo delegado de São Paulo.

Tais diferenças não aconteciam por acaso, uma vez que estes artigos obedeciam às lógicas de publicação impressas distintas. Se o texto de Reiss veiculado na imprensa sérvia tinha como fim divulgar o campo da polícia científica para um público leigo, o periódico brasileiro desejava difundir tais procedimentos científicos para um público leitor policial mais especializado. Apesar das diferenças, ambos evidenciavam um fenômeno sócio-histórico comum. A visita do criminalista suíço gerara narrativas que extrapolavam as fronteiras geográficas locais. Favorecendo a circulação e a difusão de experiências vivenciadas pelas Polícias brasileira e suíça, tais escritos tanto fortaleciam as alianças entre estas instituições policiais, como difundiam as próprias instituições policiais locais para países que desconheciam o fenômeno da criminalidade moderna brasileira.

Ao fim de sua conferência, Reiss explicitou como, em uma época de grandes conflitos bélicos no mundo ocidental, o espaço atlântico sul-americano seria um terreno propício para o crescimento e a liderança das formas de cooperação entre as polícias científicas do mundo.

Deve, pois, tratar-se seriamente a união policial internacional. Não será talvez possível às nações europeias, pelas delicadezas da sua vida política internacional, chamar a si essa iniciativa. Ela está naturalmente indicada a um país neutral, alheio a essas lutas de chancelarias; e, porventura, o Brasil seria bem acolhido numa proposta dessa natureza (Reiss, 1914a, p. 39-42).

Tal declaração demonstrava como a cartografia mundial da polícia científica não se reduzia claramente à produção de um centro intelectual europeu para uma periferia sul-americana. A ideia de que um país sul-americano pudesse liderar as polícias científicas demonstrava como este campo era composto por diversos polos de produção de saberes que não se colocavam de forma passiva entre si. No entanto, por mais que tais alegações oficiais buscassem enaltecer as forças policiais que construíam tais alianças, estas ocorriam em desigualdades de poder, tendo em vista não apenas o pioneirismo no campo, mas o incentivo orçamentário dado pelos Estados europeus para a construção das suas instituições policiais. Ao compararmos os registros sobre as experiências de Reiss no Brasil, o artigo escrito pelo criminalista suíço descrevia o Rio de Janeiro por sua magnífica paisagem tropical demonstrando o caráter primitivo e selvagem que era atribuído à cidade brasileira. Consagrado honorário da Escola de Polícia após sua visita à capital federal, a visão de Reiss expressa neste artigo indicava como tais intercâmbios, por mais que se propusessem a ser horizontais, ocorriam em meio a disparidades de posições entre instituições de Polícia no campo.

No ano da visita de Reiss ao Brasil, a estrutura curricular da Escola de Polícia do Rio de Janeiro foi modificada e ampliada. A instituição, que contava com apenas um professor para ministrar todos os conteúdos programáticos, passou a possuir cinco docentes: Elysio de Carvalho, responsável pelo curso de Criminalística; Jacinto Barros,

professor de Elementos de Medicina Legal e Assistência de Urgência; Celso Vieira, docente do Curso Prático do Código Penal, Processo Criminal e Polícia Administrativa; Edgard Simões Correa, responsável pelo curso de Identificação; e, por fim, Otavio Michelet de Oliveira professor de Fotografia Judicial (Locard, 1913, p. 7-11). O ingresso dos novos professores foi acompanhado de uma gratificação extra de 200 mil réis para esses, que se dedicavam à instrução dos agentes de polícia. Tal bonificação provinha da renda obtida pelo Gabinete de Identificação através da emissão de carteiras de identidades para os habitantes do Rio de Janeiro. O aumento do requerimento deste documento de identificação durante a segunda década da Primeira República permitia que tanto os professores como o diretor recebessem uma bonificação em seus salários. Para além disso, a renda gerada a partir da expedição das carteiras de identidade também era direcionada para o pagamento dos funcionários extranumerários do Gabinete, cujos ordenados variavam entre 100\$, 150\$, 200\$.⁴¹

Durante o último ano da gestão de Belisário Távora, em 1913, houve uma redução na requisição e na emissão das carteiras de identidade, o que resultou na diminuição de 50\$ nos salários dos professores e do diretor da Escola de Polícia, além de 20\$ dos funcionários extranumerários.⁴² O ano de 1913 foi marcado por uma forte crise econômica, gerada pela quebra dos preços internacionais do café – que correspondia a 53% da pauta das exportações –, junto à decadência da borracha no mercado global. A retração de créditos externos e a falta de cobertura geraram contínuos déficits orçamentários que aceleraram o processo inflacionário e reduziram as consignações de verbas para a Polícia do Rio de Janeiro (Samet, 2008, p. 396). Em meio a uma crise que provocou a saída do chefe Belisário Távora, os salários dos policiais ligados à Escola de Polícia também foram redu-

41. Para leitura do chefe de polícia. *A Notícia*. Rio de Janeiro, 21-22 ago. 1913, p. 1.

42. Para leitura do chefe de polícia. *A Notícia*. Rio de Janeiro, 21-22 ago. 1913, p. 1.

zidos. A destituição de Távora deveu-se a um contínuo desgaste de sua figura com o governo e a população brasileira. Frente à política salvacionista de Hermes da Fonseca e o fracasso do intervencionismo do governo no estado do Ceará, a incapacidade do chefe de Polícia de conter a Revolta do Juazeiro, liderada por Padre Cícero, gerou conflitos entre a figura do presidente e o chefe de Polícia. Além disso, no ano de 1913, os jornais da grande imprensa carioca denunciavam a ineficiência da chefia, conivente com as práticas de jogos irregulares e incapaz de estabelecer práticas de controle do fenômeno da criminalidade na capital federal.⁴³

Com a saída de Távora, assumiu Manoel de Edwiges Queiroz, que já tinha ocupado esse cargo entre 1894 e 1898. Em sua nova passagem pela chefia, que durou apenas cinco meses até tornar-se Ministro da Agricultura, este teve que lidar com o impacto do esgotamento da verba para a Polícia e da não abertura de créditos para a compra de material rotineiro das atividades da instituição.⁴⁴ Contudo, apesar do quadro orçamentário deficitário, os salários dos professores da Escola de Polícia tiveram a sua diminuição suspensa após a entrada do novo chefe de Polícia enquanto os extranumerários permaneceram com seus ordenados reduzidos. A disparidade do reajuste dos salários entre os funcionários da Polícia do Rio de Janeiro foi denunciada pelo jornal *A Notícia* e evidenciava tanto as diferenças hierárquicas presentes na seção policial do Gabinete de Identificação como também o caráter elitista da Escola de Polícia do Rio de Janeiro.⁴⁵

Não por acaso, no ano de 1913, a Escola registrou 48 alunos matriculados, dos quais 32 não eram agentes, sendo aprovados apenas 8

43. Sobre a saída de Belisário Távora do cargo de chefe da Polícia, ver: Samet, 2008, p. 401.

44. Sobre a trajetória de Manoel Edwiges de Queiroz, ver: Samet, 2008, p. 405-430.

45. Para leitura do chefe de polícia: dois pesos e duas medidas. *A Notícia*, 21 e 22 ago. 1913, p. 1.

alunos.⁴⁶ Na documentação sobre a Escola de Polícia presente no Arquivo Nacional, foi possível localizar a trajetória de alguns alunos cuja origem distanciava-se do percurso dos agentes de polícias “inábeis”, que, segundo Elysio de Carvalho, deveriam ser instruídos para melhor desempenharem suas funções.⁴⁷ A Escola contava com alunos, como Pedro Lopes Pingano, servente do Gabinete Médico-Legal, junto a discentes, como Domingos Braga e Antônio Augusto Almeida, ambos alunos da Faculdade de Letras do Rio de Janeiro.⁴⁸ Tais perfis heterogêneos demonstravam como a instituição de ensino gerenciada pelo Gabinete de Identificação foi encarada de formas distintas por aqueles que eram discentes e não compunham o corpo de agentes. Enquanto o ingresso de um servente do Gabinete Médico-Legal nos indica que a Escola de Polícia era vista preliminarmente como um espaço de ascensão de membros das classes mais empobrecidas que já trabalhavam próximos à instituição, por outro lado, a participação de alunos universitários demonstrava a presença de membros da elite que provavelmente visavam a cursar a Escola com o intuito de galgar empregos públicos através da polícia. Para ambos os casos, é evidente como a recorrência à carreira policial atrelava-se à busca por uma certa posição “respeitável” na sociedade, adquirida principalmente pela pequena parcela de autoridade que era cedida, mesmo que diminuta, aos funcionários de segurança (Bretas, 1997, p. 145).

Outro exemplo do caráter elitista que adquiria a Escola de Polícia foi o requerimento do professor de francês da Brigada Policial, Bruno Warren, para lecionar no ano de 1913 o dito idioma na Escola.⁴⁹ O ensino de uma língua estrangeira para aqueles que atuavam

46. Dossiê da Escola de Polícia, AN, GIF1 6C483.

47. CARVALHO, Elysio de. Escola de Agentes. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano I, nº 3, jun. 1907, p. 18.

48. Dossiê da Escola de Polícia. AN, GIF1, Caixa nº 483.

49. Dossiê da Escola de Polícia. AN, GIF1, Caixa nº 483.

no policiamento cotidiano das ruas destoava das atividades exercidas por tais profissionais. De acordo com o estudo de Bretas, os agentes de polícia, para além das atividades de vigilância de contravenções, crimes de sangue e contra a propriedade, também eram responsáveis por questões de assistência pública, como a remoção de cadáveres, o encaminhamento de mendigos, vadios e vítimas de acidentes (Bretas, 1997, p. 64). Desta forma, o ensino da língua francesa indicava como a Escola de Polícia era aproveitada muito mais por um público que buscava ingressar em postos públicos policiais ocupados pelas elites da capital federal do que pelos policiais de rua. Não por acaso, em meio a este quadro, o *Jornal do Brasil* publicou a seguinte charge sobre a fundação da Escola de Polícia.

Figura 5. Charge sobre a Escola de Polícia.



Fonte: *Jornal do Brasil*, 18 de janeiro de 1912, p. 1.

A charge acima, que tinha como legenda “Agora as nossas ‘letras’ já têm academia” consta em primeiro plano com dois homens bem-vestidos e uma figura de um policial entre essas figuras, porém em um plano posterior. O uso de chapéu, o terno, a gravata borboleta e a bengala constituem-se em signos de distinção entre as personagens que se encontram no primeiro plano e os policiais uniformizados do último plano, evidenciando diferenças hierárquicas presentes entre os funcionários de polícia. A fala proferida, que se encontra presente na legenda, demonstra como esses sujeitos seriam ligados a saberes produzidos em espaços acadêmicos. Por sua vez, a figura do guarda, que se encontra uniformizado entre eles, portando um cassete, representa um policial de rua cujo trabalho de policiamento e repressão baseava-se muitas vezes em um conjunto de experiências que se davam no exercício cotidiano de sua profissão (Bretas, 1997, p. 144). Através dessa charge, o *Jornal do Brasil* indicava tanto o contraste entre os tipos de trabalho e entre os próprios agentes – os que pertenceriam a um alto escalão e os policiais de rua – quanto também questionava a própria pertinência de uma Escola de Polícia cujos saberes proferidos distanciavam-se das atividades cotidianas desses policiais. Uma vez que a figura do policial de rua encontrava-se em segundo plano na charge, para o jornal, tal instituição de ensino policial destinava-se mais a abrigar indivíduos interessados nos debates criminalísticos e que não se encontravam inseridos em espaços acadêmicos institucionalizados do que os agentes que patrulhavam as ruas do Rio de Janeiro.

Frente a isso, podemos compreender o porquê de a charge do *Jornal do Brasil* afirmar que com a criação da Escola de Polícia “as nossas letras possuíam academia”. O esforço de criação e legitimação da Escola empreendido por Elysio de Carvalho se dava em meio a uma disputa por uma institucionalização dos saberes criminalísticos na capital federal. Não por acaso, o escritor afirmou que com a fundação da Escola de Polícia “o ensino dos conhecimentos, métodos e

processos preconizados pelo que se chama impropriamente de polícia científica teve no Brasil a sua consagração oficial”.⁵⁰ Frente à dificuldade de inserção e legitimação dos saberes de polícia científica – e mesmo da figura de Elysio de Carvalho – no universo dos bacharéis em Direito do Rio de Janeiro, o escritor alagoano fundou uma Escola construindo um espaço acadêmico alternativo para a consolidação desse campo de conhecimentos.

Desde finais do século XIX, os estudos de criminologia tiveram ampla repercussão entre os juristas brasileiros e as Faculdades de Direito do país, tornando-se um espaço de recepção e ressignificação das teorias criminológicas (Alvarez, 2003, p. 30). O ingresso no curso de bacharel em Direito no Recife foi citado em algumas entrevistas dadas por Elysio de Carvalho como parte de sua trajetória anterior à carreira policial.⁵¹ A versão foi desmentida pelos alunos da Faculdade de Direito, negando a presença do nome do escritor alagoano nos livros de registro dos discentes matriculados nesta instituição.⁵² Falsa ou verdadeira, a formulação de tal arдил indicava como o pertencimento ao universo intelectual dos bacharéis em direito permitia o ingresso entre os grupos de elite que ocupavam os espaços de poder na Primeira República. A reforma policial de 1907 permitiu a entrada no corpo de funcionários de uma elite intelectual de escritores e jornalistas – como Elysio de Carvalho e Félix Pacheco – que buscavam justamente se familiarizar com os debates e saberes criminológicos e de polícia científica (Bretas, 1997, p. 44). Desta forma, será justamente por sua trajetória divergente e pela dificuldade de inserir-se nos meios intelectuais já consolidados que Elysio de Carvalho buscou

50. CARVALHO, Elysio de. Prefácio. In: LOCARD, Edmond. *A Escola de Polícia do Rio de Janeiro*, 1913, p. 3.

51. ELYSIO DE CARVALHO. *Rua do Ouvidor*, Rio de Janeiro, 24 de junho de 1889, p. 2.

52. Protesto solene. *Gutenberg*, Maceió, 16 jul. 1899, p. 1.

criar um campo institucionalizado de saberes criminalísticos através da criação da Escola de Polícia.

Não por acaso, uma das matérias do curso da Escola de Polícia era as preleções sobre Direito Penal brasileiro, ministradas pelo professor Celso Vieira. O resumo de suas aulas, que ganharam um artigo próprio nas páginas do *Boletim Policial*, sistematizava os fundamentos das leis penais, apresentando aos alunos sua evolução histórica. Segundo o jurista, primeiro houve o momento da *vindicta*, cuja punição ao delito era exercida pela vítima ou pela família contra o culpado; o segundo momento era o da *compositio*, no qual a autoridade pública compelia o agressor e a vítima à reconciliação mediante pagamento de multa; terceira, a fase da intimidação, caracterizada pela aplicação de duras penas corporais; quarta, a fase humanitária, que considerava os indivíduos como possuidores de livre-arbítrio e o crime um erro transitório que deveria ser punido através da privação da liberdade; e, por fim, o que o jurista considerou como “período atual”, “caracterizado pelas induções positivas da antropologia e da sociologia criminal, que estabeleceu a negação do livre-arbítrio e o consequente determinismo das ações humanas”, junto ao “regime de individualização da pena”.⁵³

Um ano depois da Proclamação da República, em 1890, foi elaborado o primeiro Código Penal, antes mesmo da criação de uma Constituição para o novo regime político que se fundava. Nos anos seguintes, a perspectiva clássica do Direito Criminal, tributária dos pensadores iluministas, seria objeto de crítica mesmo nas Faculdades de Direito, um dos principais espaços de recepção das teorias criminológicas italianas. Inserido neste contexto, o jurista Celso Vieira considerou como última etapa do desenvolvimento do sistema jurídico o arcabouço de ideias de criminologia, apresentando aos alunos da

53. VIEIRA, Celso. Escola de Polícia do Distrito Federal: resumo das preleções de direito penal. *Boletim Policial*, Rio de Janeiro, ano VII, nº 4, abr. 1912, p. 73-74.

Escola de Polícia uma revisão do campo do Direito Penal a partir de um olhar cientificista.

As aulas que se propunham a apresentar aos discentes da Escola os principais elementos constituintes da legislação penal de 1890 evidenciavam as formas de recepção das teorias criminológicas italianas no cenário intelectual brasileiro, além de nos indicar interpretações dos estudos das Escolas Penais Clássica e Positivista, propondo perspectivas conciliatórias entre tais campos de estudo. Considerando o conceito de livre-arbítrio como insuficiente para a compreensão do fenômeno da criminalidade, o jurista defendia que todo crime praticado com “vontade” e “consciência de que o ato é punível” possuiria intenção criminosa e seria passível de penalidade. No entanto, também deveriam ser levados em consideração os fatores, biológicos, físicos e sociais desse fenômeno para precisar os motivos antissociais que determinariam a vontade de praticar a infração penal. A partir deste momento, caberia ao juiz indagar se tais motivos atuavam sobre “um delinquente louco, nato, habitual, apaixonado ou de ocasião”.⁵⁴

A aproximação da Escola de Polícia do Rio de Janeiro com a perspectiva da Escola Italiana ocorria não apenas através da obra de Lombroso, mas também pela leitura de seus discípulos, membros de uma geração de médicos e juristas de expressão internacional, como Salvatore Ottolenghi. Talvez por isso, o diretor do Gabinete de Identificação publicou no periódico oficial desta repartição a tradução de quatro artigos deste autor entre os anos de 1913 e 1914. Dentre estes, Ottolenghi apresentou a experiência da Escola de Polícia de Roma, colocando os estudos de criminosos no cárcere sob um olhar “somático, físico e biográfico” como um pilar para o surgimento desta instituição, assim como das experiências de Escola de Polícia que

54. VIEIRA, Celso. Escola de Polícia do Distrito Federal: resumo das preleções de direito penal. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro, ano VII, nº 4, abr. 1912, p.77-78.

ocorreram em Buenos Aires e na própria cidade do Rio de Janeiro.⁵⁵ O programa de estudos da Escola de Polícia Científica de Roma constava com a identificação judiciária, a fotografia sinalética, a datiloscopia e a identificação física, anamnésica e específica. Além disso, havia a instrução dos procedimentos de elaboração da cartela biográfica dos criminosos, documento que seria de identificação somática, anamnésica e física.

No entanto, os esforços de aproximação entre os polos de polícia científica de Roma e do Rio de Janeiro não ocorriam como uma via de mão única. Na obra de Salvatore Ottolenghi, *Trattato di Polizia Scientifica*, este mencionara a Escola de Polícia fundada por Elysio de Carvalho como um dos exemplos bem-sucedidos da difusão internacional do modelo romano. Ao longo desse trabalho, o criminalista italiano afirmara como “isso é demonstrado pelos programas de estudo de todas as Escolas de Polícia Científica que surgiram depois da nossa: a Escola de Bruxelas, dirigida pelo colega e amigo De Rechter, a do Rio de Janeiro, fundada por Carvalho, a do grande Instituto de Criminalística de Viena na Direção Geral de Polícia, a Escola de Polícia de Nova York e múltiplas Escolas de Polícia da América do Sul” (Ottolenghi, 1932, p. VII-XII).

Desde o Primeiro Congresso de Antropologia Criminal em 1885, a teoria de uma criminalidade nata foi alvo de críticas pelo criminalista francês, Alexandre Lacassagne. Para este, a causa da criminalidade não estaria na constituição orgânica do ser humano, mas em determinados ambientes que poderiam permitir a proliferação do crime (Kaluszynski, 2006, p. 301-316). A partir deste episódio, surgia uma querela que marcaria as primeiras décadas do século XX, caracterizada por um antagonismo entre membros da Escola Positiva Italiana e aqueles que pertenceriam à Escola Francesa. Neste senti-

55. OTTOLENGHI, Salvatore. A Escola de Polícia científica de Roma. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano VII, nº 6, jun. 1914, p. 263.

do, a participação na Exposição Internacional de Higiene Social em Roma e o convite ao criminalista suíço Rudolph Archibald Reiss ao Brasil demonstravam como Elysio de Carvalho fazia uma conciliação teórica entre os criminologistas italianos e os criminalistas franceses, permitindo a inserção do Gabinete de Identificação do Rio de Janeiro em uma rede de cooperação com os polos de polícias científicas internacionais, mesmo que, a princípio, antagônicos.

Tal fenômeno torna-se ainda mais perceptível no VIII Congresso Internacional de Antropologia Criminal realizado na cidade de Turim, para o qual o Gabinete de Identificação do Rio de Janeiro foi convidado no ano de 1914. O escritor, que enviou um estudo de sua autoria ao evento, apontou em seu último ano como diretor do Gabinete de Identificação uma concepção de polícia científica distinta da que desenvolvera em estudos anteriores. Se em *A polícia carioca e a criminalidade contemporânea*, Elysio de Carvalho (1910, p. 75) apresentou a definição do campo a partir da perspectiva de R. A. Reiss – como a aplicação dos conhecimentos científicos “destinados a estabelecer a identidade de uma pessoa e determinar a parte que um indivíduo ou objeto tomou em um fato delituoso” –, em Turim, o escritor defendeu que a criminalística “não compreendia somente os estudos de vestígios concretos e materiais do crime (...) mas também o exame dos indícios abstratos, psicológicos do criminoso” (Carvalho, 1914, p. 7). Tal incongruência, que pode ser interpretada como uma contradição na trajetória criminalística de Elysio de Carvalho, demonstrava como os esforços de conciliação entre as perspectivas francesa e italiana relacionavam-se menos a uma filiação exclusiva a uma escola criminalística e mais a uma estratégia para a resolução de um conflito local: a institucionalização do campo da polícia científica no Brasil.

No último ano de seu funcionamento, Elysio de Carvalho publicou no *Boletim Policial* um artigo afirmando que de um quantitativo

de 45 inscritos, 8 apresentaram-se aos exames finais e concluíram o curso da Escola de Polícia.⁵⁶ Com o fim do governo Hermes da Fonseca e a entrada do novo chefe de Polícia, Aurelino Leal, a Escola de Polícia teve seu funcionamento encerrado no início do ano de 1915. Segundo o jornal *O Imparcial*, o novo chefe de Polícia lançou uma portaria informando o fechamento da instituição, uma vez que esta “não tem produzido os resultados que se esperam da sua criação”. Além disso, o policial ponderava que a instituição que não era uma criação legislativa “dispendia a quantia de 1:200\$000 mensais, ou seja, 14:100\$00 anuais, quantia que podia ser aproveitada mais vantajosamente no próprio serviço de polícia”. Frente aos alunos, cuja “média de frequência era apenas 15”, o policial oferecia que “as lições de técnica policial poderiam continuar a ser ministradas nos laboratórios do Serviço Médico-Legal e no Gabinete de Identificação e Estatística” (...) “de modo exclusivamente prático, como convém à técnica policial”.⁵⁷ A ideia de um ensino prático obrigatório “a todo pessoal, delegados, comissários e agentes” divergia da proposta da Escola criada por Elysio de Carvalho, voltada para os estudos de criminologia e criminalística. O fim desta instituição nos evidencia as divergências internas entre as elites diretivas policiais da Primeira República que giravam em torno da disputa entre a defesa de uma polícia prática/empírica e a construção de um núcleo de polícia científica.

Tais tensões, que permeavam o funcionamento e a gestão do Gabinete de Identificação do Rio de Janeiro, aprofundaram-se ao longo da gestão de Aurelino Leal. Em 1915, o chefe de Polícia levou ao Presidente da República, Venceslau Brás, um projeto de transformação do Corpo de Investigação e Segurança na seção de Inspetoria de Investigação e Captura, que anexaria as seções de Identificação e

56. A propósito da escola de polícia. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano VIII, nº 1, jan. 1914, p. 24.

57. LEAL, Aurelino. *O Imparcial*. Rio de Janeiro, 28 nov. 1914, p. 6.

Fotografia Judiciária do Gabinete de Identificação. Tal proposta, que pretendia esvaziar a seção dirigida por Elysio de Carvalho, defendia ainda que tal Inspetoria fosse dirigida por uma das delegacias auxiliares designada pelo chefe de Polícia (Samet, 2008, p. 6).

Desta forma, tal projeto evidenciava disputas de poder internas à Polícia brasileira marcadas pelos esforços de descentralização e fortalecimento das figuras dos delegados auxiliares em meio ao enfraquecimento das seções especializadas e científicas, como o Gabinete de Identificação. A Escola de Polícia que voltou a funcionar no ano de 1916, de forma bem mais restrita, tornou-se palco das disputas políticas institucionais da Polícia brasileira. Não por acaso, o jornal *Correio da Manhã* afirmou que o encerramento da Escola representava “a porta da rua para Elysio de Carvalho”.⁵⁸ Com o fim do governo Hermes da Fonseca, o escritor alagoano perdia boa parte da força política que lhe garantiu a posição de diretor do Gabinete de Identificação e Estatística. Frente ao encerramento das atividades da Escola e a proposta de subordinação das seções de Fotografia e Identificação Judiciária aos delegados auxiliares, Elysio de Carvalho retirou-se, no mesmo ano, da Polícia brasileira, alegando possuir um grave problema de saúde.

Neste sentido, a Escola de Polícia do Distrito Federal evidenciava como a construção da polícia científica seria fruto de uma série de intercâmbios que extrapolavam as fronteiras nacionais. Tais articulações que se desenvolviam através dos limites desses estados, evidenciavam trocas e interações sociais múltiplas mobilizadas tanto para a institucionalização do campo da polícia científica no Rio de Janeiro quanto para as disputas de poder que atravessavam a organização policial da capital federal da Primeira República.

58. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 29 nov. 1914, p. 4.

“A arte policial”

O roubo é uma arte.

Carvalho. O mundo dos criminosos.

Ilustração Brasileira, p. 202.

Em 1912, a revista *Careta* publicou uma série de crônicas criminalísticas assinadas pelo pseudônimo Sancho Sanches. Os artigos, que se dedicavam ao estudo dos punguistas, *scrocs*, falsários e gatunos do Rio de Janeiro, procuravam de forma analítica mapear os tipos de malfeitores que compunham a criminalidade moderna da cidade. Fotografias de frente e perfil, tatuagens e imagens das armas de crime eram publicadas em meio a tais textos forjando todo um imaginário de um submundo criminal da capital federal brasileira. Tal material que, segundo as crônicas, vinha da Casa de Detenção, evidenciava como estes artigos resultavam da articulação entre os órgãos de Polícia e os veículos da imprensa, muito provavelmente através de indivíduos que circulavam entre estes dois campos sociais. Um ano após esta publicação, a revista oficial do Gabinete de Identificação, o *Boletim Policial*, publicou um estudo intitulado *História natural dos malfeitores* que se tratava de uma compilação dos artigos da revista *Careta*, editado agora sob novo título. Com a nova impressão, o autor, que nas crônicas publicadas na imprensa adotara o pseudônimo de um

espião do rei Felipe II¹, assumia na revista policial que a autoria das crônicas pertencia ao próprio diretor do Gabinete de Identificação, Elysio de Carvalho. Assim como um espião, este circulava em campos de atuação distintos. E mediante uma performance social ambígua, utilizava-se de informações e documentos que obtinha nos arquivos de polícia, como materiais para escrita de suas crônicas criminalísticas, publicadas na grande imprensa.

No final do século XIX, os debates de criminologia e polícia científica extrapolavam as esferas médico-policiais e dos congressos criminalísticos, chegando a espaços distintos, como as gazetas jornalísticas das grandes metrópoles. As ruas e os becos das metrópoles caracterizadas pela inquietação de um crescimento vertiginoso das práticas criminais estampavam manchetes de jornais, romances policiais e folhetins, resultando em uma ampliação do público leitor dessas folhas (Kalifa, 1995, p. 235). Os diários da imprensa carioca publicizavam casos de crimes sensacionais que mobilizavam entrevistas e estudos de criminalistas, tornando-se palco de debates e divulgação dos saberes ligados ao campo da polícia científica e da Medicina Legal.² Longe de um processo de transferência de conteúdo, a circulação de estudos criminalísticos que avançavam nos espaços letrados da capital federal permitia muitas vezes que jornalistas se apropriassem de tais teorias, ressignificando e apresentando-as através de uma escrita sensacional a um maior número de leitores. A figura do criminoso degenerado tornou-se objeto de curiosidade e atração para os leitores das capitais metropolitanas, resultando na elaboração de narrativas sensacionais

1. Sancho Sanchez de Muñón (1531-1600) foi professor da Universidade do México entre os anos 1560 e 1600 ao mesmo tempo em que também atuava como espião do rei espanhol Felipe II no espaço universitário. González destaca como o substantivo “*espía*” no século XVI “tinha gênero feminino e designava as pessoas que recebiam informações de caráter reservado, sobre todos os meios políticos e em favor de terceiros”. Sobre a trajetória de Sancho Sanchez de Muñón, ver: González, 1997, p. 105.

2. Sobre os noticiários criminais cariocas e os crimes sensacionais, ver: Oliveira, 2014; Ottoni, 2010; Porto, 2003.

muitas vezes permeadas por uma ótica lombrosiana (Caimari, 2012, p. 188). De forma distinta, as crônicas de Elysio de Carvalho demonstravam um esforço de divulgação dos saberes ligados ao campo da polícia científica. Análises de cenas de crime e dos *modi vivendi e operandi* dos criminosos foram temas de artigos do escritor e diretor do Gabinete de Identificação que misturavam tanto casos célebres e elementos de romances judiciários quanto saberes criminalísticos transnacionais.

Desta forma, este capítulo tem como objetivo analisar de que forma nas crônicas de Elysio de Carvalho – publicadas nos periódicos *Careta*, *Ilustração Brasileira* e *O Imparcial* – o diretor do Gabinete de Identificação construía um imaginário do crime e dos delinquentes da capital federal, assim como da própria metrópole moderna do Rio de Janeiro. Tais textos, que contavam com estatísticas criminais, fotografias e registros dos malfeitores da cidade, mesclavam-se com narrativas ficcionais e fragmentos de casos célebres internacionais compondo um mosaico de saberes de crime cujo entremeado de fios procurou ser desembaraçado e mapeado ao longo deste capítulo. Junto à construção de um imaginário da criminalidade carioca, Elysio de Carvalho defendia em seus textos a formação de uma polícia científica, apresentando a um público leitor mais amplo uma gama de saberes criminalísticos transnacionais que junto a elementos de romances judiciários operacionalizavam um esforço de vulgarização dos saberes de polícia científica. Assim sendo, este capítulo se propõe a analisar os esforços empreendidos por Elysio de Carvalho de divulgação de saberes criminalísticos transnacionais como forma de consolidar frente ao público leitor das gazetas jornalísticas o campo da polícia científica. Para tal, procurarei, por fim, compreender as lógicas de produção de suas crônicas, as relações de Elysio de Carvalho com os órgãos de imprensa em que publicava, assim como articulações dessas publicações com as demandas vividas pelo Gabinete de Identificação e Estatística.

História natural dos malfeitores

Publicadas no ano de 1910, as séries de crônicas intituladas “A Polícia Moderna” e “O Mundo dos Criminosos” ganharam espaço nas páginas da revista *Ilustração Brasileira* entre os meses de novembro de 1910 e abril de 1911. Tais crônicas, impressas no momento de transição em que Elysio de Carvalho era promovido ao cargo de diretor do Gabinete de Identificação e Estatística, demonstravam um primeiro esforço de apresentação a um público leitor mais amplo de um projeto de uma polícia moderna e científica que nascia em oposição às práticas policiais violentas e empíricas. Diferentemente dos artigos publicados no periódico *O Paiz* – que voltados para políticos, literatos e grupos dominantes tinham como intuito dialogar sobre o projeto de reforma policial elaborado em 1910³ – as crônicas publicadas na *Ilustração Brasileira* buscavam atrair leitores mais diversificados, utilizando como recursos a publicação de fotografias e ilustrações em suas folhas.

Além disso, o esforço para a ampliação do público leitor também se traduzia na construção de textos mais palatáveis, com uma linguagem mais simples, e através da introdução de novas tecnologias de diagramação, cujo uso de cores e imagens buscavam atrair os leitores para uma nova estética impressa. Neste sentido, as revistas ilustradas inauguravam um novo tipo de fazer jornalístico, no qual as técnicas de fotogravura e fotografia superavam as limitações de reprodução até então presentes com a litografia e a xilografia, permitindo a impressão de ilustrações de forma mais rápida e fácil. Fundada em 1909, a revista *Ilustração Brasileira* era de posse de Luís Bartolomeu – dono também da revista *Para Todos* e *O Malho* – e contava com as contribuições de artigos de escritores renomados, como Medeiros de Albuquerque,

3. O segundo capítulo deste livro aborda os artigos publicados por Elysio de Carvalho no jornal *O Paiz* que se relacionavam com o projeto de reforma policial empreendido entre os anos 1910 e 1911 e que posteriormente foram publicados em formato de brochura sob o título *A polícia carioca e a criminalidade contemporânea*.

Olavo Bilac e João do Rio (Sodré, 1966, p. 301). Este último, amigo e companheiro literário de Elysio de Carvalho, pode ser apontado como a figura provavelmente responsável pela aproximação do literato de Alagoas com a equipe editorial deste periódico.⁴ E, para além disso, em 1910, a folha assumia uma postura de oposição à campanha civilista de Rui Barbosa – assim como o escritor alagoano – mostrando-se como um espaço intelectual receptivo às suas crônicas.

A modernidade urbana será um objeto de análise central para Elysio de Carvalho nesta primeira série de artigos. Os progressos industriais assim como o avanço das novas tecnologias de transporte e comunicação compunham um novo cenário urbano cujas profundas transformações eram de difícil assimilação aos habitantes do Rio de Janeiro do início do século XX. A invenção de carros, trens a vapor e do telefone permitia de forma muito mais intensa a circulação e a comunicação entre os sujeitos históricos, demarcando um novo ritmo no universo urbano. No entanto, o otimismo que marcou as publicações diárias dos impressos cariocas até a Primeira Guerra Mundial – como na emblemática expressão de Figueiredo Pimentel, “o Rio civiliza-se” – chegava aos escritos do diretor do Gabinete de Identificação perpassados por uma sombra que colocava também os efeitos perversos da nova ordem social moderna.

Para o escritor, se a modernidade trazia uma série de avanços para a humanidade, ela também contribuía para o aperfeiçoamento das técnicas dos delitos dos criminosos. Com os novos meios de comunicação, os veículos de transporte e os novos saberes e invenções que surgiam no início do século XX, os criminosos conseguiam ma-

4. A aproximação de Elysio de Carvalho com João do Rio pode ser sentida na dedicatória do seu livro *Five o'clock*, no qual o autor contava com uma dedicatória de Elysio de Carvalho ao escritor Paulo Barreto, descrevendo-o como um “artista bizarro, atormentado e cintilante, admirável como Jean Lorrain e paradoxal como Oscar Wilde”. Ao longo deste capítulo, a relação entre estes escritores será mais bem analisada. Sobre a dedicatória de Elysio de Carvalho a Paulo Barreto, ver: CARVALHO, Elysio de. *Five o'clock*, p. 6.

nipular as técnicas modernas que permitiam a realização de engenhosos golpes. Para tal, a Polícia deveria se equiparar aos criminosos, tornar-se profissional e científica para combater as novas formas de criminalidade que marcavam a modernidade. Tal ambiguidade frente à nova ordem moderna surgia como fruto de um mosaico de leituras, cuja principal referência que podemos apontar é o estudo desenvolvido pelo criminalista suíço Rudolph Archibald Reiss, principalmente a sua lição de abertura da cadeira de fotografia científica da Universidade de Lausanne. Tal texto, que foi traduzido e comentado por Elysio de Carvalho no primeiro número da revista do *Boletim Policial*, demonstrava não somente uma semelhança de ideias, mas, inclusive, estruturas textuais semelhantes. Se para Reiss “a humanidade progride. Mas tanto progride do lado do bem quanto do mal”,⁵ para Elysio de Carvalho, “o mundo passou nestes últimos tempos por transformações espantosas (...). A obra do progresso, porém é indiferente: tanto favorece o bem como o mal”.⁶ Segundo o estudo de Bunker, a teoria que associava o progresso da modernidade com o avanço das técnicas dos criminosos ganhava o título de *violence a vole* e tinha ampla circulação no final do século XIX. Esta chegara a compor inclusive textos de caráter mais sociológico, como o *Discurso em Elberfeld*, escrito por Friedrich Engels,⁷ demonstrando a amplitude de um certo desencanto com a modernidade no que tange ao fenômeno da criminalidade.

Justamente com o intuito de alcançar um público leitor mais amplo, a teoria de Reiss é apresentada – sem citação explícita – junto

5. REISS, R. A. Os métodos científicos nos inquéritos judiciais e policiais. *Boletim Policial*, nº 1, ano I, maio 1907, p. 16.

6. CARVALHO, Elysio de. A Polícia Moderna I. *Ilustração Brasileira*, 1º jul. 1910, p. 5.

7. Na obra de Elysio de Carvalho que analisaremos no fim deste capítulo, *Sherlock Holmes no Brasil*, o escritor chega a fazer uma menção a como “Karl Marx tinha razão em dizer que os cavalheiros da indústria tinham sucedido aos cavaleiros de espada e punhal”. CARVALHO, Elysio de. *Sherlock Holmes no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa A. Moura, 1921, p. 21. Sobre a teoria de *violence a vole*, ver: Bunker, 2010.

a episódios de casos célebres que ilustravam as novas formas de criminalidade que perpassavam o espaço atlântico. Era o caso do estelionatário Georges Manolescu. Nascido na Romênia em 1871, Manolescu foi um criminoso que ficou celeberramente conhecido no início do século XX pelos engenhosos golpes que praticava em diferentes partes do mundo. Notado por escapar inúmeras vezes das malhas da Justiça, Manolescu era descrito como um homem refinado e bonito, dotado de um estilo de vida luxuoso e ostentador que era mantido pelos golpes que praticava. A história do malfeitor que conquistou o título de duque de Otranto ilustrou as páginas de jornais parisienses, como *L'Aurore*⁸ e chegavam por telégrafos aos jornais sul-americanos (Caimari, 2015), como o *Correio Paulistano*,⁹ contribuindo para a construção de um imaginário do crime que atravessava e compunha o espaço atlântico e que era marcado por um perfil de criminosos que seriam “cavaleiros da indústria”.

Traduzido da expressão francesa *chevalier d'industrie*, tal categoria abarcava trapaceiros e vigaristas que aplicavam sofisticados golpes, apresentando-se em meios enriquecidos e ostentando uma vida luxuosa mantida por seus diferentes ardis.¹⁰ No entanto, este tipo de criminoso que viajava pela leitura de impressos e pela comunicação entre os próprios jornalistas não se tratava de uma simples transposição de saberes internacionais para contextos locais. Ao contrário, as práticas de leitura, tradução e interpretação permitiam que esta noção fosse recriada nas crônicas de Elysio de Carvalho, na medida em que o escritor apresentava as trajetórias de delinquentes que habitavam na capital federal como “cavaleiros da indústria”

8. A. S. Le vrai roman. *L'Aurore*, Paris, 27 de jun. 1905, p. 1- 2.

9. O cavalheiro da indústria: o pseudoduque de Otranto. *Correio Paulistano*, São Paulo, 2 fev. 1908, p. 3.

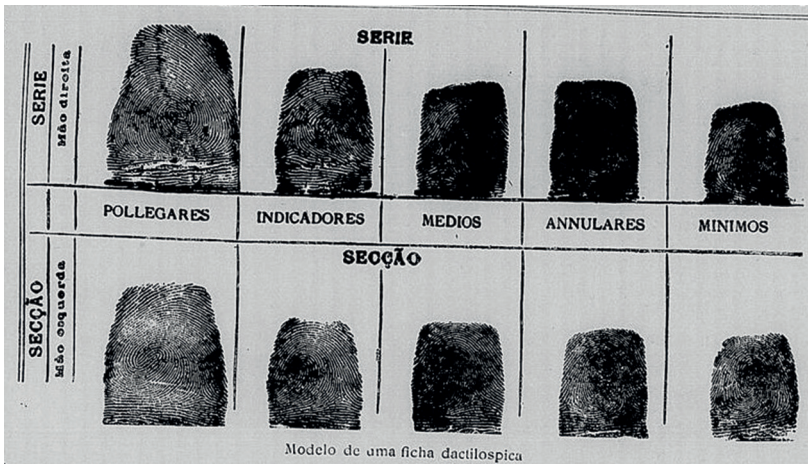
10. GALEANO, Diego. Entre cuenteros y otarios: historia transnacional de una estafa en América Latina, 1870-1930, *Historia*, v. 49, nº 2, Santiago, 2016, p. 405.

cariocas. Criminosos como Carleto – responsável pelo assalto de uma joalheria e pelo enforcamento de duas pessoas na rua da Carioca – figuravam entre tais malfeitores que, longe da sutileza e da elegância, ganhavam dos jornalistas as alcunhas de “monstro” e “fácínora”¹¹ distanciando-se dos vigaristas sofisticados europeus. Desta forma, a noção de cavalheiro da indústria ganhava uma maior plasticidade nas crônicas de Elysio de Carvalho, demonstrando como a construção de um imaginário do crime que compunha o espaço atlântico ganhava redefinições de acordo com os contextos locais que o constituíam.

Frente às formas contemporâneas de criminalidade, o diretor do Gabinete de Identificação apresentava os novos saberes de polícia científica e as próprias instalações da seção policial em que trabalhava. Como forma de capturar os delinquentes que escapavam à ação dos agentes de polícia, a datiloscopia era um primeiro sistema de identificação exposto aos leitores da revista. De acordo com o diretor, o sistema datiloscópico era caracterizado como eficaz para detecção de marcas até então imperceptíveis deixadas pelos criminosos nas cenas de crime, como impressões papilares deixadas em copos de vidro ou em pedaços de papel. Foi através das leituras dos manuais criminalísticos que o método conhecido como sul-americano chegou às páginas da *Ilustração Brasileira* mesclando saberes técnicos policiais com elementos sensacionais, como as publicações das fotografias de fichas de identificação que podemos ver nas imagens a seguir .

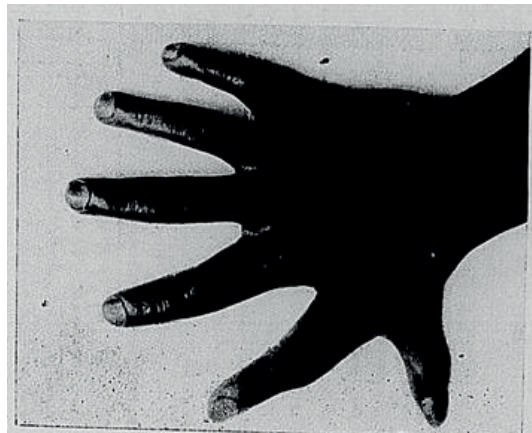
11. Estranguladores do Rio. *Jornal do Brasil*, 29 out. 1906, p. 3.

Figura 6. Modelo de uma ficha datiloscópica.



Fonte: *Ilustração Brasileira*, 1º jul. 1910, p. 6.

Figura 7. Fotografia de um caso de polidactilia.



Fonte: *Ilustração Brasileira*, 1º jul. 1910, p. 5.

Na primeira imagem, podemos ver a publicação de uma fotografia de um modelo de ficha datiloscópica, capaz de precisar a identidade de um criminoso através das impressões papilares dos 10

dedos de um indivíduo. Se compararmos esta imagem com o modelo da ficha de identificação judiciária produzida pelo Gabinete de Identificação, as individuais datiloscópicas não compunham tal documentação de forma isolada, mas junto ao retrato de frente e perfil e ao registro geral da filiação civil, fisiológica, morfológica e a descrição de marcas particulares.¹² A seleção da ficha datiloscópica dentre outros instrumentos de identificação demonstrava o esforço de apresentação e defesa do sistema datiloscópico argentino para os leitores da folha ilustrada. O uso de fotografias como forma de representação do sistema de identificação apresentava uma dupla função: por um lado, procurava atrelar o caráter moderno dos novos saberes policiais à recente invenção da fotografia; e, por outro, dava ares sensacionais ao ofício do policial moderno.

As fotografias, para além de recursos ilustrativos, eram práticas discursivas sobre personagens e dinâmicas sociais atreladas ao fenômeno da criminalidade. O avanço do fotojornalismo na modernidade permitia que fenômenos que até então só poderiam ser vivenciados quando ocorridos diante de si, passassem a se tornar experiências acessíveis, compartilhadas, capazes de tornar uma multiplicidade de fenômenos modernos em episódios que podiam ser compreendidos pelos leitores.¹³ Na medida em que o público tinha acesso a uma diversidade de histórias, a associação do recurso da fotografia ao texto jornalístico permitia que o mundo moderno – fluido, intenso e múltiplo – se tornasse, se não menor, pelo menos controlado. Neste sentido, é possível perceber como tais crônicas indicavam alguns dos

12. *Conjunto das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil referente ao ano de 1907*, t. II, p. 573.

13. FELZ, Jorge Carlos. A fotografia de imprensa nas primeiras décadas do século XX: o desenvolvimento do moderno fotojornalismo. *GT História da Mídia Visual. IV Congresso Nacional de História da Mídia*, p. 1. Disponível em <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-%20fotografia%20de%20imprensa%20nas%20primeiras%20decadas%20seculo%20XX.pdf>. Acesso em 11 jun. 2019.

complexos circuitos transnacionais de circulação de saberes policiais que extrapolavam os espaços criminalísticos e chegavam aos leitores dos periódicos de grande circulação da capital federal brasileira, permitindo um processo de vulgarização dos saberes de polícia científica no espaço atlântico.

Contudo, deve-se levar em consideração que o processo de difusão de saberes policiais produzidos nos laboratórios criminais argentinos para os leitores dos impressos cariocas enfrentava como principal obstáculo o grande índice de analfabetismo¹⁴ dos habitantes do Rio de Janeiro. Neste sentido, as fotografias permitiam a possibilidade de leituras alternativas, facilitando a construção de sentido acerca das ações policiais nas metrópoles modernas. Relatos de leituras coletivas de notícias e crônicas de crimes nas ruas do Rio de Janeiro nos permitem indicar o alcance da circulação de tais saberes, podendo chegar até mesmo a indivíduos de baixo letramento da capital federal brasileira.¹⁵ Além disso, crônicas como as de Orestes Barbosa indicavam como indivíduos analfabetos aprendiam a ler para acompanhar os artigos de crime da grande imprensa da capital federal. Foi o caso da cafetina Alice, que se alfabetizara para acompanhar as notícias sobre o “Crime da Rua da Carioca”.¹⁶ Em meio a este cenário, Elysio de Carvalho lançava mão de materiais produzidos pelo Gabinete de Identificação utilizando recursos imagéticos como forma de vulgari-

14. De acordo com Tânia Regina Luca (2008), no que tange ao índice de leitores em potencial do país, esse correspondia em 1890 ao valor estimado de 15%, que aumentaria timidamente para 25% no censo de 1900. Em 1920, na capital federal, o índice de iletrados chegava a 42%, em parte graças às levas de imigrantes que dominavam a escrita e a leitura. Sob os índices de analfabetismo na capital federal durante a Primeira República, ver Luca, 2008.

15. Em seu livro *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, Lima Barreto relata que junto à porta da redação de uma gazeta jornalística aglomerou-se uma multidão ansiosa para a leitura das novidades sobre um assassinato que ganhara considerável espaço no noticiário criminal, “Havia gente de toda sorte: velhos, moços, burgueses, operários, senhoras – gente de todas as idades e condições” (Barreto, 1971, p. 141).

16. BARBOSA, Orestes. Alice cavalo de pau. *O Bambabá*, p. 91.

zar e legitimar tanto o método de identificação datiloscópico como um projeto de polícia científica em si.

Outro recurso utilizado como forma de atração dos leitores para a pertinência do sistema datiloscópico era a publicação de fotografias sensacionais. Neste mesmo artigo de Elysio de Carvalho foi publicada junto à ficha datiloscópica a imagem de um criminoso com polidactilia, isto é, cuja mão contava com seis dedos. A fotografia de uma anomalia buscava atrair a atenção dos leitores para uma série de novos olhares científicos que se constituíam a partir da observação do corpo humano. Através do seu estudo e leitura atenta, o corpo mostrava-se capaz de indicar não somente a autoria de um crime, mas também o tipo da personalidade criminosa. Segundo Kalifa,¹⁷ as histórias de crime, ao serem veiculadas por um dispositivo editorial maciço, entravam nas vidas das pessoas ordinárias suscitando tanto o extraordinário e o inesperado como relatando um pouco dos problemas vividos por estes próprios leitores. Acidentes de trânsito, conflitos nos bares, violências domésticas e o aumento de furtos e assaltos eram elementos que perpassavam a vida de diferentes segmentos da sociedade carioca da virada do século XX, constituindo-se como “excepcionais banais” nas páginas dos periódicos. Neste sentido, as crônicas de Elysio de Carvalho vinham difundir o método de Vucetich com o intuito de demonstrar a pertinência do sistema datiloscópico, apresentando-o como o método mais eficaz de identificação daqueles que praticavam delitos criminais. A veiculação do sistema argentino nas páginas de uma revista ilustrada vinha também esclarecer possíveis desentendimentos que havia acerca do método, sobretudo, nos casos

17. KALIFA, Dominique. História, crime e cultura de massa. [1º ago. 2009]. Rio de Janeiro: *Revista Topoi*. Entrevista concedida a Marcos Luiz Bretas e Diego Galeano. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S2237-101X2012000200185>. Acesso em 11 jun. 2019.

de indivíduos que se recusavam a identificar-se por considerarem o método invasivo e vexatório.¹⁸

A profusão de fotografias que invadiam as páginas dos periódicos cariocas coincidia com o avanço do uso das técnicas fotográficas nos laboratórios de polícia científica. Desde o final do século XIX, a fotografia, por sua suposta capacidade de apreensão da realidade objetiva, ganhou espaço no campo científico como uma ferramenta fundamental para o estudo do fenômeno da criminalidade. Fotografava-se para conhecer e a partir do registro resultante apoderava-se cognitivamente da coisa representada (Perini, 2012, p. 252). Junto às fichas datiloscópicas, Elysio de Carvalho anexou uma fotografia de frente e perfil de um criminoso que havia sido retirada pelo Gabinete de Identificação e Estatística, apresentando uma segunda ferramenta que fazia parte do sistema judiciário de identificação brasileiro.

Figura 8. Fotografia de frente e perfil de um criminoso.



Fonte: *Ilustração Brasileira*, 1º jul. 1910, p. 5.

18. No terceiro capítulo deste livro foi abordado como, em sua obra *A identificação como fundamento da vida jurídica*, Elysio de Carvalho relata o caso de um político amigo do senador Barata Ribeiro que se recusou a se identificar, por considerar o procedimento como algo vexatório. Ver: CARVALHO, Elysio de. *A identificação como fundamento da vida jurídica*. Biblioteca do *Boletim Policial* – VI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912, p. 429.

A publicação da fotografia acima, tirada pelo Gabinete de Identificação, tinha como objetivo demonstrar como a fotografia judiciária junto às impressões datiloscópicas permitiam conhecer e identificar aqueles que praticavam crimes. Introduzida em meados da década de 1870 no sistema de identificação francês (Galeano, 2012b, p. 180), a técnica de fotografia de frente e perfil dos criminosos chegou ao Brasil a partir de viagens de estudo a laboratórios criminais estrangeiros e através das traduções de manuais de instruções franceses, sobretudo os desenvolvidos pelo criminalista francês Alphonse Bertillon.¹⁹ Inventor do sistema antropométrico de identificação, o método de Bertillon contava com uma fotografia de frente e perfil dos criminosos, junto ao registro de nove medições corporais e à anexação de uma descrição individualizada do delinquente. Com o desenvolvimento da datiloscopia, a execução do sistema antropométrico mostrou-se, com o tempo, cada vez mais difícil e ineficaz, sobretudo no que tangia à identificação de menores delinquentes e de restos mortais.

No entanto, a adoção do sistema datiloscópico como método oficial de identificação brasileiro não implicou a eliminação dos estudos de Bertillon por completo do campo da polícia científica. Foi através de uma linguagem imagética, que Elysio de Carvalho apresentava ao público leitor do periódico, não apenas a técnica da identificação judiciária, mas a própria pertinência dos estudos do criminalista francês. Se, por um lado, a publicação da fotografia buscava atrelar as novas tecnologias ao trabalho do policial moderno, por outro, a utilização de tal recurso procurava criar um fascínio em torno da imagem

19. O Boletim do Serviço de Identificação publicava traduções dos resumos dos manuais de instruções de fotografia judiciária escritos por Alphonse Bertillon com o intuito de estandardizar as técnicas de *bertillonage* e reduzir ao máximo os erros e ambiguidades das formas de identificação. Sobre este periódico e a recepção da *bertillonage* no Brasil, ver: Oliveira, 2016; Galeano, 2012b.

daqueles que transgrediam as leis, construindo uma convergência entre o fenômeno da criminalidade, as crônicas de crime e as tecnologias modernas de imagem.

Não por acaso, o escritor divulgou nestas duas primeiras crônicas duas fotografias de cenas de crime tiradas também pelo Gabinete de Identificação e Estatística. Para além da identificação de criminosos, no final do século XIX, a técnica fotográfica também foi introduzida nos inquéritos judiciais para análises de locais de crime, sendo considerada pelo escritor alagoano como “o aparelho registrador que tudo vê e tudo fixa, com uma fidelidade e uma nitidez admiráveis”.²⁰ Desenvolvida por Alphonse Bertillon, a técnica da fotografia métrica tinha como pretensão registrar a posição de objetos, corpos e manchas, assim como toda e qualquer impressão e sinal deixados pelos malfeitores nas cenas de crime.

Figura 9. Fotografia de cenas de crime.



Fonte: *Ilustração Brasileira*, 1º jul. 1910, p. 5.

20. CARVALHO, Elysio de. Os métodos da polícia científica: a fotografia nos inquéritos judiciais. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro, ano V, nº 12-14, abr.-maio-jun. 1912, p. 308.

As imagens acima que vinham apresentar aos leitores da revista *Ilustração Brasileira* as novas técnicas de fotografia métrica utilizadas pelo Gabinete de Identificação e Estatística tinham também como objetivo intrigá-los, construindo um imaginário das cenas de crime que atravessavam a capital federal. Tais registros eram recebidos pela imprensa por sua capacidade de reconstruir e compartilhar experiências de fenômenos de crime de forma realística com os leitores da revista. Não por acaso, a ambiguidade deste recurso imagético foi notada por uma das principais referências literárias de Elysio de Carvalho: Charles Baudelaire. O escritor francês considerava que a fotografia tinha o dever de “servir às ciências e às artes”, enriquecendo “o álbum do viajante”, enfeitando “a biblioteca naturalista” e reforçando “algumas informações às hipóteses dos astrônomos” (Baudelaire, 1976, p. 616). Neste sentido, a convergência dos usos da fotografia no campo científico, jornalístico e artístico dialogava com a própria trajetória do diretor do Gabinete de Identificação e Estatística que, justamente nos entretrechos destes campos de saber, escrevia a série de crônicas que se encontram aqui em análise.

Para além dos esforços em atrair um maior número de leitores para a leitura das revistas, a publicação das crônicas da “Polícia Moderna” na *Ilustração Brasileira* inseria-se em um esforço mais amplo de centralização das forças policiais e fortalecimento das seções especializadas dentro dessa instituição estatal. Não por acaso, o escritor publicou fotos das instalações do Gabinete de Identificação e Estatística do Rio de Janeiro, destacando as novas tecnologias que compunham esta repartição.

Figura 10. Fotografias das instalações do Gabinete de Identificação.



Fonte: *Ilustração Brasileira*, 1º jul. 1910, p. 5.

As imagens acima mostravam as instalações do serviço de identificação criminal e a oficina fotográfica do gabinete. Junto às fotografias que mostravam as novas tecnologias, Elysio de Carvalho destacou a importância das seções especializadas de polícia para construção de uma organização policial eficaz:

A nossa polícia atual, com a guarda civil e a polícia marítima, com o corpo de agentes e a inspetoria de veículos, com o serviço médico-legal e o gabinete de identificação, com escolas e colônias correcionais, está magnificamente organizada, tanto quanto permitem os nossos recursos técnicos e econômicos, para repressão e a investigação.²¹

Desta forma, as crônicas publicadas na *Ilustração Brasileira*, para além de apresentar os novos saberes de polícia científica para os leitores da revista, vinham também defender a formação de uma Polícia de carreira, junto ao fortalecimento das sessões especializadas policiais. Tal projeto inseria-se em um contexto mais amplo de transformações das instituições de polícia do espaço atlântico no qual se defendia

21. CARVALHO, Elysio de. A Polícia Moderna. *Ilustração Brasileira*, nº 27, 1º jul. 1910, p. 5.

que os agentes de polícia deveriam abandonar as práticas policiais empíricas e violentas para transformar-se em um corpo técnico e especializado (Martins, 2011). Neste sentido, seções como o Gabinete de Identificação eram defendidas como novos espaços de proeminência das organizações policiais que deveriam ser incentivados e legitimados. Logo, em última instância, os artigos de Elysio de Carvalho vinham justamente disputar e promover frente a um público leitor tanto um projeto de polícia científica como também a pertinência da seção policial do Gabinete de Identificação e Estatística dentro da organização policial brasileira.

Três anos depois, as crônicas da “Polícia Moderna” foram publicadas nas páginas do *Boletim Policial* constando com o título: “História Natural dos Malfetores”. A ideia de criação de “*une histoire naturelle du délinquants*” (Reiss, 2011, p. 11), como um breve estudo dos hábitos e modos dos criminosos profissionais, apareceu primeiramente no *Manual de Polícia Científica*, volume I – roubos e homicídios, escrito por Rudolph Archibald Reiss, em 1911. Provavelmente inspirado neste estudo de Reiss, Elysio de Carvalho se propôs a escrever uma *História natural dos malfetores* brasileiros, compilando suas crônicas já publicadas na *Ilustração Brasileira* junto com um conjunto de oito artigos também publicados na revista *Careta*. O estudo da *História natural dos malfetores*, de Elysio de Carvalho, foi dividido em duas partes. A primeira que consta com o subtítulo “Apontamentos” reúne as crônicas da “Polícia Moderna” I e II, junto aos artigos “O mundo dos criminosos III e IV”, publicados na revista *Ilustração Brasileira*. A segunda parte recebeu o subtítulo “Notas e crônicas” e consta de oito artigos publicados na revista *Careta*.

Após a publicação no *Boletim Policial*, o diretor do Gabinete de Identificação e Estatística procurou transformar esse estudo em um livro, também intitulado *História natural dos malfetores*. Em publica-

ções suas, como *Lauréis insignes* (1924) e *Suave austero* (1925) indicava-se na lista de obras do autor que estaria no prelo, o título *História natural dos malfeitores* para ser impressa e editada pela Livraria Garnier. Contudo, como outras obras de Elysio de Carvalho, a publicação deste livro não ocorreu. A proposta de publicação em diferentes formatos nos mostra como os saberes de polícia científica circulavam entre as publicações especializadas policiais, as folhas da grande imprensa carioca e as brochuras editadas pelas livrarias de renome da cidade, como a Livraria Garnier.

Desta forma, no conjunto destas crônicas, os saberes de polícia científica vinham acompanhados da construção de uma análise sobre os criminosos do Rio de Janeiro. É a partir de uma categorização dos delinquentes da cidade que Elysio de Carvalho irá elaborar as séries de crônicas publicadas na revista *Careta*. Fundada por Jorge Schmidt, a revista ilustrada mostrou-se um espaço propício para a publicação do escritor justamente pelas relações intelectuais que a permeavam. Também fundador da Revista *Kosmos*, no ano de 1909, Jorge Schmidt recebeu e publicou um conjunto de artigos de Elysio de Carvalho que abordavam a visita de diplomatas estrangeiros à cidade de Petrópolis. Foi graças à relação anterior com o fundador da revista *Careta* que Elysio de Carvalho conseguiu publicar a segunda série de artigos da *História natural dos malfeitores*.

A ideia de classificar os criminosos construindo não somente uma coesão, mas um mapeamento de seus hábitos e formas de agir tinha raízes no campo da polícia científica, especificamente no manual sobre roubos e homicídios, escrito pelo criminalista suíço Rudolph A. Reiss. De menores delinquentes a prostitutas, *scrocs* e falsificadores, o estudo de Reiss construía uma divisão de trabalhos do crime, nos quais os malfeitores apresentavam não somente diferentes ofícios e habilidades, mas hierarquias internas entre si. Para além de uma adaptação para um contexto local, os processos de leitura, tradução e

apropriação resultavam em recriações das classificações criminais e na emergência de um vocabulário local capaz de caracterizar o fenômeno da criminalidade no Rio de Janeiro. Punguistas, gatunos, gravateiros, ladrões de hotéis emergiam enquanto categorias analíticas nas páginas das revistas ilustradas construindo um amálgama entre um *habitus* policial e um imaginário criminal do Rio de Janeiro. Kalifa (2017, p. 128) destacou como seria sob a forma de “listas” que, no século XIX, policiais operacionalizavam a inscrição de atores sociais marginalizados – como prostitutas, ladrões e indigentes – em uma dada realidade, dando uma certa coerência ao caos da criminalidade. Não por acaso, o crime que seria para Elysio de Carvalho uma “flora estranha e curiosa”²² merecia ter sua “história natural” escrita, classificando os seus protagonistas, os malfeitores, de acordo seus hábitos, suas fisionomias e seus modos de atuação criminal.

O estudo de Kalifa demonstra como a realização de uma taxonomia da criminalidade também possuía raízes em obras literárias policiais, como *Memórias de Vidocq*, publicada em 1828, por Eugène François Vidocq, diretor da *Sûreté Nationale*, cujo passado como criminoso foi material utilizado para a escrita de suas próprias memórias. A obra, que foi considerada o texto “fundador da modernidade policial” (Kalifa, 2017, p. 130), trazia a figura do Vidocq como um agente capaz de transitar pelo mundo do crime e da lei, cujos conhecimentos adquiridos por sua experiência como delinquente permitiam que ele não somente compreendesse, mas também fosse capaz de combater o mundo do crime. Em suas memórias, Vidocq se propôs a classificar as diferentes espécies de malfeitores, de assassinos a vigaristas, construindo a partir do “método de Lineu” (...) uma “história natural” dos ladrões de Paris.

22. CARVALHO, Elysio de. O mundo dos criminosos III. *Ilustração Brasileira*, 16 dez. 1910, p. 202.

Neste sentido, podemos compreender como os esforços de Elysio de Carvalho para a criação de uma taxonomia dos criminosos cariocas residia em uma convergência do campo de polícia científica com as obras de literatura de crime produzidas no espaço atlântico. Seria tanto por um *habitus* inerente à atividade policial de categorização do fenômeno da criminalidade quanto pela emergência de um imaginário de crime nos romances policiais que Elysio de Carvalho forjava suas crônicas nas páginas dos jornais da grande imprensa. Para o escritor, não havia “nada mais curioso que estudar o meio onde se acoutam os malfeitores, saber dos recursos de que se valem na luta contra a sociedade honesta (...) exercendo sobre nossa imaginação uma grande e funda impressão”.²³

Como um primeiro tema, a fisionomia dos criminosos foi uma chave classificatória dos desviantes do Rio de Janeiro proposta pelas crônicas de Elysio de Carvalho. Para o diretor do Gabinete de Identificação, os criminosos possuíam uma fisionomia particular que os definiria e distinguiria de acordo com o tipo criminoso em que se inseriam. Delinquentes como Eugenio Rocca – criminoso italiano que participou de um latrocínio na rua da Carioca²⁴ – mostravam pela sua constituição fisionômica “instintos de ferocidade”, apresentando uma aparência “bruta, cruel”. A ideia de uma fisionomia repugnante atrelada ao assassino tinha como amparo teórico uma ótica criminal lombrosiana, apresentada ao leitor junto à publicação de diferentes fotografias do criminoso.

23. CARVALHO, Elysio de. Usos e costumes dos criminosos IV. *Ilustração Brasileira*, p. 118.

24. Sobre o criminoso Eugenio Rocca, ver: Ottoni, 2012, p. 160-80.

Figura 11. Fotografias do Gabinete de Identificação de Eugenio Rocca.



Fonte: *Careta*, 9 de março de 1912, p. 34.

Obtidas no arquivo de Polícia da repartição em que Elysio de Carvalho trabalhava, as fotografias de Eugenio Rocca mostravam tanto as formas de cooperação e intercâmbio de materiais entre funcionários da polícia e da imprensa como também indicavam o processo de vulgarização dos saberes de criminologia da Escola Positivista italiana. Foi através da história dos criminosos célebres do Rio de Janeiro que Elysio de Carvalho apresentou ao público da revista uma leitura das teorias de criminologia de Cesare Lombroso. Sugerindo aos leitores que analisassem a fisionomia de Eugenio Rocca pelas suas fotografias, o diretor do Gabinete de Identificação descrevia como o assassino e ladrão possuía “a cabeça grosseira e obtusa, o olhar vítreo, frio e impassível. O nariz brutal. Os lábios e as narinas dilatadas” que lembravam “a expressão fisionômica da besta-fera prestes a assaltar”, possuindo “todas as expressões da fisionomia dos perigosos malfeitores que Lombroso chamou de delinquentes natos”.²⁵

No final do século XIX, o esforço de compreensão da figura do criminoso foi centro de profundos debates que marcaram o campo da antropologia criminal. Com a publicação de *L'uomo delinquente*,

25. SANCHES, Sancho. A fisionomia dos criminosos. *Careta*. Rio de Janeiro, ano V, nº 196, 2 mar. 1912, p. 34.

o médico italiano Cesare Lombroso trazia ao centro do debate a figura do “criminoso nato”, isto é, um tipo humano diferenciado cujas características biológicas gerariam uma predisposição para a prática do crime. A partir da noção de atavismo, Lombroso considerava que determinados criminosos apresentariam traços de regressão de um estágio evolutivo humano, responsáveis pelo desenvolvimento de uma personalidade criminosa (Dias, 2015, p. 58). A descrição física da figura de Eugenio Rocca – que apresentaria “um nariz brutal”, “lábios e narinas dilatadas” – era atrelada a um aspecto de “besta-fera” do criminoso. A associação de supostos traços raciais latinos/negros com uma personalidade monstruosa demonstrava como, através de uma ótica racista, criminosos negros e latinos eram vistos como grupos cuja responsabilidade moral não deveria corresponder à responsabilidade penal, mas a um projeto de medicalização do criminoso (Cunha, 2008, p. 266).

A teoria de uma criminalidade nata que alcançou consagração no campo científico, já no ano de 1885 – durante o Primeiro Congresso de Antropologia Criminal (1885) –, foi alvo de críticas pelo criminalista francês Alexandre Lacassagne. Para este, a causa da criminalidade não estaria na constituição orgânica do ser humano, mas em determinados ambientes que poderiam permitir a proliferação do crime (Kaluszynski, 2006, p. 301-316). A partir deste episódio, surgia uma querela que marcaria as primeiras décadas do século XX, marcada por um antagonismo entre membros da Escola Positiva Italiana e aqueles que pertenceriam à Escola Francesa.

Tais concepções, que a princípio pareciam irreconciliáveis, surgiam de forma eclética nas crônicas da *História natural dos malfetores*. A referência que o diretor do Gabinete de Identificação fazia explicitamente à figura de Lombroso pode a princípio nos causar um estranhamento. Sobretudo porque, no mesmo ano da publicação deste texto, Elysio de Carvalho convidou o discípulo de Lacassagne e críti-

co de Lombroso, R. A. Reiss, para ministrar uma série de palestras na Escola de Polícia do Rio de Janeiro. Desta forma, podemos perceber como as teorias lombrosianas foram amplamente ressignificadas, adquirindo uma certa plasticidade nos debates criminológicos. Ora, atávico, ora racializado/etnicizado ou mesmo psiquiatrizado, essa mescla conceitual resultava em diferentes interpretações sobre a mente criminosa (Dias, 2015, p. 58), gerando, inclusive, interpretações teóricas que misturavam referenciais criminalistas tanto da Escola Positivista italiana quanto da Criminalística francesa e suíça.

Se os estudos científicos do século XIX destacaram-se por um certo voyeurismo acerca do corpo humano como objeto de estudo, os veículos da imprensa multiplicavam tais possibilidades através das publicações que traziam a figura do criminoso como centro de suas análises (Caimari, 2012, p. 188). No final do século XIX e início do século XX, metrópoles como Buenos Aires e Rio de Janeiro foram marcadas pela profusão de notícias de crime que se dedicavam a análises de criminosos que ganhavam aspectos de monstruosidade nas páginas dos periódicos. Segundo Foucault, a ideia de “monstruosidade” no saber médico-jurídico tinha como principal figura a do monstro humano que, por excelência, transgredia tanto as leis jurídicas como as naturais (Foucault, 2001). O monstro rompia com a moralidade, colocando em questão códigos e princípios sociais já naturalizados em uma determinada sociedade. Neste sentido, o esforço de vulgarização dos saberes lombrosianos através da veiculação de um vocabulário científico na composição de suas crônicas coadunava com o desejo das gazetas jornalísticas de publicações de narrativas sensacionais que tinham como potencial atrair um público leitor para as suas folhas.

Em oposição à figura de Eugenio Rocca, Elysio de Carvalho apresentou o criminoso Dr. Antônio, célebre ladrão de hotéis da cidade do Rio de Janeiro, como uma segunda espécie de delinquente, cujo estilo diferenciado de atuação criminal implicava a constituição

de uma fisionomia distinta. As fotografias do criminoso retiradas pelo Gabinete de Identificação do Rio de Janeiro também foram publicadas na revista com o intuito de demonstrar aos leitores as distinções das faces dos ladrões.

Figura 12. Fotografias do Gabinete de Identificação de Dr. Antônio.



Fonte: *Careta*, 9 de março de 1912, p. 34.

De acordo com Elysio de Carvalho, Dr. Antônio, como um “gatuno inteligente e astucioso” possuiria “nas linhas do rosto uma singular expressão de bonomia, alguma coisa de clerical, o que, sem dúvida, muito contribuiu na sua agitada carreira, a inspirar confiança às muitas vítimas de hábil gatunice”. A análise criada acerca da figura do Dr. Antônio em muito se distanciava das medições e cálculos craniais presentes nos manuais lombrosianos sobre a criminalidade nata. Ao contrário, a análise fisionômica do delinquente descrevia-o através de vocábulos morais que o caracterizavam por possuir uma expressão “clerical”, “de bonomia”. Desta forma, Dr. Antônio foi descrito como um criminoso que possuía um tipo fisionômico criminal menos evidente, cuja inteligência utilizada nos golpes que aplicava manifestava-se “no seu rosto como a astúcia de uma raposa”.²⁶ Tal fragmento, que evidencia um conhecimento pouco profundo de Elysio de Carvalho acerca das teorias lombrosianas, demonstra como o processo de vul-

26. SANCHÓ, Sanches. A fisionomia dos criminosos. *Careta*. Rio de Janeiro, 9 mar. 1912, ano V, nº 197, p. 35.

garização de saberes do campo da polícia científica resultava na resignificação de categorias teóricas criminológicas marcadas por uma maior plasticidade e uma permissividade em sua definição.

Será em oposição aos tipos de delinquentes “matadores, perversos e cínicos” que Elysio de Carvalho irá construir o perfil do criminoso moderno carioca. Utilizando novas tecnologias, refinamento e inteligência, os “moços bonitos” vinham substituir “os ingênuos ladrões de galinha”,²⁷ tornando-se os atores sociais proeminentes nos submundos criminais. A nomenclatura de “moços bonitos” mostra como as crônicas publicadas por Elysio de Carvalho construíam-se em diálogo com as narrativas dos noticiários criminais e com as publicações de cronistas cariocas, reportando-se a episódios reais que marcavam o cotidiano da capital federal. Publicada dois anos antes no jornal *A Notícia*, a crônica “A teoria do roubo macio”²⁸, de autoria do amigo e escritor João do Rio, remetia à figura dos “moços bonitos” da capital federal. No entanto, tal nomenclatura não seria, como considerou Prado (2010, p. 83), uma menção genérica a delinquentes que através de signos de refinamento e elegância buscavam praticar delitos sem serem reconhecidos. Mas sim, estaria atrelada a um caso concreto que ocupara as páginas dos jornais cariocas no ano de 1907. Intitulado pelo jornal *Gazeta de Notícias*, como “A confraria dos moços bonitos”,²⁹ o caso envolvia um grupo de golpistas de aparência elegante que atraía ricos inexperientes, assim como toda sorte de ingênuos e os envolviam em golpes do “conto do vigário”, em práticas de extorsão e de falsificação de títulos monetários. Desta forma, a alusão feita a tais criminosos não se tratava de “uma denúncia do parasitismo” daqueles

27. CARVALHO, Elysio de. O mundo dos criminosos III. *Ilustração Brasileira*, Rio de Janeiro, 16 dez. 1910, p. 202-203.

28. RIO, João do. A teoria do roubo macio. *A Notícia*. Rio de Janeiro: 20 fev. 1910, p. 3.

29. Ver, por exemplo: A confraria dos moços bonitos. Um novo lançador de impostos. Na pista. Os *trucs* dos ladrões *up to date*. Como eles operam, *Gazeta de Notícias*, 9 nov. 1907, p. 1.

que praticavam crimes e que estavam “longe do carreirismo elegante” (Prado, 2010) europeu, mas evidenciava como a produção de tais crônicas estava atrelada aos símbolos partilhados entre repórteres e cronistas que produziam diversificadas narrativas de crimes sobre a capital federal.

Ao analisarmos as estatísticas criminais elaboradas pelo Gabinete de Identificação referentes aos anos de 1907 a 1912, podemos perceber como o tipo criminoso carioca criado nas crônicas de Elysio de Carvalho em muito se distanciava dos dados sobre criminosos elaborados pelo Gabinete de Identificação. Os índices de crimes contra a pessoa (homicídios, infanticídios, lesões corporais e outros) superavam os de crimes contra a propriedade. De um total de 14.848 crimes registrados, 9.544 foram contra a pessoa enquanto apenas 2.699 foram contra a propriedade.³⁰ Desta forma, de acordo com as estatísticas produzidas pelo Gabinete, seriam os assassinos e agressores que representavam o maior quantitativo dos delinquentes cariocas. Não por acaso, em artigo publicado do *Boletim Policial*, “A fisionomia da criminalidade carioca”, Elysio de Carvalho admitiu na publicação científica que “a criminalidade carioca se caracterizava pelo predomínio dos crimes de sangue sobre os atentados à propriedade, quer dizer – *mata-se mais do que se rouba*”.³¹

Neste sentido, podemos perceber como a categoria de “criminoso” criada por Elysio de Carvalho nas crônicas de crime em muito se distanciava dos estudos estatísticos sobre a delinquência carioca do início do século XX; e em parte de um próprio sentido generalizante acerca do fenômeno criminal da capital federal. Sob a luz dos estudos de Reiss, o diretor do Gabinete de Identificação desenvolveu um projeto de escrita de uma *História natural dos malfetores* calcado em uma

30. Tais estatísticas encontram-se no seguinte texto publicado pelo *Boletim Policial*. CARVALHO, Elysio de. A fisionomia da criminalidade carioca. *Boletim Policial*, Rio de Janeiro, ano VII, nº 5, maio 1913, p. 107-111.

31. CARVALHO, Elysio de. A fisionomia da criminalidade carioca. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro, ano VII, nº 5, maio 1913, p. 109.

interface das leituras científicas e ficcionais de sua biblioteca junto a uma amostragem de casos célebres da criminalidade carioca e dos materiais obtidos no arquivo do Gabinete de Identificação e Estatística. O distanciamento entre os tipos de criminosos modernos cariocas revelados pelas estatísticas policiais e os apresentados por Reiss – marcados por signos de refinamentos e elegância – indicava uma contradição nos estudos teóricos apresentados por Elysio de Carvalho. Os avanços tecnológicos que marcavam a metrópole brasileira não resultaram em um processo de sofisticação das práticas delitivas de forma generalizada na cidade do Rio de Janeiro.

Entretanto, os intrincados processos de leitura e apropriação das obras europeias resultavam em ressignificações de tais estudos criminalísticos. Frente à contradição criada, Elysio de Carvalho apresentou, no artigo “A fisionomia da criminalidade carioca”, uma solução teórica capaz de explicar o distanciamento entre os delinquentes apresentados por Reiss e os criminosos do Rio de Janeiro. Segundo o diretor do Gabinete de Identificação, tal problemática devia-se às condições sociológicas brasileiras, “à péssima qualidade de imigração, em sua maioria proveniente de países de criminalidade violenta, atávica, como Itália, Portugal e Espanha, nações onde os crimes de sangue oferecem o maior coeficiente no total da criminalidade”.³² Neste sentido, foi justamente nos processos migratórios que atravessavam o espaço atlântico, marcados pelos fluxos de imigrantes espanhóis, italianos e portugueses para os países sul-americanos que se encontravam o problema e o principal traço característico da criminalidade carioca: um traço racial latino presente “nos delinquentes, egressos de prisões e reincidentes”³³ que imigravam para a cidade do Rio de Janeiro. Desde o período da co-

32. CARVALHO, Elysio de. A fisionomia da criminalidade carioca. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro, ano VII, nº 5, maio 1913, p. 110.

33. CARVALHO, Elysio de. A fisionomia da criminalidade carioca. *Boletim Policial*, Rio de Janeiro, ano VII, nº 5, maio 1913, p. 110.

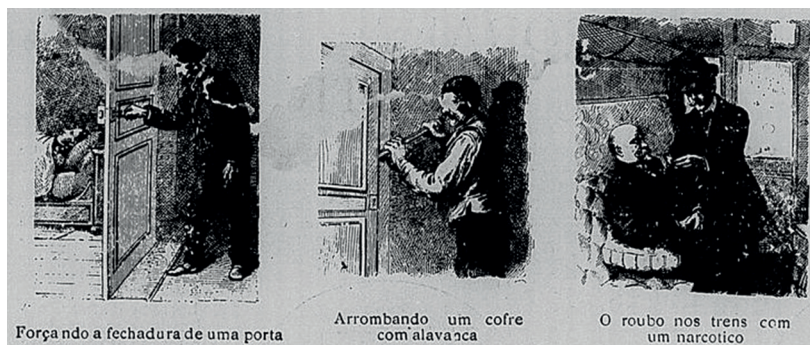
lonização até as primeiras décadas do século XX, a imigração dos povos europeus de origem latina foi considerada por Elysio de Carvalho como um elemento fundamental, capaz de explicar os altos índices de crime de sangue na capital federal brasileira.

No entanto, foi pela análise de criminosos que atentavam contra a propriedade que Elysio de Carvalho construiu uma taxonomia de criminosos a partir do *modus operandi* dos delinquentes. Vigaristas, gatunos, falsários e punguistas tornaram-se objeto das crônicas do diretor do Gabinete de Identificação, fazendo emergir nas folhas dos periódicos todo um jargão ligado ao campo da criminalidade. De ladrões assassinos a arrombadores e assaltantes de trens, o escritor e funcionário de polícia atribuía a cada tipo criminoso um *modus operandi* específico, que, se bem conhecido, tornava-se um saber fundamental para a prevenção da criminalidade. De forma pouco sistemática, o escritor alagoano apresentou 11 tipos de criminoso que compunham a criminalidade carioca: ladrões que roubam para matar, ladrões de hotéis, gravateiros, punguistas, narcotizadores, ladrões de armazéns, pivetes, falsários, escruchantes, falsificadores de dinheiro e vigaristas. Ao cruzarmos as crônicas de Elysio de Carvalho com o dicionário de jargões criminosos, produzido pelo próprio autor, em 1912, podemos identificar a distinção entre estes delinquentes. Enquanto os gravateiros seriam aqueles que faziam roubos pelo processo de gravata, os punguistas já seriam os criminosos que furtavam em locais públicos sem serem percebidos; e, por sua vez, os escruchantes seriam os delinquentes que subtraíam coisas alheias com arrombamento ou chave falsa (Carvalho, 1912). Desta forma, por meio de diferentes classificações, o diretor do Gabinete de Identificação construía uma divisão do trabalho da criminalidade carioca, apresentando os diferentes tipos de ladrão da cidade.

Assim como um artista, os delinquentes teriam um modo “pessoal, quase inconfundível, que muitas vezes servia para os identificar”.

Ginzburg (1990, p. 143-275) demonstrou como, no final do século XIX, emergiu um modelo epistemológico no campo da história da arte que, frente ao desafio de reconhecer a autoria de uma série de pinturas, dedicou-se a analisar os “pormenores mais negligenciáveis”, os pequenos indícios, capazes de indicar quem seria o criador da obra artística. De um jeito similar, Elysio de Carvalho procurou analisar não somente as diferentes formas de atuação entre ladrões de hotéis e falsários, mas pequenos detalhes, como as diferentes armas do crime utilizadas pelos delinquentes, como forma de identificá-los por suas preferências. Através de ilustrações, as crônicas de Elysio de Carvalho representavam os distintos tipos de criminoso e os instrumentos utilizados ao aplicarem seus golpes.

Figura 13. Ilustrações dos *modi operandi* dos ladrões do Rio de Janeiro.



Fonte: *Ilustração Brasileira*, 16 dez. 1910, p. 202.

As ilustrações acima representavam os variados *modi operandi* de furto dos ladrões modernos da capital federal brasileira. Ao colocarem os delinquentes em primeiro plano, as ilustrações criavam um imaginário de criminosos que seriam profissionais, especializados em técnicas muitas vezes sutis para subtrair os bens de terceiros. Arrombamentos de cofres, sedação nos trens e abertura de fechaduras

tornavam-se classificações das formas de atuação dos assaltantes que com diferentes instrumentos compunham – nas palavras de Elysio de Carvalho – “uma flora estranha e curiosa”, que deveria ser estudada e categorizada. Desta forma, estas imagens que representavam os criminosos por cores e sombreados escuros atrelavam a noção de periculosidade a determinados locais públicos da cidade, como os trens, apresentando aos leitores uma tipologia de criminosos e suas armas do crime capaz de criar uma sistematização sobre o fenômeno da criminalidade carioca.

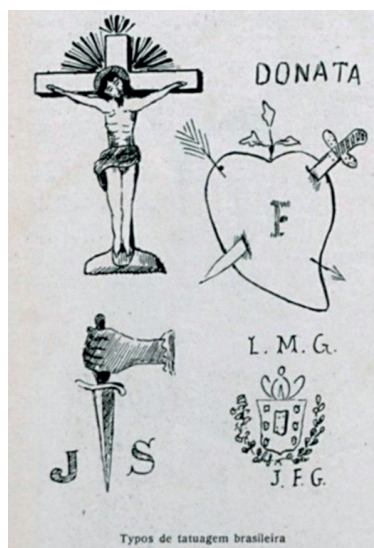
Se as armas e o próprio *modus operandi* dos criminosos eram aqui considerados como traços particulares capazes de identificar a autoria de um delito, de forma não diferente, as tatuagens surgiam nas crônicas de Elysio de Carvalho como marcas individualizantes e um sinal “degenerativo”³⁴ dos criminosos. As tatuagens foram objeto importante de debate no campo da antropologia criminal durante as últimas décadas do século XX. Para os criminalistas da escola francesa de Lyon, que tinha como principal expoente Alexander Lacassagne, os criminosos eram um grupo com alto índice de inscrição de tatuagens em suas peles, devido a uma consequência sociológica do confinamento carcerário. Entediados, os delinquentes recorreriam à imitação de seus colegas detentos ao gravarem desenhos nas peles uns dos outros. Com uma visão oposta, para a escola de criminologia italiana de Cesare Lombroso, a tatuagem seria uma prova do atavismo que caracterizava os criminosos, uma manifestação de caracteres primitivos e arcaicos e pouco evoluídos dos seres criminosos (Quinche, 2006, p. 133).

Em uníssono com a Escola Francesa, Elysio de Carvalho defendia elas são as tatuagens não possuíam uma “relação direta com a criminalidade. Antes é um resultante de um meio dado que um sig-

34. CARVALHO, Elysio de. Usos e costumes dos criminosos IV. *Ilustração Brasileira*, nº 45, 1º de abril de 1911, p. 120.

no revelador de uma psicologia anormal”. Assim como para o criminalista suíço Reiss, para o escritor alagoano a tatuagem não estaria atrelada à criminalidade, mas sim, teria um uso generalizado entre as camadas populares. Além de criminosos, “vagabundos, prostitutas, marinheiros e soldados”³⁵ eram listados pelo Diretor do Gabinete de Estatística como tipos que portavam desenhos inscritos em suas peles. Desta forma, fazia-se necessário fotografar, registrar e analisar as diferentes tatuagens encontradas pela Polícia, como forma de facilitar a identificação de criminosos por suas marcas particulares. Por meio da publicação de ilustrações que reproduziam os desenhos das tatuagens, Elysio de Carvalho procurou analisar o tipo de tatuagem dos criminosos do Rio de Janeiro, comparando-as com as tatuagens francesa, inglesa e alemã.

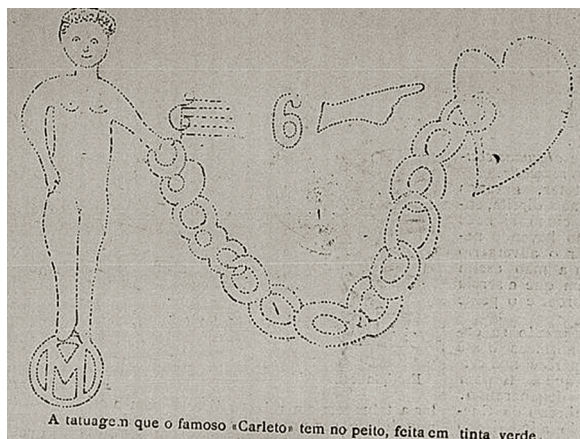
Figura 14. Desenhos das tatuagens dos prisioneiros brasileiros.



Fonte: *Careta*, 2 de março de 1912, p. 12.

35. SANCHEZ, Sancho. Tatuagens. *Careta*. Rio de Janeiro, 2 mar. 1912, ano V, nº 196, p. 12-13.

Figura 15. Desenho da tatuagem do criminoso Carleto.



Fonte: *Ilustração Brasileira*, 1º de abril de 1910, p. 118.

Retiradas do arquivo do Gabinete de Identificação, a seleção das imagens acima dialogava com o tipo das tatuagens brasileiras estabelecido pelo escritor. Diferente da “tatuagem francesa que é variada e irônica”, a brasileira seria “mais modesta, menos espiritual, menos irreverente (...) quase sempre revelando, nas inscrições e nos emblemas, na figura de um Cristo crucificado (...) e nas invocações de amor, os sentimentos e impulsos da alma rudemente apaixonada de nossa ralé social”.³⁶ Associada ao nível civilizacional da sociedade em que os criminosos se inseriam, as tatuagens brasileiras mostravam as raízes e as heranças do cristianismo, além de desenhos que apresentavam uma estética rude atrelada a símbolos de violência e paixão, como o punhal e o coração. No final do século XIX, grupos intelectuais ilustrados cientificistas defendiam a erradicação de pilares que sustentaram a monarquia – como o catolicismo – associando-o constantemente a um arcaísmo e a símbolo de atraso social. Desta forma, a publicação desses desenhos, para além de uma estratégia de atração de um

36. SANCHEZ, Sancho. Tatuagens. *Careta*. Rio de Janeiro, 2 mar. 1912, ano V, nº 196, p. 12-13.

público leitor pela exibição de marcas particulares e secretas dos criminosos, revelava não somente a inserção de Elysio de Carvalho nos debates criminalísticos internacionais, mas como o próprio escritor ressignificava tais leituras a partir do contexto da criminalidade local.

A relação entre tatuagens e criminalidade também foi objeto de discussão no campo da Medicina Legal, por meio de psiquiatras como Afrânio Peixoto. Discípulo de Nina Rodrigues, Afrânio foi um dos principais responsáveis pela construção do campo da Criminologia e pela introdução das teorias lombrosianas na cidade do Rio de Janeiro (Sales, 1988). Em sua obra *Elementos de medicina legal*, o psiquiatra menciona a presença de uma futura publicação sobre a relação entre tatuagens e criminalidade que seria de autoria de Elysio de Carvalho junto a Diógenes Sampaio, médico responsável da Polícia do Rio de Janeiro pelo exame do criminoso Carleto.³⁷ Apesar de tal estudo não ter sido publicado, podemos perceber como a crônica dos “Usos e costumes dos criminosos IV” seria um artigo preliminar feito pelo Diretor do Gabinete de Estatística em associação com Diógenes Sampaio. A obtenção de um desenho que reproduzisse a tatuagem do célebre criminoso Carleto – como podemos ver acima – evidencia não somente o intercâmbio de materiais entre o Gabinete de Identificação e a seção da Medicina Legal, mas o diálogo entre esses funcionários de polícia para a elaboração desta crônica.³⁸

A obra de Afrânio Peixoto ainda nos explica como tal crônica de Elysio de Carvalho provavelmente também foi construída em

37. Justino Carlo, vulgo Carleto, foi um assassino tornado célebre pelo latrocínio cometido numa joalheria da rua Carioca em 1906, no qual teve como cúmplice o também italiano Eugenio Rocca. Sobre a trajetória do criminoso Carleto, ver: Dias, 2010; Ottoni, 2010, p. 160-180.

38. Um ano da publicação desta crônica é possível encontrar artigos de Medicina Legal de Diógenes Sampaio publicados na revista do *Boletim Policial*, dirigida por Elysio de Carvalho, demonstrando a aproximação entre esses membros da polícia. Ver.: SAMPAIO, Diógenes. Medicina Legal. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro, abr.-jul. 1911, p. 319-324.

diálogo com uma segunda referência intelectual: o amigo e literato João do Rio. Em sua obra, o psiquiatra cita como, em 1904, Paulo Barreto publicou uma crônica na revista *Kosmos*, intitulada “As tatuagens no Rio”. Ao compararmos os textos, é possível perceber uma intertextualidade entre eles, marcada por uma transmigração de versos e recortes narrativos comuns. Assim como Elysio de Carvalho, João do Rio apontou como as tatuagens não estariam atreladas à criminalidade, mas estariam presentes em “toda uma classe baixa do Rio, os vendedores, os ambulantes, os operários, os soldados, os rufiões, as meretrizes”. Muito mais que um “problema de psicologia e de atavismo”, as tatuagens permitiam “reconstruir a vida amorosa e social de toda a classe humilde”.³⁹ Ao longo do texto, também foi possível identificar semelhanças entre as histórias apresentadas ao público sobre os aspectos das tatuagens na capital federal. Assim como na crônica de Elysio de Carvalho, João do Rio apontou como “quase todos os rufiões e os rufistas do Rio têm na mão direita entre o polegar e o indicador cinco sinais que significam chagas. Não há nenhum que não acredite derrubar o adversário dando-lhe uma bofetada com a mão assim marcada”.⁴⁰ Logo, podemos perceber como a construção de uma *História natural dos malfeteiros* do Rio de Janeiro ocorria também pelo compartilhamento de materiais entre tais escritores que, através, de uma bricolagem densa construía narrativas de forma conjunta.

A plasticidade na elaboração de tais crônicas não implicava um esvaziamento do sentido político de tais textos. Perspectivas como a de Sodré mostram-se equivocadas por considerarem que as revistas ilustradas, ao aparecerem em “uma fase em que imprensa e literatura se confundiam e como que se separando, ou esboçando a separação entre duas atividades, submeteram-se ao domínio da

39. RIO, Joao do. As tatuagens no Rio. *Kosmos*. Rio de Janeiro, nº 11, nov. 1904, p. 19.

40. RIO, Joao do. As tatuagens no Rio. *Kosmos*. Rio de Janeiro, nº 11, nov. 1904, p. 20.

alienação cultural vigente”.⁴¹ Para além da divulgação para os leitores das revistas ilustradas do sistema datiloscópico de Vucetich, das fotografias judiciárias de Bertillon e da teoria dos criminosos natos lombrosianos, em última instância, as crônicas de Elysio de Carvalho defendiam um projeto de construção de uma polícia científica, assim como de centralização das forças policiais estatais junto ao fortalecimento das seções especializadas, como o Gabinete de Identificação e Estatística. De forma diferente de José Ingenieros, criminologista argentino, o esforço de Elysio de Carvalho não residia em separar os saberes profanos dos científicos para construção de um campo criminalístico, mas justamente difundir e construir os saberes da polícia científica por meio de crônicas que transitavam entre saberes literários, os estudos criminalísticos transnacionais e os saberes produzidos no Gabinete de Identificação e Estatística do Rio de Janeiro.

Os inquéritos sociais

Entre os anos 1913 e 1914, Elysio de Carvalho compôs o quadro de colunistas fixos que escreviam no diário carioca *O Imparcial*. Fundado em 1912 por José Eduardo de Macedo Soares, o periódico voltava-se para temas cotidianos que perpassavam a vida dos possíveis leitores, dando grande destaque ao noticiário criminal. Além disso, a folha destacava-se por seu formato moderno, por ter sido o primeiro diário carioca a publicar ilustrações em suas páginas (Sodré, 1966). Foi justamente pela linha editorial desse jornal que Elysio de Carvalho conseguiu encontrar espaço para publicação de suas crônicas de crime. A série *Inquéritos Sociais* foi seu primeiro conjunto de artigos publicados na folha e destacava-se por sua proposta de realizar um

41. SANCHEZ, Sancho. Tatuagens. *Careta*, Rio de Janeiro, 2 mar. 1912, ano V, nº 196, p. 12-13.

“inquérito acerca de uma nova epidemia social”:⁴² a toxicomania. Por meio de consultas a médicos especialistas e farmacêuticos, entrevistas com toxicômanos e visitas aos locais de consumo de drogas, Elysio de Carvalho propunha-se a pôr sob escrutínio o uso de substâncias psicoativas – e suas consequências – na cidade do Rio de Janeiro. Construindo a princípio uma cartografia preliminar do consumo e de formas de compra e venda dos tóxicos na capital federal, o diretor do Gabinete de Identificação dedicou cada crônica à análise de uma droga compondo um total de cinco artigos: “Os inquéritos sociais”, “Os fumadores de ópio”, “Os devotos da morfina”, “Eterômanos” e “As cocainettes”.

Para além de um cenário, as ruas e becos da cidade do Rio de Janeiro emergiam nas crônicas de Elysio de Carvalho como um objeto de estudo, forjando junto aos atores sociais um submundo do vício, dos entorpecentes e seus consumidores. Segundo o escritor, seria na rua da Misericórdia e nas suas transversais que se podiam encontrar quatro ou cinco casas de comércio de ópio. O esforço de construção de uma cartografia dos vícios, de seus compradores e vendedores torna a categoria de espaço como agente forjador de um imaginário acerca de um submundo toxicômano. De acordo com Kalifa (2004, p. 287-305), ao longo do século XIX, os locais ocuparam um lugar decisivo nos romances e folhetins para a construção de um imaginário do crime das metrópoles europeias. O *bas-fond* francês ou o *underworld* de origem inglesa constituíam-se em lugares por excelência urbanos caracterizados como zonas relegadas e sujas que teriam como traços principais: a miséria, o vício e o crime (Kalifa, 2017, p. 13). Das “ruas assassinas” de Vidocq aos mistérios urbanos de Eugène Sue, os *bas-fonds* construídos como zonas insalubres, labirínticas e obscuras revelavam um arquétipo de cidade em crise.

42. CARVALHO, Elysio de. Inquéritos sociais: as nevroses e os vícios da cidade, *O Imparcial*. Rio de Janeiro, 28 jul. 1913, p. 2.

Não por acaso, para o escritor e funcionário de polícia, “o vício, errante e multiforme” que atravessou “o Atlântico, aqui ficou e estabeleceu sua tenda e prolifera numa trama discreta e inquietadora. Sensual e indolente, complexa e perturbadora, a alma da nossa cidade atravessa um péssimo quarto de hora e começa a extravar numa ebriedade vesana”.⁴³ A ideia de que a cidade possuiria uma “alma”, uma subjetividade atrelada a uma experiência cidadina na *Belle Époque* não apareceria pela primeira vez por meio das obras de Elysio de Carvalho. Anos antes, em 1908, o cronista João do Rio publicou a obra *A alma encantadora das ruas* pela Livraria Garnier, compilando uma série de crônicas impressas pelo jornal *Gazeta de Notícias* entre os anos 1904 e 1907.⁴⁴ Tais artigos, que inauguravam um estilo de crônica, reportagem revelavam as ruas como protagonistas das narrativas, como um lugar de experimentação intersubjetiva, cujos cenários e personagens compunham um quadro sincrônico e recíproco das vidas das metrópoles da *Belle Époque* (O'Donnell, 2007, p. 104). Logo, a aproximação entre estes escritores pode ser novamente vista por meio do compartilhamento de um certo “temperamento etnográfico”⁴⁵ para a composição de narrativas de texto-reportagem. Através da figura de um *dandy* como narrador, se investigavam as multiplicidades das experiências que se criavam na metrópole do Rio de Janeiro.

Seria justamente nas ruas das cidades que emergiriam comportamentos mais sombrios que evidenciavam um lado perverso da modernidade. O esforço de construção de uma certa etnografia

43. CARVALHO, Elysio de. Inquéritos sociais: as nevroses e os vícios da cidade, *O Imparcial*. Rio de Janeiro, 28 jul. 1913, p. 2.

44. Luiz Edmundo Bouça Coutinho (2008) sinaliza como a obra de João do Rio, *A alma encantadora das ruas*, sofreu forte influência da obra *El alma encantadora de Paris*, publicada por Gomez Carrillo, no ano de 1902.

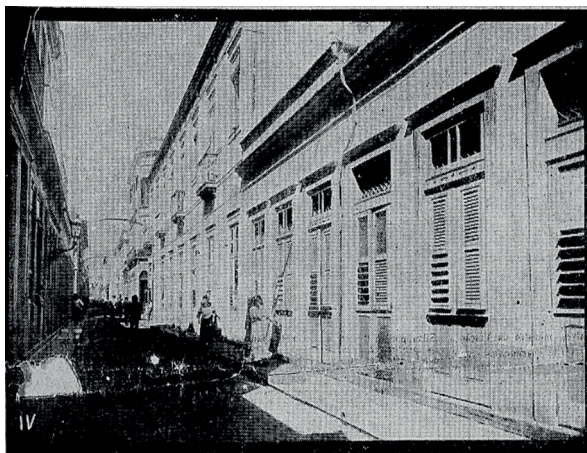
45. CARVALHO, Elysio de. As nevroses e os vícios da cidade: os fumadores de ópio. *O Imparcial*. Rio de Janeiro, 31 jul. 1913, p. 2.

dos submundos do vício coadunava com o interesse das folhas jornalísticas em atrair uma maior quantidade de leitores através da publicação de narrativas que recriassem de forma voyeurística a experiência do consumo de drogas na cidade. Ao longo das crônicas de Elysio, nas ruas transversais da região central do Rio de Janeiro, percebe-se que, chineses, turcos e egípcios procuraram as *fumèries* junto a marinheiros e catraieiros nacionais. A localização dos consumidores como estrangeiros do Oriente ou profissionais ligados às atividades portuárias forjava um imaginário acerca dos usos do ópio atrelado a um universo exótico e distante; ao mesmo tempo em que atribuía às regiões centrais e da zona portuária da cidade o lócus do uso da droga de origem chinesa. Não por acaso, os chineses seriam os vendedores da droga apresentados por Elysio de Carvalho, donos de *fumèries* como as localizadas em “Xangai, no Cairo e em Constantinopla”.⁴⁶

De forma diferente, os usos da cocaína foram localizados nos bairros adjacentes ao Centro da cidade, como Laranjeiras, Glória e Botafogo, na região da Zona Sul, e Tijuca, na Zona Norte. Segundo o diretor do Gabinete de Identificação, a droga exportada pela França e pela Alemanha para o Brasil circulava nas pensões elegantes, nos ateliês dos artistas e nos palacetes confortáveis, sendo consumida até por senhoras respeitáveis em suas próprias casas. Considerado um vício elegante, o uso da cocaína englobava homens e mulheres de diferentes idades, desde os salões aristocráticos até as ruas da avenida Mem de Sá na Lapa. A construção de um imaginário sobre o submundo do comércio e sobre o consumo da cocaína era forjada também pela publicação de fotografias dos espaços da cidade que seriam o lócus dos cocainômanos.

46. CARVALHO, Elysio de. As nevroses e os vícios da cidade: os fumadores de ópio. *O Imparcial*. Rio de Janeiro, 31 jul. 1913, p. 7.

Figura 16. Fotografia das ruas do Rio de Janeiro onde se localizavam os cocainômanos.



Fonte: *O Imparcial*, 3 ago. 1913, p. 5.

Os sobrados e ruas estreitas que ganhavam espaço nas folhas jornalísticas forjavam um submundo do vício, cuja própria arquitetura contribuía para a proliferação dos entorpecentes. Segundo a crônica, comercializada por ambulantes nas ruas, a cocaína era “acondicionada em pequenos frascos que são vendidos a 2\$, 3\$ e 4\$000”.⁴⁷ De forma distinta do éter e da morfina, que nas crônicas de Elysio de Carvalho eram administrados em hospitais ou vendidos levemente em unidades farmacêuticas, o consumo do ópio e da cocaína estava atrelado às experiências sociais das ruas da capital federal. Neste sentido, o espaço não apresenta apenas uma função de cenário para a interação entre os atores sociais. Ao contrário, serão os becos, as ruelas e *fumèries*, junto a ambulantes, donos de casas de ópio e senhores elegantes que construíam uma cartografia dos usos e das vendas de entorpecentes da cidade.

47. CARVALHO, Elysio de. As nevroses e os vícios da cidade: as cocainetes, *O Imparcial*. Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1913, p. 5.

Neste sentido, tais crônicas aproximavam-se dos escritos decadentistas produzidos anos antes pelo autor, ao veicularem em suas narrativas um submundo composto por personagens marginalizados – prostitutas, marinheiros e soldados – que eram escravizados pelos entorpecentes modernos. A própria seleção das drogas que foram objeto das crônicas demonstra como, em última instância, discutia-se em tais textos o problema da modernidade. Diferentemente de “vícios elegantes” – como o éter, a cocaína e a morfina –, a maconha não figurou entre os entorpecentes abordados nas crônicas de Elysio de Carvalho. De origem africana e introduzida no Brasil juntamente com a escravidão, a droga tinha amplo uso pelas camadas mais empobrecidas da população, sendo constantemente associada à incivilização (Adiala, 2011, p. 44). De forma distinta, as consumidoras de cocaína figuravam nas crônicas do diretor do Gabinete e Estatística em locais como os clubes da rua do Passeio, “sentadas à mesa, tendo ao seu lado a garrafa de vinho do Porto e o vidro de cocaína”.⁴⁸ Desta forma, a série de crônicas de Elysio de Carvalho procurava menos construir uma tipologia completa dos usos de substâncias psicotrópicas da cidade e mais discutir, através da temática dos entorpecentes, o fenômeno da modernidade.

Trazendo algumas inquietações do painel finissecular, as crônicas de Elysio de Carvalho construíam um *demi-monde* no qual o consumo de drogas atrelava-se ao signo da decadência. Ao longo do século XIX, a modernidade trouxe consigo o fenômeno da urbanização e da industrialização das metrópoles, marcado por um grande crescimento populacional e uma intensificação dos processos de imigração para os centros urbanos. Tais transformações socioeconômicas junto ao avanço de novas invenções tecnológicas recriavam registros das experiências subjetivas urbanas, caracterizadas agora por um esgo-

48. CARVALHO, Elysio de. As nevroses e os vícios da cidade: as cocainettes, *O Imparcial*. Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1913, p. 5.

tamento nevrálgico dos habitantes das metrópoles, devido ao excesso de estímulos sensoriais e de uma aceleração do cotidiano da vida moderna (Singer, 2001). A construção das crônicas através de uma aproximação com elementos decadentistas pode ser percebida pela construção das personagens consumidoras dos entorpecentes. Marcados pela “decadência física e abjeção moral”,⁴⁹ “loucura” e “impulsão mórbida”,⁵⁰ rapazes que queriam esquecer um amor não correspondido e prostitutas que procuravam preencher o vazio de suas existências eram personagens que representavam como a experiência da modernidade podia admitir dimensões caóticas e desorientadoras.

Assim como em sua principal obra decadentista, *Five o'clock*, a personagem da *femme fatale*, Ida d'Harcourt, retorna nas crônicas de Elysio de Carvalho “com as pupilas dilatadas”, “os lábios crispados em um riso equívoco, ao mesmo tempo perverso e melancólico”.⁵¹ A figura de mulheres nevrosadas, histéricas e perversas esteve presente em textos decadentistas de Rollinat (*Dame en cire*, de *Les Névroses*), René Maize-roy (*Yette*, manequim), Jean Lorrain (*Monsieur de Phocas*), encarnando em si o signo da decadência. A aproximação com tais textos faz-se ainda de maneira mais explícita. Como num amálgama entre Paris e o Rio de Janeiro, o escritor alagoano utilizou as obras de autores decadentistas como Rollinat e Baudelaire como forma de reconstruir a experiência dos usos das drogas nas metrópoles modernas. Baudelaire conheceu a beatitude do ópio, seus sonhos infinitos, seu torpor prolongado e sua efêmera eternidade, mas, como bem nota um de seus críticos, essa volúpia é ainda feita de prazeres negros e sombrios:

49. CARVALHO, Elysio de. As nevroses e os vícios da cidade: os eterômanos. *O Imparcial*, 3 ago. 1913, p. 8.

50. CARVALHO, Elysio de. As nevroses e os vícios da cidade: os devotos da morfina. *O Imparcial*. Rio de Janeiro, 2 ago. 1913, p. 5.

51. CARVALHO, Elysio de. As nevroses e os vícios da cidade: os devotos da morfina. *O Imparcial*. Rio de Janeiro, 2 ago. 1913, p. 8.

*L'opium agrandit ce que n'a de bornes,
Allonge l'illimité
Aprrofondit le temps, creuse la volupté
Et de plaisir noirs et mornes
Rempli l'âme au-delà de sa capacité.*⁵²

Desta forma, deve-se pensar como mais do que a “intenção de explorar as variedades do cotidiano” – como sinalizado por Prado (2010, p. 96) sobre o estilo de narrativa decadentista presente na obra *Five o'clock* – as crônicas de Elysio de Carvalho resultavam menos de uma observação direta da realidade, e mais das leituras de obras literárias de sua biblioteca. Ao recorrer à poesia de autores como Baudelaire e Thomas de Quincey para reconstruir as experiências sinestésicas causadas pelo uso de entorpecentes, o funcionário de polícia forjava escritos sobre um submundo das drogas do Rio de Janeiro também a partir de leituras ficcionais europeias. Até mesmo alguns elementos que marcaram a construção de uma cartografia do uso de drogas e mesmo de uma experiência etnográfica na capital federal podem também ser encontrados nas obras de outros literatos do período. Assim como na crônica de Elysio de Carvalho, o texto *Visões do ópio* de João do Rio (2008, p. 104) localizava a rua da Misericórdia, no Centro da cidade, como o espaço em que imigrantes chineses tinham suas *fumèries* para os usuários de opiáceos. Desta forma, talvez em meio à escassez de informações concretas, Elysio de Carvalho buscava forjar narrativas sobre um submundo do vício carioca a partir dos esparsos conhecimentos de campo que possuía junto às narrativas literárias, misturando relatos ficcionais com os de experiências de consumo e venda dessas substâncias na capital federal.

52. “O ópio dilata o que contornos não têm mais, / Aprofunda o ilimitado, / Alonga o tempo, escava a volúpia e o pecado, / E de prazeres sensuais/ Enche a alma para além do que conter lhe é dado.” (Baudelaire, 2015, p. 199); CARVALHO, Elysio de. As nevroses e os vícios da cidade: os fumadores de ópio. *O Imparcial*. Rio de Janeiro, 31 jul. 1913, p. 7.

A intertextualidade entre estes dois últimos autores, mais que apenas uma evidência do compartilhamento de materiais, demonstrava como o tema do uso de entorpecentes era recorrente nos textos de literatos da capital federal do início do século XX. Assim como João do Rio (2008, p. 104) e Elysio de Carvalho, Coelho Netto e Benjamin Costallat também dedicaram suas crônicas às experiências dos usos de entorpecentes nas metrópoles modernas (Rezende, 2006). No entanto, tal recorrência temática não seria, como pontua Salgado (2006, p. 114), fruto de “uma sociedade em que contraditoriamente se misturam complacência e liberalidade com puritanismo e moralismo, à moda dos *late* vitorianos”. Ao contrário, ao historicizarmos estas crônicas, percebemos como elas se remetiam aos contextos político e intelectual que marcavam as duas primeiras décadas do Rio de Janeiro. Os malefícios e as propriedades viciantes das drogas já vinham sendo discutidos por psiquiatras, médicos, policiais e políticos da elite carioca. Não por acaso, Elysio de Carvalho, ao longo de suas crônicas, divulgou um estudo de Afrânio Peixoto sobre o tema, destacando os sintomas físicos daqueles que se encontravam viciados na substância. Segundo o psiquiatra, haveria um “conjunto de caracteres da morfínomania”, como “a indiferença afetiva, a preguiça intelectual”, “perturbações somáticas e mentais” e uma “decadência e um geral perecimento”.⁵³ A repressão à venda de tais substâncias teve início alguns anos após a publicação dessas crônicas. Em 1921, com o Decreto nº 4.294, estabeleciam-se penalidades aos contraventores de ópio, haxixe, cocaína entre outras drogas.⁵⁴ A citação do estudo de Afrânio Peixoto – única obra criminalística mencionada ao longo das cinco crônicas – nos leva a pensar como tais textos, para além de um espaço de criação

53. CARVALHO, Elysio de. As nevroses e os vícios da cidade: os devotos da morfina. *O Imparcial*. Rio de Janeiro, 2 ago. 1913, p. 5.

54. Sobre os debates médicos e as formas de controle policial de criminalização das drogas, ver: Silva, 2009.

artística ou mesmo de vulgarização de saberes criminalísticos, tinham como intuito primeiro inserir o diretor do Gabinete de Identificação e Estatística no debate público de criminalização de entorpecentes que já se consolidava no Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XX. Talvez por isso, ao fim de sua primeira crônica, Elysio de Carvalho explicitara como esperava “incitar os poderes públicos para o estudo de um problema que é verdadeiramente uma calamidade”.⁵⁵ Desta forma, para além de forjar um imaginário sobre o consumo e a venda de entorpecentes, a mobilização de signos de decadência nessas crônicas também dialogava com os esforços de criminalização das substâncias alótropicas presentes na capital federal brasileira.

O problema da modernidade também viria aparecer em outras duas séries de crônicas publicadas no jornal *O Imparcial* pelo diretor do Gabinete de Identificação e Estatística. Intitulados primeiramente como “A cidade dos esmagados” e “O cinematógrafo e a criminalidade”, tais séries consistiam em um conjunto de quatro artigos e traziam para o cerne da discussão pública duas invenções tecnológicas que se tornaram símbolo da modernidade: o cinema e o automóvel. O final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX foram marcados por uma série de novas descobertas que modificaram o ritmo da vida das metrópoles, bombardeando seus habitantes com inúmeros estímulos sensoriais. O desenvolvimento de novos meios de comunicação, como o telefone e o telégrafo, os meios de transportes movidos a derivados de petróleo, a aviação, a imprensa ilustrada, o rádio e o cinema permitiam uma conexão entre os habitantes da metrópole cujo deslocamento e cuja comunicação poderiam ocorrer em uma nova velocidade até então desconhecida.

Neste sentido, a intensa circulação de veículos de transporte e transeuntes tornou-se objeto de preocupação nos noticiários de crime

55. CARVALHO, Elysio de. Inquéritos sociais: as nevroses e os vícios da cidade. *O Imparcial*. Rio de Janeiro, 28 jul. 1913, p. 2.

e nas crônicas dos literatos da cidade do Rio de Janeiro. Se o bonde, mesmo em sua primeira versão – movido à tração animal –, já se constituía em um símbolo moderno, os automóveis importados dos países do Norte chegavam aqui com uma aura mítica. O equipamento capaz de deslocar uma pesada estrutura de ferro a uma rápida velocidade tornou-se ao mesmo tempo um símbolo de poder e de temor (Sevcenko, 2006, p. 558-589). Não por acaso, na crônica “A cidade dos esmagados”, Elysio de Carvalho indicava como “atravessar uma das nossas avenidas, a qualquer hora do dia ou da noite, dobrar uma esquina, mesmo com precaução, ou viajar num desses veículos, dirigidos por estrangeiros que ignoram a topografia da cidade (...) constitui um perigo muito sério”.⁵⁶ Os cruzamentos entre bondes, automóveis, bicicletas, animais e transeuntes geravam inúmeros acidentes e atropelamentos que evidenciavam os problemas de adaptação dos habitantes da cidade ao novo ritmo de deslocamento urbano. A importação em maior escala de carros para a capital federal ocorreu antes mesmo que houvesse sinalização nas ruas, um código de trânsito ou uma estrutura viária consolidada na cidade (Sevcenko, 2006, p. 589). Desta forma, a rua constituía-se, nestas crônicas jornalísticas em um espaço de perigo iminente, onde se tornava mais evidente a vulnerabilidade física dos transeuntes em meio ao acelerado e maciço trânsito urbano moderno.

A representação dos espaços públicos metropolitanos como lócus de perigos iminentes era também construída por meio das estatísticas policiais divulgadas pelo escritor ao longo de suas crônicas. Entre os anos 1909 e 1912, os desastres de bondes elétricos aumentaram de 214 por ano para 294, ocasionando um aumento de 65 vítimas envolvidas em acidentes. Um crescimento considerável também foi percebido nos acidentes que envolviam automóveis. Durante este mes-

56. CARVALHO, Elysio de. A cidade dos esmagados: o problema da circulação perfeita e da segurança dos pedestres. *O Imparcial*, 7 set. 1913, p. 4.

mo período, os desastres causados por carro aumentaram para 577 casos por ano, levando também a um crescimento de 605 vítimas. No entanto, de forma distinta, os acidentes com carroças diminuíram de 124 casos para 112, o que não implicou um decréscimo no número de vítimas, que aumentaram de 106 para 121. As estatísticas, que segundo o próprio autor “estão longe de exprimir toda a verdade”, mostravam-se problemáticas por não registrarem “um grande número de desastres” que não chegavam ao conhecimento da polícia.⁵⁷ Desta forma, mesmo imprecisos, tais dados só corroboravam o argumento de Elysio de Carvalho de que o aumento do número de vítimas e acidentes de trânsito devia-se a dois motivos: o crescimento da aquisição de automóveis e o que o autor nomeou como “um prazer pela velocidade”⁵⁸ vivido pelos habitantes da cidade.

Não por acaso, a Polícia do Rio de Janeiro, desde o ano de 1911, empenhava-se em tornar obrigatória a instalação de aparelhos capazes de registrar a velocidade dos veículos que circulavam nas ruas da cidade.⁵⁹ Em uma proposta inicial, defendia-se que a velocidade dos automóveis na zona urbana não deveria ultrapassar a medida de 10 quilômetros por hora, enquanto nas zonas suburbanas, o máximo deveria ser 20; e, por fim, 30 quilômetros nas zonas rurais⁶⁰. Como solução para o problema, na segunda crônica da série da “Cidade dos Esmagados”, Elysio de Carvalho expunha como o corpo de Polícia do Rio de Janeiro elaborou um regulamento – que até aquele momento não havia logrado plena execução – para tornar a autoridade policial

57. CARVALHO, Elysio de. A cidade dos esmagados: o Rio sofre a vertigem da velocidade. *O Imparcial*, 6 set. 1913, p. 3.

58. CARVALHO, Elysio de. A cidade dos esmagados: o Rio sofre a vertigem da velocidade. *O Imparcial*, 6 set. 1913, p. 3.

59. Os velocímetros. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro, ano V, out.-dez. 1911, nº 18-20, p. 614-617.

60. Os velocímetros. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro, ano V, out.-dez. 1911, nº 18-20, p. 616.

competente para “lavar o auto, impor a multa e ordenar a cassação da carteira”⁶¹ dos motoristas que circulavam na capital federal. Segundo Bretas (1997, p. 72), nos relatórios policiais da década de 1920, eram recorrentes as queixas sobre a falta de recursos da Inspetoria de Veículos que dificultava o patrulhamento do tráfego da cidade. Não por acaso, a seção que chegava a recolher cerca 1.751.776\$00 em multas surgiu nas crônicas de Elysio de Carvalho por uma deficiência do quadro de funcionários efetivos, composto apenas de 50 fiscais para o patrulhamento da cidade.⁶²

As críticas do diretor do Gabinete de Identificação também se direcionavam à necessidade de um arrocho na legislação penal, estabelecendo medidas punitivas mais severas nos casos de abandono das vítimas de acidente e da perda definitiva do exercício da profissão nos casos de reincidência. Para o escritor, tais medidas instituídas pela Polícia que visavam a reprimir e a vigiar os infratores, por mais que coadunassem com as reformas urbanas promovidas pela municipalidade – como o alargamento de ruas e a abertura de novas praças –, esbarravam no Poder Judiciário, que nulificava tais esforços estatais. A concessão de “*habeas corpus* em massa a *chauffeurs* que os requeriam para escapar à ação da Polícia” assim como “o número desproporcional de absolvições”⁶³ de acusados foram evidências apontadas pelo escritor alagoano da má vontade dos magistrados em reprimir, tais abusos. Neste sentido, devemos levar em consideração como nas primeiras décadas do século XX, os administradores da Polícia argumentavam que os interesses da lei e da ordem tinham ponto de contato com quase todos os pontos de administração urbana, e, por isso, a Polícia

61. CARVALHO, Elysio de. A cidade dos esmagados: o Rio sofre a vertigem da velocidade. *O Imparcial*, 6 set. 1913, p. 3.

62. CARVALHO, Elysio de. A cidade dos esmagados: o problema da circulação perfeita e da segurança dos pedestres. *O Imparcial*, 7 set. 1913, p. 4.

63. CARVALHO, Elysio de. A cidade dos esmagados: o problema da circulação perfeita e da segurança dos pedestres. *O Imparcial*, 7 set. 1913, p. 4.

deveria ter mais poder para intervir sendo capaz de controlar todos os aspectos da vida (Bretas, 1997, p. 72). Talvez por isso as crônicas da “Cidade dos esmagados” também foram publicadas na revista oficial do Gabinete de Identificação e Estatística. Inseridas em disputas estatais, tais narrativas não se resumiam apenas a um ensaio sobre às contradições e os superestímulos da vida moderna, mas também se constituíam em práticas discursivas que vinham disputar o espaço de ação da Polícia dentro do aparato estatal, criticando e reivindicando a prerrogativa de punição daqueles envolvidos em delitos causados pelo tráfego urbano.

Junto aos automóveis, o cinema também se tornou objeto de escrutínio de Elysio de Carvalho na série de duas crônicas, intituladas “O Cinematógrafo e a Criminalidade”. Os artigos, que tinham como subtítulos “O crime da rua Fluminense” e “Contra os filmes sensacionais”, vinham discutir o impacto da invenção cinematográfica no fenômeno da criminalidade urbana do Rio de Janeiro. Como uma das principais expressões da modernidade, o cinema surge quase simultaneamente ao desenvolvimento das metrópoles, permitindo aos telespectadores a experimentação de realidades distintas das vivenciadas a olho nu no cotidiano das localidades (Singer, 2001) Frente à desorientação e ao desamparo que marcavam a volatilidade da vida metropolitana, os cinematógrafos com suas projeções de filmes construíam narrativas capazes de produzir sentido à experiência fragmentada – e muitas vezes esvaziada de sentido – das grandes capitais modernas (Singer, 2001). Uma das primeiras apresentações de imagens em movimento na Europa ocorreu com a exibição do filme dos Irmãos Lumière, *A chegada do trem da estação*, no ano de 1895, causando forte impacto entre os telespectadores. Pouco acostumados com os instrumentos óticos e de fotografia, a plateia entrou em pânico frente à projeção da imagem de um trem vindo em direção ao público. As cores, sons e imagens das telas de cinema uniam-se a outros estímulos sensoriais – como painéis,

semáforos e buzinas – resultando em um choque do público frente à modernidade (Singer, 2001, p. 98).

No entanto, os efeitos mágicos das técnicas cinematográficas, nos quais as imagens ganhavam ares realísticos nas telas de cinema, eram vistos de forma controversa por criminalistas do século XX. Para esses especialistas, a construção de narrativas audiovisuais tão realísticas, como as cinematográficas, poderia influenciar os telespectadores a buscarem vivenciar os dramas e conflitos vividos nas telas. A ambiguidade do cinematógrafo foi ressaltada por Elysio de Carvalho que destacou como a nova tecnologia era capaz de “impressionar a imaginação (...) dando a ilusão palpitante da realidade”, ao mesmo tempo que permitia a experimentação de “peripécias de um crime, desde os preparativos e os processos utilizados (...) para burlar a ação da Polícia”.⁶⁴ Desta forma, o escritor inscrevia o cinematógrafo dentro de sua própria visão acerca da modernidade, atribuindo às descobertas tecnológicas e à própria noção de progresso um caráter dúbio e perverso, responsável pelo agravamento e intensificação do fenômeno do crime.

Em 1896, um ano após a experiência da exibição francesa, a cidade do Rio de Janeiro viu a primeira apresentação de imagens em movimento através do uso do aparelho francês omniógrafo, gerando euforia e admiração entre aqueles que observaram o espetáculo (Sevcenko, 2006, p. 519). Assistir às sessões de cinema, vestidos com traje a rigor constituía-se em um hábito da vida moderna da *Belle Époque* demonstrando como as tecnologias audiovisuais representavam um novo símbolo do estilo de vida das metrópoles urbanas. Talvez por isso, o cinematógrafo também foi objeto das crônicas de João do Rio que, como um intérprete da modernidade, também se dedicou a refletir sobre o impacto da nova tecnologia na vida dos cidadãos das regiões metropolitanas. Constituindo-se em um “exemplo verossímil

64. CARVALHO, Elysio de. Cinematógrafo e criminalidade: a propósito da rua Fluminense. *O Imparcial*. Rio de Janeiro, 28 ago. 1913, p. 6.

da modernidade” para Elysio de Carvalho (Prado, 2010, p. 69), Paulo Barreto publicou no ano de 1909 a obra *O cinematógrafo*, na qual anunciava a modernização do país sob o impulso do novo regime republicano, estabelecendo uma crítica ao consumismo da burguesia urbana e constituindo-se enquanto narrativa em “uma atitude modernizante” (Sevcenko, 2006, p. 93). De forma diferente, nas crônicas de Elysio de Carvalho, a crítica à modernidade residia não na afetação das maneiras burguesas, mas no poder dos cinematógrafos em despertar “o gérmen da ideia do crime” nas mentes de alguns “degenerados, histéricos e neurastênicos”.⁶⁵

A ideia de que os veículos de comunicação em massa poderiam sugerir ou conduzir à imitação das práticas criminais remetia-se aos estudos do criminologista italiano, Scipio Sighele, citado como uma das referências do escritor ao longo de suas crônicas. Será através de uma aproximação com este criminologista italiano que Elysio de Carvalho irá pensar os efeitos perversos dos veículos de comunicação em massa na psicologia das multidões.

Utilizando exemplos de obras literárias analisadas por Sighele – como a *Besta Humana*, de Émile Zola –, Elysio de Carvalho analisava como as narrativas acerca das práticas criminais se multiplicavam através dos veículos de comunicação fornecendo exemplos dos *modi operandi* dos criminosos para burlar a lei. As noções de “imitação” e “sugestão” eram centrais nos estudos de Sighele para compreensão do movimento das massas. O espírito da multidão que predominaria no espaço das cidades seria extremamente sensível às sugestões proferidas por um líder ou por um mentor, capazes de influenciar e hipnotizar uma multidão anônima.⁶⁶ Neste sentido, Sighele (1901)

65. CARVALHO, Elysio de. Cinematógrafo e criminalidade: a propósito da rua Fluminense. *O Imparcial*. Rio de Janeiro, 28 ago. 1913, p. 6.

66. TRÉANTON, Jean-René. Miroirs déformants, *Revue Française de Sociologie*, 1983, 24-1, p. 127.

desenvolveu sua obra *A multidão criminosa* com o intuito de elucidar sobre a “estranha e terrível força íntima que tem uma multidão dentro de si”. Em um estudo considerado de psicologia coletiva, reflexões sobre como surgiam organizações operárias, movimentos anarquistas e rebeliões camponesas nos evidenciam como as temáticas da *Questão Social* estavam na pauta de alguns criminologistas italianos do século XX. Tal olhar, a princípio mais sociológico, estaria atrelado a uma perspectiva cientificista que marcava profundamente as primeiras décadas do século XX, e sobretudo, a obra deste autor. Aluno de Cesare Lombroso, Sighele (1901) considerava que “a literatura poderia depositar germens mórbidos na alma de delinquentes futuros”, colocando, desta forma, como as narrativas de crime – audiovisuais e literárias – poderiam ser responsáveis pela difusão de comportamentos delitivos entre as massas. Frente a um mundo que considerava degenerado e doente, Sighele reconhecia, no escopo do pensamento científico, elementos-chaves para a compreensão de questões intelectuais e morais que assolavam as massas urbanas do início do século XX.

No entanto, para o criminologista, as produções literárias em si não se constituíam isoladamente como perigos urbanos. Se, por um lado, obras como as de Émile Zola, Eugène Sue e Gabrielle D’Annunzio refletiam as mazelas e os conflitos das sociedades urbanas, por outro, eram capazes de modificar ou reforçar as práticas de violência dos habitantes metropolitanos. Haveria uma influência recíproca, um processo inadvertido de “osmose” entre a “realidade da vida e a função da arte” (Sighele, 1901, p. 158). Para Sighele, o “contágio” e a “sugestão” para o desenvolvimento de práticas criminais ocorreriam frente a dois fatores determinantes: a predisposição hereditária e a influência do meio. Para aqueles que já possuíam uma propensão neurastênica ou uma personalidade de “criminoso nato”, a literatura de crime seria capaz de contaminar e possuíam a realização de práticas criminais.

Inspirado pelos estudos de Sighele, Elysio de Carvalho compreendia os efeitos morais das produções literárias e cinematográficas de crime. Ao se configurarem como objetos produzidos por empresas comerciais que veiculavam narrativas de crime, tais filmes e livros exerciam uma influência nociva “sobre cérebros indecisos, pouco inventivos e malconformados”.⁶⁷ O cinematógrafo capaz de reproduzir em cenas animadas desde os preparativos aos detalhes da realização das práticas criminais seria capaz de “despertar o gérmen da ideia do crime”, “o instinto criminoso mal adormecido que muitas vezes só espera o momento oportuno”⁶⁸ para despertar. Para o escritor, o malfeitor em sua natureza não seria um inventivo, mas um imitativo. E, desta forma, a imitação seria como um verdadeiro contágio, “como a varíola tem o seu contágio no vírus que a transmite; e do mesmo modo que existem na nossa organização doenças que só esperam para se desenvolver a mais ligeira causa”.⁶⁹ Lançando mão das terminologias científicas de Sighele, como “contágio”, “contaminação”, Elysio de Carvalho pensava como as produções imagéticas de crime seriam capazes de induzir indivíduos com propensão à realização de práticas criminais.

Novamente, a publicação destas crônicas no jornal *O Imparcial* nos permite refletir como através das colunas deste diário o escritor divulgava para um público mais amplo teorias criminológicas. Partindo de uma nova tecnologia que encantava e intrigava os habitantes da metrópole carioca, o escritor trazia para a discussão como as ondas de violência que assolavam as grandes cidades ocorriam como frutos de “imitação” e “contágio” pelo meio em que viviam aqueles que teriam propensão ao crime. E, neste sentido, apresentava-se como única so-

67. CARVALHO, Elysio. Cinematógrafo e criminalidade. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 28 ago. 1913, p. 6.

68. CARVALHO, Elysio. Cinematógrafo e criminalidade. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 28 ago. 1913, p. 6.

69. CARVALHO, Elysio. Cinematógrafo e criminalidade. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 28 ago. 1913, p. 6.

lução o controle da difusão destas imagens, tendo em vista seu caráter altamente sugestionável para a corrupção dos costumes.

No entanto, o desencanto com a modernidade que surge nestas crônicas, atrelado à perspectiva criminológica de Sighele, não se restringia apenas a uma aproximação com a produção escrita decadentista de Elysio de Carvalho. O esforço de vulgarização das teorias criminológicas italianas ligadas ao estudo de uma psicologia das multidões vinha também como ponto de apoio para o diretor do Gabinete de Identificação como forma de discussão sobre o controle da circulação de imagens e narrativas de crime na capital federal. Em meio à exibição de filmes, como o *Tráfico das brancas* e *Zigomar, o rei dos ladrões*, Elysio de Carvalho reivindicava a participação da seção policial da Inspetoria de Teatros e Casas de Diversões na censura de espetáculos cinematográficos da capital federal. Como sugestão ou o autor apresenta a proposta de que caberia à seção policial “conceder novas licenças de exploração de cinema senão a pessoas que se comprometessem a não admitir crianças – mesmo acompanhadas” – (...) além de organizar as apresentações “cujos números e programas seriam aprovados pela autoridade competente”.⁷⁰ Tal proposta, que tinha como objetivo “a proibição de que sejam exibidas fitas obscenas” e “a representação de cenas de banditismo suscetíveis de despertar maus sentimentos nos espectadores”⁷¹, evidenciava o fato de que tais figuras da Polícia utilizavam-se dos recursos e práticas literárias e jornalísticos das crônicas como forma de forjarem suas próprias práticas policiais. Ao vulgarizar os saberes criminalísticos, o diretor do Gabinete de Identificação disputava publicamente o avanço da instituição policial dentro do aparato estatal brasileiro, buscando ampliar a in-

70. CARVALHO, Elysio de. Contra os filmes sensacionais. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 29 ago. 1913, p. 11.

71. CARVALHO, Elysio de. Contra os filmes sensacionais. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 29 ago. 1913, p. 11.

gerência da Polícia no controle dos costumes da sociedade carioca do início do século XX, através de uma regulação da exibição de imagens cinematográficas na cidade.

Policiais que escrevem, criminosos que leem

Os espaços das prisões e aqueles que viviam atrás dos muros das casas correcionais também foram objeto das crônicas de Elysio de Carvalho. Publicada pela revista *Ilustração Brasileira*, o diretor do Gabinete de Identificação escreveu uma série de crônicas intitulada “Literatura nas Prisões” trazendo a figura dos delinquentes que das celas dos cárceres criavam textos literários. Será justamente pelo exercício da escrita que a figura do criminoso poeta surge nos textos do escritor alagoano como o reverso de uma mesma moeda da figura do policial escritor.

No final do século XIX, as histórias sobre as prisões atraíam leitores ansiosos pelos infortúnios do universo dos cárceres e das masmorras antigas. O estudo de Kalifa indica como os *bas-fonds* das metrópoles reservavam dois tipos de espaço: desde os becos lamacentos e ruas escuras das cidades até “os *bas-fonds* legais”, nos quais se concentravam marginais de todas as espécies, como nos hospícios, asilos e prisões (Kalifa, 2017, p. 31). A partir do século XVIII, as mudanças epistemológicas trazidas pelo Iluminismo e o fim dos espetáculos públicos de punição contribuíram para a construção de um imaginário do cárcere enquanto espaços ocultos, induzindo o público a fantasiar e especular sobre o que se passava por trás dos muros das prisões (Bretas, 2009, p. 186). Na literatura europeia dos séculos XVIII e XIX, as prisões emergiam como espaços de terríveis punições e sofrimentos. Não por acaso, a obra de Alexandre Dumas aparece como uma das referências de leitura dos criminosos escritores do Rio de Janeiro, descritos por Elysio de Carvalho. A história de Edmond Dantès, que

permaneceu injustamente nas masmorras da fortaleza de If, circulava em “edições baratas e ilustradas”⁷² na cidade, contribuindo para a formação de um imaginário dos universos das prisões.

Além de romances judiciários como os dos escritores francês Xavier Montepin e Émile Gaboriau, Elysio de Carvalho mapeou diferentes literaturas de crimes que circulavam na cidade e que teriam “os nossos criminosos” como “melhores clientes”.⁷³ Desde folhas volantes que narravam casos célebres das crônicas criminais, como *O mistério da mala trágica*; as novelas de romance cavaleiresco, como as histórias do Imperador Carlos Magno; as brochuras pornográficas de Rabelais e Gallis e os romances policiais de Sherlock Homes, tais obras configuravam todo um universo de literatura de crime que circulava no espaço atlântico do início do século XX. Se, por um lado, podemos perceber a importância da tarefa da tradução para a circulação de livros entre a Europa e a América do Sul, por outro, é perceptível como casos célebres locais eram responsáveis pela produção de brochuras produzidas nas metrópoles brasileiras. O livro *O mistério da mala trágica* é um exemplo destas produções provavelmente relacionadas a tais casos célebres. No ano de 1908, o comerciante e imigrante libanês Michel Trad assassinou seu sócio, Elias Farhat, e escondeu seu corpo em uma mala, despachando-a para a Europa. O crime, que recebeu uma extensa cobertura dos jornais da grande imprensa, ganhou o título do “Crime da Mala” e resultou na prisão de Trad, que teve o assassinato descoberto devido ao odor da bagagem sentida no porto de Santos.⁷⁴ A figura do criminoso Trad apareceu nas crônicas

72. CARVALHO, Elysio de. Literatura das prisões. O que leem os criminosos. *Ilustração Brasileira*, Rio de Janeiro, nº 110, 16 dez. 1913, p. 442.

73. CARVALHO, Elysio de. Literatura das prisões. O que leem os criminosos. *Ilustração Brasileira*, Rio de Janeiro, nº 110, 16 dez. 1913, p. 442.

74. Sobre o Crime da mala, ver: FAUSTO, Boris. *O crime da galeria de cristal: e os dois crimes da mala. São Paulo, 1905-1925*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

de Elysio de Carvalho como um dos criminosos escritores que tinham como especialidade artística a criação de narrativas literárias em prosa.

O alto índice de analfabetismo da cidade nos leva a duvidar se a figura do criminoso escritor correspondia ao perfil dos criminosos comuns que ocupavam as celas das Casas de Detenção. Fazendo uma distinção dos romances de *colportage*⁷⁵ – narrativas em prosa ou em versos dos casos célebres das crônicas criminais –, Elysio de Carvalho apresentava uma proposta de literatura cuja origem seria o cárcere, “uma literatura que emana diretamente do prisioneiro”.⁷⁶ Desta forma, o escritor organizou esta série de quatro crônicas dedicando-as individualmente aos criminosos poetas, aos trovadores, aos prosadores e às leituras feitas nas penitenciárias. Longe de procurar analisar o cotidiano das prisões da cidade do Rio de Janeiro, as crônicas de Elysio de Carvalho partiam de uma pequena amostragem de criminosos que praticavam o exercício da escrita literária, e, a partir de um olhar generalizante, o escritor associava o talento artístico como uma característica inata aos criminosos. Segundo o autor, “tiveram os criminosos em todos os tempos a mania de escrever (...). A reclusão, o tédio, o ócio, e principalmente uma funda hipertrofia do eu concorrem poderosamente para que se torne efetivo o desejo de fixarem eles no papel todos os caprichos, todas as fantasias”.⁷⁷ Desta forma, a prisão tornava-se um espaço propício para as produções artísticas dos criminosos que teriam a escrita como sua principal forma de expressão subjetiva.

75. De origem francesa, o termo *colporteur* se refere às pessoas que trabalhavam transportando livros e panfletos. Ver: FOTAINE, Laurence. *Histoire du colportage en Europe (xv^e–xix^e siècles)*.

76. CARVALHO, Elysio de. Literatura das prisões. O que leem os criminosos. *Ilustração Brasileira*, Rio de Janeiro, nº 110, 16 dez. 1913, p. 442.

77. CARVALHO, Elysio de. Literatura das prisões: os poetas. Rio de Janeiro: *Ilustração Brasileira*, nº 107, 1º nov. 1913, p. 369.

No final do século XIX, as prisões tornaram-se objeto de discussão entre distintos atores sociais, desde administradores prisionais, presos políticos, repórteres e reformadores, que das diferentes posições políticas que ocupavam pensavam o problema do encarceramento. O trabalho de Michel Foucault em *Vigiar e punir* (2012a) trouxe ao debate do campo das ciências humanas as instituições prisionais como regimes disciplinares associados à emergência do capitalismo e a uma mudança epistemológica iluminista, uma crítica à crueldade na execução dos castigos. Com o fim da abolição da escravidão e o aumento do fluxo de imigração, as prisões configuraram-se como espaços dedicados àqueles que se encontravam desajustados à nova ordem social republicana. No entanto, os crescentes índices de crimes do início do século evidenciavam as dificuldades para a consolidação de um modelo penitenciário idealizado pelos reformadores do século XIX que fosse capaz de reabilitar os delinquentes por meio do confinamento carcerário (Bretas, 2009, v. 2, p. 189). Desde os congressos internacionais que debatiam toda uma ampla ciência penitenciária – como a arquitetura prisional e as técnicas carcerárias – até as reportagens de crime, os prisioneiros e as condições dos presídios tornaram-se um objeto de observação de criminologistas, repórteres e do próprio público consumidor das crônicas sobre prisões (Sant’Anna, 2010).

Um primeiro contato entre os prisioneiros e o público leitor feito pelas folhas diárias da capital federal foi desenvolvido pelo escritor e jornalista Ernesto Senna. O repórter escreveu um artigo baseado em uma visita que teria feito às instalações de uma Casa de Correção do Rio de Janeiro. Publicada no ano de 1895, na folha *O Jornal*, a crônica, que pretendia realizar um serviço público, abordava as condições físicas das penitenciárias, assim como relatos dos prisioneiros que contavam os crimes que os haviam conduzido até ali (Senna, 1895, p. 7). No artigo do jornal, prisioneiros com vocações artísticas também figuravam junto a assassinos e ladrões como parte da população

carcerária. Ernesto Senna citou a figura do fotógrafo René Baltzinger, assaltante e bacharel em Letras, que nas horas vagas fazia traduções de obras literárias na prisão. Além disso, o repórter ainda mencionou o prisioneiro e artista Manoel Ramos, que realizava trabalhos artísticos com mosaicos, também do espaço prisional. Doze anos após a publicação dessa reportagem, Ernesto Senna lançou o livro *Através do cárcere*, no qual o autor se dedicou a reconstruir o mundo à parte das prisões, explicitando os hábitos e os costumes daqueles que viviam nesse submundo. As expedições jornalísticas às prisões e o espaço no mercado editorial dedicado aos cárceres demonstravam o interesse do público leitor nos tipos de produção literária que se utilizavam da prisão como objeto de análise.

De forma distinta de Ernesto Senna, a série de crônicas de Elysio de Carvalho não se constituía em uma narrativa sobre a visita do diretor do Gabinete de Identificação da Polícia do Rio de Janeiro às unidades prisionais da capital federal. A ausência de qualquer descrição sobre o cenário em que viviam os prisioneiros nos leva a questionar se as informações que o escritor reuniu acerca do universo das prisões remetiam-se a uma visita presencial às instalações carcerárias da capital federal. O diretor do Gabinete de Identificação afirmou que possuía uma série de materiais literários produzidos pelos presos, “peças de todos os gêneros, cuja autenticidade garantimos” que formavam um “arquivo, em originais ou cópias” e contavam com “mais de cem escritos procedentes de criminosos internados nos nossos estabelecimentos penitenciários”.⁷⁸ A ideia da posse de um arquivo com os textos literários dos criminosos distancia-se da figura do *dandy* que percorria as ruas do submundo do crime da cidade, demonstrando como seria principalmente através do espaço de sua biblioteca que o escritor forjava suas crônicas prisionais.

78. CARVALHO, Elysio de. Literatura das prisões: os poetas. Rio de Janeiro: *Ilustração Brasileira*, nº 107, 1º nov. 1913, p. 369.

Como uma primeira pista da origem desses materiais foi possível identificar a publicação da obra *Através do cárcere*, de Ernesto Senna. Assim como no livro desse autor, as crônicas de Elysio de Carvalho indicavam a produção de jornais feitos pelos próprios presidiários que circulavam entre as celas e galerias das penitenciárias da capital federal. Os periódicos, que contavam com títulos como *O Imparcial*, *A Tesoura Misteriosa* e o *Vagalume* foram citados por ambos os autores. E, segundo Elysio de Carvalho, tais folhas “escritas na linguagem fálica dos debochados” apresentavam notícias “sobre as vidas imoralíssimas que levavam os detentos”, os “atos de administração”, os romances publicados nos rodapés dos jornais, e as crônicas sobre o julgamento de criminosos célebres, como o do ladrão Dr. Anísio.⁷⁹ Se foi possível encontrar semelhanças entre os materiais que compunham os textos dos cronistas, a circulação do livro de Ernesto Senna no Gabinete de Identificação da Polícia pôde também ser localizada. A revista oficial desta repartição, o *Boletim Policial*, publicou uma parte da obra *Através do cárcere*, quando Elysio de Carvalho já trabalhava como responsável da seção de informação do Gabinete. O fragmento do livro publicado nos permite inferir como as crônicas do diretor do Gabinete de Identificação também se constituíam a partir da circulação de literaturas de crimes que eram publicadas nas revistas especializadas da Polícia.

Os cárceres também foram objeto de análise do escritor e jornalista João do Rio. Em *A alma encantadora das ruas*, João do Rio dedicou a quarta parte de seu livro *Onde talvez terminem as ruas* aos espaços prisionais da capital federal. Em um conjunto de seis crônicas, João do Rio apresentou as galerias dos presos nas penitenciárias como espaços que não seriam tão distintos das ruas das cidades (Bretas, 2009, p. 189). Mesmo ainda descritos como locais “sinistros”,

79. Dr. Anísio de Oliveira era um criminoso célebre do Rio de Janeiro conhecido por seus roubos feitos com arrombamento. Sobre Dr. Anísio, ver.: Ottoni, 2010, p. 160-80.

marcados pela “promiscuidade” e pela “perversidade”, as instalações das prisões assemelhavam-se “às hospedarias da infâmia, à beira da vida” (Rio, 2007, p. 173), distantes dos aspectos obscuros e isolados das antigas masmorras. O esforço de aproximação dos espaços das prisões com o universo cotidiano dos leitores também perpassava pelas formulações acerca dos detentos. O autor, que dedicou uma crônica aos *Versos dos presos*, descreveu o prisioneiro como “um homem como outro qualquer” (Rio, 2007, p. 183) cujas habilidades artísticas seriam possíveis de encontrar em todos os cidadãos: “Não há um cidadão mesmo maluco que não tenha feito versos”.

Como em um contraponto a João do Rio, Elysio de Carvalho defendia como os versos dos presos seriam reveladores para o estudo das personalidades dos delinquentes. A própria produção literária dos presos foi definida pelo escritor como um gênero próprio cujos “caracteres estéticos, particulares”, a tornavam “especialíssima como manifestação de uma mentalidade”.⁸⁰ Na poesia, considerada pelo escritor como a “flor predileta com que os nossos criminosos enfeitam e disfarçam a sua feroz vaidade”, destacou-se a figura de Albino Mendes,⁸¹ famoso falsificador de dinheiro que atuava na cidade do Rio de Janeiro. Dentre os criminosos escritores que eram considerados por Elysio de Carvalho como homens “sem talento”, “quase sempre mais que medíocres”, o falsário Albino Mendes aparecia como “dramaturgo, prosador, poeta, fotógrafo e químico”, além de possuidor de “variadas aptidões literárias”. Dentre seus poemas, o diretor do Gabinete de Identificação transcreveu um soneto do falsário:

80. CARVALHO, Elysio de. Literatura das prisões: os poetas. Rio de Janeiro, *Ilustração Brasileira*, nº 107, 1º nov. 1913, p. 369.

81. Nascido em Portugal em 1883, Albino Mendes migrou para o Brasil em meados do século XX, convertendo-se num dos mais célebres falsários da Primeira República. Quando Elysio de Carvalho escreveu esta crônica, Albino Mendes achava-se preso na Casa de Detenção por uma condenação de dez. 1913. Sobre a vida de Albino Mendes, ver: Ottoni, 2010.

Estala em fogo o peito às serranias.
Que não têm fios d'água nas quebradas
As verdes, frescas solidões sombrias
Foram na asa do tempo já levadas.

Por toda a parte há secas agonias
De folhas pelo chão despedaçadas.
Sem vir o alívio – chuva, as ventanias
Por entre o ribombar das trovoadas!

Quantas vezes, também, dentro de um peito
Se estiola o coração que não se acalma
Num soluçar em pérolas desfeito!

Quantas vezes se sofre uma desdita
Sem que nos venha o refrigério d'alma.
Esse alívio da lágrima bendita!⁸²

Os versos do soneto de Albino Mendes que foram exibidos por apresentarem “tristezas ocultas” e uma musa “melancólica e dolorida” não indicavam para o escritor Elysio de Carvalho uma sensibilidade e amabilidade do criminoso. Ao contrário, não haveria nada “mais falso que a sentimentalidade, o platonismo, o idealismo que ostentavam estes versos”.⁸³ Tais poesias permeadas por estrofes que evocavam mágoas e tristezas tratavam-se apenas de ardis que escondiam a “psique sinistra,

82. CARVALHO, Elysio de. Literatura das prisões: os poetas. Rio de Janeiro, *Ilustração Brasileira*, nº 107, 1º nov. 1913, p. 369.

83. Neste fragmento, é possível perceber a influência do movimento literário naturista na análise desenvolvida por Elysio de Carvalho sobre a poesia de Albino Mendes. Movimento francês fundado em 1895 por Saint-Georges de Bouhélier e Maurice Le Blond, o naturismo nasceu como crítica ao simbolismo, atacando o “culto do irreal”, os artifícios dos jogos de frase e o trabalho estilístico estéril que impediria uma “expressão pura” dos fatos. Sobre a trajetória de Elysio de Carvalho no movimento naturista, ver o capítulo 1 deste livro e a obra de Prado, 2010, p. 38.

estéril e monstruosa” do criminoso. De forma similar, o escritor apresentou as poesias de João Jorge Salles, ladrão, escruchante e rival de Albino Mendes, cujas “frases de amargura e esses indícios de remorsos seriam mentirosos, a despeito dele dizer ‘que se bate no desejo constante de regeneração’”.⁸⁴ Os escritos dos prisioneiros, e sobretudo suas poesias surgiam nas crônicas de Elysio de Carvalho como subterfúgios que através dos recursos literários mascaravam uma mentalidade perigosa dos criminosos.

Por sua vez, as trovas apareciam como uma segunda categoria de literatura dos prisioneiros, apresentadas como feitas de “riso, tristeza, cólera”, capazes de expor “o bom humor dos presos, a sua alma despida de todo artifício, os seus sentimentos íntimos revelados espontaneamente”.⁸⁵ As trovas apresentadas nos artigos se assemelhavam aos versos dos presos publicados por João do Rio no livro *A alma encantadora das ruas*. A afinidade entre os escritores, que possui algumas ressonâncias na obra *As modernas correntes estéticas*, aprofunda-se em escritos como *Five o'clock* – assim como também nas crônicas que analisamos ao longo deste capítulo – no que tange ao esforço de construção de uma crítica social urbana através da elaboração de uma reportagem de costumes (Prado, 2010, p. 65). No entanto, a aquisição da poesia de Albino Mendes, preso na Casa de Correção no período em que Elysio de Carvalho já trabalhava no Gabinete de Identificação, demonstra como a confecção de suas crônicas não se tratava apenas de compilações de extratos das obras de outros cronistas, mas revelava como tais textos eram forjados à partir de uma mutualidade entre os literatos que se dedicavam a escrita artística acerca do problema da modernidade carioca.

Diferentemente das representações dos cárceres de João do Rio que se aproximavam das hospedarias mal-afamadas, a prisão, nos escri-

84. CARVALHO, Elysio de. Literatura das prisões: os poetas. Rio de Janeiro, *Ilustração Brasileira*, nº 107, 1º nov. 1913, p. 369.

85. CARVALHO, Elysio de. Literatura das prisões: os trovadores. *Ilustração Brasileira*. Rio de Janeiro, 16 nov. 1913, nº 108, p. 386.

tos de Elysio de Carvalho, aparecia como um espaço de repouso para aqueles que sofriam as torturas da miséria e os sofrimentos da vida moderna. Longe de um castigo ou mesmo uma instituição reformadora, as penas de encarceramento seriam uma perda temporária de liberdade, compensada com habitação, vestidos e alimentos. Desta forma, o encarceramento tornava-se uma estratégia de subsistência para aqueles que não se adequavam à disciplina de trabalho no sistema capitalista e incorriam no crime para obter melhores condições de vida. Distante do conceito dos reformadores como Heitor Carrilho, Evaristo de Moraes e Esmeraldino Bandeira, para Elysio de Carvalho, os cárceres eram espaços que, por concentrarem em seus muros criminosos de todos os tipos, permitia muito mais a realização de uma história natural dos malfeitores – em outras palavras, um estudo da personalidade e dos hábitos dos delinquentes – do que a reabilitação e a regeneração dos prisioneiros.

A prisão enquanto um objeto de análise também figurou em uma última publicação do escritor acerca dos seus estudos criminalísticos. Intitulado *Sherlock Holmes no Brasil*, Elysio de Carvalho publicou uma última brochura referente ao tema. Na ocasião, o escritor já se encontrava afastado do seu cargo no Gabinete de Identificação e Estatística, realizando um tratamento de saúde na Europa. Tal livro tratava-se de uma compilação de suas crônicas na imprensa diária, que, ao longo da realização dessa pesquisa, foram principalmente localizadas no jornal *O Imparcial*, no período que o escritor era colunista dessa folha.

A brochura, que tem como primeira crônica um artigo homônimo ao título do livro, aborda a trajetória e as contribuições do criminalista suíço Rudolph Archibald Reiss para o sistema jurídico-policial. No entanto, se retomarmos o texto publicado na imprensa, percebemos que as crônicas não tinham apenas o intuito, como apresenta Porto, “de exibir uma defesa dos processos de investigação judiciária realizados pela polícia científica estrangeira ou brasileira”, mas sim,

dialogava com o contexto vivido pelo Gabinete de Identificação e Estatística do Rio de Janeiro. Publicada em 1913, essa primeira crônica foi escrita no momento em que o criminalista suíço, R. A. Reiss veio ao Rio de Janeiro, com o objetivo de realizar uma série de palestras na Escola de Polícia que Elysio de Carvalho era diretor. Não por acaso, em sua publicação original, o escritor menciona: “Tal é o homem que São Paulo hospeda neste momento. Se não fosse o receio de fazer literatura, diria que Reiss é a encarnação viva de Sherlock Holmes, um Sherlock autêntico, de carne e osso”.⁸⁶

O jogo de comparação entre o criminalista Rudolph Archibald Reiss e o detetive policial Sherlock Holmes inscrevia-se em uma série de produções criminalísticas que tomavam a literatura como objeto de análise para pensar o crime e a ação policial a partir de um ponto de vista científico. Em 1895, o criminologista italiano Enrico Ferri publicou o livro *Os criminosos na arte e na literatura*, procurando analisar as representações dos malfeitores na arte para pensar uma “crítica psicológica dos criminosos descritos pelos artistas” (Ferri, 1923, p. 12); enquanto, em 1908, Scipio Sighele publicou a obra *La littérature et la criminalité*, com o intuito de “investigar qual poderia ser a influência da literatura sobre os criminosos latentes” (Sighele, 1908, p. 1). Seis anos após esta última obra, o próprio Gabinete de Identificação e Estatística publicou pela Biblioteca do *Boletim Policial* a tradução *O romance policial e a investigação judiciária*, do também criminologista italiano Alfredo Niceforo. E, por fim, já na década de 1920, o criminalista Edmond Locard publicou o livro *Policiais de romance, policiais de laboratório*, discutindo as proximidades entre os detetives policiais e os dos romances judiciários. Desta forma, pensar a influência da literatura para a compreensão do fenômeno da criminalidade e para formação dos criminalistas e agentes de polícia parecia uma pauta comum entre criminalistas europeus e latino-americanos.

86. CARVALHO, Elysio de. Sherlock Holmes no Brasil. *O Imparcial*, 8 jul. 1913, p. 5.

Criado no século XIX, Sherlock Holmes protagonizou inúmeros romances do escritor inglês Arthur Conan Doyle, como um detetive que através de um pensamento lógico e aguçado era capaz de resolver inúmeros crimes de difícil solução. Em 1907, a revista *Leitura Para Todos* publicou uma série de “contos” sob o título genérico “As aventuras de Sherlock Holmes”, que veiculavam entre os leitores brasileiros um conjunto de histórias do “detetive moderno” que pela primeira vez haviam sido traduzidas para o português, “tanto deste como do outro lado do Atlântico”.⁸⁷ Foi provavelmente pela popularidade que a personagem do detetive inglês ganhava que Elysio de Carvalho comparou a figura de Sherlock Holmes ao criminalista suíço R. A. Reiss. Segundo o diretor do Gabinete de Identificação, o criminalista de Lausanne fazia “a polícia científica, no silêncio do seu laboratório, curvado sobre os indícios do crime, com a paciência, a dedicação e a perspicácia” (Carvalho, 1921, p. 5), “realizando humanamente tudo quanto é ficção no detetive ideal de Conan Doyle, ainda muito mais, e superiormente” (Carvalho, 1921, p. 13). Assim como o detetive do romance policial que conseguia resolver intrincados casos pela análise de pegadas e manchas de sangue, Rudolph Archibald Reiss conseguia elucidar misteriosos crimes analisando os indícios deixados pelos criminosos nos laboratórios de polícia.

Não por acaso, no estudo de Ronald Thomas (2001, p. 185), o autor defende como o auge da “*detective novel*” – com a criação da personagem de Sherlock Holmes – ocorreria em paralelo às novas formas de investigação criminal. Mais que um paralelo, o estudo acerca das crônicas de Elysio de Carvalho evidencia como tais campos emergiam muitas vezes imbricados entre si. A própria notoriedade do método antropométrico de Alphonse Bertillon ocorreu simultaneamente à publicação da primeira história de Sherlock Holmes, *Um estudo*

87. As aventuras de Sherlock Holmes. *Leitura para todos*. Rio de Janeiro, ano II, nº 15, maio 1907, p. 85.

vermelho, lançado em 1887. Talvez por isso a figura de Bertillon tenha sido objeto de uma crônica dedicada a sua atuação na Polícia no livro *Sherlock Holmes no Brasil* (1921). Nesta obra, o autor reconstrói a trajetória do criminalista francês e uma passagem do livro de Arthur Conan Doyle no qual Alphonse Bertillon era considerado superior a Sherlock Holmes, “por sua obra impressionar o espírito do homem amigo da precisão científica” (Carvalho, 1921, p. 25). Dentre os métodos desenvolvidos pelo criminalista francês foram apresentados a antropometria, o retrato falado, a colometria da íris, uma classificação científica dos cabelos, o sistema de descrição abreviada das marcas particulares, assim como a fotografia métrica e sinalética.

Considerado como o “criador da polícia científica” (Carvalho, 1921, p. 75), a comparação de Bertillon com Sherlock Holmes encontrava ainda outras chaves explicativas. Ao consultarmos a obra *O romance policial e a investigação judiciária*, de Alfredo Niceforo – traduzida para a publicação da Biblioteca do *Boletim Policial* –, foi possível identificar como o próprio tradutor através de uma análise linguística da palavra *detetive* aproximava a função da figura do criminalista dos detetives dos romances. Segundo o tradutor, do termo inglês *detecter* e do francês *détecteur* originou-se naturalmente o moderno *detective*, pois “a origem das duas palavras viria do latim *detector*, a pessoa que descobre” (Niceforo, 1914). Desta forma, foi através da análise indiciária que criminalistas e detetives se aproximavam no processo de detecção e descoberta da verdade acerca de um fato criminal.

O estudo de Fetz indicou como as noções de imaginação e estética foram fundamentais para a construção do conhecimento científico entre os séculos XVIII e XIX. Entre os intelectuais germânicos do romantismo, categorias como natureza e ciência foram revisadas a partir de estudos literários, modificando o procedimento metodológico e renovando o caráter narrativo frio e impessoal que marcaram a tradicional

razão científica.⁸⁸ Foi justamente a partir de escritos que nasciam num amálgama entre os campos científicos e literários que Elysio de Carvalho também dedicou duas crônicas a Juan Vucetich, responsável pelo sistema de identificação datiloscópico na Argentina, e a Juan Balthazar, célebre médico legista da cidade de Paris. Nesses estudos, o diretor do Gabinete de Identificação e Estatística defendeu o papel da Medicina Legal e do sistema datiloscópico como ciências auxiliares ao sistema jurídico por oferecerem menores probabilidades de erro para a obtenção da verdade nos casos criminais. No entanto, Elysio de Carvalho também procurou distinguir claros limites entre a atuação dos criminalistas e dos detetives dos romances policiais. Para o escritor, “o policial do romance arquiteta construções lógicas e triunfa no encadeamento das coisas e de suas consequências” enquanto os criminalistas através de um método científico analisavam “traços materiais”, investigando na “minúcia”, “o que mais importa, porque é pelos fatos insignificantes que a verdade transparece” (Carvalho, 1921, p. 27).

Junto às trajetórias dos principais criminalistas do século XX, Elysio de Carvalho também dedicou suas crônicas aos casos criminais célebres que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro durante o período em que o escritor trabalhava como diretor do Gabinete de Identificação e Estatística. Análises de cenas de crime, os percalços da identificação dos criminosos que escondiam sua real identidade, assim como estudos sobre os delinquentes célebres como Trad e Carleto compuseram as crônicas de crime publicadas no livro *Sherlock Holmes no Brasil* (1921). Neste sentido, Elysio de Carvalho (1921, p. 28) defendia não somente a superioridade da prova indiciária frente à prova testemunhal, mas também a própria pertinência do campo da polícia científica para a construção do sistema jurídico policial brasileiro.

88. FETZ, Marcelo. Negotiating boundaries: Encyclopédie, romanticism, and the construction of science. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 24, nº 3, jul.-set. 2017, p. 656.

A prova judiciária, no estado atual dos nossos conhecimentos, deve ser uma coisa material, tangível, que se imponha à razão do modo mais simples e que não implique nenhuma contradição possível, e a culpabilidade de um acusado deve demonstrar-se como um teorema de Euclides. Neste sentido, a polícia científica, por seu caráter de ciência exata, com seus métodos de observação e de experimentação, tal se pratica nos laboratórios, está aparelhada para, como ciência auxiliar e imprescindível à justiça, fornecer, em lugar de meras presunções morais, viciosas e falhas, provas decisivas e irrefutáveis, provas que encerram elementos de certeza física, provas suscetíveis de demonstração e verificáveis pelo próprio juiz encarregado de apreciá-las, provas, enfim, que não permitam que entre a lâmina da guilhotina e o pescoço do condenado paire a hipótese da inocência.

Diferentemente das provas testemunhais passíveis de manipulação, o escritor alagoano defendia como as provas indiciárias eram decisivas e irrefutáveis, encerrando em si um estatuto de verdade capaz de orientar a justiça criminal. De acordo com o diretor do Gabinete de Identificação, seria dos espaços dos laboratórios criminais, analisando vestígios e indícios que pudessem comprovar a natureza e a autoria dos delitos que o agente de polícia deveria elucidar e combater o fenômeno da criminalidade. Para além de um esforço de consolidação na esfera jurídico-policial de um estatuto de verdade atrelado ao conhecimento científico, as crônicas de polícia científica indicavam como as práticas discursivas nos periódicos da grande imprensa eram instrumentos mobilizados pelas figuras diretivas frente às disputas internas presentes na instituição policial brasileira.

A coluna “Como se descobrem os crimes” do jornal *O Imparcial* escrita por Elysio de Carvalho, a partir do final de janeiro de 1914 passou a ser assinada pelo pseudônimo Dr. Dupont. No período, o escritor dedicava-se também a comentar o caso célebre da “Tragédia

da rua Januzzi”⁸⁹ que se tratou da morte de dona Edina do Nascimento, esposa de um tenente do Exército, que foi encontrada morta em casa com um tiro na cabeça. Os esforços da seção policial de Medicina Legal da Polícia do Rio de Janeiro em identificar a natureza da morte de dona Edina com o passar dos dias mostravam-se improficuos na resolução do caso. Frente ao impasse, Elysio de Carvalho, amparado pelo pseudônimo de “Dr. Dupont” passou a comentar a atuação dos profissionais que compunham a seção especializada da Medicina Legal que também tinha como princípio a articulação dos conhecimentos científicos à prática policial.

Sem forma e sem fundo, o protocolo da autópsia demonstra como no nosso país o regime da perícia médico-legal muito deixa a desejar. (...) O caso é estranho. Solicitados para dizer acerca de um fato duvidoso, os peritos nada afirmaram, nada demonstraram, nada esclareceram. Não reuniram os elementos essenciais apontados pela lei, para a conclusão de seu parecer, como lhes era exigido, sendo ausente dele qualquer indicação capaz de induzir a autoridade a um juízo seguro sobre o problema do debate. Além disto, o que nos afigura gravíssimo, erraram à face da ciência, confessando não poder orientar a Justiça no seu labor sagrado. A qualquer entendido, mesmo a leigos, não escapará a observação de que, pelo que se depreende da leitura do protocolo da autópsia, o exame foi insuficiente, e aos técnicos surgirá que sua conclusão é errônea.⁹⁰

No fragmento da crônica acima, podemos perceber como o parecer impreciso dos médicos-legistas não era compreendido por Elysio de Carvalho como fruto de uma inadequação dos saberes médico-legais no campo jurídico-policial. Ao contrário, o diretor do Gabinete

89. Sobre os debates na imprensa sobre o crime da rua Januzzi, ver: Oliveira, 2014.

90. DR. DUPONT. Suicídio? Não, Crime! *O Imparcial*. 4 fev. 1914, p. 3.

de Identificação localizou o problema no regime da perícia médico-legal brasileira e na incompetência de seus funcionários. Longe de uma querela acerca do espaço da imprevisibilidade dentro do método científico, a crônica de Elysio de Carvalho vinha desmerecer a seção policial e os próprios funcionários do Departamento de Medicina Legal do Rio de Janeiro. Caso contrário, o diretor também não teria apresentado um parecer igualmente impreciso ao ser convocado como perito gráfico para analisar a carta de suicídio de dona Edina. Segundo o laudo por ele redigido, “só lhe era possível fornecer presunções mais ou menos fortes, e seria leviano, senão criminoso, responder positivamente e sem restrições, como queriam alguns apaixonados, quer num, quer noutro sentido” (Carvalho, 1914, p. 12). Como visto no Capítulo 3 deste livro, desde a reforma de 1907, as seções do Serviço Médico Legal e o Gabinete de Identificação e Estatística disputavam as atribuições dadas a tais repartições. Com a reforma, o serviço de fotografia, antes pertencente ao campo da Medicina Legal foi transferido para o Gabinete de Identificação – assim como a verba destinada a esta atividade – com a missão de auxiliar na identificação de cadáveres e no estudo das cenas de crime. Desta forma, através do uso de um pseudônimo, a publicação de sua coluna no jornal *O Imparcial* constituía-se em uma forma de colocar em debate as disputas entre as seções especializadas e científicas presentes no órgão policial brasileiro.

Logo, as crônicas de crime publicadas por Elysio de Carvalho nos jornais diários e nas revistas ilustradas evidenciavam como policiais que adotavam as práticas discursivas como práticas policiais vinham defender um projeto de polícia científica, através de um esforço de vulgarização dos saberes criminalísticos transnacionais. No entanto, tais crônicas não apresentavam um sentido genérico em si, mas sim, justamente entre os campos jornalísticos, literários e policiais também buscavam disputar frente a demais seções policiais o espaço institucional da Polícia e do próprio Gabinete de Identificação e Estatística.

Considerações finais

Em maio de 1914, a *Revista da Semana* publicou o artigo de Elysio de Carvalho “A autenticidade das obras de arte pela impressão digital”. Neste texto, o autor defendia o uso do sistema datiloscópico como forma de comprovação da autoria das obras artísticas. Segundo o autor, “a fraude em matéria de arte tornou-se atualmente em todo mundo uma verdadeira indústria. (...) A impressão digital, por si só, basta para restabelecer com segurança e de modo insofismável a identidade da pessoa que a produziu”.¹ Considerando a assinatura autógrafa como uma forma de identificação passível de falsificação, Elysio de Carvalho defendia a ampliação dos usos do sistema datiloscópico para cidadãos civis, como forma de erradicar as práticas de plágio e as falsificações artísticas. Ainda nessa crônica, o escritor alagoano argumentou a necessidade de criação de um registro especial de identificação dos artistas pela Escola de Belas-Artes do Rio de Janeiro, com o intuito de sistematizar a identidade daqueles que se formavam ou passavam por esta instituição.

1. CARVALHO, Elysio de. A autenticidade das obras de arte pela impressão digital. *Revista da Semana*. Rio de Janeiro, ano XV, nº 15, 23 de maio de 1918, p. 24-27.

Esse texto foi reproduzido no livro *Sherlock Holmes no Brasil* (1921, p. 175-180), a compilação dos artigos criminalísticos de Elysio de Carvalho publicada sete anos após sua saída da Polícia do Rio de Janeiro, no ano de 1915. A persistência em publicações em torno da temática da Polícia e da criminalidade moderna ainda na década de 1920 – presente também na tentativa de lançar o livro *História natural dos malfeitores* pela Editora Garnier—, revelava que os escritos acumulados durante os anos no Gabinete de Identificação eram vistos pelo seu autor como parte substancial da sua obra literária. Desde o ano da publicação de *Sherlock Holmes no Brasil* (1921) até a sua morte, em 1925, o magazine *Vida Policial* republicou uma variedade de artigos de Elysio de Carvalho. A homenagem feita pela revista ao escritor na ocasião de sua morte nos demonstra como os mecanismos de construção de memória que perpassam as escritas biográficas resultam em representações das personagens históricas que variam de acordo com o contexto histórico em que se inserem. Literato, anarquista, decadentista e naturista, o escritor, que já havia sido descrito como o “Dr. Antônio das Letras”, em meio às acusações de plágio que sofreu no início da carreira, surge na revista *Vida Policial*, como um “ilustre publicista”, “querido e admirado pelas suas maneiras requintadas”.² A representação elogiosa, feita justamente por uma revista produzida e lida por policiais, demonstrava a permanência do escritor no lugar de intérprete do campo de estudos criminalísticos e pioneiro no ensino da “polícia científica” em escolas para agentes subalternos.

A publicação acima citada na *Revista da Semana* nos fornece ainda uma chave analítica que foi considerada importante ao longo deste livro. Fundada por Álvaro de Tefé, a folha que, posteriormente foi incorporada como suplemento ilustrado do *Jornal do Brasil*, pertencia ao irmão de Nair de Tefé, esposa do presidente Hermes da Fonseca. A inserção no círculo político hermista, que lhe garantiu a ascensão

2. O falecimento de Elysio de Carvalho. *Vida Policial*, ano I, nº 35, 7 nov. 1925, p. 40.

ao cargo de diretor do Gabinete de Identificação, demonstrou como a relação entre Polícia e Poder Executivo não se resumia apenas à execução de tarefas determinadas pelas elites dirigentes, mas se construía em meio a tensões e aproximações entre as personalidades políticas da Primeira República.

Na Capital Federal, as reformas policiais na primeira década do século XX abriram espaço para o ingresso de bacharéis, médicos e literatos em cargos vinculados a novas seções especiais, tais como o Gabinete de Identificação. Muitos deles buscavam, através da porta de entrada da instituição policial, iniciar uma carreira pública que tivesse como destino, em alguns casos, o Poder Judiciário e, em outros, a diplomacia. O ingresso de escritores em seções voltadas para saberes científicos resultou na formação de especialistas cujas práticas discursivas, para além de incentivarem uma produção escrita no funcionalismo carioca, também eram responsáveis pela circulação e pelo intercâmbio de saberes transnacionais entre os polos criminalísticos europeus e sul-americanos. A inserção em uma rede global que pensava a internacionalização como solução para o problema da criminalidade moderna também respondia à ambição de escritores que possuíam prestígio a nível local. Assim como aconteceu na França com Alphonse Bertillon e na Argentina com Juan Vucetich, para aqueles eruditos que não possuíam título universitário de médico ou de bacharel, a aproximação com o emergente campo da “polícia científica” – através da construção de uma *expertise* forjada entre palestras, congressos e correspondências com criminalistas estrangeiros – mostrava-se uma via possível para aspirar a cargos públicos.

No entanto, a consolidação de um campo de polícia científica de caráter internacional esbarrava nas assimetrias e disputas que perpassavam as instituições de Polícia locais. Para além dos intrincados esforços de tradução, leitura, interpretação dos estudos criminalísticos estrangeiros, tais saberes também vinham atender aos esforços de

controle do fenômeno da criminalidade carioca, marcada por suas particularidades locais. Além disso, a construção de um campo de polícia científica no Rio de Janeiro ocorria em meio a disputas, tanto internas entre as repartições desta instituição quanto frente àqueles que ocupavam tradicionalmente os altos cargos diretivos policiais: os bacharéis de Direito. Desta forma, neste jogo de escala que envolvia a trajetória de um indivíduo, o Gabinete de Identificação e Estatística e os laboratórios de polícia científica internacionais se constituíram o objeto de estudo deste livro.

Com o fim do mandato à presidência, a trajetória de Elysio de Carvalho no Gabinete de Identificação chegou ao fim. A saída do diretor do cargo, a princípio justificada por problemas de saúde, ocorria em um momento sensível. O chefe de Polícia Aurelino Leal elaborava um projeto de reforma que pretendia anexar as seções de Identificação e Fotografia Judiciária do Gabinete de Identificação à seção do Corpo de Investigação e Segurança, tirando não somente a autonomia do departamento, mas também esvaziando politicamente o aparato policial. Na Conferência Jurídico-Policial (1917), o major Gustavo Moncorvo Bandeira de Mello chegou a propor a incorporação de todo o Gabinete ao Corpo de Investigação, tornando-o apenas uma seção deste último.³ Tal proposta, junto ao fechamento da Escola de Polícia no mesmo ano, ia de encontro ao trabalho de Elysio de Carvalho, que, após o fim do mandato de Hermes da Fonseca, pediu exoneração do seu cargo, sendo substituído por Edgar Simões Corrêa.

Ao longo deste estudo, procurei investigar como a atuação de Elysio de Carvalho contribuiu para a construção do Gabinete de Identificação e Estatística do Rio de Janeiro e, sobretudo, para a inserção da polícia brasileira em uma rede internacional de gabinetes de

3. Major Gustavo Bandeira de Mello. *Annaes da Conferência Judicial Policial* convocada por Aurelino de Araújo Lima; v. II, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1918, p. 39-40. Apud Samet, 2008, p. 568-569.

polícia científica. Atuando como tradutor e mediador cultural, o escritor alagoano estabeleceu intercâmbios e formas de cooperação com as Polícias de Viena, Roma, Lyon, Paris, Buenos Aires e Lausanne. A formação do campo de polícia científica enquanto um fenômeno global, marcado pelas trocas de saberes entre as Polícias sul-americanas e europeias, também resultou na construção de instituições policiais locais, como o próprio Gabinete de Identificação em que o literato trabalhava. Frente ao desejo de ingressar em uma carreira diplomática, Elysio de Carvalho estimulou a construção de alianças policiais com tais países, como forma de inserir-se nos círculos políticos internacionais. Por meio das visitas de criminalistas, traduções de textos, da criação de uma Escola de Polícia e das participações em congressos internacionais, Elysio favoreceu a circulação de saberes de polícia que tinham como fim primeiro reprimir as práticas criminais que colocavam em risco a propriedade privada no Brasil.

No final do século XIX, a inserção da economia brasileira no capitalismo financeiro internacional resultou também no desenvolvimento de práticas delitivas de especulação e falsificação de documentos fiduciários e papéis-moedas, assim como de diferentes formas de estelionato. Desta forma, em meio às dificuldades de consolidar uma carreira diplomática, Elysio de Carvalho buscava estabelecer uma segunda alternativa à incerta carreira de escritor: a inserção no universo das instituições do capitalismo financeiro – através da articulação com as corporações bancárias e as companhias de seguro – ao apresentar a pertinência dos saberes de polícia científica para a proteção desses grupos.

Ele foi escritor, anarquista e diretor do Gabinete de Identificação e Estatística do Rio de Janeiro. Através de sua atuação na Polícia brasileira, Elysio de Carvalho favoreceu a circulação e a apropriação de saberes de polícia científica transnacionais e a inserção do Gabinete de Identificação em uma rede global de polícia científica. Após o tér-

mino de sua atuação policial, o escritor dedicou-se prioritariamente aos estudos acerca da temática do nacionalismo brasileiro. Acometido de uma doença grave, Elysio de Carvalho mudou-se para a Suíça e morreu neste país no ano de 1925. O caráter multifacetado de Elysio de Carvalho resultou no desenvolvimento de estudos profundamente distintos acerca de sua trajetória intelectual. E, no que tange a sua atuação na polícia, espero que o desenvolvimento deste livro tenha contribuído para iluminar questões historiográficas que envolvem a trajetória de membros das elites policiais, as construções das instituições locais do Estado Republicano e os intercâmbios e as formas de cooperação entre as forças policiais do mundo.

Referências bibliograficas

Obras de Elysio de Carvalho

- CARVALHO, Elysio. *História d'um cérebro*. Rio de Janeiro: Tipografia Besnard Frères, 1905. Academia Brasileira de Letras.
- _____. *Rubén Darío*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906. Academia Brasileira de Letras.
- _____. *Bárbaros e europeus*. Rio de Janeiro: Garnier, 1909. Biblioteca Nacional.
- _____. *Five o'clock*. Rio de Janeiro: Garnier, 1909. Biblioteca Nacional.
- _____. *A polícia carioca e a criminalidade contemporânea*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910. Biblioteca Nacional.
- _____. *Gíria dos gatunos cariocas*. Biblioteca do Boletim Policial XII – Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912. Academia Brasileira de Letras.
- _____. *O professor Reiss no Brasil*. Biblioteca do Boletim Policial – XIV. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913. Biblioteca Nacional.
- _____. *Alphonse Bertillon*. Biblioteca do Boletim Policial – XXVI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914a. Academia Brasileira de Letras.
- _____. *A luta técnica contra o crime*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Biblioteca do Boletim Policial – XXXII, 1914b. Biblioteca Nacional.

- _____. *Criminalistique*. Biblioteca do *Boletim Policial* – XXVIII, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914c. Biblioteca Nacional.
- _____. *L'organisation et de fonctionnement du service d'identification de Rio de Janeiro*. Biblioteca do *Boletim Policial* – XXVII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914d. Biblioteca Nacional.
- _____. *O laudo de perícia gráfica da Tragédia da rua Januzzi nº 13*. Biblioteca do *Boletim Policial* – XXIX. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914e. Biblioteca Nacional.
- _____. *Sherlock Holmes no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa de A. Moura, 1921.
- _____. *Lauréis insígnies*. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, 1924. Biblioteca Nacional.
- _____. *Suave austero*. Rio de Janeiro: Americana Brasileira e Anuário do Brasil, 1925. Academia Brasileira de Letras.

Artigos de Elysio de Carvalho

- CARVALHO, Elysio de. Combates pelo indivíduo. *Kultur*, set. 1904, ano I, nº 4.
- _____. Escola de agentes. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano I, nº 3, jun. 1907, p. 17.
- _____. Arte Social. In: *As modernas correntes estéticas na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Garnier, 1907.
- _____. Diplomatas estrangeiros – I. *Kosmos*, ano VI, nº 2, fev. 1909.
- _____. Diplomatas estrangeiros – II. *Kosmos*, ano VI, nº 3, mar. 1909.
- _____. Diplomatas estrangeiros – III. *Kosmos*, ano VI, nº 4, abr. 1909.
- _____. A polícia moderna. *Ilustração Brasileira*, nº 27, 1º jul. 1910, p. 5-6.
- _____. O mundo dos criminosos III. *Ilustração Brasileira*. Rio de Janeiro, 16 dez. 1910, p. 202.
- _____. Questões vigentes. *O Paiz*. 11 jun. 1910, p. 4.
- _____. Os métodos da polícia científica: a fotografia nos inquéritos judiciais. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro, ano V, nº 12-14, abr.-jun. 1911.

- _____. A falsificação dos nossos valores circulantes. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, nº 18-20, ano V, out.-dez. 1911.
- _____. A identificação como fundamento da vida jurídica. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, jul.-set. 1911, ano V, nº 15-17. – Biblioteca Nacional.
- _____. Escola de Polícia do Distrito Federal. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano VI, nº 1-3, jan.-mar. 1912, p. 15-18. – Biblioteca Nacional.
- _____. Relatório do diretor do Gabinete de Identificação e de Estatística, correspondente ao ano de 1911. *Boletim Policial*, ano VI, nº 1-3, jan.-mar. 1912.
- _____. Crônicas de um *scroc*. *Careta*. Rio de Janeiro, 23 mar., ano V, nº 109, 1912, p. 26-27.
- _____. Dois refinados e um patife. *Careta*. Rio de Janeiro, 6 abr., ano V, nº 201, 1912, p. 31.
- _____. A fisionomia dos criminosos. *Careta*. Rio de Janeiro, 9 mar., ano V, nº 197, 1912, p. 34-35.
- _____. Os punguistas. *Careta*. Rio de Janeiro, 30 mar., ano V, nº 200, 1912, p. 16-17.
- _____. Uma quadrilha de pivetes. *Careta*. Rio de Janeiro, 31 ago., ano V, nº 222, 1912, p. 21.
- _____. Tatuagens. *Careta*, Rio de Janeiro, 2 mar., ano V, nº 196, 1912, p. 12-13.
- _____. História natural dos malfeitores: apontamentos. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano VII, nº 6, jun. 1913, p. 143-155.
- _____. História natural dos malfeitores: notas e crônicas. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano VII, nº 4, abr. 1913, p. 58-65.
- _____. Inquéritos sociais: as nevroses e os vícios da cidade. *O Imparcial*. Rio de Janeiro, 28 jul. 1913, p. 2.
- _____. Literatura das prisões. O que leem os criminosos. *Ilustração Brasileira*. Rio de Janeiro, nº 110, 16 dez. 1913, p. 442.

- _____. Literatura das prisões: os poetas. *Ilustração Brasileira*. Rio de Janeiro, nº 107, 1º nov. 1913, p. 369.
- _____. A indústria de incêndios criminosos. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano VII, nº 12, dez. 1913, p. 469-472.
- _____. A fisionomia da criminalidade carioca. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro, ano VII, nº 5, maio 1913, p. 107-111.
- _____. A cidade dos esmagados: o problema da circulação perfeita e da segurança dos pedestres. *O Imparcial*. Rio de Janeiro, 7 set. 1913, p. 4. – Biblioteca Nacional.
- _____. A cidade dos esmagados: o Rio sofre a vertigem da velocidade. *O Imparcial*. Rio de Janeiro, 6 set. 1913.
- _____. A delinquência dos estrangeiros. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano VII, nº 7, jul. 1913, p. 217-223.
- _____. As nevroses e os vícios da cidade: as *cocainettes*. *O Imparcial*. Rio de Janeiro, 7 ago. 1913, p. 5.
- _____. As nevroses e os vícios da cidade: os devotos da morfina. *O Imparcial*. Rio de Janeiro, 2 ago. 1913, p. 5.
- _____. As nevroses e os vícios da cidade: os eterômanos. *O Imparcial*. Rio de Janeiro, 3 ago. 1913, p. 8.
- _____. Sherlock Holmes no Brasil. *O Imparcial*. 8 jul. 1913, p. 5.
- _____. As nevroses e os vícios da cidade: os fumadores de ópio. *O Imparcial*. Rio de Janeiro, 31 jul. 1913, p. 7.
- _____. Contra os filmes sensacionais. *O Imparcial*. Rio de Janeiro, 29 ago. 1913, p. 11.
- _____. Literatura das prisões: os prosadores. *Ilustração Brasileira*. Rio de Janeiro, 1º dez. 1913, nº 109, p. 369.
- _____. Literatura das prisões: os trovadores. *Ilustração Brasileira*. Rio de Janeiro, 16 nov. 1913, nº 108, p. 386.
- _____. O cinematógrafo e a criminalidade: a propósito da rua Fluminense. *O Imparcial*. Rio de Janeiro, 28 ago. 1913, p. 6.
- _____. Prefácio. In: LOCARD, Edmond. *A Escola de Polícia do Rio de Janeiro*. Biblioteca do Boletim Policial – XV. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913, p. 1-6.
- _____. Arsène Lupin “*cambricoleur gentleman*” é mito. *O Imparcial*. Rio de Janeiro, 18 jan. 1914.

- _____. A nossa moeda papel não possui elementos de defesa contra a falsificação. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano VIII, nº 3, mar. 1914, p. 107-109.
- _____. A indústria dos incêndios. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano VII, nº 5, mai. 1914, p. 190-191.
- _____. Suicídio? Não, Crime! *O Imparcial*. Rio de Janeiro, 4 fev. 1914, p. 3.
- _____. Uma interessante questão de identidade. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano VIII, nº 1, jan. 1914, p. 4 -7.
- _____. Usos e costumes dos nossos criminosos IV. *Ilustração Brasileira*. Rio de Janeiro, nº 45, 1º abr. 1911, p. 118-119.
- _____. Moeda falsa. *Careta*. Rio de Janeiro, 8 jun., ano V, nº 210, p. 34-35.
- DR. DUPONT. Um célebre investigador de crimes: Bertillon mais forte do que Sherlock. *O Imparcial*. 3 abr. 1914, p. 2.
- SANCHES, Sancho. Crônicas da gatunice. *Careta*. Rio de Janeiro, 16 mar. 1912, ano V, nº 198, p. 16-18.

Obras policiais

- BERTILLON, Alphonse. *Identification anthropométrique. Instructions signalétiques*. Melun: Imprimerie administrative, 1893. – Biblioteca Nacional da França.
- CORREA, Edgard Simões. *As impressões papilares no local do crime*. Biblioteca do Boletim Policial – XVI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913, p. 18-19. – Biblioteca Nacional.
- CRUZ, Eurico. *Relatórios policiais e sentenças criminais*, [S.l.: s.n. s.d.] – Biblioteca Nacional.
- FERRI, Enrico. *Os criminosos na arte e na literatura*. 3. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1923.
- GUYOT, Yves. *La police-études de physiologie sociale*. Paris: G. Charpentier, 1881.

- LEAL, Aurelino. Constituição da polícia: descentralização e centralização. In: *Polícia e poder de polícia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912. – Biblioteca Nacional.
- LOCARD, Edmond. Cronique Latine. *Archives d'Antropologie criminelle*. t. XXVIII, 1913 – Base de dados Gallica.
- _____. *A escola de polícia do Rio de Janeiro*. Biblioteca do *Boletim Policial* – XV. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913. – Biblioteca Nacional.
- MOREL, Pierre. *La police à Paris*. Paris: F. Juven, 1907. – Biblioteca Nacional da França.
- NICEFORO, Alfredo. *O romance policial e a investigação judiciária*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Biblioteca do “Boletim Policial” – XXIII, 1914. – Biblioteca Nacional.
- OTTOLENGHI, Salvatore. A escola de polícia científica de Roma. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano VII, nº 6, jun. 1914 – Biblioteca Nacional.
- _____. Novo prefácio de 1932. *Trattato de polizia scientifica, v. II, Identificazione psichica e biográfica e investigazioni giudiziarie*. Milano: Società Editrice Libreria, 1932.
- PICARD, Edmond. *Le droit pure*. Bruxelles-Paris: F. Alcan, 1899. – Base de dados Gallica.
- REISS, R. A. *Polícia técnica: o resumo das conferências realizadas no Rio* – Biblioteca do Boletim Policial – XXI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914a. – Biblioteca Nacional.
- _____. *Polícia técnica: resumo de conferências realizadas em São Paulo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Biblioteca do Boletim Policial – XIX, 1914b. – Biblioteca Nacional.
- _____. *Manuel de Police Scientifique (technique) – I – Vols et Homicides*, 2011.
- RICHER, François. *Causes célèbres et intéressantes avec le jugement qui les ont décidées*. Michel Rhey, Amsterdam, 1772. – Bibliothéque Nacional da França.
- SIGHELE, Scipio. *La foule criminelle: essay de psychologie collective*. Paris: Félix Alcan, 1901. – Biblioteca Nacional da França.

_____. *Litterature et criminalité*. Paris: V. Giard & E. Brière, 1908. –
Biblioteca Nacional da França.

Periódicos policiais

Boletim Policial – janeiro de 1907 a dezembro de 1915. – Biblioteca Nacional.

Archives d'Anthropologie Criminelle – ano de 1913. – Biblioteca Nacional da França – Base de dados Gallica.

Documentos oficiais

Conjunto de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1907.
– Biblioteca Nacional.

Periódicos diários e semanais

Almanaque Brasileiro Garnier – ano 1905. – Biblioteca Nacional.

Careta – fevereiro de 1910 a março de 1912. – Biblioteca Nacional.

Cidade do Rio – maio de 1900. – Biblioteca Nacional.

Correio da Manhã – janeiro de 1911 a abril de 1912. – Biblioteca Nacional.

Correio Paulistano – fevereiro de 1908. – Biblioteca Nacional.

Diário de Minas – abril de 1901. – Biblioteca Nacional.

Gazeta da Tarde – novembro de 1907 a junho de 1901. – Biblioteca Nacional.

Gazeta de Notícias – julho de 1906 a setembro de 1911. – Biblioteca Nacional.

Greve, A – Amorj/UFRJ

Gutenberg – abril a novembro de 1899. – Biblioteca Nacional.

Fon-Fon – fevereiro a novembro de 1909. – Biblioteca Nacional.

Ilustração Brasileira – julho de 1910. – Biblioteca Nacional.

Imparcial, O – agosto de 1912 a dezembro de 1925. – Biblioteca Nacional.

Jornal, O – janeiro de 1925. – Biblioteca Nacional.

Jornal do Brasil – outubro de 1906 a maio de 1901. – Biblioteca Nacional.
Jornal do Commercio – junho de 1907. – Biblioteca Nacional.
Jornal do Commercio: edição da tarde – maio de 1911. – Museu Vucetich.
Jornal de Recife – julho de 1900. – Biblioteca Nacional.
Kosmos – novembro de 1905 a abril de 1909. – Biblioteca Nacional.
Kultur – março a outubro de 1904. – Amorj/UFRJ.
Meridional, A – fevereiro de 1899. – Biblioteca Nacional.
L'Aurore – junho de 1905. – Biblioteca Nacional.
Leitura Para Todos – maio de 1907. – Biblioteca Nacional.
La Protesta – junho de 1904 a outubro de 1907. – Biblioteca Nacional da Argentina.
Orbe, A – setembro de 1889. – Biblioteca Nacional.
Paiz, O – junho de 1899. – setembro de 1911 – Biblioteca Nacional.
Pharol, O – fevereiro de 1910. – Biblioteca Nacional.
República, A – fevereiro de 1913. – Biblioteca Nacional.
Rua do Ouvidor – junho de 1889. – Biblioteca Nacional.
Revista da Semana – maio de 1918. – Biblioteca Nacional.
Século, O – junho de 1907. – Biblioteca Nacional.
Vida Policial – novembro de 1925. – Biblioteca Nacional.

Fontes manuscritas

Fundo GIF/Documentos de Polícia. Fundo IJ6, várias caixas – Arquivo Nacional.

Outras fontes

Catálogo da biblioteca pessoal de Elysio de Carvalho – Instituto Ibero-Americano de Berlim.
Arquivo pessoal de Elysio de Carvalho – Memorial Casa de Penedo.

Bibliografia

ADDOR, Carlos Augusto. *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

- ADIALA, Júlio Cesar. *Drogas, medicina e civilização na Primeira República*. Rio de Janeiro, Tese de doutorado no PPGHCS, Fundação Oswaldo Cruz, 2011.
- AL-ALAM, Caiuá Cardoso. *Palácio das misérias: populares, delegados e carcereiros em Pelotas, 1869-1889*. Porto Alegre, Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2013.
- ALBORNOZ, Martin; GALEANO, Diego. *La ley de los anarquistas: trayectorias y vigilancias en los puertos atlánticos sudamericanos, 1894-1908*. *Almanack* nº 21.
- ALVAREZ, Marcos César. *Bacharéis, criminologistas e juristas: saber jurídico e nova escola penal no Brasil*. São Paulo: Método, 2003.
- ARTIÈRES, Philippe. *La police de l'écriture: l'invention de la délinquance graphique (1852-1945)*. Paris, La Découverte: 2013.
- _____; GÉRARD, Cornelepou; RAESSERT, Phillippe. *Le médecin et le criminel, Alexandre Lacassagne (1843-1924)*. Lyon: Les amis des Bibliothèques de Lyon, 2004.
- BADARÓ, Marcelo Mattos. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- BANTON, Michael. Law enforcement and social control. In: AUBERT, Vilhelm (Org.). *Sociology of law: selected readings*. Baltimore: Penguin Books, 1969.
- BARRETO, Lima. *Recordações do escrivão Isaiás Caminha*. 5. ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1971.
- BARRICHELLO, Eugenia Maria Mariano da Rocha; MOREIRA, Elizabeth Huber. A análise da vigilância de Foucault e sua aplicação na sociedade contemporânea: estudo de aspectos da vigilância e sua relação com as novas tecnologias de comunicação. *Intexto*, Porto Alegre, UFRGS, n. 33, p. 64-75, maio-ago. 2015.
- BARRY, Viviana. *Orden en Buenos Aires. Policías y modernización policial, 1890-1910*. Buenos Aires, Dissertação de Mestrado, Universidad Nacional de San Martín, 2009.
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa (1900-2000)*. Rio de Janeiro: MauadX, 2007.

- BARBOSA, Orestes. *O Bambambã!* Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. Divisão de Editoração, 1993.
- BARROS, Valéria Cristina da Lapa Barros. *Elysio de Carvalho: um homem fruto de seu tempo*. Rio de Janeiro, Monografia de conclusão de Bacharelado de História, UFRJ, 2005.
- BAUDELAIRE, Charles. *Oeuvres complètes*. Paris: Gallimard, 1976.
- _____. *As flores do mal*. Trad. Ivan Junqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- BECKER, P; WETZELL, R. (Eds.). *Criminals and their scientists: the history of criminology in international perspective* (Publications of the German Historical Institute, p. 137-158). Cambridge: Cambridge University, 2006.
- BERLIÈRE, Jean Marc. Le professionnalisation: objectifs de pouvoirs et revendication de policiers au début du XXe siècle. *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, 3, 1990, p. 398-428.
- _____. The professionnalization of the police under the Third Republic in France, 1875-1914”. In: EMSLEY, Clive; WEINBERGER, B. (Eds.). *Policing Western Europe, politics, professionalism, and public order*. Westport: Greenwood Press, 1991.
- _____; DENYS, Catharine; KALIFA, Dominique; MILLOT, Vincent. *Métiers de Police. Être policier en Europe, XVIIIe-Xxe siècle*. Rennes: PUR, 2008.
- _____; LÉVY, René Lévy. *Histoire des polices en France*. De l'ancien régime à nos jours. Paris: Nouveau Monde, 2011.
- BORGES, Vera Lucia Bogéa. *A batalha eleitoral de 1910: imprensa e cultura política na Primeira República*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus Editora, 1994.
- _____. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; MORAES, Marieta (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- _____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Unesp, 2003.

- _____. *O poder simbólico*. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BRESCIANI, Maria Stella. *Paris e Londres no século XIX: o espetáculo da pobreza*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BRETAS, Marcos Luiz. *A ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- _____; COSTA, Marcos; NETO, Flávio de Sá; MAIA, Clarissa Nunes. *História das prisões no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, v. 2, 2009.
- _____; GALEANO, Diego. Prefácio: um arquipélago de revistas policiais. In: _____. GALEANO, Diego. (Coord.). *Policías escritores, delitos impresos: revistas policiales en América del Sur*. La Plata: Teseo Press, 2016.
- BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil de 1900*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.
- BUNKER, Steven B. El robo-homicidio de la joyería 'La Profesa': un crimen transnacional. In: BRETÓN, Jorge Alberto Trujillo (Coord.). *En la encrucijada: historia, marginalidade y delito en América Latina y los Estados Unidos de Norteamérica (siglos XIX y XX)*. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 2010.
- CAIMARI, Lila. *Apenas un delincuente: crimen, castigo y cultura en la Argentina, 1880-1955*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012.
- _____. Vestiges of a hidden life. A visit to the Buenos Aires Police Museum. *Radical History Review*, nº 113, 2012, p. 143-154.
- _____. El mundo al instante. Noticias y temporalidades en la era del cable submarino (1860-1910). *Redes. Revista de Estudios Sociales de la Ciencia y la tecnología*, v. 21, nº 40, jul. 2015.
- CAVALCANTE, Simone. *Literatura em Alagoas: ensino médio e vestibular*. Maceió: Scortecci/Grafmarques, 2005.
- CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo: Difel, 1984.
- CARVALHO, Elysio de. Arte Social. In: *As modernas correntes estéticas na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Garnier, 1907.
- CARVALHO, Glauco Silva de. *Forças públicas: instrumento de defesa da autonomia estadual e de sustentação da política dos governadores na Primeira República (1889-1930)*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2001.

- CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende. *Irineu Marinho: a imprensa e a cidade de São Paulo*. São Paulo: Editora Globo, 2012.
- CASTRO, A. C.; FACCHINETTI, C.; PORTUGAL, F. Técnicas, saberes e práticas psicológicas na Primeira República. *Psicologia em estudo*, v. 23, 2018.
- CEREZALES, Diego Palacios. *Las voces de la policía durante la II República*. Madrid: Universidad Complutense, 2005.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.
- CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa (Eds.). *Cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: UnB, 1999.
- CHAZEL, Amy. Police museums in Latin America. *Radical History Review*, nº113, 2012.
- CORRÊA, Edgard Simões. Perícia de identificação. *Boletim Policial*, ano VIII, nº 15-17, ago.-dez. 1914.
- CORRÊA, Rossini. Da anarquia para a polícia (Elysio de Carvalho, lacuna na história do direito nacional). *Revista de Informação Legislativa*, ano 35, nº 137, jan.-mar.1998, p. 281-296.
- COSTA, Cristiane. *Pena de aluguel: escritores jornalistas no Brasil 1904-2004*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. São Paulo: Graal, 1979.
- COUTINHO, Edmundo Bourças. *Five o'clock: teatro decadentista e parcerias na Belle Époque. Ipotesi: Revista de Estudos Literários*, Juiz de Fora, v.1, nº 1, p. 79 -92.
- CUNHA, Olivia Maria Gomes da. Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição. In: CUNHA, Olivia Maria Gomes da; GOMES, Flavio dos Santos. *Quase cidadão: história, antropologia da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 377-411.

- _____. *Intenção e gesto: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- DALL'AGNOL, Jury Antonio. História, memória e ficção: o caso Dr. Antônio. *Cadernos de Pesquisa do Centro de Documentação e Pesquisa em História*, Uberlândia, v.23, n.1, jan./jun.2010, p. 95-113.
- DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DIAS, Allister Andrew Teixeira. “*Dramas de sangue*” na cidade: *psiquiatria, loucura e assassinato no Rio de Janeiro (1901-1921)*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Fundação Oswaldo Cruz, 2010.
- _____. *Arquivos de ciências, crimes e loucuras: Heitor Carrilho e o debate criminológico do Rio de Janeiro entre as décadas de 1920 e 1940*. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado em História, Fundação Oswaldo Cruz, 2015.
- DI GIORGIO, Michele; LABANCA, Nicola (Eds.). *Salvatore Ottolenghi. Una cultura professionale per la polizia dell'Italia liberale e fascista. Antologia degli scritti (1883-1934)*. Milão: Unicopoli, 2018.
- EDLER, F. C. Medicina Tropical: uma ciência entre a nação e o império. *Revista Diálogos*, v. 14, p. 305-325, 2010.
- EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro de seu tempo*. Rio de Janeiro: Xenon, 1987 [1900].
- EMSLEY, Clive. *Policing and its context, 1750-1870*. Londres: Macmillan, 1983.
- ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- ENGELS, Friedrich. *Situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Porto: Afrontamento, 1975.
- ESTAFETA. Caixa de Gasolina. *Fon-Fon*, ano III, nº 37, 11 set. 1909.
- _____. Caixa de Gasolina. *Fon-Fon*, ano II, nº 43, 1º fev. 1908.
- ESTEVES, M. A. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

- FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1994.
- _____. (Org.). *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2000.
- FELZ, Jorge Carlos. A fotografia de imprensa nas primeiras décadas do século XX: o desenvolvimento do moderno fotojornalismo. *GT História da Mídia Visual. IV Congresso Nacional de História da Mídia*, p. 1.
- FERLA, Luís Antônio Coelho. *Feios, sujos e malvados sob medida: do crime ao trabalho, a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-1945)*. Tese de Doutorado em História, FFLCH, USP, São Paulo, 2005.
- FERRARI, Mercedes García. Juan Vucetich. Una respuesta desde la dactiloscopia a los problemas del orden y la consolidación de la Nación Argentina. In: SOZZO, Máximo (Coord.). *Historias de la cuestión criminal en la Argentina*. Buenos Aires: Ediciones del Puerto, 2009.
- _____. *Marcas de Identidad. Juan Vucetich y el surgimiento transnacional de la dactiloscopia, 1888-1913*. Rosario: Prohistoria, 2015.
- FERRARO, Alceu Ravello; KREIDLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. In: *Colóquio Internacional: Políticas públicas, pobreza e exclusão social*. Ijuí: Unijuí, 2003.
- FETZ, Marcelo. Negotiating boundaries: encyclopédie, romanticism, and the construction of science. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, jul.-set. 2017, p. 645-663.
- FONTELES NETO, Francisco Linhares. *Vigilância, impunidade e transgressão: faces da atividade policial na capital cearense 1916-1930*. Fortaleza, Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade Federal do Ceará, 2005.
- FONTELES NETO, Francisco Linhares; BRETAS, Marcos Luiz e THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. (Orgs.). *História do banditismo no Brasil novos espaços, novas abordagens*. Santa Maria: UFSM, 2019.
- FOTAINE, Laurence. *Histoire du colportage en Europe (xv^e-xix^e siècles)*. Paris: Albin Michel, 1993.

- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. *O que é um autor?* 3. ed. Lisboa: Veja, 1992.
- _____. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- GALEANO, Diego Antonio. *Criminosos, viajantes, vigilantes modernos: circulações policiais entre Rio de Janeiro e Buenos Aires, 1890-1930*. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, UFRJ, 2012a.
- _____. Identidade cifrada no corpo: o *bertillonage* e o Gabinete Antropométrico na Polícia do Rio de Janeiro, 1894-1903. *Bol. Mus. Para Emílio Goeldi. Cienc. Hum*, Belém, v.7, n. 3, p. 721-742, set.-dez. 2012b.
- _____. Entre cuenteros y otarios: Historia transnacional de una estafa en América Latina, 1870-1930, *Historia*, v. II, n. 49, Pontificia Universidad Católica de Chile, 2016a, p. 395-427.
- _____. Memórias de un ratón de hotel: delito, prensa y literatura, 1890-1902. *Claves. Revista de História*, Montevideo, v. 2, nº 3, jul.-dez. 2016b.
- _____. Genealogía del comisario: policía y orden urbano en Buenos Aires, siglo XIX. *Ibero-americana*. Madrid, v. 17, 2017, p. 13-33.
- _____. História da moeda falsa no mundo atlântico: itinerário de pesquisa. In: VENDRAME, Maíra Ines Vendrame; MAUCH, Cláudia; MOREIRAS, Paulo Roberto. (Eds.). *Crime e Justiça: reflexões, fontes e possibilidades de pesquisa*. São Leopoldo: Oikos/Unisinos, 2018, p. 66-99.
- _____; BRETAS, Marcos (Coord.). *Policías escritores, delitos impresos: revistas policiales en América del Sur*. La Plata: Teseo Press, 2016.
- _____; FERRARI, Mercedes García. Cartographie du Bertillonage. Le Système Anthropométrique en Amérique Latine: Circuits de Diffusion, Usages et Résistances. In: PIAZZA, Pierre. (Org.). *Aux origines de la police scientifique. Alphonse Bertillon, précurseur de la science du crime*. Paris: Karthala, 2011.
- _____; OLIVEIRA, Marília Rodrigues. *Escritos policiais*. Rio de Janeiro: Contracapa/Faperj, 2017.

- GEERTZ, Clifford. *O saber local. Novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GIBSON, Mary. Cesare Lombroso and Italian Criminology. Theory and politics. In: BECKER, Peter; WETZELL, Richard. (Eds.). *The criminal and its scientists*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 137-158.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GLICK-SCHILLER, Nina. *Migration, development and transnationalization. A Forum for Social Analysis*. Nova York: Berghahn Books, 2010.
- GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: _____. *Escrita de si, escrita de História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- GOMES, Orlando. O tetragrama da justiça. *Civilistica.com*. Rio de Janeiro, a. 1, n. 1, jul.- set./2012.
- GONÇALVES, Gonçalo Rocha. Biografias transnacionais, cosmopolitismo e a reforma da Polícia: Cristóvão Morais Sarmento e a polícia em Portugal no final do século XIX. *Iberoamericana*, XVII, 64, 2017, p. 35-55.
- _____. “*Foice de dez reis*” e a “*febre dos seguros*”: protesto social e a commodificação da insegurança em Portugal (1910-1926), Mimeo, 2019.
- GÓNZALEZ, Enrique. Un espía en la universidad. Sancho Sánchez de Muñón, maestra escuela de México. (1560-1600). In: MENEGUS, Margarita. *Saber y poder en México. Siglos XVI al XX*. Ciudad Universitaria UNAM, 1997.
- GUIMARÃES, Luciano de Moura. *Ideias perniciosas do anarquismo na Bahia. Lutas e organização dos trabalhadores da construção civil, Salvador (1919-1922)*. Salvador, Dissertação de Mestrado em História, UFBA, 2012.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.
- HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro. Repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

- KALIFA, Dominique. *L'encre et le sang. Récits et société à la Belle Époque*. Paris: Fayard, 1995.
- _____. Les mémoires de policiers: l'émergence d'un genre? In: *Crime et culture au XIXe siècle*. Paris: Librairie Académique Perrin, 2003.
- _____. *Os lugares do crime: topografia criminal e imaginário social em Paris no século XIX*, p. 287-305. Originalmente publicado: Les lieux du crime: topographie criminelle et imaginaire social à Paris au XIX^e siècle. *Sociétés & Représentations*, n. 17, p. 131-150, 2004.
- _____. *Os bas-fonds: história de um imaginário*. São Paulo: Edusp, 2017.
- _____. História, crime e cultura de massa. Entrevista concedida a Marcos Luiz Bretas e Diego Galeano. *Revista Topoi*. Rio de Janeiro, 1º ago. 2019.
- _____; KARILA-COHEN, Pierre [Dir.]. *Le commissaire de police au XIX^e siècle*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2008.
- KALUSZYNSKI, Martine. The International Congresses of Criminal Anthropology: Shaping the French and International Criminological Movement, 1886-1914. In: BECKER, Peter; WETZELL, Richard F. *Criminals and Their Scientists. The History of Criminology in international perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- KNEPPER, Paul. *The Invention of International Crime: A Global Issue in the Making, 1881-1914*. London: Palgrave Macmillan, 2010.
- LAFOURCARDE, Geoffroy. *In Defiance of Boundaries: anarchism in Latin American History*. Flórida: University Press of Florida, 2015.
- LAVAL, Cristián Palacios. Progreso y los identificadores chilenos. In: GALEANO, Diego; BRETAS, Marcos. (Coord.). *Policías escritores, delitos impresos: revistas policiales en América del Sur*. La Plata: Teseo Press, 2016.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LEVAGGI, Aberlado. Impacto que produjo en la ciencia penal argentina la presencia de Enrico Ferri. *Horizontes y convergencias: lecturas históricas y antropológicas sobre el Derecho*, p. 1-9. Disponível em

http://www.horizontesyc.com.ar/archivos/1251411459/IMPACTO-QUE%20PRODUJO_EN_LA_CIENCIA_PENAL_ARGENTINA_LA_PRESENCIA_DE_ENRICO_FERRI%20.pdf. Acesso em 10 fev. 2019.

LEMONS, Clarice Caldine. *Os bastiões da nacionalidade: nação e nacionalismo nas obras de Elysio de Carvalho*. Santa Catarina, Dissertação de Mestrado, UFSC, 2010.

L'HEUILLET, Hélène. *Basse politique, haute police: une approche historique et philologique de la police*. Paris: Fayard, 2017.

LÓPEZ, Camila Soares. *O simbolismo no Mercure de France (1890-1898)*. Tese de Doutorado em Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2017.

LUCA, Tânia Regina de.; MARTINS, Ana Luiza. (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério; MURICY, Kátia. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MANNING, Peter. *Police Work: The Social Organization of policing*. Cambridge, The MIT Press, 1977.

MARQUES, Pedro Guimarães. *Os olhos de Morfeu: Guarda noturna e vigilância urbana no Rio de Janeiro (1885-1912)*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, PGHISC, PUC-Rio, 2019.

MANNING, Peter. *Police Work: The Social Organization of policing*. Cambridge, The MIT Press, 1977.

MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. *Modernidade, polícia e sociedade em São Paulo nas primeiras décadas da República, 1889-1930*. São Paulo, Tese de Doutorado em História Social, Universidade de São Paulo, 2011.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores em greve, polícia em guarda: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.

MAUCH, Cláudia. *Dizendo-se autoridade: polícia e policiais em Porto Alegre, 1896-1929*. Tese de Doutorado em História, UFRS, Porto Alegre, 2011.

- McCANN, Frank. *Soldados da pátria: história do Exército brasileiro (1888-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MELLO, Frederico Pernambucano de. *Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil*. 3. ed. São Paulo: A Girafa, 2004.
- MELLO, Maria Tereza Chaves. *A República consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur), 2007.
- MENEGUS, Margarita. *Saber y poder en México. Siglos XVI al XX*. Ciudad Universitaria: Unam, 1997.
- MIHM, Stephen. *A Nation of Counterfeiters Capitalista, Conman and the Making of the United States*. Cambridge: Harvard University Press, 2019.
- MONJARDET, Dominique. *Ce que fait la police. Sociologie de la force publique*. Paris: Éditions de la Découverte, 1996.
- MOURA, Cristina Patriota de; RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (Coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.
- NUNES, Cassiano. Elysio de Carvalho e o espírito de seu tempo. In: CARVALHO, Elysio de. *Ensaio*. Brasília: Universa – Universidade Católica de Brasília, 1997.
- O'DONNELL, Julia Galli. *No olho da rua: a etnografia urbana de João do Rio*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, UFRJ/Museu Nacional, 2007.
- OLIVEIRA, Marília Rodrigues de. As revistas de polícia científica do Rio de Janeiro (1900-1918). In: GALEANO, Diego Antonio; BRETAS, Marcos. (Coord.). *Policías escritores, delitos impresos: revistas policiales en América del Sur*. La Plata: Teseo Press, 2016.
- _____. *A tragédia da rua Januzzi: narrativas sensacionais, justiça, ciência e moral no Rio de Janeiro da Primeira República*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, PUC-Rio, 2014.
- OTTONI, Ana Vasconcelos. *“O paraíso dos ladrões”: crime e criminosos nas reportagens policiais da imprensa (Rio de Janeiro, 1900-1920)*. Niterói, Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2010.

- PACHECO, Félix. O Sr. Nestor Victor e sua obra. *A Meridional*, ano I, nº 1, 28 fev. 1899.
- PRADO, Antonio Arnoni. *Itinerário de uma falsa vanguarda: os dissidentes, a Semana de 22 e o Integralismo*. São Paulo: Ed. 34, 2010.
- PATRASSO, André Luís de Almeida. *A Escola de Polícia do Rio de Janeiro: ciência, identificação e educação profissional (1912-1918)*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Fundação Oswaldo Cruz, 2015.
- PEÇANHA, Natália Batista. “Precisa-se de uma criada estrangeira ou nacional para todo o serviço da casa”: Cotidiano e agências de servidoras/es domésticas/os no mundo do trabalho carioca (1880-1930). Doutorado em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2018.
- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Sobre confetes, chuteiras e cadáveres: a massificação cultural no Rio de Janeiro de Lima Barreto. *Projeto História*. São Paulo: fevereiro de 1997, nº 14, p. 231-240.
- PERINI, Laura. Form and function: a semiotic analysis of figures in biology textbooks. In: ANDERSON, Nancy; DIETRICH, Michael R. (Eds.). *The educated eye: visual culture and pedagogy in the Life Sciences*. Dartmouth: University Press of New England, 2012, p. 235-254.
- PHILIPPI, Julio. Trabajos de la VII Sección Ciencias Económicas y Sociales. t. II, v. IX. *Trabajos de Cuarto Congreso Científico* (1º Panamericano). Santiago de Chile, 25 de diciembre al 5 de enero de 1908, Imprenta Barcelona, 1911.
- PIAZZA, Pierre. (Dir.) *Aux origines de la police scientifique. Alphonse Bertillon, précurseur de la science du crime*. Paris: Karthala, 2011.
- PORTO, Ana. *Novelas sangrentas: literatura de crime no Brasil (1870-1920)*. Tese de Doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- PORTO, Ana Gomes. *Crime em letra de forma: sangue, gatunagem e um misterioso esqueleto na imprensa do prelúdio republicano*. Dissertação de Mestrado. Campinas, Unicamp, 2003.
- PRÉPOSJET, Jean. *História do anarquismo*. Lisboa: Edições 70, 2007.
- RENAN, Ernest. *Souvenirs d'enfance et de jeunesse*. Paris: Calmann Lévy, 1883.

- REINER, Robert. *A política da polícia*. São Paulo: Edusp, 2000.
- REZENDE, Beatriz (Org.). *Cocaína: literatura e outros companheiros de ilusão*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.
- RIO, João do. *O momento literário*. Rio de Janeiro: Garnier, 1903.
- _____. *A alma encantadora das ruas*. Belo Horizonte: Crisálidas, 2007.
- ROCHA, Vanda Maria Sousa. *Five o'clock, de Elysio de Carvalho: uma leitura decadentista*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em Letras (Ciência da Literatura, UFRJ), 2011.
- ROSEMBERG, André. *De chumbo a festim: uma história da polícia paulista no final do Império*. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2010.
- ROSS, Fiona C. Speech and Silence. Womens's Testimony in the First Five Weeks of Public Hearings of the South African Truth Commission and Reconciliation. In: ROUILLÉ, André. *A fotografia entre documento e arte contemporânea*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009.
- SALES, Fernando. *Aspectos da vida e obra de Afrânio Peixoto*. Bahia: Fundação Cultura da Bahia, 1988.
- SALGADO, Marcus Rogério Tavares Sampaio. *A vida vertiginosa dos signos: recepção do idioleto decadista na Belle Époque tropical*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado em Letras Vernáculas, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.
- SAMET, Henrique. *Construção de um padrão de controle e repressão na polícia civil do Distrito Federal por meio do corpo de investigação e segurança pública (1907-1920)*. Tese de Doutorado em História, UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.
- SÁNCHEZ, Darío Gómez. A melancólica esperança de Rubén Darío. *XV Congresso Internacional de Abralic*, 2017, Rio de Janeiro. Anais do XV Congresso Internacional da Abralic, 2017, v. 1. p. 492-498.
- SANT'ANNA. Marilene Antunes. *A imaginação do castigo: discursos e práticas sobre a Casa de Correção do Rio*. Tese de Doutorado em História Social, Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.
- SANT'ANA, Moacir Medeiros. *Elysio de Carvalho: um militante do anarquismo*. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1982.

- SCHORSKE, Carl E. *Viena fin-de-siècle, política e cultura*. São Paulo: Companhia das Letras/Editora da Unicamp, 1988.
- SENNA, Ernesto. *Através do cárcere*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.
- _____. *Notas de um repórter*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comercial, 1895.
- SERFATY, Elaina Reoli Cirilo. *Pelo trem dos subúrbios: disputas e solidariedades na ocupação do Engenho de Dentro (1870-1906)*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, PUC-Rio, 2017.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- _____. A capital irradiante, técnica, ritmos e ritos do Rio. In: _____. (Org.). *História da vida privada: República da Belle Époque à era do rádio*. 7. ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2006, 3. v., p. 545-589.
- SHILS, Edward. La metrópoli y la provincia en la comunidad intelectual. In: *Los intelectuales en los países en desarrollo*. Buenos Aires: Ediciones Tres Tiempos, 1981.
- SINGER, Ben. Modernidade, hiperestímulo e o início do sensacionalismo popular. In: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa (Eds.). *Cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.
- SILVA, Annibal Affonso Magalhães. *Bens culturais imóveis – logradouros urbanos e rurais do município de Rio das Flores*. Memória Fluminense. Inventários do Acervo Cultural, 2011.
- SILVA, Luiz Eduardo Garcia. Política externa da Primeira República através dos seus chanceleres. In: *III Seminário de Graduação e Pós-Graduação em Relações Internacionais*. Florianópolis, UFSC, set. 2016, p. 4.
- SILVA, Maria de Lourdes. *Drogas – da medicina à repressão policial: a cidade do Rio de Janeiro entre 1921 e 1945*. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.
- SIMMEL, George. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1979.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ/FGV, 1996.

- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- SOLOVE, Daniel. I've Got Nothing to Hide and Other Misunderstandings of Privacy. *San Diego Law Review*, 2007, p. 745-772.
- SOUZA, Maria Vânia de. *Modernismo e modernidade: a trajetória do alagoano Elysio de Carvalho*. Maceió: Alagoas, 2013.
- SOUZA, Luis Antonio Francisco de. *Lei, cotidiano e cidade. Polícia civil e práticas policiais na São Paulo Republicana (1890-1930)*. São Paulo: IBCCRIM, 2009.
- SOUZA, Vitor Leandro. *“Soldados de Fogo”: dinâmicas sociais e cotidiano dos trabalhadores do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, nas décadas de 1880-1910*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, PUC-Rio, 2021.
- SOZZO, Maximo. “Traduttore Traditore”. Traducción, importación cultural e história del presente de la criminología en América Latina”. In: SOZZO, Maximo. (Coord.). *Reconstruyendo las criminologías críticas*. Colección Criminologías, Buenos Aires, v. 3, 2006, p. 353-431.
- QUINCHE, Nicolas. *Crime, science et identité: anthologie des textes fondateurs de la criminalistique européenne (1860-1930)*. Genève: Slatkine, 2006.
- . *Sur les traces du crime: de la naissance du regard indicial à l'institutionnalisation de la police scientifique et technique en Suisse et en France. L'essor de l'Institut de police scientifique de l'Université de Lausanne*. Genève: Slatkine, 2011.
- TENÓRIO, Guilherme Mendes. “Bandidos literários”: o plágio e as dimensões da escrita na Primeira República (1902 – 1930). *II Jornada Discente do PPHPBC (CPDOC/FGV)*. Intelectuais e poder.
- THOMAS, Ronald R. Detection in the Victorian novel. In: DEIRDRE, David. *The Cambridge Companion to the Victorian Novel*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- TRÉANTON, Jean-René. Miroirs déformants. *Revue Française de Sociologie*, 1983, 24-1, p. 125-131.
- VEENA, Das et al. (Dir.). *Remaking a World. Violence, Social Suffering and Recovery*. Berkeley: University of California Press, 2001.

- VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem. Violência, criminalidade e administração da justiça*. Minas Gerais, século 19. Bauru: Edusc, 2004.
- VENDRAME, Máira Ines; MAUCH, Cláudia; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. (Orgs.). *Crime e Justiça: reflexões, fontes e possibilidades de pesquisa*. São Leopoldo: Oikos/Unisinos, 2018.
- VUCETICH, Juan. *Dactiloscopia. Cuál debe ser la idoneidad del identificador. Su prueba legal en la reincidencia*, La Plata: Joaquín Sesé ed., 1909.
- ZANETTI, Susana. The modernist intellectual as artist: Rubén Darío. *Tempo soc.* v. 19, nº 1, São Paulo, jun. 2007.
- ZÜRCHER, Christoph. Joan Rudolf Schneider. *Dictionnaire Historique de la Suisse – DHS*. Disponível em: <https://hlsdhsdss.ch/fr/articles/0046692/2012-11-21/>

Sobre a autora

Marília Rodrigues de Oliveira

Doutora e mestre pelo Programa de Pós-Graduação de História Social da Cultura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e licenciada e graduada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Organizou e publicou, junto com Diego Galeano, a coletânea *Escritos Policiais* (2017) e foi premiada em primeiro lugar pelo Edital de publicação de teses “História e Cultura”, promovido pela PUC- Rio. Suas pesquisas voltam-se principalmente para os estudos de história sociocultural do crime e da imprensa criminal, junto às pesquisas de história transnacional da circulação de saberes policiais durante o início do século XX.

A coleção História e Cultura apresenta o resultado de investigações originais produzidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio, no qual se cruzam os campos da história, da cultura e da arte. Os trabalhos que compõem a coleção exploram diferentes temas e objetos de análise, desenvolvendo reflexões acerca das dinâmicas das trocas e disputas culturais, da historicidade dos processos de conceituação e significação e das perspectivas críticas da análise estética e política. Ao fazê-lo, compartilham concepções sobre a cultura que, forjadas a partir da pesquisa empírica e da reflexão teórica densa, enfatizam o diálogo com as variadas disciplinas das humanidades, tal como tem sido a marca do Programa desde a sua fundação.

Livros da Coleção:

A morte feita de pedra: o mercado de escravizados do Valongo e a necroarquitetura, de Luis Gustavo Costa Araújo

Os requebros do maxixe: raça, nacionalidade e disputas culturais no Rio de Janeiro de 1880-1915, de Matheus Pimentel da Silva Topine